

Andréa de Sousa Gama
Maurílio Castro de Matos
(ORGS.)

50 ANOS

de Neoliberalismo
na América Latina



EDITORIAL

Andréa de Sousa Gama
Maurílio Castro de Matos
(ORGS.)

50 ANOS

de Neoliberalismo na América Latina



Todos os direitos desta edição reservados
à MV Serviços e Editora Ltda.

CONSELHO EDITORIAL

Ana Lole, Eduardo Granja Coutinho, José Paulo Netto,
Lia Rocha, Manoel Ricardo de Lima, Márcia Leite,
Mauro Iasi e Virgínia Fontes

REVISÃO

Arman Neto

IDENTIDADE VISUAL

Taiane Brito



Rua Teotônio Regadas 26 sala 103
20021-360 _ Lapa _ Rio de Janeiro _ RJ
www.morula.com.br _ contato@morula.com.br
 morulaeditorial  morula_editorial

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
(CIP) DE ACORDO COM ISBD

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva — CRB 8/9410

C575

50 anos de neoliberalismo na América Latina [recurso eletrônico] / organizado por Andréa de Sousa Gama, Maurílio Castro de Matos. – Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2024.

304 p. ; PDF ; 5.9 MB

ISBN 978-65-6128-078-5 (Ebook)

1. Ciências Políticas. 2. Neoliberalismo. 3. América Latina. I. Gama, Andréa de Sousa. II. Matos, Maurílio Castro de. III. Título.

2024-4621

CDD: 320

CDU: 32

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciências Políticas 320

2. Ciências Políticas 32

SUMÁRIO

7 **PREFÁCIO**

Ou mais uma nota para o debate anticapitalista e anticolonial

MARCO JOSÉ DE O. DUARTE

18 **APRESENTAÇÃO**

Itinerários do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ na crítica ao neoliberalismo

ANDRÉA DE SOUSA GAMA

MAURÍLIO CASTRO DE MATOS

27 **PARTE I**

Estado e democracia nos 50 anos do neoliberalismo na América Latina

28 **Introdução**

SILENE DE MORAES FREIRE

36 **As elites neoliberais na disputa pela hegemonia na América Latina: 50 anos depois**

MIGUEL SERNA

61 **Notas sobre neoliberalismo, Estado e democracia**

ELAINE ROSSETTI BEHRING

75 **A banalização da expropriação no neoliberalismo: as armadilhas do empresariamento urbano**

THAÍS LOPES CORTES

101 **“Trabalhadores do Brasil”: Estado-Nação, raça, eugenia e política social**

GRACYELLE COSTA FERREIRA

127 **PARTE 2**

Trabalho e relações sociais na América Latina

128 **Introdução**

VALERIA FORTI

134 **O trabalho na era da devastação neoliberal**

RICARDO ANTUNES

143 **El desguace del neoliberalismo**

CLAUDIO KATZ

169 **A Caixa de Pandora da mineração: o expansionismo do capital e seus desterramentos**

FÁBIO FRAGA DOS SANTOS

194 **PARTE 3**

As repercussões do neoliberalismo no Serviço Social

195 **Introdução**

MARIA INÊS SOUZA BRAVO

202 **Las repercusiones del neoliberalismo en el servicio social / trabajo social**

SILVANA MARTINEZ

226 **As repercussões do neoliberalismo no Serviço Social**

MARILDA VILLELA IAMAMOTO

254 **(Ultra)neoliberalismo, conservadorismo reacionário e liquidacionismo de oposição ao projeto ético-político do Serviço Social**

JOSÉ RODOLFO SANTOS DA SILVEIRA

278 **POSFÁCIO**

Neoliberalismo y descomposición social en América Latina

SILVIA FERNÁNDEZ SOTO

296 **SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES**

PREFÁCIO

Ou mais uma nota para o debate anticapitalista e anticolonial

MARCO JOSÉ DE O. DUARTE

*Quem vai pagar a conta?
Quem vai contar os corpos?
Quem vai catar os cacos dos corações?
Quem vai apagar as recordações?
Quem vai secar cada gota
De suor e sangue
Cada gota de suor e sangue*

[LUEDJI LUNA. *Cabô*, 2017]

Esta coletânea é, em certa medida, parte significativa da totalidade das conferências realizadas por ocasião do “Seminário Internacional 50 Anos de Neoliberalismo na América Latina”, nos dias 06 e 07 de dezembro de 2023, e promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com recursos da CAPES.

Aceitar o convite para prefaciar esta obra me trouxe a memória de um acontecimento histórico, e também internacional, quando a Faculdade de Serviço Social da UERJ organiza e promove, em 1994, o primeiro “Seminário Internacional Pós-Neoliberalismo: As Políticas

Sociais e o Estado Democrático”. O evento também teve como produto uma publicação, como houve uma segunda edição e mais uma obra, mas não mais com o envolvimento da unidade acadêmica. Mas fato é que, passados quase 30 anos do primeiro evento, a temática e as análises críticas se reatualizam, com novos conteúdos e elementos históricos, estruturais e estruturantes da questão social.

Particularmente, me impliquei muito com a realização desse evento, na medida em que compus a comissão organizadora do seminário, representando a linha 3 do PPGSS/UERJ, intitulada “Identidades, Cultura, Políticas Públicas e Serviço Social”, que, atualmente, conta comigo e mais duas docentes, as professoras Andréa de Sousa Gama e Ana Paula Procópio da Silva. Em decorrência de uma das convidadas à mesa “Bionecropolítica neoliberal, amefricanidade e as lutas das mulheres negras em defesa da vida” não ter podido vir ao evento e participar da mesa organizada pela linha, por problemas de saúde, me tornei debatedor desta.

Aqui faço um pequeno registro de que no primeiro dia do evento, além dessa mesa que encerrou o dia, anteriormente, portanto, tivemos o lançamento de várias coletâneas do PPGSS/UERJ, vinculadas, em sua maioria, a docentes e discentes, como de pesquisadoras/os das respectivas três linhas do programa. Nesse sentido, destaco, pela implicação afetiva e política, a primeira coletânea da linha 3, intitulada, *Raça, gênero & sexualidade: perspectivas contemporâneas no Serviço Social*.

Mas bem antes do lançamento, teve a mesa que foi organizada pela linha 2 do PPGSS/UERJ, intitulada “Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social”, com o tema “Estado e Democracia nos 50 Anos de Neoliberalismo na América Latina”. Nesta obra temos tanto a contribuição de Miguel Serna, do Uruguai, como de Elaine Behring, pelo Brasil. Neste bojo, porém, para além do evento, e no sentido de adensar esta obra, ainda temos as contribuições de Thaís Lopes Cortes e Gracyelle Costa Ferreira, que a partir de suas pesquisas

de doutorado, e além delas, portanto, tratam de temas urgentes para se pensar criticamente o Estado e as políticas sociais, como a expropriação e o empresariamento urbano, assim como o debate da questão racial e a eugenia na formação sócio-histórica do Estado-nação brasileiro.

No dia seguinte, houve a mesa organizada pela linha 1 do PPGSS/UERJ, intitulada “Trabalho, Relações Sociais e Serviço Social”, que teve como tema “Trabalho e Relações Sociais na América Latina”, e nesta coletânea temos, representando o Brasil, Ricardo Antunes e, representando a Argentina, Claudio Katz. Tratar de temas como a tragédia do trabalho e os ataques da ultradireita latino-americana no contexto de acirramento do neoliberalismo na destruição dos direitos e da classe que vive do trabalho estão na ordem do dia. É nesse contexto que se inclui, também, a produção de Fábio Fraga dos Santos, a partir de sua tese de doutorado, ao tratar do expansionismo do capital a partir dos danos de uma mineradora no interior de Minas Gerais.

E por último, mas não menos importante, principalmente por tratar como tema “As repercussões do neoliberalismo no Serviço Social”, se tem, como encerramento do evento, a quarta mesa. Por um lado, Silvana Martinez, da Argentina, e, do outro, Marilda Villela Iamamoto, representando o Brasil. Ambas contribuíram, tanto presencialmente, como nesta coletânea, para se pensar os desafios tanto para o Serviço Social argentino, como brasileiro, em se tratando de América Latina em um contexto neoliberal. Assim, como está organizado a coletânea, tem-se também a contribuição de José Rodolfo Santos da Silveira, com sua pesquisa de doutoramento, tratando do projeto ético-político do Serviço Social em contexto de (ultra)neoliberalismo e ao conservadorismo reacionário que se impõe à profissão.

De fato, conceitos como estado, democracia, neoliberalismo, trabalho, relações sociais, biopolítica, necropolítica, amefricanidade, mulheres negras, políticas sociais, mineração, expropriação, eugenia,

conservadorismo, resistência e serviço social, foram tratados tanto no evento, como através dos capítulos que compõem esta coletânea, com este diálogo internacional, e, em particular, tendo este olhar para a América Latina. Assim, seja presencialmente ou por esta produção acadêmica que aqui se apresenta, o que está em questão, em síntese, é esta cooperação e diálogo técnico, científico, ético e político que agenciou intelectuais para contribuir com o debate e a análise crítica sobre o neoliberalismo e sua agenda.

Contudo, vale situar que toda esta produção acadêmica e o debate teórico, ético e político que ele promove e produz, tem como objeto de discussão as lutas e as resistências da classe trabalhadora, mas em particular, das mulheres negras na América Latina, ou dito de outra forma, para melhor compreensão, das mulheres racializadas na América Latina, conceito cunhado por Lélia González (2020).

Essa é a intelectual negra da amefricanidade (González, 1988), referência paradigmática que toma a diáspora africana forçada no Atlântico negro, produto da colonização das Américas e da invenção das raças pelo eurocentrismo, suas hierarquias e tecnologias, ao produzirem corpos, vidas e subjetividades negras e, portanto, desumanizadas, silenciadas, invisibilizadas e submetidas a todas as formas de violência e morte, produto da colonialidade (Quijano, 2005), da branquitude (Bento, 2022), do capitalismo e do cisheterossexismo-racista-patriarcal (Duarte *et al.*, 2024). Assim, o corpo negro, base da classe trabalhadora, é marcado, rotulado e selado, mas são muitos esses corpos, são os corpos de mulheres, de homens, de meninas e meninos, de crianças, que em síntese rebatem e afetam as mães negras que lutam e resistem, enlutadas, nas periferias, favelas, nas pistas, nas quebradas e nas ruas. Mas também nas instituições e serviços sociais públicos, precários em sua maioria, como na saúde, na educação, na assistência social, na segurança pública, nas prisões etc., ao lidar com as vidas também precárias. O racismo exerce o poder e o direito de

matar, de deixar morrer, sendo, portanto, o principal motor da necropolítica do Estado neoliberal.

A formação social brasileira e a estrutura do Estado capitalista, se referindo ao Brasil, mas pensando na América Latina, nestas décadas de neoliberalismo, toma por base de sua estrutura, o racismo como política e gestão da vida e da morte. Ou seja, o Estado e sua biopolítica (Foucault, 2008), “em fazer viver e deixar morrer”, aposta e investe na desproteção social da população negra, em políticas antinegras e antividuas negras, como de fato se estrutura o racismo de Estado no contexto neoliberal. Mas outros corpos e subjetividades também são objetos desse terror: indígenas, mulheres, migrantes, LGBTQIAPN+, ciganos, ribeirinhos e muitos outros sujeitos que não se enquadram no modelo universal burguês.

É, portanto, resistindo ao “deixar morrer e fazer morrer” da necropolítica (Mbembe, 2018), que emerge as lutas das mulheres, da juventude, de povos e populações outras, também desumanizadas pelo capital. A partir das experiências de resistências, de insurgências, de pedagogias emancipatórias, das encruzilhadas, do axé e das escrevivências é que se pautam as (r)existências coletivas desses sujeitos, com seus corpos marcados, mas na garra e na defesa da vida singular, plural e diversa. É nesse contexto que se colocam as lutas anticapitalista, antirracista, antissexista, anticapacitista, anti-LGBTQIAPN+-fóbica, dentre outras, contra os ditames do capital e em defesa do bem viver. Particularmente, no nosso caso, tomamos por base nossas pesquisas e produções críticas à necropolítica e ao racismo de Estado, que pela violência racial, de gênero, de sexualidade, territorial, etária e capacitista, mata e cala as vidas negras, das mulheres, de jovens, crianças, LGBTQIAPN+, nas pistas, favelas e periferias.

Romper com o silenciamento dessas existências negadas e violentadas com o trauma colonial, com a subalternidade, invisibilidade e desumanização, é subjetivar, ou seja, é ser sujeito, com voz e voto.

Nisso consiste a (r)existência de muitos e muitas, falar e escrever, porque vidas negras importam, todas as vidas importam, na perspectiva da quilombagem (Moura, 2022) como processo social contínuo de agenciamento coletivo e de protesto radical pela vida.

Por certo que a vida nua é revelada com a objetividade dos dados produzidos sobre a violência com que esses corpos negros são tratados na sociedade brasileira, marcada pela desigualdade social, racial e de gênero, evidenciados, assim, na sistematização tanto pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança, 2024), como pelo Mapa da Violência (Cerqueira; Bueno, 2024).

Historicamente, o assassinato de homens e mulheres negras lidera os rankings de homicídios no Brasil. A violência cotidiana que atinge a todos os brasileiros explica apenas uma parte da situação, enquanto o racismo, como elemento estruturante e presente em todos os aspectos da sociedade brasileira, agravando no aumento da miséria e do desemprego, impactam o cenário de mortes dessa população (Cerqueira; Bueno, 2024, não paginado).

Nesse contexto de assassinatos dos corpos negros, e, em particular do genocídio da juventude negra, e que inclui os corpos LGBTQIAPN+, emerge a luta das mulheres negras. E nessa multidão, uma quero destacar, frente a tantas outras histórias reais e concretas das marcas do racismo estrutural (Oliveira, 2021) em nosso país. É o caso de Joselita Souza. Trata-se de uma singularidade emblemática e que foi retratada por duas conferencistas, ao se referirem às mães negras pobres e periféricas enlutadas e em estado de sofrimento mental em decorrência do racismo (Duarte, 2021; Caputo, 2023).

Moradora do Morro da Lagartixa, no Complexo da Pedreira, em Costa Barros, bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, veio a óbito vítima de parada cardiorrespiratória,

em consequência de anemia e pneumonia, mas, principalmente, pela depressão, após sete meses e 13 dias da perda do seu filho Roberto Silva de Souza (16), que foi assassinado junto com Carlos Eduardo (16), Cleiton (18), Wilton (20) e Wesley (25). Eles estavam dentro do carro, um Palio branco, que foi metralhado com 111 tiros disparados por quatro policiais do 41º Batalhão da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro (PMERJ), de Irajá (Menegat; Duarte; Ferreira, 2020, p. 106-7).

A história do processo colonial, pautada na violência e na morte desses corpos, toma o racismo como estrutural e estruturante, e, portanto, constitutivo da determinação social da saúde mental singular e coletiva, mas, particularmente, de como determinados sujeitos produzem sofrimentos mentais, principalmente, quando surge as mães enlutadas, com suas falas e denúncias, com seus corações dilacerados, carregados de dores e sofrimentos, que enterram seus filhos mortos (e quando assim conseguem fazer), em sua maioria do gênero masculino. Elas, mesmo que tomem o processo de luto na luta social, precisam e demandam por redes sociais de apoio e solidariedade, principalmente, com a política de guerra às drogas em curso.

Há uma demanda real e concreta de espaços de acolhimento das dores dessas mães, de seus sofrimentos, traumas e dos seus lutos. Mas esses serviços públicos são inexistentes se tomarmos a rede de atenção psicossocial e a política pública de saúde mental, ainda distante de determinados debates, como esse, que toma a interseccionalidade como eixo estruturante de pensar e agir frente às opressões, diferenças e desigualdades no campo da saúde mental (Duarte; Paiva; Menegat, 2024).

Os casos tristes, de mortes, por um lado, e de dores, por outro, não são isolados e essencializados, passíveis de medicamentação. São muitas histórias tristes cotidianamente e muitas mães aguardam por justiça, apesar da resposta do Estado ser a morosidade, inconclusão

e falta de justiça. É o caso, também, de Ana Paula Oliveira, fundadora do Mães de Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro, que há 10 anos está na luta por justiça pelo assassinato do seu filho, Johnatha Oliveira de Lima, 19 anos, por um policial militar, com um tiro pelas costas, na tarde de 14 de maio de 2014, na comunidade de Manguinhos.

Apesar de o caso ter sido levado a júri popular, e televisionado, este atendeu a um pedido de última hora da defesa do policial e decidiu desclassificar o crime para homicídio culposo, isto é, sem intenção de matar, como a maioria dos casos. O processo agora sai da Justiça comum e deverá tramitar em um tribunal militar. Um ano antes desse caso, o mesmo policial foi preso por triplo homicídio em Queimados, na Baixada Fluminense, mas foi solto e voltou a trabalhar nas ruas. Segundo relatório da Anistia Internacional:

Apenas em 2023, a cada 8h e 35 minutos, uma pessoa negra morreu pela ação da polícia no estado do Rio de Janeiro. Em 2014, ano da morte de Johnatha, foram 580 casos de morte decorrente de intervenção policial e 79% das vítimas eram jovens negros, assim como ele (Anistia Internacional, 2024).

Essas mães enlutadas criam linhas de fuga, produzem linhas de cuidado, redes de apoio e solidariedade, seja entre elas, com aliadas, no território, nas comunidades religiosas, enfim. Para além da sororidade, a dororidade (Piedade, 2017). Fato é que não se tem indenização, reparação ou mesmo proteção social por parte do Estado necropolítico racista e neoliberal. As mães sabem disso, e nós também, porque mesmo que no papel esteja a garantia de direitos e de políticas públicas voltadas para a população negra na esfera pública governamental, nas instâncias federal, estaduais ou municipais, garantir a vida, mesmo que se garanta o mínimo, ainda é pouco.

O Estado genocida (Almeida, 2014) deve ser cobrado por retração e reparação de séculos de colonialismo e racismo, mas também de sexismo e LGBTQIAPN+fobia. Assim, no contexto dos 50 anos de neoliberalismo, vemos políticas de reparação, como as frágeis e precárias políticas de ação afirmativa, no caso das cotas raciais, como na obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira na educação, para citar alguns exemplos. Portanto, nossa aposta está e deve estar centrada nos movimentos sociais autônomos de governos, que defendam a emancipação humana e um novo projeto de sociedade. Esses existem e tem aumentado, apesar das cooptações neoliberais. Mas, particularmente, temos visto emergir e se consolidar, movimentos sociais diversos com esse conteúdo como sujeitos na esfera pública, disputando produção de vidas, com suas epistemologias, resistências e pedagogias coletivas, porque, “se muito vale o já feito, mais vale o que será” (Borges; Brant; Nascimento, 1978).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. da S. “Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo”. In: *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, n. 34, v. 12, p. 131-154, jul./dez., 2014.
- ANISTIA INTERNACIONAL. 10 anos de luta por justiça para Johnnatha. *Anistia Internacional*, março de 2024. Disponível em: <https://anistia.org.br/informe/10-anos-de-luta-por-justica-para-johnnatha>. Acesso em: 31 ago. 2024.
- BENTO, C. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BORGES, Márcio; BRANT, Fernando; NASCIMENTO, Milton. “O Que Foi Feito Devera (De Vera)”. In: NASCIMENTO, Milton. *Clube da Esquina 2*. São Bernardo do Campo: Emi-Odeon, 1978.
- CAPUTO, L. R. *Formação social brasileira, racismo e sofrimento mental da população negra: um estudo de revisão na área do serviço social*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023.
- CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (org.). *Atlas da violência 2024*. Brasília: Ipea; FBSP, 2024.
- DUARTE, M. J. O. “Racismo, subjetivação e saúde mental: contribuições para a reforma psiquiátrica antimanicomial”. In: DAVID, E. de C. et al. (org.). *Racismo, subjetividade e saúde mental: Pioneirismo negro*. São Paulo: Hucitec; Porto Alegre: Egbé, 2021.
- DUARTE, M. J. O.; ALMEIDA, C. C. L. *Raça, gênero & sexualidade: perspectivas contemporâneas no Serviço Social*. Curitiba: CRV, 2023.

- DUARTE, M. J. O.; PAIVA, S. P.; MENEGAT, E. M. (org.) *Saúde mental, drogas e interseccionalidade: implicações de gênero, raça, sexualidade, território e políticas públicas no contemporâneo*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2024.
- DUARTE, M. J. O. *et al.* (org.) *Feminismos, interseccionalidades e Serviço Social*. São Paulo: Hucitec, 2024.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024*. São Paulo: FBSP, ano 18, 2024.
- GONZÁLEZ, L. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. In: *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun., 1988.
- GONZÁLEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*. RIOS, F.; LIMA, M. (ed.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MENEGAT, E. M.; DUARTE, M. J. O.; FERREIRA, V. F. “Os novos manicômios a céu abertos”. In: *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, n. 40, v. 18, p. 100-115, jan./jun., 2020.
- MOURA, C. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Dandara, 2022.
- OLIVEIRA, D. de. *Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica*. São Paulo: Dandara, 2021.
- PIEDADE, V. *Dororidade*. São Paulo: Editora Nós, 2017.
- QUIJANO, A. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais — perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

APRESENTAÇÃO

Itinerários do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ na crítica ao neoliberalismo

ANDRÉA DE SOUSA GAMA

MAURÍLIO CASTRO DE MATOS

Em março de 2023, a professora Silvia Soto ministrou um curso sobre políticas sociais no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS-UERJ), em uma atividade financiada pelo Capes-Print. No bojo das diversas reflexões nos atentou para os 50 anos de implementação do projeto neoliberal na América Latina. Tal reflexão deixou uma semente sobre a necessidade de se pensar acuradamente sobre os nefastos efeitos do referido projeto em nossa região. Se os 50 anos se referem à implementação do projeto no contexto da ditadura de Pinochet no Chile, a enxurrada neoliberal a partir daí foi ampla e intensa. A professora Silvia, da Argentina, conhece muito bem isso. E nós do Brasil, também.

A necessidade de refletir sobre o neoliberalismo na América Latina se impunha. Tanto pela questão histórica, de se avaliar os destrutivos impactos do projeto na nossa região. Como também, não por acaso, foi abordada por uma argentina e aceita rapidamente por brasileiros(as), em decorrência da vivência nestes países de um estágio

mais destrutivo ainda, tratado como a fase ultraneoliberal, de coorte neofascista. Afinal, Milei na Argentina e Bolsonaro no Brasil, são protótipos nítidos disto.

A partir desta reflexão o Colegiado do PPGSS-UERJ se propôs a promover o “Seminário Internacional 50 anos do neoliberalismo na América Latina”, realizado nos dias 06 e 07 de dezembro de 2023. O evento contou com quatro mesas. A primeira mesa “Estado e Democracia nos 50 anos do neoliberalismo na América Latina”, construída pela linha de pesquisa do PPGSS-UERJ “Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social”, contou com Elaine Rossetti Behring (Brasil), Virgínia Fontes (Brasil) e Miguel Serna (Uruguai) como expositores e Silene de Moraes Freire como mediadora. A segunda mesa “Bionecropolítica ultraneoliberal”, organizada pela linha de pesquisa “Identidades, Cultura, Políticas Públicas e Serviço Social”, contou com Magali Almeida (Brasil) e Luciene de O. Rocha (EUA), também teria a participação de Matilde Ribeiro (Brasil), que por motivo de adoecimento não pôde comparecer ao Seminário; a referida mesa teve a mediação de Marco José de Oliveira Duarte (Brasil). A terceira mesa do evento foi intitulada “Trabalho e relações sociais na América Latina”, proposta pela linha de pesquisa do PPGSS-UERJ “Trabalho, Relações Sociais e Serviço Social”, tendo como expositores Ricardo Antunes (Brasil), Claudio Katz (Argentina) e Ruy Braga (Brasil), com a moderação de Valeria Forti (Brasil). A quarta mesa “As repercussões do neoliberalismo no Serviço Social”, ainda que tenha tido a contribuição das três linhas de pesquisa, foi pensada no âmbito da pesquisa internacional em rede intitulada “Serviço Social na História: questão social e movimentos sociais — América Latina e Europa (1960-2020)”, que sediada em nosso PPGSS-UERJ, envolve vários docentes do referido Programa e contou com Silvana Martinez (Argentina); Esther Luíza de Souza Lemos (Brasil) e Marilda Villela Iamamoto, (Brasil), com a moderação de Maria Inês Souza Bravo (Brasil).

Além das mesas redondas aconteceram dois minicursos. O primeiro sobre “O olhar do Serviço Social sobre gênero, raça e sexualidade”, ministrado por Ana Paula Prcópio, Andréa de Sousa Gama e Marco José de Oliveira Duarte, vinculado a linha de pesquisa “Identidades, Cultura, Políticas Públicas e Serviço Social” e o segundo “Fundo público, orçamento e ajuste fiscal no Brasil: 20 anos do GOPSS — Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social / UERJ”, ministrado por Elaine Rossetti Behring, Jonathan Jaumont, Giselle Souza e Fabrício Oliveira, vinculado à linha “Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social”.

Além das atividades referidas, o “Seminário Internacional 50 anos de neoliberalismo na América Latina” foi espaço de lançamento dos últimos livros lançados pelo PPGSS-UERJ e de uma carinhosa homenagem as/os docentes da Faculdade de Serviço Social da UERJ que estavam recém aposentadas/os: Ana Inês Simões Cardoso de Melo, Ana Maria de Vasconcelos, Carla Cristina Lima de Almeida, Cleier Marconsin, Emílio Dellasopa, Isabel Cristina da Costa Cardoso e Maria Cecília Peixoto Brandão Rodrigues de Carvalho.

Mas, se por um lado a realização do Seminário se rende a provocação sobre a imperiosa necessidade de uma reflexão sobre os nefastos 50 anos de neoliberalismo na região, não foi essa a primeira vez que a Faculdade de Serviço Social propicia um espaço para a discussão sobre o neoliberalismo. Em 1994, antes mesmo da criação do PPGSS-UERJ (que viria a ocorrer em 1999), a Faculdade promoveu o primeiro “Seminário internacional pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático” (Sader e Gentili, 1996). Avança, 20 anos depois, para a realização de mais um balanço crítico, diverso e geograficamente localizado, na América Latina.

Falar sobre o neoliberalismo significa, sucintamente, falar de crise do Capital. Definida nos termos de Mota (1995), a crise societal é uma crise no conjunto de transformações econômicas, políticas, sociais, institucionais e culturais que interferem no processo de

reprodução ampliada do Capital. Está alicerçada nas tendências cíclicas de recessão e expansão da economia e nas transformações dos processos sociais que configuram sua moldura política, interferindo no processo de reprodução social.

A crise tematiza os processos macropolíticos (Harvey, 2006) e exige a recriação de novas formas de domínio do capital sobre o trabalho, novos valores sociais, políticos e éticos e a produção de consentimentos de classe expressos na defesa do neoliberalismo pela burguesia e na fragmentação da classe trabalhadora e da luta anticapitalista.

O ideário neoliberal foi amplamente disseminado pelo Consenso de Washington e orientaria a elaboração das políticas econômicas recomendadas por grandes agências internacionais e, de fato, foram implementadas em vários países em desenvolvimento a partir do início dos anos 1990 — inclusive no Brasil. Resumidamente, o conjunto de regras neoliberais engloba a disciplina fiscal, a redução dos gastos públicos, a reforma tributária, juros e câmbio de mercado, a abertura comercial, o investimento estrangeiro direto, a privatização de empresas estatais, a desregulamentação e flexibilização de leis econômicas e trabalhistas, entre outras. Essa ofensiva vai se dar na liberalização da economia, na redução do Estado, na abertura da economia ao capital internacional, na reestruturação produtiva, com repercussões no mercado de trabalho e na intervenção do Estado com projetos de reformas de políticas governamentais protagonizados pela burguesia.

A necessidade de formação de uma cultura política nessa nova ordem social exige a desqualificação dos projetos de democratização do capital e da socialização da riqueza socialmente produzida, evidenciado, por exemplo, na crítica ao modelo fordista keynesiano de intervenção estatal e na mutilação dos direitos sociais como expressão do exercício da cidadania. A combinação entre democracia e capitalismo (Woods, 2006) inicia sua ruína com a programática neoliberal que visa instituir novos objetos de consenso com a negação ou o repúdio

aos mecanismos de regulação do mercado, seja através da regulação estatal, seja mediante mecanismos democráticos.

Contemporaneamente, quase 50 anos após a implantação desse ideário na América Latina, já se fala — conforme apontado acima — em ultraneoliberalismo, tamanha a força da penetração das medidas implementadas e dos seus efeitos deletérios, principalmente, em países de economia dependente. Estes podem ser sentidos na crise ecológica, sanitária, no aumento dos conflitos, guerras e migrações, no crescimento dos fundamentalismos e na erosão da democracia, na crise da reprodução social e das subjetividades.

As variadas formas nas quais o pensamento e a prática neoliberal vão se expressar no mundo do trabalho, no Estado e nas políticas sociais é o que esta coletânea intenta trazer à tona, bem como discutir as particularidades na nossa região, caracterizada por um capitalismo de tipo dependente. A perversidade das suas consequências é notável no trabalho, no Estado, nas políticas sociais, no ambiente, nos territórios, na erosão democrática, impondo imensos desafios para o trabalho profissional. As relações entre Estado, sociedade e mercado são objetivadas em um conjunto de medidas de ajuste econômico e de reformas institucionais, cujos destaques são os mecanismos de privatização, desfinanciamento do Estado e contrarreformas na regulação do trabalho e no campo dos direitos sociais, como condição para as reformas nas políticas de Seguridade Social.

A urgência em compreender mais profundamente os efeitos do neoliberalismo em nossa região se traduziu na necessidade de construção do livro que temos em mãos. Aqui estão incluídos os textos enviados pelos/as palestrantes do “Seminário Internacional 50 anos de neoliberalismo na América Latina” e reflexões de nossos/as colegas do PPGSS/UERJ que moderaram as mesas, e que se transformaram nas introduções das três partes do livro, assim como o prefácio. Especialmente, incluímos quatro textos que são resultados de quatro teses de doutorado defendidas no PPGSS-UERJ e indicadas para o

Prêmio CAPES de Tese, sendo que uma recebeu o prêmio da área de Serviço Social. Portanto, o livro que temos em mãos tem como base o “Seminário Internacional 50 anos de neoliberalismo na América Latina”, mas o amplia, trazendo um leque dos debates críticos ao neoliberalismo, que realizados na órbita do PPGSS-UERJ, envolve convidados(as), docentes e discentes.

O livro está estruturado em três partes.

A primeira parte “Estado e democracia nos 50 Anos no neoliberalismo na América Latina” é aberta por uma introdução de Silene de Moraes Freire, na sequência são apresentados os textos proferidos por Miguel Serna e Elaine Rossetti Behring, no “Seminário Internacional 50 anos de neoliberalismo na América Latina”. Essa parte é encerrada com capítulos escritos por Thaís Lopes Cortes e Gracyelle Costa Ferreira, expressões de suas teses de doutorado defendidas no PPGSS-UERJ, indicadas ao Prêmio Capes de Tese, tendo sido a tese de Gracyelle Ferreira ganhadora do prêmio da área de Serviço Social, no ano indicado.

A segunda parte “Trabalho e relações sociais na América Latina” é aberta por uma introdução de Valeria Forti e na sequência são apresentadas as intervenções de Ricardo Antunes e Claudio Katz no “Seminário Internacional 50 anos de neoliberalismo na América Latina”. Essa parte é encerrada com texto de Fábio Fraga dos Santos, um extrato de sua tese de doutorado defendida no PPGSS-UERJ e indicada pelo Programa ao Prêmio Capes de Tese.

A terceira parte “As repercussões do neoliberalismo no Serviço Social” é aberta por introdução de Maria Inês Souza Bravo e na sequência são apresentadas as intervenções de Silvana Martínez e Marilda Villela Iamamoto realizadas no “Seminário Internacional 50 anos de neoliberalismo na América Latina”. Essa parte é encerrada com o texto de José Rodolfo Santos da Silveira parte de sua tese de doutorado defendida no PPGSS-UERJ e indicada pelo Programa ao Prêmio Capes de Tese.

Além das profícuas contribuições dos autores e autoras citadas, também fomos brindados com o prefácio de Marco José de Oliveira Duarte, o posfácio de Silva Soto e a contracapa de Paula Vidal.

Esperamos que a leitura possa contribuir para uma análise radical sobre nosso tempo histórico na dinâmica contraditória e destrutiva do capitalismo nesse início de século XXI. Aqui estão reunidas fecundas contribuições entremeadas por debatedoras historicamente ligadas às pesquisas nesses diversos âmbitos. Nesse sentido, e como objetivo mais amplo, registrar e compreender tais dinâmicas em nossa região é fundamental para a formação e a luta da classe trabalhadora contra a lógica destrutiva da exploração/opressão capitalista. São inquietações necessárias para que o conformismo não nos derrote, mas que possamos pensar processos complexos que nos permitam interligar as lutas sociais em um contexto de barbárie social.

O livro se destaca como mais uma possibilidade de disseminação dos debates realizados e de outros que se somaram a esse projeto e pela presença do conjunto de proeminentes autoras e autores, assim como pelas importantes questões que suscita. Trata-se de um convite estimulante à reflexão sobre os desafios postos, assim como oferece uma bússola para pensarmos o trabalho, o Estado, a democracia, as políticas sociais, as opressões e o trabalho profissional na chave da luta anticapitalista.

A obra aborda temas urgentes, clássicos e novos, inerentes aos desafios do nosso tempo. É um convite às novas gerações de intelectuais e pesquisadores(as) a se unirem na crítica radical à lógica do capital.

Os textos aqui reunidos evidenciam as imensas contradições do momento neoliberal do capitalismo, não somente em responder à crise atual, mas em promover qualquer tipo de melhora na situação dos países em desenvolvimento ou do sul global, apesar dessa doutrina continuar a influenciar muitas decisões de políticas públicas na América Latina e no mundo.

Por fim, registramos nossos agradecimentos a Capes/Proex pelo apoio as atividades aqui abordadas, a exemplos das bolsas concedidas aos/às discentes e ao “Seminário Internacional 50 anos de neoliberalismo na América Latina”, bem como a publicação da presente coletânea.

REFERÊNCIAS

- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 15 edição. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.
- MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da Crise e Seguridade Social. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo, Cortez, 1995.
- SADER, E; GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- WOOD, Ellen M. *Democracia contra capitalismo — a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006.

PARTE 1

Estado e democracia nos 50 anos do neoliberalismo na América Latina

Introdução

SILENE DE MORAES FREIRE

As palestras que compuseram a primeira mesa do nosso seminário de 2023 resultam de reflexões que permearam nossas análises sobre o triunfo desse meio século de neoliberalismo em nosso continente. Como é amplamente sabido, o Chile, sob a ditadura de Pinochet, teve a ‘honra’ na história contemporânea de ter sido o pioneiro do ciclo neoliberal, quase uma década antes de Thatcher na Inglaterra, iniciando seu programa de efetivação da agenda neoliberal de maneira dura através de questões como desemprego massivo, repressão sindical, privatização dos bens públicos, redistribuição de renda favorecendo os mais ricos, contrarreformas e desregulações. Ou seja, o Chile teve um pioneirismo avassalador.

A experiência neoliberal chilena iniciada na década de 70 do século XX pressupunha a extinção definitiva da democracia e a efetivação de uma das mais radicais ditaduras militares do pós-guerra. Tal aspecto não era contrário à essência do neoliberalismo, pois, como assinalou Hayek, a democracia nunca foi um valor central do neoliberalismo. A preocupação maior dos neoliberais era que a democracia não incentivasse contingentes expressivos capazes de atrapalharem os direitos legítimos dos agentes econômicos de disporem de sua renda e de suas propriedades privadas.

Cabe destacar que na Bolívia de 1985, Jeffrey Sachs já aperfeiçoava suas estratégias de endurecimento para implementar o neoliberalismo, fazendo com que, juntamente com o pioneiro Chile, ainda fossem experiências isoladas até o final da década de 1980 na região.

Parece-nos fundamental uma análise cuidadosa dos êxitos do incessante aprofundamento da ofensiva neoliberal que, sem dúvida, é uma empreitada de largo curso histórico do capital. Ao contrário do que se pensa, o capitalismo nunca esteve tão organizado como atualmente, com uma imensa capacidade de refuncionalizar e de responder a novas demandas. No meio da década de 1990, o neoliberalismo ainda parecia com muitas possibilidades de superação. Entretanto, mais de 50 anos após a sua efetivação, o capitalismo revigorado pelo neoliberalismo parece estar mais vivo do que nunca. A afirmação que o neoliberalismo sobrevive a si mesmo pela incapacidade da esquerda em construir formas hegemônicas alternativas para sua superação, continua atual. Tal projeto deveria articular a crise fiscal do Estado com um projeto de socialização do poder que desarticule, ao mesmo tempo, as bases de legitimação do neoliberalismo, entre as quais se situa, prioritariamente, a passividade, a despolitização, a desagregação social.

Como observou Agustín Cueva (1976), em seus quase dois séculos de vida independente, nosso continente não conheceu uma única revolução burguesa que tivesse culminado na instauração de um regime democrático estável. A frágil democratização dos regimes políticos da América Latina veio acompanhada de uma reabertura do debate sobre o tema. O molde autoritário do capitalismo latino-americano tem raízes muito profundas, oriundas de nosso passado colonial e da modalidade reacionária e dependente com a qual nossas sociedades se integram ao capitalismo mundial (Borón, 1995, p. 73).

O entendimento da lógica do Estado burguês é peça-chave para o entendimento dos países da América Latina e da dinâmica da luta de classes nos trópicos e possíveis estratégias de resistência.

O amálgama da crise estrutural do Estado burguês com o discurso satanizador do setor público diminuiu a capacidade daquela ara formular e executar políticas. “A burguesia, que no passado apoiou sua acumulação privada na gestão estatal e nas políticas Keynesianas,

hoje se desdobra para amputar ao Estado toda sua capacidade regulatória” (Borón, 1995, p. 65). Sua estratégia de dominação — articulada nos diferentes cenários nacionais com a estratégia das frações hegemônicas do capital imperialista — foi facilitada, conforme registrou Atilio Borón, pelo fenomenal retrocesso experimentado pelo movimento operário em escala planetária. Tal situação “precipitou uma ofensiva sem precedentes destinada a desviar o caminho iniciado com a Grande Depressão de 1929, deslocando o centro de gravidade da relação Estado-mercado em direção deste último” (*ibidem*). Nesse contexto, observamos uma clara tendência de deslocamento das ações governamentais públicas — de abrangência universal — no trato das necessidades sociais em favor de sua privatização.

Esse deslocamento da satisfação de necessidades da esfera do direito público para o direito privado ocorre em detrimento das lutas e de conquistas sociais e políticas extensivas a todos. É exatamente o legado de direitos conquistados nos últimos séculos que hoje está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania que tende a ser reduzida às dimensões civil e política, erodindo a cidadania social (Iamamoto, 2001). Nesse processo de erosão da cidadania social, de modo intencional e não intencionalmente substitui-se progressivamente a agenda social do trabalho pela da pobreza, da cidadania social a dos pobres cidadãos (Merklen, 2005). Assim, para Merklen, “Underclass”, “subcidadania”, em realidade categoriza e coloca níveis ao que significa “ser cidadão”; perspectiva que, de alguma maneira, não permite a busca de um lugar no espaço público; em síntese, não dá lugar ao reconhecimento pleno. Para Freire (2013), desenho e a implementação das políticas para pobreza implicam desafios para a construção da cidadania social. A convivência de “diversas visões da pobreza” e de múltiplas concepções de cidadania se expressa de modo contraditório na construção permanente e em disputa das políticas sociais.

As políticas para a pobreza supõem uma nova construção da subjetividade política e do estatuto da cidadania social. Assim, surgem novas subjetividades como a emergência de um estatuto para os pobres ‘cidadãos’. Com isso, o estatuto da cidadania social também se transforma. Trata-se de uma reformulação dos direitos sociais, como específicos a participação em determinados grupos sociais, direitos referidos não só a pessoa como também ao grupo familiar imediato de pertencimento. Por sua vez, “se trata de direitos sociais transitórios e plausíveis de serem suspensos, sujeitos a condições e contextos sociais que se esperam que se transformem em um curto prazo”. (Serna, 2010, p. 147 *apud* Freire 2013, p. 63). Esta nova forma de definição de políticas de ‘mínimos sociais’ embasa a eficácia da gestão pública na capacidade de administrar diversos mecanismos de seletividade social dos programas para identificação de beneficiários e determinação dos alcances reais da cidadania social.

Os intérpretes eleitorais precisam reconhecer que a cidadania não é decorrência necessária do título de eleitor, mas que depende da capacidade de decisão autônoma, expressando-se na emancipação da pobreza e da miséria. A avalanche neoliberal demonstra que os problemas sociais aprofundados nesta quadra histórica que atravessamos não representam apenas uma retórica, mas um processo com profundas raízes nas sociedades em que se desenvolvem. Assim sendo, no Brasil de hoje, faz-se urgente radicalizar a crítica e cobrar as promessas contidas no conceito de democracia. A questão real hoje é como desprivatizar o Estado, e esta seria a perspectiva de sua reforma (que significa ampliar os espaços da esfera pública não-burguesa, mas não no sentido de que cabe à sociedade realizar o que é dever do Estado, e sim no sentido rigoroso de balizar-lhe os movimentos, de democratizá-lo, de ampliar as arenas de conflito e resolução, e não de reprimi-los). Desprivatizá-lo significa desentranhar os “anéis burocráticos” que formam a imbricação histórica promíscua entre o público e o privado no Brasil (Freire, 2013). Hoje, no início

do século XXI, apesar do neoliberalismo ter confirmado que também no Brasil os seus sucessos ideológicos são visivelmente maiores do que os êxitos econômicos, ele continua sobrevivendo sem grandes ameaças. A cidadania política abstrata da democracia burguesa com a des-cidadania sustentada por políticas frágeis voltadas para administração da pobreza e não para sua superação, vem caracterizando as sociedades capitalistas, especialmente as periféricas, como a maior parte da América Latina. Esse fato também deve ser atribuído à incapacidade da esquerda, até aqui, para construir formas hegemônicas alternativas para a sua superação. Bases essas que não podem deixar de se ocupar com a construção de um projeto de socialização do poder que seja articulado com a crise fiscal do Estado e capaz de desarticular as bases de legitimação do neoliberalismo, entre as quais se situa a passividade, o aumento dos níveis de pobreza, o desemprego e a desagregação social. As alternativas às ‘novas’ expressões da ‘questão social’ têm sido as políticas voltadas para a pobreza. Entretanto, tais políticas apenas confirmam e legitimam a ‘subalternização’ de vastos segmentos por meio de benefícios que não constituem legítima apropriação dos resultados da economia. “São apenas débito a fundo perdido, preço a pagar pela sustentação de uma economia cuja dinâmica bane e descarta parcelas da população” (Freire, 2013, p. 48). Concordamos com as análises que mencionavam que essas políticas *ad hoc*, casuísticas, fragmentadas, sem regras estáveis e operando em redes obsoletas e deterioradas, seriam um risco de grave regressão de direitos sociais, pois tal regressão já se deu, não sendo mais um risco.

Com recursos muito baixos e condicionalidades para a manutenção dos benefícios, as políticas para a pobreza, como menciona Silva (2012), contribuem para a contrarreforma do Estado por meio da focalização das políticas sociais. Para a autora, “são ainda forma de monetarizar e financeirizar as políticas sociais, pois operam com recursos monetários administrados por instituições bancário-financeiras” (*idem*, p. 211). Não é demais lembrar, segundo Leher (2012,

p. 17 *apud* Freire, 2013, p. 60), que até mesmo os poucos recursos “repassados às famílias pelo Programa Bolsa família são distribuídos por meio do sistema bancário, através de cartões que movimentam, no conjunto, somas nada desprezíveis que totalizam mais bilhões anuais”. Silva (2012) observa que o ponto comum entre os programas atuais é que os mesmos “trabalham no enfrentamento à pobreza e à miséria, ou seja, às expressões da ‘questão social’ ” (Silva, 2012, p. 234). E por se constituírem “por meio de repasses não operados diretamente pelo aparato estatal, eles remuneram terceiros para a realização desses serviços” (Silva, 2012, p. 235). Ou seja, “remuneram bancos para a realização dessas operações” (*ibidem*). Assim sendo, a lógica fundamental dessas políticas, segundo a autora (*ibidem*, p. 233), “é inserir a força de trabalho no mundo das finanças por meio do provimento de ‘bolsas’ e transformar o cidadão de direitos em ‘cidadão-consumidor, fundamental à reprodução da acumulação capitalista’”. Por isso compreender e criticar os nexos constitutivos das chamadas políticas de combate à pobreza exigem entender que “a conformação de uma determinada hegemonia nunca é um fenômeno que se encerra no terreno das ideias, envolvendo, sempre uma dimensão de supremacia econômica na sociedade civil” (Leher, 2012, p. 19 *apud* Freire, 2013, p. 62).

Em suma, como observou Borón (1995), não tem demasiado sentido falar de democracia em sua abstração, pois na realidade é fundamental examinar a forma, as condições e os limites da democratização em sociedades como a capitalista, que se erguem em princípios constitutivos que lhes são absolutamente antagônicos. Isso não subestima em nada sua transcendência, construída após rios de sangue para conquistá-la, como ocorreu na América Latina. Mas como lembrou Borón (1995, p. 69), “sua necessária valorização não pode ignorar que em sua concretização histórica a democracia — tanto na periferia do capitalismo como em seu núcleo mais desenvolvido — sempre é entrelaçada com uma estrutura de dominação

classista”. Tal entrelaçamento, “impõe rígidos limites a suas potencialidades representativas e, em maior medida ainda, às possibilidades de autogoverno da sociedade civil” (*ibidem*). É fundamental destacar que soberania popular, democracia e cidadania (expressões que, em última instância, designam a mesma coisa) devem sempre ser pensadas como processos históricos aos quais são atribuídas permanentemente novas e mais complexas determinações.

A mesa de debates que aqui apresentamos está diretamente relacionada com a linha de pesquisa 02 do PPGSS: ‘Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social’. Dessa forma, pontuamos algumas das questões importantes dessa linha, como os rumos das políticas impulsionadas pelo neoliberalismo, cujos resultados geraram o recuo dos direitos conquistados através das políticas sociais, e, consequentemente, da cidadania e democracia.

REFERÊNCIAS

- BORON, Atilio. “A sociedade civil depois do dilúvio (neo)liberal.”, *In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. São Paulo, Paz e terra, 1995. pp. 63-77.
- CUEVA, Agustín. *El Desarrollo Del Capitalismo em América Latina*. México, Siglo XXI, 1976.
- FREIRE, Silene de Moraes. “Políticas Sociais Para a Pobreza: a pobreza das políticas”. *In: SOUZA, Gilmaisa M. Costa Reivan (Org). O Social em perspectiva: políticas, trabalho, serviço social*. Edufal, AL, 2013. pp 47-62.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. “A questão social no capitalismo”, *In: Temporalis*, nº 3, ano 2. Brasília, ABEPSS, Grafiine, 2001, p. 9-32.
- MERKLEN, Denis. *Pobres Ciudadanos*. Buenos Aires, Ed. Gorla, 2005.
- SILVA, Giselle Souza da. “Transferência de renda e monetarização das políticas sociais: estratégias da captura do fundo público pelo capital portador de juros”. *In: SALVADOR, Evilásio (et al). Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo Cortez, 2012. pp. 209-240.

As elites neoliberais na disputa pela hegemonia na América Latina: 50 anos depois

MIGUEL SERNA

ELITES ECONÔMICAS E NEOLIBERALISMO

Um dos traços da América Latina no mundo é a desigualdade estrutural e a captura de privilégios das elites no poder. Embora a região não tenha os níveis mais altos de pobreza do mundo, tem os níveis mais extremos de desigualdade econômica. O abismo existente entre o ‘polo’ da pobreza massiva e o ‘polo’ de uma riqueza concentrada em pequenas minorias têm tido crescente atenção e denúncia na agenda pública internacional (OXFAM, 2016).

Além disso, o ciclo histórico da globalização neoliberal do capitalismo mundial tem aprofundado um padrão de concentração da riqueza e distribuição regressiva da renda econômica. Contudo, faz muito pouco tempo que começou a ter estudos comparativos e sistemáticos da “riqueza” (Piketty, 2014) e dos mecanismos de captura de privilégios na cúspide social.

Paradoxalmente, em contraste com os indicadores de concentração da “riqueza substantiva” (Cattani, 2007), as elites econômicas na vida social cotidiana têm se apresentado como uma riqueza opaca, ‘escondida’, numa “economia bandida” (Cattani, 2007, p. 79) de difícil acesso, e reforçada por práticas de evasão fiscal. A ‘descrição’ das práticas

sociais desses grupos caracteriza-se por não ter procurado visibilidade pública. No entanto, a riqueza não é somente uma categoria abstrata do capital, mas também de classes privilegiadas e grupos da ‘alta sociedade’ que têm rasgos subjetivos de relações pessoais e humanas. Nesse sentido, desde a academia tem se assinalado a ‘timidez’ dos sociólogos e obstáculos metodológicos para o estudo dos setores sociais da “alta burguesia” (Pinçon-charlot, 2007, p. 23).

Os estudos das elites na América Latina têm salientado a participação das classes altas nas elites econômicas e os nexos próximos com as elites políticas no controle do Estado. Entre os mecanismos de reprodução das lógicas do poder, tem se apontado a relevância das relações íntimas e pessoais entre as elites e nas práticas de captura de privilégios.

Nesse contexto, este trabalho procura explorar as principais mudanças na reconfiguração dos grupos de poder nas três ondas do neoliberalismo na América Latina durante as últimas cinco décadas (ver tabela nº 1). A hipótese principal visa a compreender as mudanças de modelos ideológicos, em particular do neoliberalismo, nas últimas décadas do século XX e as primeiras do século XXI, e a sua relação com a configuração de elites no campo do poder político na América Latina. O trabalho aborda cada uma das ondas do neoliberalismo e analisa o tipo de elites econômicas e atores que promoveram as ideias e políticas neoliberais, e a seu modo de integração no campo de poder político.

Em função dos objetivos do trabalho, será considerado o conceito de neoliberalismo como paradigma, concepção ou modelo, que foi se expandindo como dominante na disputa hegemônica global de ideias nos últimos cinquenta anos. Ao mesmo tempo, o termo de ondas históricas refere-se a períodos temporais identificados na literatura em que se pode observar impulsos institucionais e de atores transnacionais nas modalidades de expansão, dinâmica e apropriação das ideias neoliberais na região.

Os conceitos têm, portanto, uma finalidade e utilização fundamentalmente heurística e descritiva de períodos históricos, mas de uma determinação objetiva a priori de ciclos preestabelecidos. Trata-se de analisar os traços específicos na região da formação e campos de poder (Bourdieu, 1995), das condicionantes estruturais em relação com a dinâmica de instituições e atores.

Para a análise do modo de produção, representação e difusão de ideais neoliberais nos níveis mundial e regional, vamos recuperar o conceito de “circuitos socio-comunicacionais” de Mato (2007, p. 21), que diz respeito a diferentes ‘relações’ e ‘modos de comunicação’ das ‘práticas’ de atores sociais e redes transnacionais na produção de um “senso comum (neo)liberal marcadamente mundial” (Mato, 2007, p. 22).

Os movimentos ideológicos neoliberais (Mato, 2007) tiveram como referentes intelectuais a escola de pensamento econômico de Milton Friedman e Friedrich Hayek, que defendiam os princípios da economia livre de mercado, a liberalização do comércio mundial, a centralidade do mercado como instituição central na organização da economia e da ordem social e a postura de que o estado devia ter uma intervenção mínima na economia. A formação de movimentos ideológicos procurou a difusão e afirmação do pensamento e orientações de ações políticas neoliberais. As práticas desses movimentos foram organizadas além da academia com o objetivo de influir no pensamento e crenças cotidianas de diversos grupos da sociedade. Em função disso, criaram instituições e redes transnacionais que articularam intelectuais com políticos, empresários, associações religiosas e da sociedade civil, educadores e líderes de opinião.

No entanto do fato de que eles compartilhavam uma matriz comum de pensamento modo de difusão e interpretação das ideias neoliberais foi diferente segundo os países e contextos locais da América

Latina.¹Dentro dos grupos dirigentes e no campo de poder tinham divisões e conflitos internos. Pode-se lembrar as diferenças entre as elites econômicas neoliberais partidárias da liberalização e globalização do comércio mundial e os grupos conservadores antiglobalistas e de defesa da soberania nacional, discurso típico das direitas mais tradicionais. Outras divisões entre elites liberais econômicas e os grupos conservadores exprimiram-se nas posições em relação à herança dos regimes autoritários. Foi o caso das direitas chilenas no que diz respeito a liderança de Pinochet. Além das diferenças internas a hipótese principal que nós queremos defender é que os processos de difusão e disputa de hegemonia do neoliberalismo foram além de fronteiras nacionais apoiados em vínculos e redes de elites transnacionais.

TABELA 1. **As ondas do neoliberalismo na América Latina**

01. A IRRUPÇÃO	02. A HEGEMONIA	03. A MARÉ ROSA
• Abertura econômica e autoritarismo nas décadas de 70 a 80. • Emergência de novas elites econômicas ao campo de poder.	• O paradigma do mercado na democracia dos anos 90. • Recomposição das elites econômicas e políticas no campo de poder.	• Reação conservadora e ultraliberalismo nas primeiras décadas do século XXI. • Disputas no campo de poder e hegemonia simbólica.

FONTE: Elaboração própria.

1 A literatura sobre neoliberalismo é muito extensa e diversa nas abordagens e perspectivas de análise. Nesse sentido, pode-se encontrar em Katz (2019) uma classificação recente sobre o significado e tipos de neoliberais na América.

A NOVAS ELITES ECONÔMICAS NA IRRUPÇÃO DO NEOLIBERALISMO COM O ESTADO BUROCRÁTICO AUTORITÁRIO

A primeira onda de políticas econômicas neoliberais de liberalização e abertura comercial na América Latina aconteceu a partir dos anos setenta, num período mundial de reestruturação do capitalismo, num contexto histórico de guerra fria e de emergência de regimes autoritários. Os objetivos e consequências das políticas neoliberais não foram somente econômicas, eram ao mesmo tempo políticas de crítica aos modelos desenvolvimentistas. No centro das políticas econômicas, estava a redução ao mínimo da função e do gasto no Estado Social em favor das forças do mercado. As consequências das políticas neoliberais de ajuste fiscal foram a redistribuição regressiva da renda na relação entre capital e trabalho, a queda dos salários dos trabalhadores e perdas de direitos sociais à grande parte das classes populares.

A profunda reestruturação da economia não conseguiu resolver a fragilidade estrutural e vulnerabilidade econômica da região. Porém, houve alguns progressos econômicos em alguns países, e os magros resultados acabaram num ciclo recessivo da denominada “dupla crise” (Cavarozzi, 1991) que atravessou a América Latina a partir de 1981-82. Isso se traduziu numa crise fiscal do Estado, na aparição de déficits crônicos na balança de pagamentos, processos que culminaram em políticas de ajustes recessivos, caóticos, com modos de intervencionismo estatal de ‘sobrevivência’ para o financiamento da dívida externa.

Os mares turbulentos da liberalização capitalista acelerada, do autoritarismo político e da reestruturação da intervenção estatal e redistribuição regressiva da riqueza a favor do capital, tiveram como resultado o que a CEPAL descreveu como a “década perdida”. Estilos de desenvolvimento baseados num fraco crescimento econômico, ajustes fiscais ‘caóticos’ e múltiplos danos sociais.

As mudanças econômicas foram possíveis, em grande medida, devido a mudanças políticas na configuração de forças dos grupos de poder e na reestruturação do papel do Estado Burocrático autoritário (O'Donnell, 1996). A nova forma do Estado autoritário concentrou poder no aparelho burocrático estatal, e, sobretudo, esteve marcado pela captura do controle do poder do Estado pelas elites e burocracias militares.

Por outro lado, o Estado burocrático autoritário reforçou as suas relações com as elites econômicas. De uma parte, através da integração e fortalecimento do vínculo tradicional com as velhas elites agrárias rurais conservadoras e as suas associações. De outra parte, com o empoderamento das novas elites financeiras e grupos econômicos transnacionais com novas elites tecnocráticas nos ministérios de economia e Bancos Centrais. Desse modo, os novos economistas da ortodoxia neoliberal, os denominados Chicago Boys, conquistaram os poderes decisórios da política econômica (Markoff; Montecinos, 1994).

As relações entre as elites políticas e econômicas no período estiveram caracterizadas pela captura corporativa do Estado, com uma crescente influência política das empresas e grupos econômicos sobre o aparelho burocrático estatal. Se multiplicaram os processos de captura, colonização, formação de anéis burocráticos entre interesses privados e públicos, práticas de influência direta (lobbies) sobre o aparelho burocrático do Estado para a defesa dos interesses particulares do capital. Além disso, as políticas fiscais foram uma área privilegiada de sequestro por parte das elites para obter benefícios privados e manter privilégios econômicos.

A estrutura do poder empresarial tradicional, de empresários 'prebendários' e da defesa de interesses das câmaras de grêmios empresariais locais, foi parcialmente deslocada aos grupos econômicos multinacionais e nacionais, com novos atores e múltiplas modalidades de intermediação e de influência formal e informal.

As elites econômicas no período acrescentaram seu poder instrumental (Fairfield, 2015) nas capacidades de influência política por meio das relações, intermediários e conexões próximas, informais e formais, em posições decisórias e de autoridades no poder público. Ao mesmo tempo, o capital financeiro internacional fortaleceu o seu poder estrutural, acrescentando a dependência financeira do Estado (Dos Santos, 1998).

A ASCENSÃO DAS ELITES ECONÔMICAS NO NEOLIBERALISMO HEGEMÔNICO

O desenvolvimento latino-americano, dos anos oitenta aos anos noventa, esteve pautado pelo ritmo e forma da implementação das reformas econômicas neoliberais derivadas das diretrizes do denominado Consenso de Washington, o momento do neoliberalismo hegemônico em nível mundial. Segundo a literatura (Katz, 2019), estabeleceram duas etapas na implementação das reformas neoliberais. As iniciais, na década de oitenta, catalogadas de primeira geração, tiveram como objetivos centrais a estabilização macroeconômica e liberalização econômica enquanto respostas ao fim do modelo de Industrialização por Substituição de Importações. O eixo da segunda geração de reformas esteve centrado no Estado e no fortalecimento da governabilidade como um ‘ajuste corretivo’ das insuficiências de estabilidade política e social do primeiro ciclo neoliberal.

As reformas econômicas ‘estruturais’ de ‘segunda geração’ neoliberal dos anos noventa foram mais ambiciosas em relação com as precedentes, aprofundaram e aceleraram as políticas da abertura externa e a liberalização comercial, o estímulo da competitividade externa e a desregulação das forças do ‘mercado’. Paralelamente às reformas, propuseram o retiro da intervenção e influência do Estado enquanto agente econômico, traduzido na privatização das empresas públicas e na redução do gasto público.

A hegemonia do paradigma neoliberal do Consenso de Washington dominou a agenda pública das democracias nos anos noventa. As políticas econômicas de ajuste fiscal foram substituídas pelas denominadas reformas estruturais que colocaram o mercado como agente central do desenvolvimento. A lógica pró-mercado da privatização e descentralização foi expandida a todas as áreas de política pública. A ortodoxia neoliberal colocou ao mercado no centro e ao Estado social subsidiário nas margens, com a função de ‘bombeiro’, de conter o protesto popular e danos dos perdedores do sistema.

No neoliberalismo hegemônico, pode-se observar uma recomposição de campos de poder das elites econômicas na sua relação com a política e a Democracia. Nesse período, a mudança principal foi que as elites econômicas já não estavam somente nas sombras dos bastidores dos gabinetes dos governos, mas também irromperam na competição política eleitoral nas democracias. A política tradicional da prática ‘oculta’ das elites nos bastidores dos governos foi substituída parcialmente por novas modalidades de ativismo político empresarial na política pública.

Francisco Durand assinalou características novas da “ação política empresarial” (Durand, 2010, p. 72) na América Latina. Segundo o autor, a partir da crise de 1982 como o ocaso das formas clássicas de “populismo” e o “amanhecer neoliberal” com a implantação e difusão do paradigma do Consenso de Washington houve novas formas de protesto social e influência política empresarial (Durand, 2010, p. 69). A novidade que atraiu o interesse do autor foi a mudança nas práticas políticas dos empresários por meio da mobilização ativa e a participação direta do empresariado na arena política. As mudanças acontecidas foram de modos de ação coletiva baseadas em práticas sigilosas, nas traseiras dos lobbies e influências pessoais aos governos, virarem direção a um modo mais visível de fazer política de massas, com participação ativa de empresários nas eleições em democracia. A reconversão ideológica e recomposição partidária no

cenário eleitoral das direitas liberais, neopopulistas e conservadoras fortaleceu a integração e participação política das elites empresariais nas elites políticas.

Esse processo de fortalecimento político dos empresários nacionais foi, paradoxalmente, processado num período de enfraquecimento do poder econômico local devido ao avanço da globalização neoliberal. As elites econômicas e associações empresariais tradicionais perderam poder econômico e simbólico (Heredia, 2003) diante do avanço de capitais multinacionais e da recomposição de grupos econômicos locais.

As mudanças na configuração dos campos de poder empresarial se expressaram também no plano do poder simbólico cultural. A emergência de novas instituições culturais, os denominados *thinktanks* (tanques de pensamento) liberais, contribuíram para gerar novas elites tecnocráticas que ganharam influência e controle nas posições decisórias não somente na política econômica, mas também nas políticas públicas em geral.

Os *thinktanks* foram muitos ativos em promover a formação e socialização de elencos técnicos intermediários que ocupavam os diretórios das empresas dos grupos corporativos, dos sócios majoritários, dos principais estudos jurídicos contáveis e consultorias que as assessoram localmente, ligando redes de representação e defesa dos interesses da nova ortodoxia neoliberal da governança global com as elites políticas.

Nesse período, observa-se um fortalecimento e desenvolvimento de *thinktanks* latino-americanos alinhados com redes de *thinktanks* neoliberais em nível transnacional. *Thinktanks* que articularam redes locais e internacionais de elites tecnocráticas e econômicas do mundo dos negócios e empresas com elites políticas, lideranças de opinião e do mundo da cultura.

Desse modo, desembarcaram na região redes de organizações de *thinktanks* neoliberais como a Fundação Atlas, Fazer, RELIAL e LATINOAMÉRICA LIVRE, com sedes principalmente nos Estados Unidos, Espanha, México e Chile (ver tabela nº 2).

TABELA 2. **Redes transnacionais de *thinktanks* neoliberais na América Latina**

REDES <i>THINK TANK</i> NEOLIBERAL	ANO CRIAÇÃO	SEDE	Nº ENLACES MEMBROS A. LATINA
Fundação Atlas	1981	Virginia, EEUU	40
FAZER (Centro Hispano Americano para a Pesquisa Econômica)	1996	Washington, EEUU	38
RELIAL (Red Liberal para A. Latina)	2004	Cidade de México, México	24
FIL (Fundação Internacional para a Liberdade)	2003	Madrid, Espanha	19
LATINOAMÉRICA LIVRE	1992	Santiago de Chile, Chile	10

FONTE: Adaptado de Fischer e Plehwe (2013).

Segundo Daniel Mato, os *thinktanks* neoliberais são:

Atores transnacionais e globais que costumam promover as suas próprias representações, discursos e propostas de políticas, tanto pela produção e circulação de informação sobre elas, assim como através da promoção de redes e encontros nas quais participam e compartilham a informação assim produzida. Desta maneira, constroem hegemonia em torno das suas representações, através de sua naturalização, e pela produção de um certo senso comum; isto leva-se a cabo deforma paciente e perseverante, não pela via da imposição (Mato, 2007, p. 40, tradução nossa).

A prática das redes de *thinktanks* neoliberais promoveram ativamente e persistentemente as suas ideias (recolhendo o pensamento de Hayek da importância da defesa intelectual assimilando à prática de um ‘combate’ ou ‘guerra’ cultural) através de diferentes meios e circuitos de comunicação para influenciar a opinião pública. As práticas comunicativas orientam não somente a grande mídia tradicional, mas também a múltiplos e diversos tipos de publicações (livros, boletins, notas de imprensa, projetos editoriais), canais de comunicação (conferências, cursos, redes sociais etc.) e âmbitos (transnacionais, nacionais e locais), com o fim de chegar a públicos e grupos sociais amplos e diversos.

Salas-Porras (2023) assinala que os *thinktanks* neoliberais formaram uma complexa rede de mecanismos de cooperação e agregação de capital econômico, político, intelectual, jurídico, cultural e associativo, que contribuíram com a conformação de campos de poder e de legitimação do discurso neoliberal construído ou adaptado pelos especialistas e intelectuais em diferentes e múltiplos espaços da sociedade. Os *thinktanks* neoliberais desenvolveram um ‘ativismo social’ através de um repertório de práticas comunicacionais, educativas, associativas, políticas e jurídicas para a defesa de interesses e influência nos governos. Com relação a esse aspecto, os centros de pensamento foram um recurso de poder das elites empresariais.

No universo dos *thinktanks* latino-americanos, pode-se identificar vários de orientação ideológica conservadora em posições de destaque, baseados em redes neoliberais e como vínculos com as elites empresariais. Nos rankings dos principais *thinktanks* na região, nas primeiras dez posições aparecem dois do México (CIDAC e IMCO), um da Colômbia (Fedesarrollo), um chileno (CEP) e um uruguaio (CERES). Além disso, na análise das 100 primeiras na região, aparecem mais dois do México (CLM e IPEA), mais um peruano (ILD) e mais um chileno (LyD) (ver tabela nº 3).

TABELA 3. *Thinktanks* latino-americanos com vínculos empresariais e redes neoliberais no ranking de maior influência região

THINKTANKS NEOLIBERAIS NO RANKING DOS 10 PRIMEIROS EM CANADÁ E MÉXICO (2020)	THINKTANKS NEOLIBERAIS NO RANKING DOS 10 PRIMEIROS NA AMÉRICA DO SUL E CENTRO AMÉRICA (2020)
• México Evalua CIDAC • Instituto Mexicano para a competitividade IMCO	• Desenvolvimento Colômbia • Centro de Estudos Públicos CEP Chile • Centro de Estudos da Realidade Econômica e Social CERES Uruguai
THINKTANKS NEOLIBERAIS NA LISTA DE 44 DE MAIOR DESTAQUE NA REGIÃO	THINKTANKS NEOLIBERAIS NA LISTA DE 85 DE MAIOR DESTAQUE NA REGIÃO
• Caminhos para a Liberdade México • Instituto de Pensamento Estratégico Agora IPEA México	• Instituto Liberdade e Democracia ILD Peru • Liberdade e Desenvolvimento LyD Chile • Fundação Jaime Guzmán FJG Chile • Fundação Internacional Bases (Argentina)

FONTE: Adaptado de McGann (2020); Salas-Porras (2014, 2023); Moreno (2010); Serna (2021); Avila (2023).

CONTRAPONTO E DISPUTAS DE PODER NO PÓS-NEOLIBERALISMO: A MARÉ ROSA E A REAÇÃO CONSERVADORA ULTRALIBERAL

Desde o início do novo milênio, se produzem vários debates ideológicos e acadêmicos sobre um novo ciclo ‘pós’ Consenso de Washington, marcado por traços ambivalentes entre a continuidade e a ruptura com a hegemonia neoliberal (Serna, 2008).

O denominado Pós-Consenso de Washington teve como ponto de partida o consenso do reconhecimento das insuficiências e falta

de resposta adequada do Consenso de Washington aos principais problemas do desenvolvimento na grande maioria dos países em nível mundial. Nesse sentido, emergiram críticas ao fundamentalismo de mercado diante dos péssimos efeitos sociais regressivos, ao contexto de crise na virada do milênio, assim como à insuficiência da conhecida como “teoria do derramamento” que estabelecia uma relação direta entre crescimento econômico e distribuição da riqueza. Como corolário, se propõe uma inversão de prioridades na busca de enfoques que reconheçam que o desenvolvimento social deveria estar no centro e não na periferia das metas do desenvolvimento econômico.

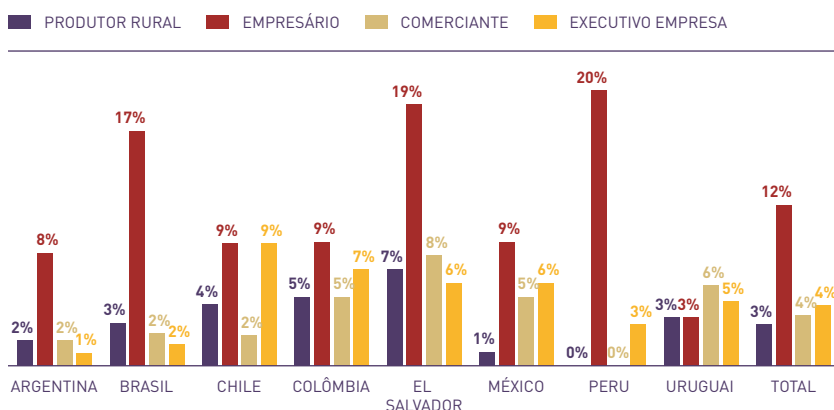
Outras ideias que emergiram entre os consensos dos dissensos ao Consenso de Washington foram a constatação de uma maior intolerância pública e moral da desigualdade social, um reverdecer da inclusão de questões sociais na agenda das políticas de desenvolvimento, e a realização das metas orientadas a uma melhor equidade à proposta de modelos progressistas alternativos, baseados na ideia de crescimento compartilhado e de impulsar deslocamentos distributivos às classes populares mais desfavorecidas.

Porém, isso não implicou necessariamente a eliminação do paradigma neoliberal, cuja ortodoxia econômica persistiu em áreas chaves, especialmente da política econômica e pela reprodução do paradigma de bem-estar social ‘residual’ localizado nas margens sociais da pobreza, mostrando a ambiguidade semântica sobre o escopo do Pós-Consenso de Washington.

Os debates a respeito do Pós-Consenso de Washington foram parte de mudanças das relações de forças dentro poder político com a denominada onda progressista, rosa, ou virada à esquerda nos governos, e a ascensão de novas camadas populares nas elites de poder (Serna, 2004). No entanto, as elites políticas e econômicas tradicionais, longe de perder o poder, tiveram uma posição ambivalente entre a adaptação e coabitação de uma parte, e a reação e oposição de outra.

No período, se manteve o protagonismo político dos empresários no cenário público da política latino-americana, nos governos e partidos. O poder das elites econômicas na política se expressou no superdimensionamento da participação de empresários nos parlamentos latino-americanos. Segundo uma pesquisa comparada prévia em 8 países (Serna; Bottinelli, 2018), a integração de políticos que vêm do campo empresarial situava-se em torno de 23% dos parlamentares da câmara de deputados. A proporção tinha algumas variações significativas entre países, alguns em torno do 15% (Argentina e Uruguai) e outros por cima do 40% (El Salvador) (ver gráfico nº 1). Entre os tipos de categorias de empresários, destacou-se a presença do grupo dos proprietários de empresas e da categoria dos *managers* urbanos, logo após de produtores rurais e comerciantes. Segundo estudos de empresários no parlamento em países bicamerais, no senado a presença de empresários é ainda bem maior, em torno de 30% (Neves, 2014).

GRÁFICO 1. **Elites empresariais na política parlamentar na América Latina em 2010**

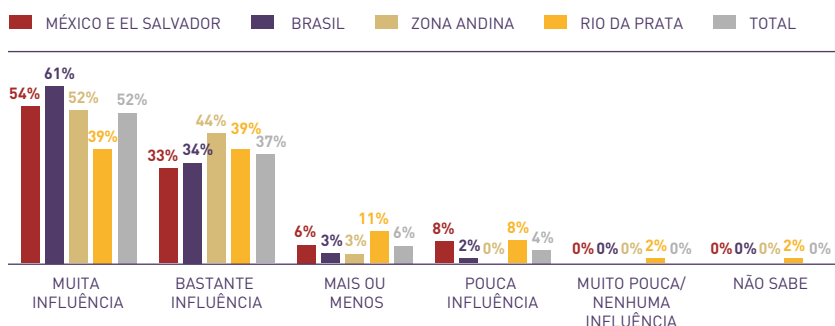


FONTE: Serna e Bottinelli [2018].

Os empresários, os quais historicamente estiveram pouco inclinados à participação política direta, desenvolveram uma variedade de modos de influência. As pesquisas assinalam distintas práticas tradicionais de influência da elite empresarial como ser: tradicionais de lobby e práticas de corrupção, suborno de políticos, de funcionários públicos, parlamentares e gabinete ministerial. Mas também outras, como o financiamento de campanhas eleitorais e doações aos partidos políticos; a influência na nomeação de candidatos a postos decisórios chaves na política econômica e os mecanismos de ‘portas giratórias’ (recrutamento de políticos e funcionários do setor público ao privado e vice-versa).

A participação direta de empresários na política encontrava-se superdimensionada nos espaços de representação política, ainda mais tendo sido percebidos como atores políticos conservadores, com forte incidência nos partidos políticos e governos, e cuja incorporação política gerava zonas grises de colisão entre interesses privados e públicos. Segundo uma outra pesquisa comparada (Serna; Bottinelli, 2018) os empresários tinham influência (muita, 54%, e bastante, 37%) sobre os governos nacionais (ver gráfico n° 2).

GRÁFICO 2. Grau de influência de empresários no Governo Nacional segundo acadêmicos por região



FONTE: Serna e Bottinelli (2018).

De acordo a pesquisa elaborada por Serna e Bottinelli (2018), as práticas mais frequentes de influência política dos empresários eram práticas tradicionais de patronagem, de clientelas com finalidade instrumental de defesa e intercâmbio de interesses privados. Os acadêmicos assinalaram como principais estratégias, a prática de lobbies através de intermediários sobre decisões políticas (22%); a influência direta pessoal (16%); os mecanismos de ‘portas giratórias’ (passagem de empresários a cargos políticos e vice-versa) (14%); e também de clientelismo político ou eleitoral (11%).

Os estudos de opinião pública do Latino barómetro também aportaram evidências empíricas da influência das elites econômicas na política. Segundo as enquetes, existe uma percepção majoritária na opinião pública que as elites políticas latino-americanas eram mais permeáveis às demandas das elites econômicas do que às demandas coletivas da cidadania.

No final da segunda década do século XXI, começa a reação ultra-liberal do neoliberalismo tardio (Casiglia, 2023) com a ascensão ou retorno de setores políticos conservadores no espectro ideológico da direita. Um dos traços do neoliberalismo tardio foi a persistência da participação do setor empresarial e das elites econômicas como grupo de poder estrutural e influência política. O retorno dos líderes e partidos conservadores de direita ao governo, tornou-se possível graças a práticas coletivas de representação de interesses, mobilização eleitoral *anti-establishment* e partidária que foram desenvolvidas ao mesmo tempo em âmbitos institucionais, da sociedade civil e da formação da identidade utilizando, (Luna; Rovira, 2014). Nessa conjuntura, as elites econômicas tiveram condições para entrar na política, tanto pela “percepção de ameaça” e defesa de seus interesses, quanto pela “existência de uma via partidária” (Vommaro; Gené, 2023).

Nesse período, as elites empresariais viraram rumo à conquista dos governos. Contudo, foram diversas as rotas para o governo. Inés Nercesian (2020) realizou um estudo comparado de presidências

empresariais, e fez uma tipologia de quatro caminhos de ascensão ao poder político. A primeira, através de integração nas velhas estruturas partidárias. A autora exemplifica com o caso da presidência de Horacio Cartes, com sua “equipe nacional” (Nercesian, 2020, p. 143) no Paraguai². A segunda via foi caracterizada pelas alianças entre antigas estruturas partidárias e novas direitas populistas. Segundo a autora, pode-se mencionar os casos como o Brasil, com o “o governo da salvação nacional” (Nercesian, 2020, p. 127) de Michel Temer, ou também de El Salvador, com o governo de “experiência política e técnica” (Nercesian, 2020, p. 141) de Elias Antonio Saca. A terceira rota foi definida pela reconversão de agrupamentos históricos em novos partidos. Nessa via, se assinalaram os casos do governo de Sebastián Piñera como o gabinete do “melhor, o mais preparado” (Nercesian, 2020, p. 134); e o “super gabinete” (Nercesian, 2020, p. 130) de Vicente Fox, no México. O último caminho, segundo a autora, foi a criação de novos partidos. Dentro dessa via, identificou a presidência de Mauricio Macri com “a melhor equipe” (Nercesian, 2020, p. 124) na Argentina, o governo da “moralidade, eficiência, objetividade, transparência e publicidade” (Nercesian, 2020, p. 138) de Alvaro Uribe na Colômbia, e, no Peru, do “gabinete de luxo” (Nercesian, 2020, p. 138) para o “gabinete de reconciliação” (Nercesian, 2020, p. 146) de Pedro P. Kuczynski.

A reação conservadora diante do declínio da maré rosa teve como protagonistas a emergência das novas direitas radicais e do neoliberalismo tardio (Cassiglia, 2023). Direitas mais populares nas suas bases sociais e elites dirigentes que as direitas tradicionais (Codato; Bolognesi; Matto, 2015), ainda que tenham levantado as bandeiras de uma nova ortodoxia liberal de justificação e legitimação do regime

2 Nesta via também poderia se encontrar o caso e da presidência de Luis Lacalle Pou, com a ética de governantes responsáveis e austeros no Uruguai.

capitalista como um capitalismo popular, baseado no empreendedorismo individual. As extremas direitas salientaram os valores da primeira modernidade ocidental desde uma perspectiva conservadora, tendo como eixo, o crescimento e a produção econômica nacional diante de outros valores pós-materiais, e tendo como atores e instituições centrais no plano econômico, as empresas e os indivíduos homens, e no plano normativo moral, a nação, as tradições cristãs e a família heterossexual. Direitas que supervalorizaram e idealizaram a defesa da família, da propriedade privada, da religião cristã e da nação. Ao mesmo tempo, fizeram um apelo discursivo moral conservador da ordem, da hierarquia e da ameaça ao uso da violência. Tanto pelas críticas ao funcionamento das instituições da democracia liberal, como pela naturalização das desigualdades sociais através da criminalização e responsabilização individual da questão social.

A disputa da hegemonia cultural das direitas radicais foi definida como uma guerra cultural à herança dos governos progressistas da onda rosa, tanto dos resultados econômicos, como em termos da memória da ditadura, dos novos direitos — reconhecimento de grupos (subalternos étnicos), valorização do meio ambiente—, quanto para a identificação dos inimigos (comunismo, feminismos e ideologias de gênero, sindicalismo, ONGs internacionais) (Wodak, 2015). Disputas simbólicas culturais feitas na opinião pública, na mídia e nas redes sociais, com a finalidade de influenciar no ‘senso comum’ das classes populares e das novas gerações (Semán, 2024).

AS ELITES ECONÔMICAS DO NEOLIBERALISMO: LUZES E SOMBRAS NO CAMPO DE PODER

Cinco décadas de ondas e contra ondas neoliberais na disputa da hegemonia e do campo do poder na América Latina. Na irrupção do neoliberalismo, foi o período da captura do poder desde cima, a entrada de novos grupos econômicos no campo de poder com a finalidade de controlar os núcleos burocráticos do estado num contexto político autoritário de reestruturação e integração ao capitalismo mundial. Nesse período, emergiram novas elites neoliberais tecnocráticas no controle de órgãos centrais da política econômica (ministérios de economia e bancos centrais) para fortalecer as redes com os centros financeiros do capitalismo internacional.

A ascensão do pensamento único do Consenso de Washington nos anos noventa foi o período histórico de hegemonia neoliberal mundial. Um modelo que tinha o mercado e o comércio mundial como eixo central não somente do capitalismo global, ainda que como modelo de desenvolvimento e organização das economias e sociedades nacionais que precisavam impulsionar e se adaptar às reformas estruturais (privatização e desregulação) dos estados-nações e das políticas públicas.

Nesse período histórico, se produz uma reconversão das elites econômicas com as políticas no campo do poder. Foi o momento de expansão do ativismo político das elites empresariais e tecnocráticas na política partidária, da concorrência de candidatos empresariais nas eleições, e de colonização de postos de controle nas políticas públicas pelas elites econômicas e seus quadros de intermediários e especialistas assessores. Assim, observaram-se processos de captura das políticas públicas, além do escopo da política econômica. Nessa direção, ganharam protagonismo no campo simbólico cultural os tanques de pensamento (*think-tanks*) para expandir as ideias do neoliberalismo no senso comum da população e nos quadros de especialistas responsáveis pela orientação, planejamento e implementação das políticas públicas.

A crise posterior do neoliberalismo e o giro da maré rosa dos governos progressistas abriram as portas do pós-neoliberalismo, do mundo multipolar e a perda da hegemonia da ortodoxia econômica neoliberal.

No cenário de recessão econômica e protestos sociais do fim da segunda década do século XXI, foi desencadeada uma nova luta entre grupos pela hegemonia no poder político e simbólico. Dessa vez, através da formação do ultra neoliberalismo tardio e das direitas radicais. Uma convergência entre grupos de reação radical conservadora moral diante dos avanços dos novos direitos, com a defesa da hierarquia da autoridade e a naturalização das desigualdades da ordem social tradicional; e em aliança com a ortodoxia do liberalismo econômico com múltiplos regimes de justificação cultural do capitalismo, num leque de ideologias antiestatais, individualistas e do capitalismo popular na luta pelo senso comum das camadas populares.

Algumas ressalvas finais: neste trabalho, a leitura das ondas neoliberais usada na literatura não deve se confundir com a ideia de evolução linear e progressiva. Pelo contrário, elas somente tentam explicar os traços e trajetórias dos atores que defenderam e fizeram a difusão das ideias e políticas públicas neoliberais em diferentes períodos históricos. De fato, a primeira onda da irrupção neoliberal foi muito longa e turbulenta. As origens podem-se encontrar nas décadas de cinquenta e sessenta, e tiveram que esperar os regimes autoritários para poder impor as suas ideias e políticas. A segunda onda foi a mais curta no tempo, no entanto, o momento histórico de maior impacto na conformação como paradigma hegemônico global. Porém, a virada do século teve uma contra onda ideológica dos governos progressistas, da sociedade civil global com o Foro Social Mundial, e da emergência do pós-neoliberalismo. A terceira onda do ultra neoliberalismo é um período incerto de debate e disputas por hegemonias truncadas entre reações conservadoras e resistências progressistas.

Neste trabalho, defendeu-se a tese que a difusão do pensamento e políticas neoliberais foi feita por elites, atores e instituições que tiveram resiliência a longo prazo para a defesa e reprodução da ortodoxia econômica neoliberal pró-mercado com estratégias transnacionais além das fronteiras nacionais, e com o alvo na transformação e toma do poder do Estado-nação. Nesse sentido, procurou-se estabelecer quais foram as novas elites econômicas e sua relação com o poder político e a configuração do campo do poder. Contudo, isso não significa que as elites foram os únicos nem os principais atores na construção de hegemonia e no campo do poder que tem múltiplos atores, contra elites e resistências populares.

REFERENCIAS

- AVILA, Andrea. “Thinktanks y producción de hegemonía sobre política económica: el caso de FEDESARROLLO en la Colombia contemporánea”. In: NERCESIAN, Inés; ROBLES-RIVERA, Francisco; SERNA, Miguel (org.). *Las tramas del poder en América Latina. Elites y privilegios*. Buenos Aires: CLACSO y Ciudad de México: Ediciones IIS, 2023.
- BOURDIEU, Pierre. *Razones prácticas*. Anagrama, 1995.
- CASSAGLIA, Roberto. *Élites económicas y Estado. Transformaciones de la dominación política en Argentina y Brasil durante la década neoliberal (1989-2002) y el neoliberalismo tardío (2015-2019)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) —Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2023.
- CATTANI, Antonio. “Desigualdades socioeconômicas: conceitos e problemas de pesquisa”. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007, 2007, p. 74-9.
- CAVAROZZI, Marcelo. “Más allá de las transiciones a la democracia en América Latina”. In: *Revista de Estudios Políticos(Nueva época)*. Nº74, oct-dic, 1991.
- CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. “A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador”. In: *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2015.
- DOS SANTOS, Theotonio. “La teoría de la dependencia. un balance histórico y teórico”. In: SEGRERA, López (org.) *Los retos de la Globalización. Ensayo en homenaje a Theotonio Dos Santos* Francisco. UNESCO, Caracas, 1998.

- DURAND, Francisco. “Empresarios a la presidencia”. In: *Nueva Sociedad*, (225), pp. 68-85, 2010. Disponible em: <http://nuso.org/revista.php?n=225>.
- FAIRFIELD, Tasha. *Private wealth and public revenue in Latin America: business power and tax politics*. Cambridge University Press, New York, USA, 2015.
- FISCHER, Karin; PLEHWE, Dieter. “Redes de thinktanks e intelectuales de derecha en América Latina”. In: *Revista Nueva sociedad*. 245: 70-86, 2013.
- HEREDIA, Mariana. “Reformas estructurales y renovación de élites económicas en Argentina. Estudio de los portavoces de la tierra y del capital”. In: *Revista Mexicana de Sociología*. Año 65, n°1, ene-mar, p. 77-115, 2003.
- KATZ, Claudio. “Neoliberales en América Latina”. In: VIDAL MOLINA, Paula (org.) *Neoliberalismo, neodesarrollismo y socialismo bolivariano*. CLACSO, 2019.
- LUNA, Juan Pablo; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. (org.). *The Resilience of the Latin American Right*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2014.
- MARKOFF, J.; MONTECINOS, V. “El irresistible ascenso de los economistas”, In: *Desarrollo Económico*, Vol. 34, N° 133, pp. 3-2, 1994.
- MATO, Daniel. “Thinktanks, fundaciones profesionales en la promoción de ideas (neo)liberales en América Latina”. In: GRIMSON, Alejandro. *Cultura y Neoliberalismo*. CLACSO, Buenos Aires, 2007.
- MCGANN, James G. *Global Go To Think Tanks Index Report*. Think tanks and Civil Society Program, Philadelphia: University of Pennsylvania, 2020. Disponible em: https://repository.upenn.edu/think_tanks/.

- MORENO, Marco. "Think Tanks en Chile: estilos y prácticas tecnocráticas en la formación de políticas". In: *Revista Enfoques*. Vol. VIII, n° 12, p. 103-125, 2010.
- NERCESIAN, Inés. *Presidentes empresarios y Estados capturados. América Latina en el siglo XXI*. Buenos Aires: Teseo-IEALC, 2020.
- NEVES, Costa Paulo; DOMINGOS, Costa Luis; NUNES, W. "Os senadores-empresários: recrutamento, carreira e partidos políticos dos empresários no Senado brasileiro (1986-2010)", In: *Revista Sociologia e Política*, v. 22, n. 52, p. 47-57, dez. 2014, Curitiba, Brasil, 2014.
- O'DONNELL, Guillermo. *El Estado Burocrático Autoritario. Triunfos, derrotas y crisis*, Editorial de Belgrano, 1996.
- OXFAM. *Privilegios que niegan derechos. Desigualdad extrema y secuestro de la democracia en América Latina y el Caribe*.
- PIKETTY, Tomás. *El Capital en el siglo XXI*. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 2014.
- PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. "Sociología da alta burguesia". In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n° 18, jul./dez. 2007, p. 22-37.
- SALAS-PORRAS, Alejandra. "El activismo social de los centros de pensamiento mexicanos alineados con las élites empresariales". In: NERCESIAN, Inés; ROBLES-RIVERA, Francisco; SERNA, Miguel. (org.) *Las tramas del poder en América Latina. Elites y privilegios*. Buenos Aires: CLACSO y Ciudad de México: Ediciones IIS, 2023.
- SALAS-PORRAS, Alejandra. "Las élites neoliberales en México: ¿cómo se construye un campo de poder que transforma las prácticas sociales de las élites políticas?". In: *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales* LIX (222), 279-312, 2014.

SEMÁN, Pablo. *Está entre nosotros. ¿De dónde sale y hasta dónde puede llegar la extrema derecha que no vimos venir?*. Siglo Veintiuno Eds., Buenos Aires, 2024.

SERNA, Miguel. “La reconversión política y cultural de las derechas en el campo empresarial (1985-2021)”. In: BROQUETAS, Magdalena; CAETANO, Gerardo (org.). *Historia de los conservadores y las derechas en Uruguay. Pasado reciente: legados y nuevas realidades*. EBO, 2021.

SERNA, Miguel. “Las políticas de la pobreza en el pós consenso de Washington: más allá y más acá del liberalismo social”. In: *Revista de Ciencias Sociales*, v. 24, p. 47-60, 2008.

SERNA, Miguel. *Reconversão Democrática das Esquerdas no Cone Sul*. EDUSC, Associação Nacional da Pós-graduação em Ciências Sociais, San Pablo, 2004.

SERNA, M.; BOTTINELLI, E. “El poder fáctico de las elites empresariales en la política latinoamericana: un estudio comparado de ocho países”. Informe de investigación programa Élités económicas, políticas fiscales y privilegios en América Latina y el Caribe, CLACSO-OXMAN, 2018.

WODAK, Ruth. *The politics of fear What right-wing populist discourses means?*. Sage, 2015.

VOMMARO, Gabriel; GENÉ, Mariana. “¿Cuándo las elites económicas eligen la vía partidaria? Reflexiones a partir del caso argentino”. In: NERCESIAN, Inés; ROBLES-RIVERA, Francisco; SERNA, Miguel (org.). *Las tramas del poder en América Latina. Elites y privilegios*. Buenos Aires: CLACSO y Ciudad de México: Ediciones IIS, 2023.

Notas sobre neoliberalismo, Estado e democracia

ELAINE ROSSETTI BEHRING

Em 1994, ou seja, há 30 anos, o Departamento de Política Social e a Faculdade de Serviço Social, com a colaboração central dos professores Emir Sader e Pablo Gentilli, organizaram o importante seminário internacional “Pós-neoliberalismo — as políticas sociais e o Estado democrático”, cujas principais conferências foram publicadas em 1995, num livro que se tornou referência sobre o tema até os dias de hoje. Muitas delas já nos advertiam: o neoliberalismo estava longe do seu esgotamento naquele momento, o que tornava um tanto idílico ou mera expressão de desejo falarmos em pós-neoliberalismo.

Pelo contrário, Perry Anderson (1995) chamava a atenção para a hegemonia neoliberal, cuja programática estava sendo implementada, inclusive por governos de matiz social-democrata e/ou eurocomunista, naquele início dos anos 90, marcado por frases de efeito sobre o ‘fim da história’, fetichizando e naturalizando o capitalismo como uma espécie de destino inexorável da humanidade após o colapso da União Soviética. E a categoria gramsciana de hegemonia cabe aqui como uma luva: no contexto do capitalismo em crise e decadência (Mandel, 1982), na sua fase senil ou crepuscular (Fineschi, 2023), as classes dominantes trataram de desencadear uma formidável e monumental reação burguesa à crise desencadeada no final dos anos 60/início dos 70, já que as saídas keynesianas não respondiam à profundidade da crise, cada vez maior ao longo dos anos 70. Essa

reação burguesa foi marcada por processos que se enlaçam: a reestruturação produtiva e seus impactos objetivos e subjetivos sobre a classe trabalhadora ao redor do mundo: flexibilização, precarização, uberização, desemprego de longa duração e estrutural, recomposição ou ampliação do exército industrial de reserva; a mundialização do capital, sob a direção do processo de financeirização e dos movimentos dos grandes oligopólios; e a contrarreforma do Estado, tendo em vista adequar o capitalista total ideal às novas exigências de suporte à acumulação do capital em ambiente de crise.

Após experimentos da programática neoliberal na América Latina, nas ditaduras no Chile de Pinochet (a partir de 1973), com a assessoria de Milton Friedman aos Chicago Boys, e na Argentina (1976), sob Martinez de Hoz na economia, no final daqueles anos, assumiram a direção de importantes estados nacionais do centro do capitalismo, Margaret Thatcher (Inglaterra), Ronald Reagan (EUA), Helmut Kohl (Alemanha) e outros. Anunciava-se os primeiros movimentos da “economia política capitalista da barbárie” (Menegat, 2024), cujos desdobramentos permanecem entre nós como uma “nova razão do mundo”, na interpretação crítica não marxista de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), ou um “pensamento único”, como denunciavam as várias manifestações de edições do Fórum Social Mundial, a partir dos anos 2000.

Então falarmos de 50 anos de neoliberalismo na América Latina, tendo como referência a trágica data do golpe militar no Chile — como certamente caracterizou a chamada do evento do PPGSS/UERJ, realizado em 2023 —, é nos referirmos ao movimento do modo de produção capitalista em sua totalidade no último meio século, com seus impactos econômicos, sociais, culturais e políticos. Mas vale dizer que nosso continente, se foi laboratório do neoliberalismo sob as ditaduras — aliás, a agenda democrática nunca foi mesmo o forte dessa concepção —, não foi apenas sob autocracias e governos bonapartistas que se desenvolveu a agenda neoliberal. Os processos de

redemocratização na América Latina, especialmente com o advento do Consenso de Washington em 1989 e a imposição da lógica dos ajustes fiscais ‘austericidas’, emanando uma série de prescrições ao continente, foram marcados pela implementação sob governos de diferentes matizes, da programática e das contrarreformas neoliberais. Contudo, há que registrar que, para implementar as medidas impopulares e de recrudescimento da desigualdade social do receituário amargo neoliberal, produziu-se um profundo mal-estar da apologetica burguesa do Estado Democrático de Direito. Isto porque tais medidas vieram com: o aumento do poder de decreto dos governos; o insulamento burocrático para se ver livre das pressões daqueles(as) que perderam seus direitos; o aprofundamento das funções coercitivas e penais do Estado. Enfim, configurou-se o que o historiador Felipe Demier (2017) qualifica como ‘blindagem da democracia’, e Dardot e Laval (2016) caracterizam como ‘desdemocratização’. Trata-se, a meu ver, do que parte da ciência política chamou de um ‘paradoxo ortodoxo’: o neoliberalismo impõe um Estado forte para a implementação de seu programa destrutivo. Alardeia o Estado mínimo smithiano, mas não o realiza, pois esta ideia é pura mistificação ideológica.

Vejamos alguns eixos centrais da programática neoliberal. A crise foi interpretada pelo pensamento neoliberal como uma crise do e no Estado, cujo intervencionismo bloqueou os equilíbrios naturais das relações de mercado e a ação dos indivíduos empreendedores. Vale lembrar que para Margareth Thatcher não havia sociedade, mas indivíduos. Assim, o mercado e sua ‘livre’ concorrência — mais uma mistificação em tempos de capitalismo monopolista — são o centro da coesão social. Nessa direção, portanto, era necessário quebrar o poder dos sindicatos e dos acordos coletivos keynesiano-fordistas — onde eles ocorreram — tendo em vista a regulação ‘natural’ dos salários, e diminuir a pressão ‘parasitária’ dos trabalhadores sobre o gasto social público, segundo Anderson (1995), donde decorreu o

ataque generalizado aos direitos sociais e as contrarreformas trabalhistas que se espalharam pelo mundo, a exemplo da paradigmática contrarreforma brasileira de 2017. Eram necessárias contrarreformas tributárias em nome do investimento privado, tornando as cargas tributárias mais regressivas, ou seja, recaindo sobre os salários dos trabalhadores. Qualquer programa redistributivo passou a ser caracterizado como ‘populismo econômico’, e é salutar lembrar que o hoje neodesenvolvimentista (sic) Luiz Carlos Bresser Pereira — que esteve à frente do Plano Diretor da Reforma do Estado, de 1995, no Brasil — escreveu um livro com esse título. Para os neoliberais, o crescimento viria naturalmente das contrarreformas e das privatizações, fortalecendo o mercado.

Vejamos algumas páginas bem instrutivas do assessor de Pinochet, Milton Friedman, que levou ao Chile os seus Chicago Boys (dentre eles, Paulo Guedes, o ex-ministro da economia do duas vezes inelegível). Em *Capitalismo e Liberdade* (1985), Friedman elenca algumas interdições aos Estados nacionais em nome da prevalência do mercado e do combate ao “coletivismo em qualquer das suas formas — o comunismo, o socialismo e o Estado de bem-estar” (1985, p. 38). Seu governo liberal ideal tem funções limitadas e ‘não’ deve: fazer controle de preços e salários, o que envolve definir salários mínimos e preços máximos; impor tarifas sobre importações e restrições às exportações; exercer controles sobre a produção de quaisquer bens e serviços; controlar aluguéis; regular transportes, rádios e televisões; obrigar as pessoas a contribuir para a previdência ‘pública’, gastando parte de seu salário; exigir licenciamentos para empreendimentos ou para o exercício das profissões; instituir programas de habitação públicos; instituir parques nacionais públicos; realizar o transporte público de correspondências; instituir cobrança pública de pedágios; realizar políticas sociais paternalistas, a não ser para os insanos e irresponsáveis, mas mobilizando também a rede filantrópica no âmbito da sociedade civil, ou seja, suplementando a família e a caridade privada

quando for imperioso. Mesmo as crianças, em sua leitura de forte inspiração malthusiana, são tratadas aqui como ‘consumidoras’, ainda que seja uma forma particular de consumo. Seu governo ideal deve manter a ordem e o direito de propriedade, estimulando a competição: nas palavras de Friedman “o liberal consistente não é um anarquista” (1985, p. 39). Eles, portanto, querem o Estado, como suporte da propriedade privada e garantias ao mercado.

É evidente que essa programática vem sendo largamente implementada, por vezes com maior intensidade, outras com mais contenção. Mas ela segue seu curso, ainda que seja destrutivo para a maioria das pessoas — já que uma minoria cada vez mais concentrada e parasitária se locupleta do luxo da produção de riquezas com base na exploração da força de trabalho, em detrimento de uma produção social voltada às necessidades —, o que atinge de morte o meio ambiente, como estamos vivendo nestes tempos de ‘capitaloceno’ (Sá Barreto, 2022). Na fase de crise e decadência do modo de produção capitalista, o neoliberalismo vem dar fôlego à acumulação: ao que Ricardo Antunes (2022) denominou em trabalho recentíssimo de “metabolismo antissocial do capital”.

Se observamos o neoliberalismo como reação burguesa à queda tendencial da taxa de lucros, podemos ir mais profundamente às razões do seu advento e duras consequências. Marx analisa, no Livro III de *O Capital* (1982), o desencadeamento de causas contrariantes à queda da taxa de lucros. Já Mandel (1982), com base em Marx, e colado na genial descoberta marxiana da lei do valor e da queda tendencial da taxa de lucros, percebe que a viragem para uma onda longa com tonalidade de estagnação a partir dos anos 70, e que fundamenta a reação neoliberal, encontra explicação em várias determinações que a engendraram, destacadamente o decréscimo progressivo do capital despendido em trabalho vivo, aquele que efetivamente transfere e cria valor. Frente a essa contraditória condição de existência, o capital reage como? Para Marx (2007), a primeira causa contrariante

à queda tendencial da taxa de lucros é a ofensiva sobre os trabalhadores. Tendo em vista a elevação de sua exploração, prolonga-se ou intensifica-se a jornada de trabalho, mas também se comprime os salários, seja modificando o valor dos componentes da reprodução da força de trabalho, e/ou impondo derrotas à classe trabalhadora. Nesse sentido, tornou-se estratégica a agenda neoliberal de quebrar o poder dos sindicatos e a reestruturação produtiva, que implicaram em uma nova morfologia do mundo do trabalho, como vêm destacando os trabalhos de pesquisa e inúmeras obras de Ricardo Antunes, Ruy Braga, David Harvey e tantos outros.

Para Marx, o incremento do comércio exterior é também uma contratendência fundamental à queda da taxa de lucros. O acirramento do desenvolvimento desigual e combinado e das trocas desiguais no contexto da mundialização do capital, como analisa Chesnais (1996), sob a direção do capital financeiro e suas consequências em termos da superexploração da força de trabalho na periferia dependente, como identificou Marini (2005), são centrais na direção apontada, diga-se, a saída para o exterior. São processos que acontecem no tempo presente em escala ampliada, com a intensificação das disputas de mercado — de trabalho a baixo custo, de matérias primas e auxiliares, de patentes, de nichos de valorização para fazer frente à punção de valor na forma do capital fictício. Elementos que Virgínia Fontes (2010) analisa com seu conceito de capital-imperialismo.

A contrarreforma do Estado também pode ser lida na chave analítica da lei do valor: o fundo público atuando estruturalmente como suporte da acumulação, como contratendência à queda da taxa de lucros. O Estado — longe de ser mínimo, pois as cargas tributárias dos países não diminuíram ao redor do mundo — vem sendo direcionado para as condições de atratividade dos capitais, seja na forma do investimento externo direto, o que inclui a compra de ativos nacionais públicos e privados (as privatizações), seja na forma de títulos da dívida pública e privada. O Estado é o regente da escalada

armamentista em torno da qual se ergue um complexo industrial militar, o que corrobora uma expansão destrutiva do capitalismo. O discurso neoliberal sobre o Estado — a crise do e no Estado — entra em contradição flagrante com a rapina real do fundo público pelas classes dominantes, o que se combina ao ataque às liberdades democráticas. Isto porque, no contexto da contradição crescente entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, a solução de continuidade da reprodução ampliada do capital passa necessária e estruturalmente pelas inúmeras funções do fundo público, como vimos estudando no GOPSS/UERJ, que completou 20 anos de atividade em 2023¹. Numa sociedade monetizada, o fundo público é o que materializa as ações do Estado. E sua ênfase hoje se dá na garantia das condições gerais de produção, na perspectiva de propiciar as condições de rotação e valorização do capital e assegurar a subsunção do trabalho ao capital em condições precárias, ou seja, para a máxima exploração (Behring, 2021). O lugar estrutural e inarredável do fundo público fica claro por sua destinação num lugar central para o capital portador de juros na sua forma mais fantasmática, o capital fictício, pelos mecanismos da dívida pública. O Estado se apropria pela tributação de parte muito significativa do trabalho excedente, de mais valia socialmente produzida, que se transformou em juros, lucros e renda da terra, e de parte do trabalho necessário, na forma dos salários, para sua particular intervenção no momento presente (Behring, 2021). O neoliberalismo, portanto, não minimizou a intervenção do Estado, conforme seus anúncios de

1 Em 2023, foram reunidos alguns trabalhos produzidos mais recentemente por pesquisadores(as) do GOPSS na coletânea *Fundo Público, Orçamento e Política Social*, sob a organização de Elaine Behring, Juliana Cislighi, Márcia Cassin, Felipe Demier, Tainá Caitete e Giselle Souza, disponível em <https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/38349-fundo-publico-orcamento-e-politica-social-20-anos-do-gopss-uerj>.

primeira hora, pois este permaneceu com forte presença econômica e social, e intensa capacidade extrativa, já que não diminuiu a carga tributária na maior parte dos países. Contudo, o Estado redireciona a formação e alocação do fundo público, que é elemento constitutivo dessa lógica destrutiva e da intensificada disputa política pela direção do Estado.

Em síntese, entendo o neoliberalismo como reação burguesa frente à crise estrutural do capital (Behring, 2003): na perspectiva da retomada das ótimas condições de exploração da força de trabalho, de expansão da dominação na economia mundial, e de aprofundamento do desenvolvimento desigual e combinado, com seu diferencial de produtividade do trabalho, na perspectiva de uma retomada das taxas de lucro (ou ao menos das massas de lucro). Foi desencadeada a reestruturação produtiva com adequação da força de trabalho aos novos padrões de exploração, num processo de disciplinamento, fundado na ruptura das ‘seguranças’ do pacto fordista/keynesiano, o que incluiu alterações no Estado Social com intensas expropriações de direitos (Fontes, 2010; Boschetti, 2018), a recomposição do exército industrial de reserva ou superpopulação relativa em suas várias faces. E na periferia, destacadamente na América Latina, a expansão da superexploração da força de trabalho, característica da heteronomia e da dependência dos nossos países (Fernandes, 1987; Marini, 2005, Osório, 2014). Há ainda os deslocamentos espaço-temporais do capital (Harvey, 1993), engendrados pela mundialização do capital com dominância financeira (Chesnais, 1996). E como corolário disso, o neoliberalismo e a contrarreforma do Estado (Behring, 2003), adequando essa mediação fundamental, o Estado — o capitalista coletivo (Ianni, 1984) ou capitalista total ideal (Mandel, 1982) — aos novos tempos. Na perspectiva do disciplinamento da força de trabalho às novas condições de oferta, coube também ao Estado conter os que ficam de fora pelo encarceramento e a violência combinados ao incremento do assistencialismo com evidente recorte racial e de

gênero (Wacquant, 2007). Por exemplo, todos os dados disponíveis no Brasil mostram que o cárcere é, sobretudo, para os pretos, bem como as mortes por ações policiais, e que as mulheres pretas estão nas piores condições de vida e trabalho.

Outro movimento central do Estado é realizar processos de atratividade dos capitais, num contexto de superacumulação, disponíveis na forma dinheiro, por meio das privatizações e oferta de novos nichos de mercado, o que inclui fortemente as políticas sociais, com destaque para a saúde, a educação e a previdência social. De outro ângulo, essa atratividade também diz respeito à exploração de bens naturais, voltando partes da periferia à especialização produtiva em *commodities*, mesmo em países mais industrializados como México, Brasil e Argentina, que viveram processos de destruição do seu parque industrial de maior valor agregado, em nome de um padrão de reprodução primário-exportador, como destaca Cláudio Katz (2016).

É preciso sublinhar o “caráter da crise como estrutural” (Mészáros, 2002; Mandel, 1982) — e este é o fundamento para a conjuntura latino-americana e o avanço do neoliberalismo. Isso não implica em uma abordagem estruturalista, catastrofista ou finalista da história, que por vezes contagiou e ainda contamina o debate crítico. Se o capitalismo esgotou ou não seu tempo, é um desdobramento que tem a ver com as forças sociais vivas e suas possibilidades históricas. Mas parece evidente que hoje são maiores as possibilidades de barbarização e banalização da vida, de desastres ecológicos, bem como de crises econômicas com forte efeito contágio no contexto do capitalismo mundializado e fundado num mar de endividamento público e privado, e que beneficia uns pouquíssimos, além da larga expansão do belicismo, a exemplo das situações da Ucrânia e do genocídio em Gaza. Há os que lucram com a barbárie. A OXFAM nos informa em seu Relatório de 2021 que:

A riqueza das dez pessoas mais ricas do mundo (das quais nove são homens) foi incrementada de tal forma que essa quantidade [...] bastaria para financiar até mais de onze vezes a totalidade das emergências humanitárias das Nações Unidas para 2021 (OXFAM, 2021).

É nesse marco que se desencadeiam mecanismos de atomização social e ruptura dos laços sociais desencadeados pelos impactos da *ratio* neoliberal, corolário da razão do capital, com seu projeto devastador. O neofascismo — como vivemos no Brasil sob o desgoverno de Jair Bolsonaro (2019-2022) — e as variadas formas de regimes bonapartistas, e de golpes de Estado ou tentativas de golpe que acompanhamos na América Latina recentemente, são a expressão política das tendências materiais que viemos apontando. Se o fascismo não é a ‘normalidade’ da dominação burguesa, não há pudores em lançar mão dele em condições de crise orgânica burguesa combinada à crise econômica, inclusive mobilizando a fração enfurecida pequeno-burguesa para esmagar as organizações operário-populares, de mulheres, negras e indígenas, inclusive na forma de falanges paramilitares (milícias), como vivemos no Brasil. A derrota eleitoral no Brasil em 2022 não foi suficiente para espantar de vez essa tragédia, que se expressa na Argentina, agora com Javier Milei. Esse projeto da extrema direita simula o nacionalismo para entregar o patrimônio público e as riquezas naturais; destruir os direitos sociais para que a força de trabalho seja ofertada a qualquer custo e em quaisquer condições sob pena do pauperismo crônico, processo que atinge principalmente as mulheres negras, a exemplo do Brasil. Sob o argumento do terror econômico e do medo, se impõe um ajuste fiscal permanente deletério para a classe trabalhadora.

Esses são processos que ocupam a cena social latino-americana no contexto da fragmentação das lutas e de uma forte ofensiva cultural e ideológica. Falo aqui do que Frederic Jameson (1996) chamou de

lógica cultural do capitalismo maduro, cujos traços são: o individualismo, o consumismo, a espetacularização de um presente reificado, a perda da historicidade e o esmaecimento dos afetos. Tudo isso alimentado pelo ressentimento, a maldade e o ódio.

Entretanto, é preciso registrar que esses processos têm sido enfrentados com muitas resistências. No Brasil, derrotamos a máquina eleitoral montada pelo neofascismo em 2022, mas sabemos que derrota eleitoral não é derrota política necessariamente. E somos instadas a fazer exigências ao novo governo para que tenhamos mais que um neoliberalismo requentado combinado a uma espécie de negacionismo progressista, dada a insuficiência das ações na área ambiental, por exemplo, diante da gravidade da crise climática. Bolsonaro tornou-se inelegível por oito anos, mas a extrema direita está buscando alternativas em suas hostes. Os movimentos indígenas, das mulheres, de lutas por moradias e pela terra, estudantil e de juventudes, ecológicos e antirracistas — trazendo por vezes um movimento sindical acuado pelas condições econômicas — inúmeras vezes foram às ruas de forma contundente para denunciar o neofascismo e a agenda, no caso brasileiro, ultraneoliberal. Acompanhamos com atenção os governos de Boric, no Chile, e Petro, na Colômbia. E com apreensão à situação peruana e às eleições equatorianas e venezuelanas. As tensões e contradições em curso ganham sentido, pois está em disputa uma nova e ainda mais destrutiva onda de expropriações e violências. Mais uma *carnicería*, como nos advertia José Carlos Mariátegui (2016), ao debater a formação social peruana.

Somos uma geração sem tempo a perder. A urgência de puxar um freio de emergência frente a um capitalismo que se pereniza destrutivamente é enorme. Se no plano imediato é necessário combater os predadores mais violentos — os projetos de extrema direita, os belicistas, os desmatadores, os economistas ultraneoliberais etc.—, no plano mediato é preciso superar com urgência o capitalismo, opor a este moedor de gente e da natureza, um projeto generoso de

emancipação e plena expansão da humanidade em novas condições materiais de existência. E as lutas sociais latino-americanas, inclusive reivindicando saberes ancestrais e históricas experiências coletivas, podem contribuir fortemente para isso. Mais que nunca, a palavra de ordem premonitória e antibelicista de Rosa Luxemburgo se coloca: “socialismo ou barbárie”.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo. *Pós-Neoliberalismo — As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Capitalismo Pandêmico*. São Paulo, Boitempo, 2022.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Fundo Público, Valor e Política Social*. São Paulo, Cortez Editora, 2021.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em ContraReforma — Desestruturação do Estado e Perda de Direitos*. SP, Cortez, 2003.
- BOSCHETTI, Ivanete (Org.). *Expropriação e Direitos no Capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo — ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- DEMIER, Felipe. *Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2017.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica*. 3ª Ed. RJ, Editora Guanabara, 1987.
- FINESCHI, Roberto. “Violência e Estrutura Social no Capitalismo Crepuscular”. In: BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara; KILDUFF, Fernanda; MENDES DA SILVA, Mossicléia (Org.). *Os Direitos não Cabem no Estado — trabalho e política social no capitalismo*. São Paulo: Usina Editorial, 2023.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital Imperialismo — teoria e história*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ-EPSJV e UFRJ, 2010.

- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. 7ª. Edição. São Paulo, Ed. Loyola, 1993.
- IANNI, Octavio. *Estado e Capitalismo*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1984.
- JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo — a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática Editora, 1996.
- KATZ, Cláudio. *Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo*. São Paulo: Expressão Popular e Fundação Perseu Abramo, 2016.
- MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Col. Os Economistas, Abril Cultural, [1972] 1982.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*. Lima: Fondo Editorial de Cultura Peruana, [1928] 2016.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. São Paulo: Expressão Popular, [1973] 2005.
- MARX, Karl. *O Capital*, Livro III, Tomos 1 e 2. São Paulo: Abril Cultural, [1895] 1982.
- MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial e Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- OSÓRIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização — A sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- OXFAM. *O vírus da desigualdade*. 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/o-virus-da-desigualdade/>.
- SÁ BARRETO, Eduardo. *Ecologia Marxista para Pessoas Sem Tempo*. São Paulo: Usina Editorial, 2022.
- WACQUANT, Loïc. *Punir os Pobres — A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

A banalização da expropriação no neoliberalismo: as armadilhas do empresariamento urbano

THAÍS LOPES CORTES

INTRODUÇÃO

Nos marcos da crise estrutural do capital, iniciada na década de 1970, nota-se o estreitamento de medidas cada vez mais austeras para o conjunto da humanidade. Os seus efeitos notadamente destrutivos se vinculam intimamente à adoção do projeto neoliberal, que se constitui como uma medida anticíclica, cujo objetivo é a garantia das condições necessárias para o capital se reproduzir ampliadamente, como bem observou Harvey (1996).

Dentre o compósito de medidas adotadas pelo que se convencionou chamar de neoliberalismo¹, observa-se que profundas foram as transformações vivenciadas. Estas, por sua vez, vão desde o chão da fábrica, até mesmo o chão urbano. O que se sucedeu ao fato de que todos os países do globo passaram por significativas mudanças no âmbito da

1 Cabe ressaltar que o neoliberalismo, consiste na “eliminação do Estado como agente econômico, drástica redução do tamanho e dos gastos com o *Welfare State*, e a liberalização do mercado” (Soares, 2009, p. 13). Isto é, o Estado se torna mínimo para o social (para os países que viveram essa experiência do *Welfare State*, que não é o caso brasileiro) e máximo para o capital.

ingerência do Estado em suas atribuições. Em decorrência dessas medidas, o processo da administração urbana também foi alterado, no qual a lógica do gerenciamento deu lugar ao empresariamento.

Assim, há uma íntima associação entre o neoliberalismo e o processo de empresariamento urbano, iniciado nos países centrais na década de 1970. Foi tardiamente, a partir da década de 1990, que essa lógica perpetrou os países latino-americanos, ganhando maior relevo principalmente nas primeiras décadas do século XXI.

À vista disso, partimos do reconhecimento que o espaço urbano (e rural) sempre se constituiu em uma mercadoria privilegiada para o capital. Todavia, com a ingerência da crise estrutural, que se trata de um período marcado por inúmeras instabilidades e tensões no processo de acumulação e de expansão do capital, o espaço urbano adquiriu ainda maior centralidade, ao passo que se tornou um importante incremento para a expansão dos limites do capital sobreacumulado² a partir do investimento no mercado imobiliário, fundiário e financeiro. O que permitiu a abertura de novos setores e de novos nichos para a sua atuação, por meio da construção civil e da especulação imobiliária.

Não raramente, o empresariamento urbano exige uma série de remoções forçadas, sob justificativas diversas, que se constituem como armadilhas, uma vez que buscam o consenso dos sujeitos removidos. Neste início do século XXI, a retórica do risco socioambiental vem sendo fortemente utilizada, diante do quadro da emergência climática que foi potencializada nas últimas décadas. A oficialização das remoções pela retórica dos riscos socioambientais assume proeminência especialmente nos países da América Latina e do Caribe, uma vez que

2 O capital sobreacumulado é “uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vistas escoadouros lucrativos” (Harvey, 2014, p. 124).

as cidades dessas regiões são caracterizadas pela grande desigualdade socioespacial e econômica, sendo marcadas pela presença de assentamentos informais.

Nessa direção, ao analisarmos as particularidades latino-americanas, exemplos não nos faltam. Podemos citar, a construção do Porto Madero, em Buenos Aires. E até mesmo, o caso brasileiro, em razão da copa do mundo e dos jogos olímpicos, donde a política urbana se soma à política habitacional, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, para justificar as inúmeras remoções arbitrárias que, apesar de virem acopladas à garantia do direito à habitação, têm objetivos muito mais amplos, que se relacionam à consolidação do processo de empresariamento urbano.

Isso posto, temos como hipótese, que guia as nossas atividades reflexivas, que, as remoções oficializadas pelas políticas urbanas, especialmente aquelas destinadas à construção dos grandes empreendimentos voltados para o consumo, se constitui em renovados processos de expropriação, (Marx, 2013). Isso, porque, a intervenção do Estado nesses processos tem corroborado a transformação dos meios de vida em capital, segundo Fontes (2012).

Nessa medida, o presente artigo tem como objetivo apreender as expropriações fomentadas pelas políticas urbanas na América Latina, sob a égide do neoliberalismo. Trata-se de um estudo de natureza teórico-interpretativo, sem desmerecer os dados qualitativos, que serão trabalhados a partir da pesquisa hemerográfica. O estudo é resultado da pesquisa realizada no âmbito do Observatório de Direitos Humanos da América Latina, do Programa de Estudos de América Latina e Caribe, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROEALC/UERJ).

Didaticamente, dividimos o artigo em 3 seções. Na primeira delas, buscaremos apresentar aspectos da crise estrutural do capital que corroboraram uma nova forma de administração urbana pautada no seu empresariamento. Na segunda seção, buscaremos apresentar o

fundamento do empresariamento urbano que tem como elo indissociável os processos de remoções, ou melhor dizendo, de expropriações. Por fim, na terceira seção, evidenciaremos a banalização da expropriação operada pelas políticas habitacionais e urbanas na América Latina.

O NEOLIBERALISMO E A 'NOVA RAZÃO' DA ADMINISTRAÇÃO URBANA

No último terço do século XX, o capitalismo adentrou numa onda longa com tonalidade de estagnação, que fez decair o ritmo de crescimento e as taxas de lucros, marcando assim, a crise estrutural do capital. Para dirimir os impactos da crise, a burguesia monopolista implementou a ofensiva do capital que reverberou para um assalto dos direitos sociais. Chega-se, assim, à fase da acumulação denominada como a hegemonia neoliberal. Para Behring, o neoliberalismo representa:

O corolário da reação burguesa à sua própria crise e que tem como eixo central uma forte ofensiva sobre os trabalhadores, tendo em vista a extração do mais valor em condições ótimas ao redor do mundo, em especial nos países dependentes, em busca do diferencial de produtividade do trabalho (Mandel, 1982) e onde a regra é a superexploração da força de trabalho (Marini, 1973). A reconstituição da superpopulação relativa e alteração das condições de oferta da força de trabalho com as expropriações daí decorrentes (Boschetti, 2016 e Fontes, 2010) se tornam elementos vitais para a recuperação das taxas de lucro, mesmo que ao custo da barbarização da vida. E as medidas de ajuste e contrarreformas tornam-se estratégicas nessa direção (Behring, 2018, p. 1).

Conforme observou Harvey (2005), essa transição ao neoliberalismo representou a retomada da hegemonia burguesa. Portanto, a política neoliberal emerge com o objetivo de restabelecer as condições da acumulação do capital e da restauração do poder da burguesia. Por um lado, não foi possível lograr o crescimento econômico. O fato é que a crise perdura até os dias atuais. Conquanto, a restauração do poder das elites econômicas foi exitosa, ao passo que, potencializou as desigualdades sociais e especiais. Iamamoto nos elucida que o neoliberalismo

Produce a concentração de riqueza, em um polo social (que também é espacial) e, noutro, a polarização da pobreza e da miséria, potenciando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista, em que se sustenta a questão social (Iamamoto, 2011, p. 111).

A reação burguesa a sua própria crise exigiu a adoção de uma série de medidas que auxiliaram o capital na sua caça apaixonada pelo valor e pelos superlucros. O que se segue é uma ofensiva às classes subalternizadas pelo capital. No entanto, a adoção da perspectiva neoliberal se dá sob condições particulares e específicas pelo desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo (Ianni, 1992). Mas, alguns elementos, de certo, se assemelham, especialmente quando consideramos a particularidade referente a maior presença do Estado enquanto agente que busca garantir os interesses das classes burguesas.

Em suma, mesmo com as suas variações, a política neoliberal tem quatro estratégias fundamentais, que são: a) cortes dos gastos sociais, por meio da redução das políticas sociais; b) a consequente centralização em gastos sociais em programas seletivos e focalizados na extrema pobreza; c) a descentralização; d) a privatização e a mercantilização das políticas sociais, dado a expropriação dos direitos fomentada pela redução estatal, como tão bem explicitado por Fontes

(2012). Tais medidas funcionam como mecanismos que auxiliam o mercado financeiro a garantir as condições de reprodução ampliada do capital através da abertura de novos nichos para a sua atuação.

À vista disso, a adoção do projeto neoliberal fez emergir não somente a reestruturação do processo produtivo e a reestruturação das atribuições estatais, como também buscou outros mecanismos que auxiliassem o capital na retomada da sua taxa de lucros. Assim, a intervenção do Estado no espaço urbano se tornou nodal para promover a sua organização socioespacial, com o objetivo de criar novas centralidades urbanas e de desempenhar uma função estratégica para a valorização do espaço urbano.

Disso, resulta a ampliação da produção do capital no espaço urbano destinado ao consumo, a fim de alavancar a busca incessante pelos superlucros, por meio de recorrentes processos de expropriação, que ao fim e ao cabo objetivam impor meios para que o capital consiga se valorizar, através da atuação do capital sobreacumulado e da supercapitalização.

As transformações do urbano foram de tal monta que representam uma transformação ‘revolucionária’ da função e da valorização do espaço urbano (e rural), que, como consequência, tornou a cidade altamente especulativa e lucrativa, sendo concebida como:

Um produto ou, em outras palavras, também um grande negócio, especialmente para os capitais que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas. Há uma disputa básica, como um pano de fundo, entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos (Maricato, 2013, p. 33).

Com o objetivo de se pensar e de se elaborar estratégias que versem na maximização dos lucros, ocorreu um colóquio realizado em Orleans, em 1985, que reuniu acadêmicos, homens de negócios

e políticos de grandes cidades e de países de capitalismo avançado. Nesse colóquio, foi apontado o consenso sobre a necessidade de os governos terem uma função mais inovadora e empreendedora em relação à administração urbana (Harvey, 1996).

Dessa reunião, resultou a transmutação do sistema de administração urbana, na qual o gerenciamento urbano prontamente deu lugar ao empresariamento urbano, em que

O governo local hoje, assim como no passado, pode oferecer sua própria forma de empresariamento, para fazer face à enorme mudança social e econômica acarretada pela reestruturação tecnológica e industrial (Blunkett; Jackson, *apud* Harvey, 1996, p. 49).

A partir da adoção da perspectiva da administração pautada no empresariamento urbano, buscou-se a aplicação de estratégias através de parcerias público-privadas e da formação de alianças e de coalizações de interesses para maximizar a atratividade local. O objetivo era atrair o investimento de capital externo, os investimentos diretos e as fontes geradoras de emprego para as cidades. O que, por sua vez, produziu profundas transformações na organização social do espaço urbano, compreendidas como sendo o processo de reestruturação urbana.

Para Harvey (1996), a adoção da perspectiva do empresariamento urbano decorre como uma medida anticíclica da crise do último terço do século XX. E, “pelas mesmas razões, o crescimento do empresariamento urbano pode ter tido um papel importante numa transição geral na dinâmica do regime de acumulação de capital (fordista-keynesiano) para um regime de ‘acumulação flexível’ (*ibidem*, p. 50), cuja primazia é da ortodoxia neoliberal, com caráter de classes bem específicos. Em vista disso, os objetivos e as agendas que envolvem os processos de urbanização na sociedade capitalista buscam efetivamente a

reorganização do espaço, definitivamente, com o objetivo da maximização dos lucros.

Importante lembrar que esse período marca a transição da centralização do capital produtivo para o capital financeiro, no contexto da crise estrutural. Concordamos com Carlos (2015, p. 11) quando afirma que “esse processo mostra que a acumulação capitalista se desdobra, a partir da fábrica, para toda a cidade, afirmando-se como extensão espacial e produzindo a cidade como mercadoria”.

Sob essa perspectiva, foram elaboradas diretrizes pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Banco Mundial (BM) para o desenvolvimento de ‘cidades financiáveis’, por meio da criação de agências privadas que realizavam a intermediação financeira, de modo independente e tinham como responsabilidade a implementação de projetos e a captação de recursos via mercados de crédito internacional e nacional; e a criação de taxas especiais ou emissão de títulos para melhorias urbanas em determinadas áreas das cidades, conforme mencionou Arantes (2006).

Nesse sentido, assume centralidade as parcerias público-privadas. Segundo observou Harvey, essas parcerias efetivadas são puramente empresariais, porque são dotadas de uma execução e de uma concepção especulativa. O que não poderia ser de outro modo, visto que

O empresariamento urbano tem como foco de atenção muito mais a economia política do local do que do território. Entendo este último como os tipos de projetos econômicos (de habitação, educação etc.) concebidos primordialmente para promover melhorias nas condições de vida ou de trabalho em uma determinada jurisdição) (Harvey, 1996, p. 53).

De certo, essa articulação para promoção de investimentos no espaço urbano pode gerar empregos e algumas melhorias nas

condições de urbanização. Mas como notou Harvey (1982), o seu objetivo prioritário é o de garantir as condições necessárias para a ampliação dos valores de troca e para a criação de novas mercadorias destinadas ao consumo,

Tendo em vista que o capitalismo tem sobrevivido, temos forçosamente que concluir que o capital domina o trabalho não só no local de trabalho, mas também no espaço de viver, através da definição da qualidade e dos padrões de vida da força de trabalho, em parte pela criação de ambientes construídos que se adaptem às exigências da acumulação e da produção de mercadorias (*ibidem*, p. 20).

Portanto, a crise do capital exigiu o desenvolvimento de novos setores produtivos que permitissem a abertura de nichos de valorização e de atuação do capital sobreacumulado, através do investimento no mercado imobiliário e fundiário. Segundo Carlos:

A busca da realização da mais valia desloca-se fundamentalmente para a produção do espaço. Assim a urbanização aparece como um momento estratégico para a reprodução do capital em função da abertura de novas possibilidades de valorização (Carlos, 2015. p. 11).

A urbanização e a intervenção do Estado no âmbito da realização de obras de melhorias nas condições de urbanização se centram especialmente em áreas das cidades de interesse do mercado, com o nítido objetivo de aumentar o seu valor, como nos adverte Arantes (2006). O que decorre, pois, a reprodução do espaço passa a ter como imperativo a realização do valor de troca, em contraposição do seu uso e do seu valor de uso, como já nos alertara Carlos (2015). E é sob essa perspectiva que as políticas habitacionais e urbanas são elaboradas e implementadas. De modo disjuntivo, o Estado passa a atuar cada vez mais sobre o controle do espaço urbano, dado que o espaço se

constitui como condição para a realização da reprodução do capital, sobretudo a partir dessas últimas três décadas (Soja, 1993).

Nessa medida, “a urbanização pode, então, ser compreendida como um fenômeno que se encontra, crescentemente, sob a influência do capital portador de juros” (Sanfelici, 2013, p. 28), cuja instrumentalidade foi fulcral para a consolidação dos processos que se inscrevem desde a última década do século passado em novos padrões de produção do espaço urbano na América Latina. O que se coloca em questão é a constituição do espaço urbano enquanto negócio altamente lucrativo, mediante as alianças entre as esferas pública e privada.

O requisito primordial em que se desdobra o processo de transformação do espaço urbano é o próprio Estado, que cria ambientes mais atrativos e receptivos para a atuação de fluxos financeiros internacionais a partir da redução das taxas de inflação e da aplicação de instrumentos de política monetária e fiscal, em consonância com o receituário neoliberal.

Esse processo é fortemente marcado pelo poder dos promotores imobiliários e pelas estratégias do sistema financeiro, que orientam a gestão pública e a reestruturação do espaço urbano. Há, assim, uma forte intervenção do poder local no processo de reestruturação urbana, que reforça, que cria e que destrói determinadas áreas da cidade, a fim de promover novas centralidades urbanas, com o objetivo da consolidação do empresariamento urbano. Conforme Harvey:

Nada desse novo desenvolvimento poderia ter ocorrido sem despejos e desposseções massivas, onda após onda de destruição criativa que tem cobrado não só um preço físico, mas também destruído solidariedades sociais, varrido quaisquer pretensões de governança urbana democrática, e tem cada vez mais recorrido ao terror e à vigilância policial militarizada como seu modo primário de regularização social (Harvey, 2015, sem paginação).

Assim, nessa nova fase de desenvolvimento capitalista há uma tendência de a cidade ser construída e reconstruída voltada para a realização do negócio. Nota-se que a política urbana se torna fulcral nesse processo, ao orientar que os recursos públicos sejam voltados para a construção da infraestrutura necessária ao seu crescente empresariamento.

Isso posto, é possível identificarmos que a política urbana tem como um dos seus objetivos prioritários o atendimento das necessidades de acumulação e de expansão do capital em nível global. No atual contexto da nossa história, não se trata apenas de garantir melhores condições urbanísticas, como buscam demonstrar os governos por meio de discursos que vêm travestidos pelo uso de termos como o de renovação urbana ou de revitalização de áreas degradadas. No entanto, há muitas reticências, pois, grande parte dessas obras objetivam a reintrodução de áreas já ocupadas para a valorização do mercado imobiliário, o que conseqüentemente gera a inevitável relação com a expropriação (Fontes, 2012).

A EXPROPRIAÇÃO COMO FUNDAMENTO DO EMPRESARIAMENTO URBANO

Temos como pressuposto que orienta esta reflexão a continuidade dos processos de expropriação em pleno século XXI. Diante disso, compreendemos a necessidade de nos debruçarmos teoricamente sobre as análises de Marx (2013) acerca das expropriações, para que possamos identificar a sua relação com o empresariamento urbano.

No livro *I d'O Capital*, em seu capítulo XXIV, denominado de “A Assim Chamada Acumulação Primitiva”, Marx (2013) analisa a história do ‘pecado original econômico’, o qual ele considera como o ponto de partida para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Processo que, por um lado, transforma em capital os meios

sociais de subsistência e de produção, e, por outro lado, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados.

Posto isso, é compreensível que o segredo da acumulação capitalista está justamente nas expropriações, que consistem nos “momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres” (Marx, 2013, p. 963). Portanto, a expropriação da terra, é “a base de todo o processo” (*ibidem*) de acumulação do capital. Desse modo, o seu ponto de partida.

Marx (2013) nos chama a atenção que a expropriação iniciada no século XIV foi potencializada nos séculos seguintes, em razão da ascensão da manufatura flamenga da lã. Assim, “as habitações dos camponeses e os cottages dos trabalhadores foram violentamente demolidos ou abandonados à ruína” (*ibidem*, p. 965).

No século XVI ocorreu um terrível processo de expropriação em função da Reforma Protestante, o que ocasionou o roubo dos bens da Igreja Católica, que era a grande proprietária do solo inglês no período narrado. Com a supressão dos mosteiros e da propriedade garantida aos camponeses por meio dos dízimos, tem-se um novo processo de separação dos camponeses do seu meio de sobrevivência, o que contribuiu para que houvesse uma ampliação do proletariado livre para vender a sua força de trabalho. Já essas terras tiradas dos camponeses que delas precisavam para sobreviver, foram doadas ou vendidas aos “rapazes favoritos do rei”, por “preço irrisório” (Marx, 2013, p. 969).

No século XVII, houve um novo movimento de expropriação, quando o próprio Estado foi saqueado de forma colossal e os terrenos passaram ao domínio privado. O objetivo dos capitalistas burgueses da oligarquia inglesa ao saquear esses terrenos foi o de “transformar o solo em artigo puramente comercial, ampliar a superfície da exploração agrícola, aumentar a oferta de proletariados absolutamente livres, provenientes do campo” (*ibidem*, p. 970). Durante o século

XVIII e XIX, esses processos de expropriação se potencializaram velozmente. Nessa direção, Marxdescreve que a expropriação não só conserva a separação dos trabalhadores livres do seu meio de produção, “mas a reproduz em escala cada vez maior” (*ibidem*, p. 961).

Na atualidade, a expropriação ocorre de forma ainda mais intensa, diante da necessidade que o valor tem de se valorizar no curso da crise do capital. Além da expropriação clássica dos trabalhadores do seu meio de vida e do seu instrumento de trabalho — a terra —, temos a expropriação de vários outros meios de vida, como, a habitação e as condições de habitabilidade. O que ocorre mediante a forte intervenção do Estado a partir da implementação das políticas públicas, que tem como um de seus objetivos centrais fomentar o empresariamento urbano, apesar de, às vezes, virem travestidos de discursos que perpassam a garantia do direito à habitação e às condições de urbanidade.

Mészáros (2015), em *“A Montanha que Devemos Conquistar”*, afirmou que a acumulação ocorre sempre como uma autoimposição destrutiva. Compreende-se que a autoimposição destrutiva ou que a destruição criativa apresentada pelo autor pode ser vislumbrada no processo de expropriação e do consequente processo de reestruturação do espaço urbano. Nessa mesma direção, Mészárosnos esclarece que o capitalismo:

Não pode separar “avanço” de destruição, nem “progresso” de desperdício — ainda que as resultantes sejam catastróficas. Quanto mais o sistema destrava os poderes de produtividade, mais libera os poderes de destruição; e quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfíxiante (Mészáros, 2009, p. 71).

Partimos do entendimento que no âmbito do urbano, as forças cada vez mais bárbaras e destrutivas são operadas por meio de massivos processos de remoções, ou melhor dizendo, de expropriações, que

ocorrem, pois, “o desenvolvimento do capitalismo é um processo permanente de superação dos obstáculos e limites à acumulação por meio de espaços ainda não mercantilizados” (Gonçalves, 2018, p. 111). Assim, a atuação do capital no urbano no século XXI parece unir como um cordão umbilical expropriação, reestruturação urbana e empresariamento urbano.

Isso não significa dizer que se trata de uma nova acumulação primitiva, tampouco que se trata da continuidade dos processos sobre os quais se assentaram a gênese do modo de produção capitalista. Afinal, nos encontramos em um contexto sócio-histórico diferenciado, quando o capitalismo se encontra na sua fase madura (Behring, 2018).

Para apreendermos a dinâmica das expropriações no modo de produção capitalista no século XXI na América Latina, é de fundamental importância realizarmos algumas mediações. O que nos permitirá entender o modo como esses processos se atualizaram, se potencializaram e se aprofundaram nos últimos séculos, uma vez que partimos do reconhecimento que “a expropriação não só é pressuposto do capital, das condições para a produção capitalista, mas também exigência da reprodução do capital, das suas leis imanes” (Lupatini, 2018, p. 91) ou como Mauriel (2018, p. 234), a expropriação tem “um papel orgânico na dinâmica histórica do capitalismo”.

Basicamente o que queremos enfatizar é que defendemos a permanência dos processos de expropriação, pois, o capital persegue o valor, isto é, o que move o sistema capitalista é a busca permanente pelo lucro. De modo que a expropriação é:

A condição para a extração do mais-valor e não pode se limitar a um momento prévio ou anterior ao pleno domínio do capital, embora seja correto dizer que a plena expansão do mercado pressuponha populações extensamente expropriadas. As expropriações constituem um processo permanente, condição

da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista (Fontes, 2012, p. 145).

Concordamos com Fontes (2012) na sua argumentação sobre a permanência dos processos de expropriação. Didaticamente, a autora denomina a expropriação dos meios de produção enquanto ‘expropriações primárias’. E afirma ainda a existência de formas atualizadas de expropriações, como resultado do atual estágio do capitalismo financeirizado e altamente desenvolvido, as quais ela denomina como sendo a ‘expropriação secundária’, que:

No sentido próprio, uma perda de propriedade dos meios de produção (ou recursos sociais de produção), pois a grande maioria dos trabalhadores urbanos dela já não mais dispunha. Porém, a plena compreensão do processo contemporâneo mostra terem se convertido em nova e fundamental forma de exasperação da disponibilidade dos trabalhadores para o mercado, impondo novas condições e abrindo novos setores para a extração de mais-valor (Fontes, 2012, p. 54).

Em outra produção mais recente, Fontes continua defendendo a tese da expropriação secundária e define:

As expropriações contemporâneas, que denominei de secundárias, assumem exatamente o mesmo padrão anterior: retiram dos seres sociais suas condições de existência e as convertem em capital. Reconduzem seres sociais à condição de trabalhadores, enquanto convertem meios de existência e de vida em capital (Fontes, 2018, p. 33).

Fontes (2012, 2018) explicita que as expropriações no tempo presente buscam a maior acumulação do capital, além dos limites

já clássicos. Dentre os inúmeros meios sociais de subsistência que historicamente vêm sendo subtraídos dos trabalhadores, podemos citar o acesso ao direito social e fundamental à habitação e as condições de habitabilidade. Nessa mesma direção, Gonçalves explicita que a expropriação tem relação direta com o processo de empresariamento urbano, de forma que:

A ação de privatização do espaço (antigos cercamentos) é um ato característico do momento da mercantilização em uma expropriação capitalista. Tal ação viabiliza a abertura de um mercado até então inexistente, que será capaz de absorver os fluxos do capital. Isso, por sua vez, pode se dar por desapropriações legais, nas quais ironicamente retira as pessoas de suas casas ou terras e reestrutura o território para a criação de valor. Ainda que legais, essas medidas têm a mesma forma do roubo, pois pressupõem uma prerrogativa unilateral do Estado que não depende da concordância do afetado (Gonçalves, 2018, p. 121).

Na próxima seção, abordaremos a generalização e a banalização da expropriação oficializada pelo Estado a fim de fomentar a consolidação do processo de empresariamento urbano nos países latino-americanos.

A BANALIZAÇÃO DA EXPROPRIAÇÃO NO CONTEXTO DO EMPRESARIAMENTO URBANO LATINO-AMERICANO

Não nos parece exagerado afirmar que há na América Latina uma banalização da expropriação, que ocorre de três formas no contexto neoliberal. A primeira forma se constitui nas remoções de comunidades inteiras para fomentar o processo de empresariamento urbano. Esse movimento, se traduz, portanto, no desfazimento do lugar e dos seus históricos habitantes, que migram para periferias

mais distantes. A partir daí se realiza a substituição dos seus usos e das suas apropriações por uma classe social diferente. Como consequência, há um vertiginoso processo de valorização. “Assim, o sentido e o papel do espaço transformam-se, traduzindo um novo horizonte de valorização” (Carlos, 2015, p. 13).

Não por acaso é que, a intervenção do Estado tem sido indelével para mediar esses processos que visam o empresariamento urbano, por meio da sua capacidade ideológica de construir e de legitimar consensos. Outrossim, porque é o Estado quem atua diretamente na organização do espaço urbano, dada a sua capacidade de fomentar a revalorização de determinadas áreas da cidade. Essas podem se dar por meio da flexibilização do aparato jurídico; pela criação de leis, que notoriamente se constituem na sua aplicação arbitrária para garantir os interesses do capital imobiliário e financeiro; além da definição de grandes operações urbanas, que versam sobre a revitalização e a recuperação urbana, bem como sob a justificativa de recuperação de áreas de preservação ambiental. Esses são alguns exemplos de como o Estado latino-americano vem operando por meio da política urbana para intervir diretamente na ampliação dos valores de troca de determinadas áreas da cidade (Botelho, 2008; Alvarez, 2012).

Virgínia Fontes (2018, p. 41) nos ajuda nessa compreensão acerca da importância do Estado na criação e na redefinição de Leis que são instrumentais para garantir a produção, a estruturação e a reestruturação do urbano, em cada contexto do desenvolvimento das forças produtivas, com o objetivo de ampliar cada vez mais o mais-valor. Nessa direção:

Isto se torna evidente através da atuação contemporânea dos Estados, parceiros e garantidores da reprodução e da propriedade *do capital* contra suas populações, contra as demais formas históricas da propriedade, devastando — inclusive juridicamente — qualquer tipo de propriedade (coletiva ou

privada) que ameace a única que representa o capital a capacidade altamente concentrada de extrair mais-valor em grandes escalas de trabalhadores formalmente livres.

Corriqueiramente, processos de expropriação vêm ocorrendo em razão da integração de determinadas áreas do espaço urbano no circuito do mercado imobiliário. Assim, crescentemente, sujeitos são removidos de suas casas para dar lugar a grandes empreendimentos imobiliários. O que, conseqüentemente, tem exigido processos de reestruturação do espaço urbano, o que o torna mais valorizado em termos de mercado, incrementando novos valores e contribuindo para a reprodução ampliada do capital, conforme operado por diversos programas implementados em países latino-americanos ao buscarem se adequar às exigências do capital financeiro e mundializado.

Corroborando a nossa hipótese, Virgínia Fontes (2018), ao analisar as expropriações contemporâneas, quando enfatiza que as remoções das classes subalternas se trata do processo de transformação do controle físico extralegal empregado com o intuito de transformá-los em ativos de capital para desenvolver o processo de capitalização, afirma:

A primeira, e mais evidente, ocorre através de expropriações “suaves” da recente propriedade dos pobres, realizadas por meio de formas de gentrificação dos bairros populares localizados em regiões valorizadas. Na tradicional face violenta, eles são simplesmente expropriados, rompendo-se os laços sócio-históricos, que favoreciam a subsistência nas frestas mesmo mercantis da vizinhança (*ibidem*, p. 56).

Historicamente, inúmeras políticas habitacionais desenvolvidas na América Latina vêm operando pela construção da manufatura do consenso dos processos de expropriação de bairros populares. Após as remoções, ocorre a promoção do conseqüente processo

de empresariamento urbano, contribuindo para conter a queda na taxa de lucros.

Nesse sentido, podemos citar as remoções realizadas no Rio de Janeiro e em diversas outras cidades brasileiras para sediar a copa do mundo, em 2014, e os jogos olímpicos, em 2016. É estimado que cerca de 62.500 casas foram expropriadas, segundo os Comitês Populares da Copa. Outrossim, ganha ainda destaque as remoções da Zona Portuária para a criação do projeto Porto Maravilha, cujo objetivo foi a revitalização da cidade carioca (Gonçalves; Costa, 2020).

Há de se ressaltar que os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foram instrumentais, pois foram destinados ao reassentamento das famílias removidas por esses megaeventos e empreendimentos. Assim, o Programa garante, em parte, o consenso dos sujeitos expropriados, contribuindo diretamente para legitimar as expropriações necessárias para a consolidação do empresariamento urbano brasileiro, no contexto dos megaeventos, que “marcam, simbólica e concretamente, a entrada das cidades do país no circuito dos territórios globais”, conforme nos elucidava Rolnik (2012, sem paginação).

Outro exemplo da ingerência do Estado para a consolidação do empresariamento urbano na América Latina pode ser vislumbrado através do projeto de revitalização do Puerto Madero, em que se estima que 175 famílias foram removidas do assentamento Rodrigo Bueno. Após as remoções, a área foi revalorizada e outras tentativas de remoções ocorreram, para garantir a construção de um novo espaço de acumulação do capital, que teve enorme magnitude no processo de modificação do espaço urbano e do consumo do espaço urbano renovado, cuja lógica da administração estatal foi pautada no empresariamento. Esse é mais um exemplo da experiência latino-americana que segue banalizando os processos de expropriação, custe o preço que custar.

A banalização da expropriação no caso latino-americano se opera ainda por outras duas formas, além das clássicas remoções. Quais sejam: através da financeirização e da mercantilização do direito à moradia, a exemplo do Brasil, por meio do PMCMV, e do México, por meio dos créditos imobiliários ofertados pelo INFONAVIT e FOVISSTE.

Não obstante, a formulação e a disseminação de microcrédito não contribuíram para sanar o déficit habitacional na América Latina e Caribe, estimado sob o ponto de vista quantitativo em 23 milhões de pessoas, enquanto o déficit qualitativo afeta mais de 46 milhões de pessoas e diz respeito a moradias que não se encontram em condições adequadas. Esses números atingem cerca de um terço da população residente nas áreas urbanas de toda a América Latina e Caribe (López, 2023). À vista desses dados, compreendemos que a linha de crédito imobiliária contribuiu para aumentar o endividamento dos sujeitos contemplados, o que agravou ainda mais o rebaixamento das condições de trabalho e de existência. Conforme Fontes:

Do ângulo pelo qual estamos observando, este tipo de iniciativa é uma das mais explícitas formas de expropriação contemporânea, uma vez que atinge especialmente os meios de vida (ainda que parciais) detidos pelos mais pobres, que serão corroídos em função da entrada do grande capital (créditos), eliminados enquanto tais (meios de vida), as populações reduzidas a condições de total disponibilidade para o capital. [...] Levadas a efeito por mulheres, alvos preferenciais de tais microcréditos (Fontes, 2018, p. 58).

Em segundo lugar, observa-se os consecutivos desfinanciamentos da política urbana e habitacional, que operam em dois sentidos, quais sejam: a) com os desmontes dos direitos historicamente conquistados, há uma redução do orçamento que evidencia contrapartidas cada vez mais inexequíveis para uma significativa parcela da população que necessita dos subsídios estatais para o financiamento da

casa própria; b) aqueles que conseguem o crédito estatal se submetem a condições cada vez mais extenuantes, que se revelam na superexploração da força de trabalho, pois com a subtração do orçamento fiscal há um maior incremento dos juros cobrados e do endividamento do trabalhador, o que o subjugava cada vez mais aos ditames do capital. Podemos citar o recuo do orçamento voltado ao Programa Minha Casa Minha Vida (Cortes; Freire, 2023) durante os anos de 2018-2022, sob o governo Bolsonaro. De igual modo, a redução de crédito imobiliário na Argentina, desde 2018.

Assim, o salário dos trabalhadores se torna uma fonte fundamental de lucratividade para o capital, pois a oferta do crédito imobiliário faz com que uma parte da renda advinda do trabalho retorne ao processo de acumulação a partir da mediação com o sistema financeiro. Como observou Harvey (2014, p. 126), “o cordão umbilical que une acumulação por espoliação e reprodução expandida é o que lhe dão o capital financeiro e as instituições de crédito, como sempre com o apoio dos poderes de Estado”, operacionalizado via crédito bancário.

Boschetti (2018), ao analisar as novidades no terreno das expropriações contemporâneas, nos ajuda no entendimento sobre a sua relação com as políticas sociais quando enfatizou que:

As políticas sociais também são pressionadas pelo que Mandel (1982) nomeou como supercapitalização, já que na crise os capitais superacumulados buscam novos nichos de valorização, transformando serviços públicos em mercadorias, o que termina por compor também o menu de expropriações na sua forma atual (*ibidem*, p. 191).

A política habitacional operada via crédito imobiliário tem sido instrumental para a reprodução do capital a partir do pagamento dos créditos somados aos juros e a outras transações financeiras que perpassam pela esfera bancária, rendendo juros. Isso é, permite que

o capital se valorize a partir da transformação do direito à moradia em uma das mais importantes e inacessíveis mercadorias a ser aces-sada por uma ampla maioria esmagadora da população.

Apesar de o neoliberalismo ter pouco mais de três décadas entre os países latino-americanos, já podemos notar os seus efeitos destrutivos, cujos resultados são deletérios, donde notamos que a administração urbana pautada no seu empresariamento assume consequências nefastas para o conjunto da humanidade, uma vez que as expropriações são banalizadas e ampliadas no curso da crise do capital.

CONCLUSÃO

O presente artigo intentou apreender as expropriações fomentadas pelas políticas habitacionais e urbanas na América Latina, sob a égide do neoliberalismo. Ao ampliarmos os nossos horizontes de análise, foi possível constatar que a intervenção do Estado no âmbito das políticas habitacional e urbana, sob esses moldes narrados, têm se constituído na oficialização de processos de expropriação, que se tornaram cada vez mais banalizados e raramente questionados pela população que sofre com os seus efeitos destrutivos. O que ocorre, especialmente devido à construção da manufatura do consenso realizada pelo Estado.

Foi possível observar ainda que a expropriação foi potencializada na América Latina na última década do século XX, mas principalmente no século XXI, no evoluir de mais um ciclo de “ondas longas recessivas” no quadro da ‘crise estrutural’ (Boschetti, 2018). Diante da ameaça constante na redução das taxas de lucro, cada vez mais, “neste momento, o capital precisa recorrer à expropriação de outro espaço, de outro lugar, criar novas condições sociais que permitam o excedente fluir, abrindo novas alternativas à revalorização” (Gonçalves, 2018, p. 111).

Portanto, na atualidade, as expropriações “não dizem respeito aos mecanismos de estabilização da acumulação capitalista, mas à sua dinâmica expansionista e os seus imperativos por crescimento” (Gonçalves, 2018, p. 111). Por isso, esses processos se impulsionaram sob modalidades cada vez mais brutais, à medida que, o capital tem uma incessante necessidade de reconverter os usos do espaço urbano para promover processos de valorização que garantam as condições favoráveis para a sua reprodução e para a sua expansão. Conforme mencionou Vainer:

O capital se renova renovando o espaço urbano. Ele precisa permanentemente destruir o que existe para ser reconstruído. É o que chamamos de financeirização da cidade: o capital se territorializa e o território se capitaliza, vira objeto direto de valorização do capital (Vainer, 2023, sem paginação).

Donde se pode notar a necessidade imperiosa dos processos de expropriação de comunidades inteiras com o objetivo de promover a reestruturação desses locais, que se distingue da posição anterior que ocupavam no espaço urbano, doravante requalificados, com o objetivo de abrir novos nichos de meios de vida para a exploração do capital. Tais medidas têm sido determinantes para a reprodução ampliada do capital, como foi possível apresentar a partir das particularidades dos países da América Latina, cujos exemplos são emblemáticos.

Nos parece lúcido ressaltar que todas as medidas adotadas pelo modo de produção capitalista demonstram a sua incompatibilidade com qualquer quadro de orientação humana. Nessa perspectiva, o direito à habitação e à cidade se converteram em mercadoria. Precisamos descortinar esses aspectos perversos pelos quais o capital se reproduz nestes tempos marcados pelo avanço do neoliberalismo, para que possamos, a partir da autocrítica, buscarmos meios tangíveis para a superação dessa ordem vociferante e destrutiva pela qual se fundamenta o empresariamento urbano, cujas vidas humanas são cada vez mais descartáveis e as consequências desses processos banalizadas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. I. H. de.; *soja, Edward. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Formação (Online), 1(3), 2013. DOI. <https://doi.org/10.33081/formacao.v1i3.2447>.
- ALVAREZ, Izabel Aparecida. “As políticas espaciais contemporâneas e a reprodução do capital e do urbano”. In: *Cidades*, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 62-85, 2012.
- ARANTES, Pedro Fiori. “O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades”. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*. N. 20. São Paulo. 2006.
- BEHRING, Elaine. “Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização”. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisadores/as de Serviço Social, 2018, Vitória. *Anais Em Tempos de Radicalização do Capital, Lutas, Resistências e Serviço Social*. Brasília: ABEPSS, 2018.
- BOSCHETTI, Ivanete. “Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho”. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org). *Expropriação e Direitos no Capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.
- BOTELHO, Adriano. *O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário*. São Paulo: Annablume Editora. 2007.
- CARLOS, Ana Fani. “A virada espacial”. In: *Mercator*. Vol. 14. N. 14. 2015.
- CORTES, Thaís; FREIRE, Silene. “A política habitacional no contexto do capitalismo pandêmico no Brasil: expropriações e lutas sociais”. In: *Revista Goitacá*. v.2, n.1, Campos dos Goytacazes, 2023.
- FONTES, Virgínia. “A expropriação dos meios de existência no capital — expropriações, mercado e propriedade”. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org). *Expropriação e Direitos no Capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.

- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-imperialismo: teoria e história*. 3. ed. Editora UFRJ. 2012.
- GONÇALVES, Guilherme Leite; L, Sérgio. *Um porto no capitalismo global: desvelando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GONÇALVES, Guilherme. “Valor, expropriação e direito: sobre a forma e a violência jurídica na acumulação do capital”. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org). *Expropriação e Direitos no Capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.
- HARVEY, David. “Do gerenciamento urbano ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio”. In: *Espaço & Debates*, nº: 30, p. 48-64. São Paulo, 1996.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. 8. ed. São Paulo. Edições Loyola. 2014.
- HARVEY, David. *Os Limites do Capital*. 1ª Ed. 1ª Reimp. São Paulo. Boitempo Editorial. 2015.
- HARVEY, David. “O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas”. In: *Espaço e Debates*, n. 6, 1982.
- HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2005.
- IAMAMOTO, Marilda. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 5ª ed. São Paulo, Cortez, 2011.
- IANNI, Otávio. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: brasiliense, 1992.
- LUPATINI, Márcio. “Notas sobre a expropriação na ‘odisseia’ do capital”. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org). *Expropriação e Direitos no Capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.

- LÓPEZ, Pablo. *Moradia acessível na América Latina e no Caribe*. 2023. Disponível em: <https://www.caf.com/pt/conhecimento/visoes/2023/08/moradia-acessivel-na-america-latina-e-no-caribe/>. Acesso em: 20. out. 2024.
- MARICATO, Ermínia. “É a Questão Urbana, Estúpido!” In: HARVEY, D; MARICATO, E; et. al. *Cidades rebeldes*. São Paulo, Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAURIEL, Ana Paula. “Estado e expropriações no capitalismo dependente”. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org). *Expropriação e Direitos no Capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.
- MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MÉSZÁROS, István. *A montanha que devemos conquistar*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROLNIK, Raquel. *Remoções forçadas em tempos de novo ciclo econômico*. 2012. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2012/09/04/remocoes-forçadas-em-tempos-de-novo-ciclo-economico/>. Acesso: 09. Dez. 2020.
- SANFELICI, Daniel. “Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: 2 uma contribuição ao debate”. In: *Eure*. vol. 39, n. 118, 2013.
- SOARES, Laura Tavares. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2009.
- VAINER, Carlos. *O deslocamento forçado é uma dimensão estruturante da realidade contemporânea*. Disponível em: <https://clnicasdotes-temunhosc.weebly.com/boletim-23.html>. Acesso em: abril. 2023.

“Trabalhadores do Brasil”: Estado–Nação, raça, eugenia e política social

GRACYELLE COSTA FERREIRA

INTRODUÇÃO

Este texto é a adaptação de parte do terceiro capítulo da tese de doutorado de Ferreira (2020), que recebeu o Prêmio Capes de Tese em 2021 na área de Serviço Social. Baseado em pesquisa bibliográfica e documental, o objetivo é explorar a relação entre raça, nação e eugenia no contexto da institucionalização das políticas sociais no Brasil durante o início do século XX. Embora este debate possa parecer desconectado da doutrina neoliberal que se expandiu no final do século XX, Ferreira (2024) recentemente demonstrou como esses elementos persistem no atual contexto de neoliberalismo de extremos. Sugere então a necessidade de compreender suas distintas manifestações nas ações estatais sob diferentes conjunturas.

Eric Hobsbawm (1990) entende a nacionalidade como um princípio que mantém a unidade política e nacional. A nação, por outro lado, não pode ser entendida sem o Estado (territorial) moderno, isto é, o Estado–Nação. Na era moderna, nação e Estado estão implicados. Entre os ideólogos do liberalismo burguês europeu, a relação entre nação e progresso foi assimilada na segunda metade do século XIX.

Na América Latina, a discussão em torno da ‘nação’ também se intensificou entre o século XIX e XX. Como se projetar para o mundo como nação forte e apta ao progresso? Naquela ocasião, países com histórico colonial escravista, como o Brasil, iniciavam a corrida por posições não subalternas na divisão internacional do trabalho. Nancy Stepan (2005) lembra que, entre 1920 e 1930, o respeito da nação foi paulatinamente ligado aos discursos de gênero e raça na Europa e nos Estados Unidos. Na América Latina não foi diferente. As elites latino-americanas buscaram capturar, porém, aquilo que poderia caracterizar e unificar cada nação. A eugenia não estava descolada desse processo.

Para Osório (2017), através das políticas sociais, o Estado se coloca como produtor de consensos. Em aparência, o Estado ocupa o lugar de agente neutro, deixando oculto que está fundado e embebido em interesses de ‘classes dominantes’. E, mesmo quando assume demandas ou posições das ‘classes dominadas’, o faz preservando-as nas mesmas condições¹. Essa lógica permeia e conduz a intervenção do aparato estatal, isto é, a instância que administra o poder do Estado: suas instituições, servidores, legislações e normas. Dizer isso não significa a ausência de conflitos ou de ganhos significativos para grupos pouco favorecidos. Implica, isso sim, o reconhecimento do Estado como esse território de interesses específicos em permanente conflito (direto ou não).

1 “Os assalariados podem reivindicar empregos ou melhores salários. E é possível que alcancem estes objetivos em tempos e períodos específicos. Porém, permanecerão em um contexto em que a condição do trabalho assalariado se mantém. E isso é parte dos interesses das outras classes, as que dominam. Na medida em que estas relações sociais e de força se naturalizam, o Estado pode se projetar como uma entidade que expressa os interesses da sociedade como um todo” (Osório, 2017, p. 27).

No Brasil, o Estado se colocou como representante do interesse de todas as classes e, por conseguinte, de todas as raças. Ao fazer isso, porém, manteve a condição dos envolvidos em posições hierarquizadas, mesmo que, em aparência, todos tivessem adquirido, pela mão generosa do Estado, um lugar ao sol na nação. O Estado se apropriou do debate sobre a valorização do trabalhador, tomou como seu o teor de práticas que já eram parte da organização dos trabalhadores, institucionalizadas pelo Estado como Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPS), em 1923 e 1926, e depois Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS), em 1933.

Como analisar a origem da política social e sua consolidação no Brasil suspendendo da análise o debate sobre nação que marcou esse contexto? E como ignorar que implicado nesse debate estava a questão da raça? E mais, como deixar de lado duas correntes — a eugenia e o culturalismo — que sustentaram esse debate? A política social não podia estar isenta desses nexos que conformavam as discussões e as relações sociais no país (e na América Latina).

EUGENIA E CULTURALISMO: MAIS ENCONTROS QUE DESENCONTROS

O termo eugenia foi utilizado pela primeira vez em 1883, durante a chamada “era moderna da ciência da hereditariedade” (Stepan, 2005, p. 29). Criada pelo inglês Francis Galton (1822-1911), primo de Darwin, a eugenia tinha como objetivo inicial o ‘aperfeiçoamento’ da humanidade por meio da hereditariedade, especialmente através da reprodução de pessoas consideradas ‘bem-nascidas’ e detentoras de ‘bons’ genes.

Rapidamente, porém, a eugenia também passou a se preocupar em impedir a reprodução daqueles que não pertenciam a esse grupo seletivo, definido com base em critérios fenotípicos, comportamentais e

psicológicos marcados por racismo e capacitismo. A Europa, enquanto centro irradiador da brancura, desempenhou um papel crucial na determinação de quem era ou não considerado apto à reprodução.

No contexto das teorias racialistas, ou do chamado racismo científico, que se espalhavam pelo mundo, a eugenia adquiriu grande relevância, consolidando-se como um pilar dessas concepções pseudocientíficas. Os 'bons' genes seriam transmitidos entre gerações dos melhores representantes da espécie humana. A estética, a matemática e a biologia se encontravam nas preocupações de uma ciência aficionada com a manifestação da raça nas noções dominantes (brancas) de beleza, pureza, superioridade, degeneração e purificação (Stepan, 2005).

Os trabalhos do inglês Herbert Spencer (1820-1903) e do austríaco Augusto Weismann (1834-1914) subsidiaram as constatações de Galton. O primeiro com a concepção de que tudo no universo estaria submetido à progressão evolutiva, transmitida por gerações. O segundo constatou ser o método biológico o único capaz de transmitir características hereditariamente. A partir de ideias do austríaco Gregor Mendel (1822-1884), anos depois se desenvolveu a noção de que a transmissão de características à prole dependia dos progenitores diretos e não de seus ancestrais mais antigos. E que determinadas características poderiam ser transmitidas, mesmo que estivessem presentes em apenas um dos genitores (DelCont, 2008).

Quase cem anos antes, porém, o biólogo francês Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829) havia desenvolvido a ideia de evolução da humanidade por meio da lenta e intencional adaptação às mudanças no meio ambiente. Defendia, portanto, a aquisição de características e habilidades ao longo da vida. E que uma vez adquiridas, poderiam ser transmitidas hereditariamente. Diante do crescimento das ideias de Weismann e Mendel, as teorias de Lamarck foram resgatadas no final do século XIX e início do século XX, dando origem, na França, ao neolamarckismo, agora reinterpretado como uma corrente dentro da eugenia (Stepan, 2005).

A eugenia envolveu médicos, geneticistas, juristas, sociólogos, antropólogos, cientistas, higienistas mentais etc. A relação entre racismo, nacionalismo e eugenia, no entanto, adquiriu distintas faces e assim apareceu nas várias regiões do mundo. Por isso, além de uma teoria, a eugenia foi um movimento social de escala mundial que ganhou importância nos projetos de Estado-Nação.

Com frequência se recorre a um único modelo para delimitar o que é racismo e o que é eugenia. Sobre racismo, tende a ser exclusivamente associado às experiências de segregação racial de países como Estados Unidos e África do Sul no século XX. Em relação à eugenia, aquela colocada em curso pelo nazifascismo alemão. Ao definir essas experiências como as únicas definidoras de racismo e eugenia, oculta-se a complexidade de outras experiências que constroem seu fundamento em diálogo com as anteriores, mas que assumiram modos distintos de operar.

Os países anglo-saxões adotaram uma variante da eugenia inspirada pelas teorias do weismanismo e do mendelismo, que enfatizavam o fator hereditário como garantia do ‘bem-nascido’. Essa abordagem, conhecida como eugenia negativa, focava no controle e na restrição da reprodução de indivíduos considerados ‘disgênicos’ ou ‘inadequados’. Para isso, implementavam medidas como esterilizações forçadas, segregação sexual, exames médicos pré-nupciais, entre outras práticas (Stepan, 2005; Góes, 2018). Políticas sociais que buscassem melhorar as condições de vida desses grupos eram frequentemente rejeitadas, pois eram vistas como uma forma de perpetuar a existência de ‘degenerados(as)’.

Os países anglo-saxões, por exemplo, assumiram a variante da eugenia inspirada na linha interpretativa do weismanismo e mendelismo. Ou seja, o fator hereditário para garantir o ‘bem-nascido’. Essa variante foi chamada de eugenia negativa. Ela se baseava no controle e no impedimento da reprodução dos ‘disgênicos’, dos ‘inadequados’, através da esterilização, segregação sexual, exames médicos

pré-nupciais etc. Qualquer iniciativa de alteração do meio para tentativa de cultivo de bons genes entre os ‘não bem-nascidos’, como políticas sociais, eram questionadas e lidas como manutenção da vida de ‘degenerados(as)’ (Stepan, 2005; Góes, 2018).

Por outro lado, na América Latina, prevaleceu uma variante da eugenia mais próxima do neolamarckismo francês, que inspirou abordagens como a eugenia preventiva e a eugenia positiva. Acreditava-se que era possível enfrentar os fatores que ‘degeneravam’ as nações, combatendo os chamados ‘venenos raciais’ — como o álcool, o tabaco e a sífilis — e melhorando o ambiente em que se vivia (Stepan, *ibid.*). Sob essa perspectiva, regenerar os ‘degenerados’ era considerado viável.

Nesse contexto, a eugenia preventiva concentrou-se em ações sociais, médicas e morais, com foco em saneamento básico, higiene mental, higiene das células e higiene social. Essa abordagem também ficou conhecida como higiene eugênica ou eugenia social. Já a eugenia positiva buscava estimular a reprodução de indivíduos considerados ‘adequados’, promovendo a transmissão de suas supostas capacidades genéticas.

Atualmente, intelectuais como Munareto & Diwan (2024) questionam essa delimitação rígida às características da eugenia na América Latina. De fato, embora apareçam como rivais do ponto de vista metodológico, essas variantes concorrentes guardavam os mesmos princípios de melhoramento genético da humanidade. E muitas vezes coexistiram (Stepan, 2005; Mai; Angerami, 2006; Góes, 2018).

Nancy Stepan lembra que eugenistas acreditavam que “uma verdadeira nação teria um propósito comum, língua e cultura compartilhadas e uma população homogênea” (2005, p. 117-118). É importante enfatizar a última concepção, a de população homogênea. O que inclui a homogeneização sob o prisma biológico e fenotípico. A importância da eugenia só ganha sentido se contextualizada às teorias racistas (do citado racismo científico) que se espalhavam no mundo naquele período.

No século XIX, a antropometria forense do italiano Césare Lombroso exaltou que as diferenças físicas entre os sujeitos eram capazes de revelar sua tendência à criminalidade, por exemplo. Em suas análises, não por coincidência, os criminosos eram sempre não-brancos. Suas concepções foram cruciais na institucionalização da Medicina e do Direito no Brasil. O discurso médico foi poderoso na construção da violência racial ‘racionalizada’ pela ciência (Munanga, 1999).

Se valendo das teorias racistas que acreditavam na superioridade do sangue branco em relação aos demais, Silvio Romero foi um dos que acreditou, desde o século XIX, que a mestiçagem branquearia aos poucos o povo brasileiro, do ponto de vista físico, ‘cultural’ e moral. Renato Kehl, entusiasta da eugenia no Brasil, a princípio apostou na miscigenação. Só depois de um tempo adotou uma postura crítica à mestiçagem. Interpretações como as de Romero tiveram repercussão também naquela que se tornou a interpretação mais conhecida sobre o modelo de relações raciais no Brasil, a de Gilberto Freyre.

Qual foi a novidade do autor de *Casa-Grande & Senzala* (1933)? O deslocamento aparente da ideia de raça para a de cultura, para interpretação da nação brasileira. A reavaliação que cientistas e intelectuais latino-americanos fizeram sobre o ‘eu’ nacional não se fez apesar da raça, mas através da raça. Assim, a defesa da mestiçagem/miscigenação teve lugar de cura em lugar de veículo de degeneração nacional. Essa abordagem foi chamada de “miscigenação construtiva” (Stepan, 2005; Góes, 2018).

Marcelo Paixão (2023) realizou uma brilhante crítica ao padrão de relações raciais no Brasil, caracterizado por um ethos assimilacionista, que ele denominou de antropofágico. O autor destaca que, nos rituais antropofágicos dos Tupinambá, acreditava-se que consumir os inimigos permitia adquirir seus melhores atributos, em uma relação simultânea de admiração e aversão.

Paixão interpreta a miscigenação como um ritual antropofágico, cujo objetivo último seria o branqueamento da nação. Nesse processo, a relação de admiração e aversão se manifesta de forma seletiva: dos brancos, extrai-se a brancura, enquanto se repudiam perspectivas políticas à esquerda, especialmente as anarquistas; dos povos negros e originários, rejeita-se o fenótipo, mas incorpora-se a suposta “alegria”. Assim, buscava-se extrair o que era identificado como “melhor” de cada raça.

Esses estereótipos raciais perversos foram fundamentais na construção do ideal de “trabalhador brasileiro”. Por meio do trabalho (e dos trabalhadores), é possível compreender como esse projeto foi colocado em prática.

‘TRABALHADORES DO BRASIL’: ESTADO-NAÇÃO, RAÇA, EUGENIA E POLÍTICA SOCIAL

O culto ao trabalho e ao trabalhador como elementos chave para a sociedade foi chamado no Brasil de trabalhismo, sobretudo quando passou a ser incorporado pelo próprio Estado. O reconhecimento do trabalhador como sujeito político relevante, moralizado e saneado pelo trabalho, foi antes uma reivindicação dos trabalhadores do Brasil desde o fim do século XIX. A historiadora Ângela de Castro Gomes (1988) demonstrou que o discurso trabalhista não foi criado pelo Estado Novo varguista. Ele emergiu no país entre grupos auto-denominados socialistas e depois entre anarquistas. Só então esse discurso foi sorrrateiramente capturado pelos chefes de Estado e pelo aparato estatal, comprometidos abertamente com o futuro da nação e daqueles que a construía, os trabalhadores.

Essa visibilidade conferida ao trabalho e ao trabalhador se fez completa de fato com Vargas diante do Estado Novo (1937-1945), mas já estava posta entre trabalhadores e, de alguma forma, nas tímidas

iniciativas estatais na Primeira República. Segundo Gomes (1988), a Primeira República, longe de um momento de consenso, significou instabilidade². Tal fato criou a sensação de que a sociedade e o poder estavam abertos a diferentes projetos. Isso é particularmente interessante para esta tese. Socialistas, anarquistas, eugenistas³ e a oligarquia reinante no poder disputavam e colocavam publicamente seus interesses quanto ao destino do país.

Como demonstrado em Costa (2020) e Ferreira (2020; 2023), os portuários negros no Rio de Janeiro também estavam na expectativa quanto às suas possibilidades na sociedade brasileira. Se reconheciam coletivamente como trabalhadores negros brasileiros. Por trás dessa afirmativa estava a expectativa de uma posição de prestígio na construção da nação. Tanto a União quanto a Resistência (e seu advogado Evaristo de Moraes) eram adeptas ao socialismo.

Se o trabalhismo destacava o trabalho, os trabalhadores e seu papel na construção da nação, tal importância passou a ser ‘reconhecida’ pelo Estado com a criação e ampliação de seus direitos como sujeitos políticos. Após a Abolição, e em meio a inúmeras greves e protestos de trabalhadores, foram aprovadas medidas como a Lei de Acidentes de Trabalho (1919) e a Lei Eloy Chaves (1923 e 1926), que criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs). Além disso, a mediação de conflitos entre trabalhadores e patrões, frequentemente acompanhada de violência, também se tornou uma prática comum nesse período.

2 Várias greves assolaram o país nas duas primeiras décadas. A Greve Geral de 1917 é uma das mais conhecidas. Em 1922 foi deflagrado o movimento tenentista, mesmo ano de fundação do Partido Comunista do Brasil e de realização da Semana de Arte Moderna (em São Paulo). Ao mesmo tempo, no plano internacional, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Revolução Russa (1917), a crise econômica de 1929 e a Lei Jim Crow nos Estados Unidos marcava um novo tempo.

3 Stepan (2005) demonstra como a eugenia foi bem recebida por correntes de esquerda e direita no mundo.

Outras iniciativas foram colocadas em curso, mesmo que os próprios trabalhadores se colocassem contra, como foi o caso das medidas sanitárias de saúde pública, a vacinação compulsória, a demolição de moradias comunitárias — muitos zungus foram destruídos no Rio —, o combate a práticas curativas populares etc.⁴ Ter trabalhadores saudáveis era uma preocupação do Estado.

No Rio de Janeiro, a Revolta da Vacina (1904), por exemplo, foi uma reação a esse saber médico autoritário e vinculado ao Estado. No bairro da Saúde, na região portuária, foi montada uma barricada para impedir a entrada de vacinadores e do exército. A barricada Porto Arthur⁵ foi levantada na Praça da Harmonia, em local próximo ao Sindicato da União dos Estivadores. O protagonista dessa barricada foi ninguém mais ninguém menos que Horácio José da Silva, que ficou conhecido como Prata Preta.

Horácio José era capoeirista e estivador negro, morador de uma das favelas nascentes do Rio, o morro do Santo Antônio. A falta de higiene do local era criticada em 1909 pela Revista Careta como uma “vergonha do Rio moderno”. Diante disso, pedia a destruição do local. A matéria, com o título “favela”, ressalta personalidades do bairro como Prata Preta. Chama a atenção uma foto com as ‘lavadeiras da favela’, todas elas negras de diferentes pertencimentos geracionais⁶. Prata Preta, que hoje é nome de Bloco de Carnaval no Rio, foi linchado pela polícia e, junto com outros insurgentes, deportados para o Acre após aquele levante revolucionário. Um levante popular contra as imposições do saber médico e que, segundo Almeida (2003), teve

4 Sobre a organização de trabalhadores negros portuários, marítimos e ferroviários Cf. Costa (2020).

5 Em 1904, os jornais cariocas estavam inundados de informações sobre a guerra entre Japão e Rússia. Abatalha que marcou o início dessa guerra ficou conhecida como “Batalha de Port-Arthur”.

6 *Revista Careta*, 4 de dezembro de 1909, p. 25.

ativa participação dos estivadores da União que foram reprimidos e perseguidos pela polícia (Arantes, 2010).

Quando Eloy Chaves subiu na tribuna da Câmara Federal para discursar em defesa das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPS) para ferroviários, começou dizendo que, depois da Abolição, as barreiras entre os homens estavam se apagando. Em sua fala destacava os objetivos da lei: 1) promover a colaboração e a pacificação de classes em benefício da pátria; 2) incutir o espírito liberal nas relações de trabalho⁷ (ANFIP, 1965).

Eloy reconheceu em seu discurso a prévia existência de iniciativas similares às CAPs, tanto no Rio quanto em São Paulo. Como deixou explícito, a Estrada de Ferro Central do Brasil (RJ) tinha sua própria Caixa. E, em São Paulo, algumas companhias já contavam com ‘Sociedades Benéficas’, embora tivessem a ação limitada a socorros médicos e à oferta de medicamentos. Na sua concepção, era necessário, contudo, oferecer mais ao trabalhador: pensões e aposentadorias. Afinal, as angústias (da vida e do trabalho) só poderiam ser suportadas pela esperança de um prêmio ao final.

A legislação brasileira das CAPs foi inspirada na que vigia na Argentina. Naquele país, as “*Cajas de Jubilacion y Pensiones*” foram, em 1904, concedidas a trabalhadores da administração pública e, um ano depois (1905), a ferroviários. Inspirada no sistema bismarckiano, a lei argentina seguiu o mesmo princípio, tanto na fragmentação da oferta, isto é, por categorias, quanto na diferenciação na quantia relativa a contribuições e benefícios (CIFRA, 2009).

7 Sobre o segundo ponto, é possível identificar em seu discurso o tal espírito liberal presente também na sua defesa de isenção do Estado na fiscalização ou gestão das CAPs (ANFIP, 1965).

Na Argentina, as tensões em torno da nacionalidade eram também tamanhas. O país se autodeclarava branco em 1918, negando a presença de pessoas negras e indígenas na composição da identidade nacional. Não foi ocasional que a legislação argentina foi aplaudida com grande entusiasmo pela Sociedade de Eugenia daquele país, como sugere Stepan (2005). Imigrantes europeus, porém, se negavam a assumir uma identidade nacional argentina (a argentinidade).

A questão da nacionalidade estava no conteúdo da própria Lei Eloy Chaves (1923 e 1926). Nos debates sobre a forma da lei, havia a preocupação quanto à composição do Conselho de Administração das Caixas (com cinco membros). O Decreto-lei 4.682 de 1923 previa no art. 41 que a presidência do Conselho deveria ser exercida por um brasileiro. Em 1926, esse artigo foi suprimido, mas outro estabelece que na representação dos trabalhadores (eleitos por seus pares), pelo menos dois seriam brasileiros.

Mas por que brasileiros em detrimento dos estrangeiros? A possível ligação entre brancos europeus e os ideais políticos de esquerda (sobretudo o anarquismo) é o que preocupava os legisladores. Ideais ‘estranhos’ aos brasileiros e que foram enfrentados de diversas maneiras, uma delas a deportação. Havia uma intenção muito bem definida com a importação de pessoas brancas da Europa para o Brasil: branquear, logo civilizar o país. A via do trabalho foi aquela que sustentou esse projeto de nação. Nesse projeto não havia espaço para ideias à esquerda entre os que viabilizariam esse novo Brasil e um novo tipo de brasileiro, onde a brancura era desejada.

A Primeira Guerra Mundial também aumentou a importância da nacionalidade. No Brasil e em outros países latino-americanos, o neolamarckismo e o que dele decorreu, como a eugenia preventiva, incidiu tanto nos círculos intelectuais quanto no próprio Estado. Isso não significava dispensar o elemento branco europeu como sujeito

civilizador, bastaria discipliná-lo. Seja com violência, por meio de prisões e deportações, seja com a tentativa de produzir consensos via políticas sociais previstas na legislação social do trabalho.

O Código Penal de 1890 já previa, anos antes, a expulsão de estrangeiros do país em caso de vadiagem. Em 1907, a expulsão foi estendida também àqueles que comprometessem a segurança nacional e a tranquilidade pública. É muito interessante que estrangeiros casados com mulheres brasileiras estivessem livres desse tipo de represália. É possível identificar na legislação parte do esforço das elites às relações interracialis, à mestiçagem neste caso, via casamento. Estratégia fundamental para a ‘acomodação’ dos imigrantes europeus no país.

Ao privilegiar brasileiros na composição do Conselho de Administração das Caixas, havia a expectativa quanto a total despolitização desses sujeitos. Quando reproduzimos o estereótipo do estrangeiro europeu como um sujeito radicalizado, representante genuíno do trabalhador no país em detrimento do trabalhador “nacional pacífico” (Gomes, 1988), estamos recorrendo aos mesmos estereótipos que balizavam as ações do Estado. Embora em campos aparentemente distintos, todos se nutrem das mesmas bases racializadas, elevando aquilo que parece ser o ideal.

A Lei Eloy Chaves, além de considerar a nacionalidade na composição dos Conselhos, previa no art. 9 os socorros médicos e a concessão de medicamentos a preços especiais. Essa concepção médica a propósito da saúde não estava dissociada do que significou o poder médico já nas primeiras décadas do século XX. Afinal, foram os médicos os entusiastas da eugenia no Brasil. A eugenia e a higiene social (já expressa na saúde pública) foi por eles protagonizada.

Mas como observar as políticas sociais capturadas pelo Estado, que foram embebidas, como dito pelas saídas (eugenistas e culturalistas), nesse período? As próprias Caixas asseguravam o acesso à medicação e aos cuidados médicos, e, com o tempo, as práticas assistenciais a esses trabalhadores foram sendo intensificadas. A ideia de

que o trabalhador deveria ter uma família é colocada pela própria política social, quando a previdência prevê pensões para esposas e filhas. Mas Arantes (2010), por exemplo, mostra como os portuários cariocas costumavam dormir em pensões, nas próprias embarcações atracadas etc., ou seja, aparentemente sem o modelo familiar esperado pela política social.

Nos Governos Vargas (1930-1945), houve de fato a incorporação e valorização desses sujeitos trabalhadores como ‘brasileiros’. Uma incorporação que, porém, mantinha-os em condições hierarquizadas que exaltavam seu valor cultural (o samba, os ritos, a sensualidade), mas negava sua cor e seu pertencimento racial. Uma incorporação antropofágica, para usar o termo de Paixão (2013). A política social alcançou esse sujeito negro, trabalhador portuário, ferroviário e marítimo, mas o fez justamente na condição de trabalhador nacional, brasileiro⁸. Envoltos nessa brasilidade dos trabalhadores defendida pelo Estado, estava a ideia de nação redimida dos males do período colonial, os males da raça.

Os próprios trabalhadores negros, como visto no capítulo anterior, tentaram subverter o discurso do nacionalismo em seu favor quando se colocavam como brasileiros. Também se mostraram cientes do sentido da imigração que previa sua expulsão paulatina do mercado de trabalho (e da própria composição demográfica do país) ao divulgar anúncios na Europa para desestimular a imigração ou ao pagar passagens de retorno de europeus para seu continente de origem. No fim, porém, o tipo de nacionalismo colocado pelas elites era sobretudo, antropofágico.

A adesão dos trabalhadores ao projeto trabalhista de Vargas não se deu apenas pela ampliação da legislação social do trabalho e pelas

8 Como o fez com imigrantes que passavam a ser obrigados a naturalizar-se oficialmente culturalmente.

políticas sociais que dela decorreram. O sucesso da adesão dos trabalhadores, argumenta Gomes (1988), se deu justamente devido ao projeto político estatal que tomou para si os elementos-chave que, durante a Primeira República, já estavam na ordem do dia para os trabalhadores e, sobretudo, suas lideranças. O que ocorreu não foi uma ruptura no discurso, mas sua apropriação, porém com outros objetivos

Para Gomes (*ibidem*), na revista *Cultura Política* (1941-1945)⁹ está contida a proposta política do Estado Novo (1937-1945). Seu intuito era trazer a público as transformações colocadas em curso no país pelas mãos do governo varguista. Na concepção do editorial, 1930 produziu uma verdadeira revolução no país. O liberalismo dos governos da Primeira República estava banhado de um espírito europeizante, cindia a realidade física e a cultural em sua relação com o Estado.

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e do Ministério da Educação e Saúde revelam, segundo Ângela de Castro Gomes (*ibidem*), o dinamismo a que o governo lançou mão já em 1930 para resolver os problemas dos trabalhadores. Ela indica que as providências nesse sentido podem ser divididas em dois grupos: 1) medidas com atenção à perda da saúde; 2) um conjunto amplo para garantir a saúde, logo, a capacidade produtiva do trabalhador. O primeiro estava na área de intervenção da previdência e assistência social. Se pôs em curso por meio dos seguros contra morte, doença, acidente de trabalho, auxílio maternidade etc. Isso traduzia a concepção de medicina social já comum na Europa desde o século XIX.E, embora Gomes (1988) não a mencione diretamente, a medicina social também estava ligada à eugenia.

⁹ A revista tinha como subtítulo a seguinte frase: “a revista mensal de estudos brasileiros”.

No segundo grupo estão iniciativas que visavam a prevenção da perda da capacidade produtiva do trabalhador no campo da alimentação, do lazer, da arte, da educação, da habitação, dos valores familiares e cuidados domésticos. Na década de 1940, o Serviço de Alimentação da Previdência Social, o SAPS, com médicos nutrólogos, nutricionistas e assistentes sociais foi inaugurado na Praça da Bandeira, na cidade do Rio de Janeiro. Ali eram oferecidas refeições e orientações sobre o consumo de determinados alimentos e seu valor nutricional. A merenda escolar cumpriu papel semelhante (Fogagnoli, 2010; 2017).

No que tange ao lazer, Gomes (1988) explica que em 1943 foi criado por iniciativa do Estado o Serviço de Recreação Operária. Até os sambas em elogio à malandragem foram alvos e personagens honestos começavam a ser sugeridos, como o “Claudionor” do Samba de Sinhô. Por sua vez, a LBA, Legião Brasileira de Assistência, inaugurada por Darcy Vargas em plena Segunda Guerra Mundial (1942), voltou sua atenção às mulheres, ou melhor, à maternidade e à infância, como estratégia alinhada à medicina e puericultura para disseminar modos de cuidado, como Martins (2011) demonstra.

É possível dizer que as ações da LBA estavam alinhadas aos princípios da eugenia preventiva. O Estado varguista conciliou percepções eugênicas e culturalistas como parte da institucionalidade. Em lugar de tratar tais percepções como opostas, Vargas fez delas eixos de sustentação de seu governo. As políticas sociais não fugiam, ao contrário, reforçavam essas bases. Profissionais requisitados para colocar em curso esse projeto, incluindo os do Serviço Social, estavam cada um a seu modo comprometidos com ele.

Conter os conflitos entre trabalhadores e patrões foi parte das iniciativas estatais — via repressão e concessão. Conflitos que podiam estar pautados por estereótipos raciais, como visto no caso dos portuários do Rio. Essa asserção é tão verdadeira que, em paralelo à eleição da via do trabalho para promover o crescimento do Brasil, ao mesmo

tempo operavam as teorias para aprimoramento dos trabalhadores do Brasil. Um aprimoramento que era também racial. Quando o Estado brasileiro assume para si a ‘questão social’, a questão dos trabalhadores e seus conflitos com o patronato¹⁰, assume também a questão racial posta nesse conflito.

É possível, portanto, dizer que a política social assumiu um caráter preventivo às exigências de esquerda e ao mesmo tempo correspondeu ao projeto de nação esperada para o Brasil. Do mesmo modo que os conflitos entre portuários e patrões entre 1906 e 1918 tornou explícita a questão quanto à aversão do patronado a perspectivas de esquerda e se mostrou igualmente avessa à composição racial dos trabalhadores — negros. A “questão *sozial*” (Strazzeri, 2014) no Brasil era uma questão fundada na raça.

As precárias condições de vida e trabalho a que os trabalhadores no território brasileiro estavam submetidos foi mediada pelas mudanças de sociedade que passou a se basear no assalariamento e no valor *stricto sensu*. Algo que se deu de forma ampla após a Abolição da escravidão, que ‘liberou’ milhares da condição de escravizado para atá-los à condição de assalariados. Mas mesmo para acessar o assalariamento, que em si não permitia condições de vida dignas, os trabalhadores negros neste país precisaram construir estratégias coletivas, como no porto do Rio, para manter e conquistar o ‘direito’ ao trabalho e a parcos rendimentos.

Era um clima hostil, alimentado pelo racismo científico e sua maior expressão, a eugenia. Em paralelo, os trabalhadores brancos advindos da Europa sob subvenção privada e estatal ocupavam frentes de trabalho, que como mencionado, também não lhes ofereciam tão

10 Para Ângela Castro Gomes (1988), a questão social nesse momento é a questão do anarquismo. Era ela a ameaça à ordem e foi por isso reprimida pela polícia e por legislações como a lei de expulsão de estrangeiros. Sua análise, porém, afirma que não há como dissociar a aversão do governo pelo anarquismo sem entender o debate da nacionalidade que se colocava nas primeiras décadas dos 1900.

boas condições. Mas eram eles a esperança de uma nação edificada pelo progresso (branco). No início do século XX, a fome era um dos maiores problemas no Brasil. As condições de habitação nos grandes centros urbanos eram as piores possíveis para trabalhadores brancos e negros. Mas note que tais condições precárias, foram elas mesmas produzidas por uma dinâmica de racialização da nação, de embranquecimento via trabalho.

É possível dizer que em países latino-americanos, como o Brasil, a política social surgiu como um dos métodos de regeneração dos degenerados¹¹, como parte de uma proposta de aperfeiçoamento gradativo da nação, encampada pelas elites. A linguagem da eugenia estava muito nítida na Constituição Federal de 1934. No título da “Ordem Econômica e Social”, o artigo 138 tratou das atribuições da União, Estados e Municípios sobre o assunto. O amparo aos ‘desvalidos’ por meio de serviços sociais, o amparo à maternidade, à infância e à juventude estavam lado a lado com o estímulo a uma educação eugênica, com a adoção de medidas de higiene social, com o cuidado da higiene mental, com a luta contra os ‘venenos sociais’. Toda a linguagem da eugenia ‘positiva’ incorporada pelo lamarckismo estava ali:

Art 138 — Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas: a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar; b) estimular a educação eugênica; c) amparar a maternidade e a infância; d) socorrer as famílias de prole numerosa; e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual; f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade

11 Antecipando-se ao Estado, a Caixa Beneficente criada pela elite cafeeira do porto carioca em 1908 deixava explícita a necessidade de pensionistas estarem longe da “vagabundagem” ou da “vida desonesta” para acessar o benefício.

infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis; g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais (Brasil, 1934).

Existia uma preocupação com a criação de uma unidade nacional. Unidade racial dos trabalhadores do Brasil. É importante discutir como isso incidiu sobre as relações raciais no Brasil. Quando a política social é colocada em curso a partir de 1923, temos a saúde, a previdência e, de certo modo, a assistência social sob a direção estatal. A execução se restringiu a princípio aos próprios empregadores. Nos governos Vargas há aos poucos uma centralização na supervisão e controle de sua oferta e dos próprios sindicatos¹². Sobre isso, parece interessante recuperar o que o estivador Luiz Almeida (2003) explicitou em seu livro sobre a União dos Operários Estivadores. Ali ele comenta sobre as interferências dos governos Vargas na organização da União dos Operários Estivadores, sindicato protagonizado por trabalhadores negros no Rio.

Almeida (*ibidem.*) também conta que foi durante a administração de Magalhães que a Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores foi implantada, um processo que dilapidou o patrimônio da União. Desse modo, na administração de todos os recursos da Caixa, que foram entregues à União, que logo depois criou os Institutos de Aposentadorias e Pensões. Em 1945, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores foi transformado em Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas, ato regido pelo Decreto-Lei 7720 de 9 de julho daquele ano. Os trabalhadores perderam todo o controle sobre os recursos.

12 Castro (1988) lembra que em 1931, a Lei da Sindicalização (Decreto-Lei 19.770 de 19 de março de 1931) entrou em vigor. Dali em diante, o acesso do trabalhador a qualquer benefício colocado pela legislação social dependia da filiação ao sindicato.

Portuários passaram a ser obrigados a participar de eventos oficiais do governo, sob pena de multa; perderam a autonomia sindical; decisões eram tomadas pelo Sindicato ainda que prejudicassem os estiva-dores; a intervenção nas negociações entre patrões e trabalhadores era direta; as assembleias sindicais passaram a ser assistidas por representantes do Ministério do Trabalho e por representantes do Departamento de Polícia Política e Ordem Social (Almeida, 2003).

Nada muito distante do que estava previsto no Decreto-Lei 1.637, de 5 de janeiro de 1907 em relação aos sindicatos: promover uma relação ‘harmoniosa’ entre os interesses do capital e do trabalho. Era esse um dos condicionantes para garantir a harmonia entre patrões e trabalhadores, mas que em si não refletia horizontalidade.

Tal expectativa de “harmonia” no campo do trabalho refletia também uma perspectiva racial hierarquizada no Brasil. Uma relação que subordinava (e subordina) os interesses e direitos dos trabalhadores negros à manutenção da ordem social idealizada pelas elites que sonhavam um Brasil com ordem, progresso e brancura.

CONCLUSÃO

Só é possível compreender a ‘questão social’ no Brasil, se observado como o Estado aos poucos tomou a ‘questão social’ como sua, como sugerido em Ferreira (2020). A maioria dos(as) trabalhadores(as) que se manteve e se mantém ainda hoje nas piores condições de vida e de trabalho no país, são negros. Muitos deles (e delas) já organizados politicamente em espaços como sindicatos e partidos. Ainda assim, como no exemplo apresentado (*ibidem*) dos portuários, a condição racial de trabalhadores negros por vezes foi acionada pelo patronato como demérito e impedimento de negociações.

Quando o Estado assume a ‘questão social’, ele a assume levando em conta os conflitos racializados de classe no Brasil. Mas não o fez de modo a superá-los, produzindo melhores condições de vida e trabalho aos trabalhadores, sobretudo os negros, muitos ex-escravizados. O fez de modo a tentar neutralizar a existência das desigualdades balizadas por determinantes econômicos, raciais, regionais, de gênero etc. que interagem permanentemente. Ao contrário, os subsumiu no discurso de Brasil mestiço: o local onde todos têm as mesmas oportunidades, independente da raça/cor, condições econômicas, origem territorial etc.

Nos anos 1930, duas saídas, que não rivalizavam, se projetariam com maior nitidez, embora desde os anos 1900 já estivessem colocadas: a saída eugenista e a saída culturalista. Embebidas por saídas colocadas pelo Estado, estão as políticas sociais. Quando a Lei Eloy Chaves se preocupa com a nacionalidade dos trabalhadores que comporiam a Comissão que geriria as Caixas, priorizando os nacionais, temos: de um lado, o entendimento de que brasileiros são sujeitos passivos, associando-os indiretamente à noção de que o fruto das três raças seria mais facilmente convencido; de outro, o entendimento de que estrangeiros, embora desejados do ponto de vista da brancura e de todos os significados que ela carrega, eram indesejados por conta de seus ideais (de esquerda).

Como visto, já se colocava como realidade ao sujeito do país práticas que, no caso de africanos e afrobrasileiros, continham caráter afro-diaspórico fundamental para a existência e resistência à própria dominação colonial escravista; e, entre europeus, eram praticadas há algum tempo, inclusive entre socialistas e social-democratas no século XIX. Aos poucos, porém, o patronato passou a incorporar esse método como estratégia de desmobilização de pautas mais abrangentes dos trabalhadores assalariados, a exemplo do que ocorreu com os portuários negros do Rio de Janeiro.

Quando a política social posta pela Lei Eloy Chaves coloca ao Estado a responsabilidade de regulamentar e supervisionar a criação de Caixas de Aposentadorias e Pensões, temos alguns elementos em jogo. Primeiro, a apropriação do Estado de práticas históricas já existentes entre trabalhadores. Em segundo, o uso dessas práticas para a restrição do campo de possibilidades para além do capital aos próprios trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Luiz G. N. *Estivadores do Rio de Janeiro: um século de presença na história do movimento operário brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2003
- ANFIP. *Eloy Chaves: 70 anos de Previdência Social*. Brasília, DF: Ministério do Trabalho; Departamento Nacional da Previdência; Divisão de Divulgação e Intercâmbio, 1965.
- ARANTES, Erika B. *O porto negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX*. 2010. 223 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.
- BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm.
- BRASIL. Decreto nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919. Regula as obrigações resultantes dos accidentes no trabalho. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3724-15-janeiro-1919-571001-publicacaooriginal-94096-pl.html>.
- CIFRA. *La evolucion del sistema previsional argentino*. 2009. Disponível em: https://www.aaps.org.ar/pdf/area_politicassociales/Basualdo.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.
- COSTA, Gracyelle. “Trabalhadores negros na origem da política social brasileira”. In: *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, n. 46 (2020). Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2020.51982>.

- CRUZ, Maria C. V. “Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908”. In: *Revista Usp*, São Paulo, n.68, p. 188-209, dez/fev, 2005-2006.
- DEL CONT, Valdeir. “Francis Galton: eugenia e hereditariedade”. In: *ScientiaeStudia* [online]. 2008, v. 6, n. 2. [Acessado 25 outubro 2024], pp. 201-218.
- MUNARETO, G.; DIWAN, P. Desafiando conceitos rígidos: a eugenia latina, a transnacionalidade e a crítica ao excepcionalismo. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 17, p. 1–30, 2024. DOI: 10.15848/hh.v17.2068.
- FERREIRA, Gracyelle Costa. “A política social do capitão: bolsonarismo, neomalthusianismo, eugenia e militarização no Brasil”. In: *Serviço Social & Sociedade* [online]. 2024, v. 147, n. 02. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.416>.
- FERREIRA, Gracyelle Costa. *Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistência dos trabalhadores negros*. 2020. 291f. (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- FERREIRA, Gracyelle Costa. “Uma nação para o Brasil: a eugenia na origem da política social”. In: DUARTE, Marco J. O.; ALMEIDA, Carla C. L. (Orgs.) *Raça, gênero e sexualidade: Perspectivas contemporâneas no serviço social*. Curitiba: Editora CRV, 2023. pp. 37-57.
- FOGAGNOLI, Marcela M. “*Almoçar bem é no SAPS!*”: os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940-1950). 2010. 117f. Dissertação (Mestrado em História Social) — Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2010.

- FOGAGNOLI, Marcela M. *Alimentar é também educar: a merenda escolar no Brasil (1940-1960)*. 2017. 201 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) — Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.
- GOÉS, Weber L. *Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*. São Paulo: Liber Ars, 2018.
- GOMES, Ângela C. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- MAI, L. D.; ANGERAMI, E. L. S. “Eugenia negativa e positiva: significados e contradições”. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 14, n. 2, p. 251–258, mar. 2006.
- MARTINS, Ana P. V. “Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais”. *In: Hist. cienc. saude, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, p. 15–34, dec. 2011.
- MUNANGA, Kabengele. *Redescutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- OSÓRIO, Jaime S. “Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente”. *In: Temporalis*, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul/dez. 2017.
- PAIXÃO, Marcelo. *500 anos de solidão: estudos sobre desigualdades raciais no Brasil*. Curitiba: Appris, 2013.
- PAIXÃO, Marcelo. *A Lenda da Modernidade Encantada: por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e projeto de Estado-Nação*. Curitiba: Editora CRV, 2014.
- STEPAN, Nancy. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2005.

STRAZZERI, Victor. “A trajetória histórica do ‘social’”. *In: Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 119, p. 508-530, jul./set. 2014.

Periódicos

Jornal o Fluminense, Niterói, 17 de novembro de 1904.

Revista Careta, Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1909.

PARTE 2

Trabalho e relações sociais na América Latina

Introdução

VALERIA FORTI

Não poderia iniciar o presente texto omitindo a emoção decorrente disso, ou seja, expressar o misto de gratidão, alegria e responsabilidade que sinto neste momento. Isso porque, se ora experimento a lisonja do convite para introduzir o/a leitor/a ao resultado de uma entre as importantes atividades promovidas pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS-UERJ), visando trazer alguns esclarecimentos preliminares acerca das palestras de uma das mesas do seminário internacional intitulado “50 Anos de Neoliberalismo na América Latina”, realizado em dezembro de 2023, particularmente uma mesa de debate composta pelos eminentes pesquisadores com o tema “Trabalho e Relações Sociais na América Latina”, simultaneamente experimento o peso desta responsabilidade, o que conta, inclusive, com a busca de consonância, pelo menos em certa medida, com o pensamento dos/as demais colegas pesquisadores da minha linha de estudo no PPGSS/UERJ — Trabalho, Reprodução Social e Serviço Social. Refiro-me aos necessários alcance e respeito, nesta breve introdução, no que se refere à transmissão de alguns pontos comuns, entre os prioritários, uma vez que a citada mesa de debate foi fruto da idealização de todos/as que compõem a linha de pesquisa da qual faço parte, respectivamente: eu, Profa. Dr. Valeria Forti, e os/as Profs./as Drs./as Ana Inês Simões, Marilda V. Iamamoto, Ney Luiz Almeida e Rosangela Nair Barbosa.

O seminário internacional aqui abordado traz à nossa lembrança um anterior, ocorrido entre os dias 13 e 16 de setembro de 1994, sob o título “Pós-Neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático”, promovido pelo Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Isso em razão de essa não ter sido apenas uma manifestação importante entre tantas recorrentes na Faculdade de Serviço Social da UERJ, mas, mais do que isso, uma vez que, fundamentalmente oportuna, seja pela sua originalidade, seja pela sua amplitude e, principalmente, pelo seu vigor crítico, convocando-nos à resistência diante de um fenômeno que, mesmo que fosse recente em nossa realidade, já era possível de ser identificado por alguns/mas docentes da FSS-UERJ como um inimigo essencial da democracia e dos direitos básicos de cidadania. Uma iniciativa expressiva, capaz de mobilizar figuras de notório saber e enorme e diversificado público em torno do tema, particularmente discentes e docentes universitários, e promovida pelos nossos/as estudiosos/as críticos/as ao movimento neoliberal, que, àquela época, recém-iniciado em nosso país, como foi dito, já permitia previsibilidade do seu potencial destrutivo em terras brasileiras. Cabe citar que o Chile foi a nossa ‘porta de entrada’ dessa ideologia, que, em busca de pavimentar um rumo à vida social submetida aos interesses do mercado, o indicava como a solução para todos os problemas humanos.

Na América Latina, a ideologia neoliberal, que fundamentou e propagou a imprescindibilidade de um capitalismo mais duro e livre de regras, se iniciou no Chile em meados da década de 1970 do século passado, tendo Pinochet entregue o Ministério da Economia a Sérgio de Castro e aos seus Chicago Boy” da Escola de Economia da Universidade Católica de Santiago do Chile.

Propagando a relevância incontestável do extraordinário ‘mundo do mercado’, o ideário neoliberal, por meio da busca de construção de um pensamento único, introduzido no governo do Sr. Fernando Collor, tomou fôlego e se potencializou no governo seguinte, o do Sr.

Fernando Henrique Cardoso. E, contrariamente ao propalado pelos/as seus/suas defensores/as, não demonstrou que a decantada liberdade de mercado erasinônimo de superação dos problemas sociais. Em nosso país, suscitou, diferentemente disso, a intensificação de questões históricas. Salvaguardando as condições significativamente distintas entre os países, pode ser afirmado que parecia estarmos diante de um processo similar ao ocorrido na Inglaterra thatcheriana. Um período em que a aceitação dos ditames do Consenso de Washington redundou em significativa violação do que, mesmo que incipiente, a nossa classe trabalhadora conquistara a duras penas. Os constantes ataques à organização da classe trabalhadora, especialmente a sua organização sindical, o declínio dos seus direitos, a precarização das suas condições de trabalho, o desemprego e/ou a sua constante ameaça, assim como a destruição do meio ambiente, caracterizam a destrutividade da penetração do aludido ideário na América Latina e no Brasil. As ondas privatistas que declinaram as políticas sociais já tão incipientes, incluindo até o desmonte da previdência pública, traçaram os rumos das precárias condições de vida e trabalho de grande parcela dos/as brasileiros/as.

Pode ser afirmado que o rumo traçado pelo neoliberalismo vem nos possibilitando apreciar que, neste século XXI, o capitalismo vem demonstrando fortes sinais de declínio de suas linhas civilizatórias. Esse modo de produção vem mostrando que a sua inerente condição de exploração/expropriação da força de trabalho foi enormemente potencializada e, segundo Dardot e Laval (2016), não é apenas uma ideologia e/ou um tipo de política econômica. Mais do que isso, é um sistema normativo que, além de espriar sua influência pelo mundo todo, impinge a lógica capitalista a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida. Para os aludidos autores:

O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral da vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (Dardot; Laval, 2016, p. 17).

Atualmente, as contradições desse modo de produção bastante aprofundadas nos ofertam um ambiente social regido pela lógica que conjuga informalização com a informatização no mundo do trabalho. Nele, vivenciamos a desregulamentação das leis trabalhistas, o declínio da proteção social e do poder das associações sindicais, alicerçando o admirável “mundo novo da indústria 4.0”, que comporta a uberização do trabalho, o trabalho em plataformas digitais e o proletariado de serviços da era digital, conforme nos explicita Antunes (2020, 2018). Dessa maneira, nos defrontamos com a precariedade das condições de trabalho e vida de enorme contingente da força de trabalho latino-americana. Pode até ser dito que nos defrontamos com um amplo nível de descartabilidade de força de trabalho, junto da aparição em larga escala de patologias físicas e/ou mentais de amplas frações da classe trabalhadora. Quanto a isso, recorrendo ao pensamento de Alves (2011), é mister observarmos que são processadas mudanças significativas no metabolismo social do trabalho e alterações nos espectros da sociabilidade e da autor-referência pessoal, um processo fulcral ao mundo humano, uma vez que implica a formação do sujeito humano-genérico.

Em face do exposto, é possível afirmarmos que atravessamos tempos difíceis. Um período em que a dramaticidade social evidencia, além da nossa sujeição aos que detêm o poder econômico e ditam os parâmetros do mercado, a presença de um potencial destrutivo, que pode ser verificado no emprego de meios tecnológicos, e em grande

parte, unicamente exaltados como um incontestável feito em prol da vida social. Consequentemente, ratificamos a importância do que foi discutido no seminário de 1994. E hoje, com tudo o que vivemos, especialmente a recente ascensão neofascista, cabe captarmos que o neoliberalismo é um inimigo essencial da democracia. Todavia, mesmo assim, ao constatararmos tempos baços, não é demais lembrarmos do ensinamento do grande poeta amazonense Thiago de Mello em seu poema “Mormaço de Primavera” (1986), segundo o qual é com essa luz mesma, difusa e dolorida, que é preciso encontrarmos as cores certas para podermos trabalhar a primavera.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. “Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha”. In: *Revista da RET*. Marília/SP: UNESP/Rede de Estudos do Trabalho, v. 5, n. 8, p. 1-31, 2011.
- ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, R. (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- DARDOT, P.; C. LAVAL. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

O trabalho na era da devastação neoliberal¹

RICARDO ANTUNES

UMA BREVE NOTA INICIAL

Concebemos o *trabalho*, antes de tudo, como *atividade humana*, imprescindível para tecer a vida, a produção e a reprodução do ser social. Foi por isso que György Lukács, em sua *Ontologia do Ser Social* (Lukács, 2012), apresentou dois componentes fundamentais do *ato humano: pensar e produzir*. Ao *primeiro*, compete a definição das finalidades, bem como dos meios para sua efetivação; ao *segundo*, temos a efetivação concreta do objetivo pretendido, a sua efetiva realização.

Foi assim que o *sistema do capital*, desde o século XVIII, introduziu uma *segunda natureza*, criando e expandindo o trabalho assalariado, que acabou por metamorfosear e transfigurar o *trabalho*. Desde então, a *atividade vital* (Marx, 2004) converteu-se em sujeição, vilipêndio, exploração e alienação (Antunes, 2013, 2014). E essa transformação no processo de trabalho mudou profundamente o modo de vida da humanidade: o que nasceu como uma atividade vital,

1 Este texto serviu de base para nossa apresentação no Seminário Internacional “50 Anos de Neoliberalismo na América Latina”, realizado pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da UERJ. Ele retoma resultados parciais de nossa Pesquisa de Bolsa Produtividade junto ao CNPq que foram apresentadas também em outros artigos e publicações.

como um *valor*, transfigurou-se em um *não-valor*, para poder criar *mais-valor*. A alquimia nefasta da modernidade capitalista, enfim, se impôs. E assim chegamos ao neoliberalismo e às formas abjetas de trabalho que hoje se expandem globalmente, com muito mais intensidade no hemisfério Sul, especialmente em nossa América Latina.

NEOLIBERALISMO, FINANCEIRIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: A NOVA TRÍPODE DESTRUTIVA

Foi a partir da crise estrutural que aflorou no início de 1970 (Mészáros, 2002; Chesnais, 1996) — e que se intensificou a partir de 2008, posteriormente com a pandemia e agora com a intensificação belicista global — que se ampliou o *processo de reestruturação produtiva permanente do capital*, gerando as novas formas de produção, como a acumulação flexível, o Toyotismo e, mais recentemente, com a explosão das grandes plataformas digitais.²

As consequências para o mundo do trabalho são conhecidas: inicialmente, terceirização, expansão da subcontratação, remuneração flexível, ‘células de produção’, ‘times de trabalho’, ‘envolvimento participativo’, ‘trabalho polivalente’, ‘multifuncional’, com o objetivo central de reduzir os custos e aumentar a produtividade (Antunes, 2014). Posteriormente, na virada deste século, presenciamos a explosão das grandes plataformas digitais, que trazem consigo a expansão ilimitada do trabalho intermitente e do *trabalho uberizado*. Numa linhagem pautada pela destrutividade, terceirização irrestrita, informalidade, flexibilidade, trabalho intermitente e *uberização* tornaram-se recorrentes no mundo produtivo, especialmente na América Latina, caracterizados formas intensificadas de escravidão da força de trabalho (Antunes, 2011 e 2018).

2 Em *Icebergs à deriva* (2023) e *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0* (2020), há um amplo conjunto de pesquisas acerca da atuação das plataformas digitais.

A pragmática das ‘metas’, diuturnamente efetivadas pelos/as ‘colaboradores/as’, converteu-se no novo ideário do mundo produtivo, expandindo-se para os mais diversos setores da indústria, agricultura e serviços, com suas claras intersecções. O resultado está em toda parte: precarização ampliada e multiforme, em que os trabalhadores e trabalhadoras são as vítimas principais. Em épocas de expansão, ampliam-se os empregos, como no setor de serviços, dotados de alta rotatividade, pouca qualificação e baixa remuneração, de que são exemplos os trabalhos no telemarketing, *call center*, hipermercados, hotéis, restaurantes, comércio etc.

Em fases de crise e de recessão, como a que estamos vivenciando não só nos países do Sul, mas também nos do Norte, as consequências são conhecidas: erosão devastadora dos empregos e corrosão ilimitada dos direitos do trabalho.

Na Inglaterra, floresceu no final do século passado uma forma precária de trabalho denominada *zero hour contract*, na qual trabalhadores e trabalhadoras, especialmente no setor de serviços, ficam em disponibilidade integral para o capital, sem nenhuma contrapartida que garanta algum trabalho duradouro. E, por certo, desprovidos de quaisquer direitos. E essa pragmática se expande globalmente. Ressurgem, então, formas contemporâneas de trabalho aviltado, como nas Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro ou, anteriormente, nos trabalhos precarizados presentes na Copa do Mundo de 2014, ou ainda na Feira Internacional de Milão, na Itália em 2015, que se realizou com muita precarização do trabalho.

Foi desse modo que um novo léxico passou a estar presente no dicionário do trabalho: ‘voluntariado’, ‘empreendedorismo’, ‘pejotização’, ‘uberização’. Tudo isso em meio ao avanço real da devastação social. E, quando se consegue garantir algum emprego, a resultante é imediata: redução salarial e burla maior dos direitos sociais que aviltam o que resta da dignidade do trabalho. Sem falar

do enfraquecimento dos sindicatos e da redução das ações coletivas que nos aproximam do que denominei como *sociedade da terceirização total* (Antunes, 2018).

Assim, sob comando do capital financeiro, a exploração intensificada do trabalho é um imperativo imprescindível para os capitais nas cadeias globais produtivas de valor. Da China à Índia, dos EUA à Inglaterra, do México ao Brasil e Argentina, da Itália à Espanha, das Filipinas à Argentina, é difícil fugir dessa realidade, o que ocorre quando as resistências são fortes; só assim este processo de “*precariização estrutural do trabalho*” pode ser reduzido e confrontado. Quando a resistência social, sindical e de classe é maior, a devastação se reduz. Quando a resistência é mais limitada, os capitais globais avançam na devastação dos direitos do trabalho. Se durante a vigência do taylorismo-fordismo a força das empresas era mensurada pelo número de trabalhadores e trabalhadoras que nela atuavam, na era atual, das empresas flexíveis e do trabalho digitalizado, quanto menos *trabalho vivo* existir nas empresas, mais produtivas elas se tornam.

Ao mesmo tempo em que se amplia o contingente global de trabalhadores e trabalhadoras em busca de trabalho, há uma redução monumental dos empregos. E quando encontram algum labor, o fazem nos trabalhos ocasionais, intermitentes, seja no telemarketing, hotelaria, hipermercados, *fastfood*, grande comércio, fábricas flexíveis, plataformas digitais etc. Assim, o que se expande explosivamente pelo mundo são os trabalhos precários, intermitentes, supérfluos etc. (Antunes, 2018; Van der Linden, 2013), mas que, exatamente por conta disso, também se rebelam.

AS CAUSAS DA PRECARIZAÇÃO GLOBAL

Como indicamos anteriormente, foi nesta contextualidade que surgiu o *zero hour contract* (contrato de zero hora), uma modalidade de trabalho que vicejou inicialmente na Inglaterra (e Reino Unido) e se expandiu largamente para outros países, com trabalhos cujos contratos não têm determinação de horas. Trabalhadores e trabalhadoras (sempre também no feminino, dada a *divisão sociossexual do trabalho*), das mais diversas atividades, ficam à disposição por tempo ilimitado, esperando uma chamada. E, quando a recebem, ganham estritamente pelo que fizerem e nada recebem pelo tempo que ficaram à espera. E os capitais informáticos da era financeira, numa engenhosa forma de *escravidão digital*, cada vez mais se utilizam dessa pragmática de flexibilização total do mercado de trabalho (Antunes, 2018; Huws, 2003, 2014).

A Uber é um exemplo emblemático: trabalhadores e trabalhadoras com seus instrumentos de trabalho (autos e motos) arcam com suas despesas de seguro, manutenção, alimentação etc. Enquanto isso, o ‘aplicativo’, em verdade, uma corporação global, se apropria do sobre-trabalho gerado pelos serviços dos motoristas e entregadores, sem preocupação em relação aos direitos trabalhistas.

A diferença principal da Uber em relação ao ‘Contrato de Zero Hora’ é que na Uber não se pode livremente recusar trabalho; há um limite, em geral de três recusas, que devem ser justificadas. Se assim não fizer, depois de algumas chamadas, os/as motoristas ou entregadores/as serão bloqueados e descartados.

É por isso que nesse mundo do trabalho digital e flexível, o dicionário empresarial não para de ‘inovar’. Veja-se o nosso exemplo tropical: ‘pejotização’ nas mais distintas atividades como médicos, advogados, professores, bancários, eletricitas, trabalho do *care* (cuidadoras). Há também ‘empreendedores/as’, uma mistificação criada para esconder a real proletarianização. Todos e todas com ‘metas’ impostas que geram assédios, adoecimentos, depressões e suicídios.

Não foi por acaso que as empresas de *fastfood* comemoraram efusivamente a implantação do trabalho intermitente no Brasil. Outro exemplo recente dessas formas disfarçadas de exploração do trabalho encontramos na Itália, onde se desenvolveu outra modalidade de trabalho ocasional, o trabalho pago a *voucher*. Os assalariados ganhavam um *voucher* pelas horas de trabalho efetivadas segundo o salário-mínimo (hora) praticado. Se já não bastasse esse vilipêndio, o empresariado oferecia trabalhos excedentes por fora do *voucher*, com pagamento menor do que o mínimo. Não foi por outro motivo que essa modalidade de trabalho foi repudiada pelo sindicalismo de perfil mais crítico, o que levou a sua suspensão pelo governo em 2017.

Assim, movida por essa lógica destrutiva, expande-se em escala global o que podemos denominar como uberização do trabalho. Como o trabalho *online* fez desmoronar a separação entre o tempo de vida *no* trabalho e *fora* dele, podemos presenciar o crescimento exponencial de uma era de *escravidão digital* (Antunes, 2018). É por isso que na empresa liofilizada, o trabalho que os capitais financeiros exigem é aquele flexível: sem jornadas preestabelecidas, sem remuneração fixa, sem atividade pré-determinada, sem direitos, nem sequer o direito de organização sindical. E até o sistema de ‘metas’ é flexível: ela sempre deverá superar aquelas obtidas anteriormente.

Com os serviços cada vez mais ‘comoditizados’, com as tecnologias de informação e o trabalho digital em franca expansão, a divisão setorial existente entre agricultura, indústria e serviços está mais interseccionada (agroindústria, serviços industriais e indústria de serviços), cada vez mais submersa à lógica da mercadoria e do valor, pouco importando se este é resultante de trabalhos predominantemente materiais ou imateriais.

Contra a ‘rigidez’ vigente nas fábricas do século do automóvel, a era do trabalho digital gera, então, outra destrutividade em relação ao trabalho: além da terceirização, informalidade e flexibilidade, expande-se o trabalho intermitente, tudo com a aparência, anteriormente

do ‘voluntariado’, hoje, do ‘empreendedorismo’, esse sim um *novo elixir de uma vida desprovida de sentido*, que se torna visível e real quando o *mito se desvanece*.

Esparramam-se, então, os novos escravos intermitentes. Na contraface real, os enormes contingentes de imigrantes globais, em seus novos fluxos migratórios, ampliam ainda mais os bolsões de trabalhadores sobrantes, descartáveis, subempregados e desempregados em amplitude planetária (Basso; Perocco, 2008; Antunes, 2018).

Voltando ao começo desta exposição: se a luta por um *novo modo de vida* tornou-se um imperativo societal intransferível em nosso tempo, a *atividade vital*, como Marx (2004) caracterizou o trabalho, torna-se, uma vez mais, uma questão crucial de nosso tempo, junto com a preservação da natureza e contra a destrutividade do capital, além das tantas batalhas inadiáveis pela *igualdade substantiva* (Mészáros, 2002) entre gêneros, raças, etnias e sexualidades que se constituem nas questões vitais de nosso tempo.

POR UM NOVO MODO DE VIDA

Como o sistema global do capital macula as esferas da *vida dentro e fora do trabalho*, a *desfetichização da sociedade do consumo* tem como corolário imprescindível a *demolição no modo de produção* do capital (Antunes, 2013). O que torna a sua conquista ao mesmo tempo mais difícil, mas imprescindível. Assim, urge articular e interrelacionar decisivamente a batalha pelo ‘tempo livre’ com o combate à lógica do capital e da vigência dominante do ‘trabalho abstrato’.

Desse modo, romper com a *divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital*, criar os laços de uma nova sociabilidade, é imperioso para que o trabalho se torne novamente *atividade vital, dotada de sentido*, verdadeiramente *autônomo e autodeterminado*.

Posso dar aqui um exemplo aparentemente simples, que apresentei no livro *Os Sentidos do trabalho* (Antunes, 2013). Se o fundamento da ação coletiva for contrapor-se radicalmente às formas de alienação e estranhamento presentes no mundo das mercadorias, a *luta imediata pela redução da jornada ou do tempo de trabalho* torna-se *inteiramente compatível com o direito ao trabalho* (em jornada reduzida e sem redução de salário). Ao invés de serem excludentes, tornam-se necessariamente *complementares*.

Eliminado o tempo excedente para a produção de mercadorias (o tempo da geração de mais valia) e também todo o tempo de produção *destrutivo* e *supérfluo* que particulariza o sistema de reprodução do capital), será possível recuperar o *sentido estruturante do trabalho vivo*, contra o *sentido (des)estruturante do trabalho abstrato para o capital*. Isso porque o trabalho que estrutura o capital, desestrutura o ser social, uma vez que o trabalho assalariado, como criação do capital, é a fonte efetiva da alienação, fetichização e estranhamento.

Numa sociedade *para além do capital* (Mészáros, 2002), capaz de estruturar formas de sociabilidade emancipadas e superiores, em suma, em um *novo modo de vida*, o trabalho, ao reestruturar o ser social, terá como imperativo central desestruturar e eliminar o *sistema de metabolismo antissocial do capital* (Mészáros, 2002; Antunes, 2022). O que se efetiva uma vez que o *trabalho autodeterminado*, ao mesmo tempo em que torna sem sentido o capital, pode, então, finalmente eliminá-lo, criando as condições humano-sociais necessárias para o florescimento de uma *subjetividade autêntica e emancipada*, dando um novo *sentido ao trabalho* e para a humanidade.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. *O Privilégio da Servidão*. São Paulo, Boitempo, 2018.
- ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?*. 16ª edição especial de 20 anos da publicação, revista e ampliada, São Paulo. Cortez, 2014.
- ANTUNES, R. *Capitalismo pandêmico*. São Paulo, Boitempo, 2022.
- ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2013.
- ANTUNES, R. *O Continente do labor*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- ANTUNES, R. (org.) *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*. São Paulo, Boitempo, 2020.
- ANTUNES, R. (org.) *Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais*. São Paulo, Boitempo, 2023.
- BASSO, P.; PEROCCHIO, F. *Gli immigrati in Europa. Disuguaglianze, razzismo, lotte*. 3. ed. Milano: Angeli, 2008.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. Ed. Xamã, 1996.
- HUWS, Ursula. *The Making of a Cybertariat (virtual work in a real world)*. Nova Iorque/Londres: Monthly Review Press/The Merlin Press, 2003.
- HUWS, Ursula. *Labor in the Global Digital Economy: The Cybertariat Comes of Age*, Nova Iorque/Londres: Monthly Review Press/The Merlin Press, 2014.
- LUKÁCS, György. *Para uma Ontologia do Ser Social I*. São Paulo, Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo, Boitempo, 2004.
- MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo, Boitempo, 2002.
- VAN DER LINDEN, Marcel. *Trabalhadores do Mundo (Ensaio para uma história global do trabalho)*. Campinas, Ed. Unicamp, 2013.

El desguace del neoliberalismo

CLAUDIO KATZ

A cincuenta años del comienzo del neoliberalismo en América Latina, Estados Unidos recurre nuevamente a sus viejos socios locales para intentar la restauración de su decreciente control sobre la región. Los neoliberales otorgan ese sostén y el retroceso la primera potencia no disuade la tradicional sumisión de ese sector al dominador del norte. Sus voceros afirman que es el momento de aprovechar la actual preeminencia de la vertiente globalista de Biden para crear incentivos a la llegada de inversores yanquis (Oppenheimer, 2022b).

En ciertos países, alientan ese curso con el remate de minerales, tierras o cuencas marítimas. En otras naciones, propician la instalación de fábricas o el desenvolvimiento de servicios con mano de obra barata y alto grado de explotación. Con distintas variantes, auspician la reinstalación de empresas estadounidenses en territorio latinoamericano, para aprovechar la gran proximidad de fabricantes y clientes (nearshoring). El Banco Interamericano de Desarrollo exalta esa iniciativa, como un mecanismo para recomponer la hermandad del continente (friendshoring) frente al desembarco de China.

Con ese discurso, retoman los mitos del gran desarrollo, que acompañaría a la presencia protagónica de la primera potencia en su «patio trasero». Pero no explican el fracaso padecido por ese mismo rumbo durante las últimas décadas. El extractivismo minero enriqueció a las compañías que apadrina Washington, sin ninguna contrapartida

favorable para la región. Y lo mismo ocurrió con el modelo fragmentario de las maquilas, que ha sido la antítesis de un crecimiento incluyente de América Latina.

Adversidades del mismo tipo se verifican en la carga laboral afrontada por los jóvenes de la región, que han sido integrados a los auspiciados *call centers*. Esa actividad no mejora la calificación o la educación de esos sectores, y tampoco apuntala circuitos virtuosos de expansión del poder adquisitivo.

FANTASÍAS DEL BUEN SERVIDOR

Los neoliberales repiten un discurso del pasado, sin registrar siquiera las propias reticencias inversoras de las empresas estadounidenses. La mayoría de esas firmas buscan ganancias rápidas con un reducido riesgo propio y no ofrecen las imaginarias oportunidades que propagan sus admiradores del sur. Con su conocida brutalidad, Trump transparentó esas restricciones, que Biden vuelve a enmascarar con los habituales engaños de la propaganda imperial.

Esas reservas de los capitalistas yanquis sintonizan con los enormes desequilibrios de las economías latinoamericanas. En lugar de constatar esa estructural adversidad, los neoliberales continúan culpando a sus propios conciudadanos por las desgracias de la región. Enfatizan las responsabilidades de los «gobiernos populistas», que desperdician la oportunidad de recuperar la condescendencia del Norte con renovados actos de docilidad. Pero no enuncian un solo ejemplo exitoso de esa mansedumbre.

El balance de los presidentes latinoamericanos más obedientes de Washington ha sido funesto, tanto para las mayorías populares como para el desenvolvimiento de sus países. Las penurias del capitalismo dependiente fueron invariablemente potenciadas por esas gestiones. El cenit neoliberal de comienzo del nuevo siglo ha sido

tan nefasto (Salinas, Cardoso, Menem, Aylwin), como su reproducción durante la reciente restauración conservadora (Macri, Duque, Peña Nieto, Bolsonaro, Piñera).

Los neoliberales sustituyen la evaluación de esas trayectorias por la repetición de lugares comunes. Reiteran que los «problema son nuestros» y ajenos a la presencia estadounidense, como si la dominación ejercida por la primera potencia mundial durante más de siglo fuera irrelevante para las desventuras de la región.

Esa mirada atribuye el subdesarrollo a la idiosincrasia, las costumbres y los comportamientos de la población. Pero omite que, en la mayor parte de la historia regional el rumbo de la sociedad no estuvo dictado por las mayorías populares, sino por los capitalistas y sus funcionarios de turno.

Esa elite desprecia a sus compatriotas, exhibiendo una inocultable admiración por las potencias que dominaron a América Latina, lucrando con la apropiación de los bienes comunes y la explotación de la fuerza de trabajo. Primero, ensalzaron al opresor europeo, y luego a su reemplazante estadounidense.

Desde el siglo XIX, el liberalismo regional ostenta una manifiesta fascinación por el Norte y un simétrico desdén por los pueblos originarios de sus territorios. Forjaron sus propios Estados exaltando la civilización estadounidense, en contraposición a la barbarie que observaban en el Sur. Esa tradición elitista nunca desapareció y recobró fuerza en todas las coyunturas políticas de preeminencia conservadora (Rinke, 2015).

Algunos herederos de ese legado, reconocen con mayor realismo que Estados Unidos ya no opera como la indiscutida potencia hegemónica. Constatan que la pérdida de ese liderazgo torna muy difícil la mera alabanza o la simple sumisión. Pero igualmente postulan la conveniencia de preservar un lazo de dependencia, señalando la ventajosa conexión que ofrecería un poder debilitado frente a la ascendente gravitación de China (Barrenechea, 2022).

Pero no aclaran por qué razón ese continuado padrinazgo de Washington sería beneficioso para América Latina. Recurren a un curioso razonamiento invertido, donde la atadura a una potencia declinante augura ganancias. Si el postulado neoliberal de las ventajas del estatus dependiente es insostenible, los provechos adicionales que aportaría la fidelidad a una potencia en retroceso son más inhallables. Es sabido que los imperios en declive multiplican la exacción de recursos de las periferias sometidas.

EL MITO DE LA LATINIZACIÓN

Otro argumento de la derecha neoliberal para renovar la subordinación a Estados Unidos, es la acelerada latinización de la primera potencia. Subrayan las ventajas generadas por el aumento de la población de origen hispano. Ese grupo sería igual en el año 2060 al segmento anglosajón, en un país que ya tiene una significativa masa de hablantes en español. Consideran que por esa vía emergerá una fusión demográfica, idiomática y cultural de ambos polos del continente, que apuntalará el demorado desarrollo del Sur (Barrenechea, 2022).

Ciertamente, la presencia de los latinos en la vida estadounidense se ha multiplicado, al compás de un sector que se expande a mayor ritmo que el resto. Pero esa incidencia no genera, por sí misma, efectos positivos sobre América Latina. Quienes ponderan en forma ciega esa influencia, omiten las enormes tensiones que genera en el escenario político estadounidense.

La irrupción del trumpismo es la expresión más contundente de esa tirantez. La ultraderecha contemporánea se forjó con mensajes de hostilidad, desprecio y confrontación hacia la inmigración latina. Exige mayor punición en la frontera, despliegue de patrullas, confinamiento de los recién llegados y expulsión de los indocumentados. Ha reavivado el imaginario conservador, atribuyendo el declive del *sueño*

americano a la afluencia de trabajadores foráneos. Azuza el resentimiento de los blancos empobrecidos para propagar los proyectos de ampliación del muro fronterizo y medidas para separar a las familias que llegan desde el sur del continente.

Con esas campañas, siembra una fractura entre los trabajadores, que favorece a los capitalistas y permite incrementar la explotación de ambos sectores. Los derechistas ocultan, además, que los jóvenes extranjeros compensan el envejecimiento de la fuerza laboral y contribuyen a solventar la seguridad social. En algunos casos, realizan labores descartadas por los trabajadores nativos, y en otros nutren de cerebros a los sectores más dinámicos.

El trumpismo alienta el resentimiento de los blancos empobrecidos contra los latinos, con un viejo libreto de odio de las clases medias hacia los desamparados. Ha retomado la antigua receta del racismo sureño contra los afroamericanos, para crear un antagonismo hacia los hispanos.

Esa tensión es ignorada o minusvalorada por los neoliberales de América Latina, que continúan presentando a Estados Unidos como una tierra prometida. Suponen que, a la larga, predominará una integración indolora de la masa hispana a ese país, olvidando que esa agraciada asimilación nunca fue el destino de los masacrados pueblos originarios o de los esclavizados afroamericanos.

Lo ocurrido con este último sector refuta la ingenua creencia en florecientes mixturas de todos los arribados al territorio estadounidense. La opresión de la enorme minoría de origen afro, ha perdurado en la modalidad brutal del racismo que retoma Trump y en la vertiente hipócrita del multiculturalismo, que encarna Biden.

En ambas versiones, se reciclan formas complementarias de discriminación para garantizar la exclusión de un segmento oprimido del manejo elitista del Estado. No hay ninguna razón para suponer que a la mayoría de los latinos les espera un porvenir diferente. La experiencia de lo ocurrido con los afroamericanos también demuestra que

cualquier avance efectivo de los derechos de la población hispana, solo será conquistado a través de la lucha. Esa resistencia es categóricamente contrapuesta al imaginario neoliberal.

El crecimiento demográfico y la gran presencia idiomático-cultural de esa minoría, son gravitantes cuando apuntalan esa acción y crean puentes con América Latina para una batalla convergente contra el imperialismo (Grosfogel, 2020). Los enlaces entre el Norte y el Sur —que el neoliberalismo evalúa en términos de subordinación panamericana— deben ser observados con esa óptica contrapuesta de lucha común contra el mismo opresor.

La ilusión neoliberal de una fusión amigable de la primera potencia con sus sometidos del continente, a través del enlace inmigratorio, ha dado lugar a incontables panegíricos. La alabanza más corriente ensalza el nuevo universo de «transamérica», que emergería de ese entrelazamiento. Ese tipo de fantasías es propagado para ocultar la redoblada explotación laboral que sufre el grueso de los trabajadores hispanos, contratados en los empleos mal remunerados del norte. Con ese ensueño, se enmascara también la política bipartidista de penalización de los inmigrantes, que implementan todos los administradores de la Casa Blanca.

Con Biden, se contuvo la construcción del muro y se frenó la deportación de los *dreamers*, pero la militarización de la frontera persiste, con la misma intensidad que la persecución de los inmigrantes. El sucesor de Trump solo ha optado por negociar con López Obrador la retención del éxodo centroamericano en localidades más alejadas de la frontera. Pero la tragedia social que imponen las políticas imperiales recrea las caravanas de los desposeídos, que buscan alguna forma de supervivencia cruzando el río Grande.

DISYUNTIVAS FRENTE A DOS PODEROSOS

La idealización neoliberal de Estados Unidos continúa atada al enaltecimiento de los tratados de libre comercio, que la primera potencia ya no puede sostener. Sus fascinados seguidores de la región no han tomado nota de esa contradicción. Simplemente, mantienen el viejo libreto de reivindicación de los convenios que promovía el Consenso de Washington y que ahora no encuentran sustitutos amoldados al declive del Norte.

El devenir que ha seguido la Alianza del Pacífico es muy representativo de ese escenario incierto. Esa asociación —gestada bajo directa instigación estadounidense por gobiernos neoliberales de México, Colombia, Perú y Chile—, es elogiada por los economistas ortodoxos como un ejemplo exitoso de su paradigma. Realzan los principios de apertura comercial que guían ese entramado y reivindican la variedad de acuerdos suscriptos con múltiples países (Castro Alegría y Pastrana Buelvas, 2020).

Pero lo que se pondera como una acabada expresión del «regionalismo abierto y cruzado», implica, en los hechos, una intensificación de la dependencia de las cuatro economías con sus proveedores y clientes del exterior. La apertura comercial, la liberalización financiera y la flexibilización laboral que introdujeron esos acuerdos, multiplicaron la desigualdad, la explotación laboral y el extractivismo que impera en esos países.

Estas consecuencias adversas son omitidas por los cultores del tratado, que resaltan la gran afluencia de inversiones extranjeras que sucedió a la suscripción del convenio (Schamis, 2021). Eluden aclarar que esas colocaciones de capital se efectivizaron en sectores que acentuaron la primarización, o en eslabones básicos de la industria, divorciados de cualquier proyecto de desarrollo inclusivo.

La Alianza del Pacífico está sujeta al mismo patrón de dependencia que predomina en toda la región. Sus auspiciantes no logran indicar algún rasgo que diferencie a ese cuarteto del resto de América Latina. Los elogios que despliegan los neoliberales (desde su lanzamiento en 2011), no se asientan en ninguna justificación.

Esta alianza no aumentó el crecimiento, la productividad o la competitividad de sus integrantes. La ponderada estabilidad que mantuvieron durante una década, quedó abruptamente socavada en los últimos años por las masivas revueltas populares, que estallaron en tres de los cuatro países del bloque.

Esos levantamientos transparentaron el terrible nivel de opresión, desigualdad y explotación que afianzó el convenio del Pacífico. Si ese tratado hubiera despejado el horizonte de desarrollo que ensalzan sus auspiciantes, no habría irrumpido tanto malestar (en forma tan coincidente) entre los suscriptores del acuerdo.

Ese entramado ni siquiera mejoró la capacidad negociadora de sus integrantes, puesto que nunca actuó como un mini bloque comercial en las tratativas con sus interlocutores. Un abismo separa en ese terreno a la Alianza del Pacífico de otros conglomerados regionales del mundo (González, 2020).

La alianza tampoco se ha extendido a otros países. Esa carencia de nuevos integrantes confirma su ausencia de atractivo. Ecuador buscó una membresía asociada, compatible con los tratados bilaterales que ya tiene con Estados Unidos y con la dolarización integral de su economía. Pero ni siquiera ese amoldamiento alcanzó para incluirlo. Costa Rica y Panamá iniciaron un proceso de adhesión, que nunca desbordó los protocolos iniciales.

Una crisis semejante afronta el Tratado de Libre Comercio de Centroamérica con Estados Unidos (CAFTA), que fue suscripto entre el 2004 y el 2009 por el grueso de los involucrados. La destrucción de las economías campesinas, el agravamiento de la inseguridad

alimentaria y el desbalance comercial con el gigante del Norte quebrantó todas las ilusiones en ese convenio (Suazo, 2023)

Pero la Alianza del Pacífico ha cumplido otras funciones, como brazo económico de los proyectos políticos más derechistas de la región. Sintonizó con Bolsonaro, Macri, Lenín Moreno y Áñez, y tuvo el auspicio de Trump y su Grupo de Lima, para crear un efímero “Foro para el Progreso de Suramérica” (PROSUR).

Pero la impronta librecambista de la Alianza del Pacífico chocó con el proteccionismo del magnate estadounidense, que intentó transformar ese acuerdo en un bastión de la guerra arancelaria contra China. En el convenio, aspiraba a introducir las mismas normas de veto a los acuerdos con el gigante asiático que impuso en el T-MEC con México. Ese objetivo quedó incumplido con su propia salida de la Casa Blanca.

Frente al vacío generado por el abandono que consumió Trump del proyecto librecambista del Pacífico propiciado por Obama (TPP), el cuarteto latinoamericano optó por sumarse a la iniciativa sustituta que mantuvo Japón (CPTPP) durante el mandato proteccionista del magnate estadounidense. También exploraron convenios con Australia, Nueva Zelanda, Corea del Sur, y avanzaron en negociaciones específicas con Singapur (PASFTA).

Pero la Alianza del Pacífico no ha definido una postura nítida frente al gran jugador chino, que propone acuerdos fulminantes para avanzar hacia una rápida desgravación arancelaria. Para consumir esa remodelación, ofrece el marco que está forjando en la región Indopacífica.

Frente a ese desafío, Biden propaga mensajes de globalismo liberal, sin definir una estrategia alternativa. Tan solo refuerza las presiones para distanciar al cuarteto latinoamericano de cualquier acuerdo con China.

Los fascinados neoliberales de la alianza no encuentran un libreto común para lidiar con esa disyuntiva. Propician negocios con la nueva potencia oriental, pero preservan una gran dependencia política,

ideológica y cultural del mandante estadounidense. La misma presión a intensificar los negocios con China o aceptar las restricciones que exige Estados Unidos, sobrevuela al Mercosur.

Los neoliberales han perdido la brújula frente al escenario actual. Por un lado, impulsan las iniciativas de los grupos capitalistas que motorizan las lucrativas tratativas con China, y por otra parte mantienen su alineamiento tradicional con Washington. Ninguna de las dos opciones incluye algún desarrollo económico con avances sociales para la región.

SECUENCIAS DE ADVERSIDADES

El libreto neoliberal es particularmente funesto en el escenario actual. La región se ha transformado en un gran botín de dos potencias, que apetecen su inmenso caudal de recursos naturales. Con el 7 % de la población mundial, América Latina dispone del 42 % al 45 % del agua dulce, la mitad de la biodiversidad, e inconmensurables reservas de petróleo, gas y minerales. A su vez, alberga el 80 % del litio, el 93 % del estroncio, el 61 % de la fluorita, el 59 % de la plata, el 56 % del renio, el 54 % del estaño y el 44 % de la platina.

Esta variedad de materias primas ha recobrado gravitación por su enorme disponibilidad e incidencia en las cadenas globales de valor. Esos circuitos demandan una provisión constante de insumos, que muy pocas zonas pueden facilitar con la cuantía que ofrece América Latina. Por su proximidad geográfica, el control de ese manantial de insumos es la gran prioridad del imperialismo estadounidense.

La coyuntura bélica que ha sucedido a la pandemia ha potenciado la incidencia de esas fuentes de abastecimiento. La guerra de Ucrania ha encarecido abruptamente los alimentos y los combustibles, que la región puede proveer en grandes cantidades y a costos reducidos. Pero esa revalorización de la zona, recrea la vieja adversidad de una

especialización en exportaciones básicas, que el neoliberalismo enaltece y convalida.

Este repliegue a los eslabones básicos de la actividad productiva acentúa el despilfarro de la enorme renta de la región, que no es utilizada para los procesos endógenos de acumulación y crecimiento sostenido. Esa masa de fondos se filtra al exterior, en desmedro del desarrollo interno. Los modelos neoliberales que administran ese drenaje impiden aprovechar los momentos favorables de altos precios de las materias primas y agravan los efectos de los períodos opuestos de depreciación de las exportaciones.

Este desmanejo explica las recurrentes asfixias financieras, que generan el estrangulamiento del sector externo, los desbalances comerciales y las fugas de capital. Y esas tensiones agudas, frecuentemente se procesan a través de dramáticas situaciones de inflación, devaluación y retracción del poder adquisitivo.

Las adversidades del capitalismo dependiente de América Latina que gestiona el neoliberalismo, salieron a la superficie, con gran dramatismo, en la reciente crisis de la pandemia. La región no solo careció de recursos para lidiar por sus estructuras de salud pública desmanteladas. También debió afrontar un nuevo agravamiento de la pobreza (33 % de la población) y la indigencia (13,1 % de los habitantes). Ambos indicadores registraron el mayor incremento anual de las últimas dos décadas. Esa regresión extendió también el número de individuos subalimentados por el subsiguiente encarecimiento de los nutrientes básicos.

Como en todo el mundo, la desocupación se expandió en América Latina durante esa crisis, pero a diferencia de las economías avanzadas, la miseria golpeó especialmente al sector informal, que aglutina a la mitad de los trabajadores urbanos.

La misma escala de padecimientos se observó con la desigualdad, que el neoliberalismo ha potenciado en la región más inequitativa del planeta. En una zona donde el 10 % más rico acapara el 71 % de

la riqueza total (2014), el número de multimillonarios (patrimonios superiores a 1000 millones de dólares) saltó de 76 a 107, y sus fortunas se incrementaron de 284 mil millones de dólares a 480 mil millones de dólares (2020). Para colmo, el 27 % de la riqueza de toda la región está expatriada en los paraísos fiscales.

Además, el derrumbe de producto bruto durante la pandemia duplicó el declive registrado en el resto del mundo. América Latina comenzó el actual decenio arrastrando otra «década perdida». El PBI de 2020 fue prácticamente igual a su equivalente de 2011, como consecuencia de un persistente declive económico de largo plazo. El PBI regional creció al 5% anual entre 1951 y 1979, al 3% entre 1980 y 2009 y al 1,6% entre 2010 y 2024.

También el producto per cápita ha quedado relegado en comparación a la media mundial y, para colmo de males, la recuperación que sucedió a la pandemia ha sido inferior al resto del mundo. Los pronósticos de varios organismos internacionales auguran un crecimiento de América Latina inferior a los promedios internacionales. El neoliberalismo acentúa esas adversidades en todos los terrenos, generando una degradación que se traduce el continuado flujo migrantes hacia el Norte y en la destrucción del tejido social que provoca el narcotráfico.

La devastación que han sufrido México, Colombia y Perú por la descontrolada expansión de ese flagelo se ha extendido actualmente a Ecuador. Ya no es un país de tránsito o un centro de acopio, sino un estratégico lugar de procesamiento y exportación de las drogas. Sus puertos han sido capturados por bandas, que aprovechan la presencia de una economía dolarizada para potenciar la comercialización internacional de los estupeficientes.

También la violencia ha crecido al compás de la sangrienta rivalidad que opone a las mafias, que extendieron sus disputas mexicanas al sur del continente. Convirtieron además a las prisiones en centros de reclutamiento y gestión de un monumental negocio. El asesinato de un candidato a la presidencia, la guerra abierta contra

cualquier represalia del Estado y la corrupción de jueces, políticos y gendarmes ya forma parte del paisaje cotidiano de ese país. El neoliberalismo invariablemente agrava el desmoronamiento social en que se asienta el narcotráfico (Aharonian, 2023).

RECETARIO DE FRUSTRACIONES

Con las prescripciones neoliberales, América Latina tiende a repetir su larga historia de subdesarrollo y dependencia. Durante dos siglos, esa desventura ha sido la contracara de la expansión estadounidense, que idealizan los cultores del Norte. Siempre subrayaron el contraste entre ambas trayectorias, sin notar que sus recetas consolidan esa brecha.

Los neoliberales no observan ninguna adversidad en la actual especialización de América Latina en el extractivismo minero. Al contrario, realzan ese rumbo, olvidando que desde la conquista española implicó el desangre de la población autóctona, la hemorragia de los recursos y el atraso de la economía.

Los conquistadores se apropiaron del sistema preexistente de explotación mediante la cooptación de la aristocracia indígena, aprovecharon las luchas fratricidas y utilizaron la evangelización para agotar la fuerza de trabajo en los socavones. Entre los siglos XVI y XVII, potenciaron el servilismo, hasta niveles inéditos, para extraer minerales de los yacimientos gestionados por las civilizaciones precolumbinas. Enriquecieron a la corona y a sus servidores pulverizando esas sociedades (Guerra Vilaboy, 2006: cap. 2).

Esa misma depredación recobró fuerza posteriormente, para proveer los materiales básicos que exigía la industrialización de las economías avanzadas. Las grandes familias de la oligarquía local se asociaron con las empresas mineras euroamericanas para devastar el subsuelo regional y multiplicar las ganancias de las principales firmas de Occidente (Vitale, 1992b).

Ese estrago vuelve a reaparecer en el siglo XXI bajo el auspicio de empresas foráneas, que han convertido a América Latina en la gran localización del extractivismo de mineros. El acaparamiento de esos recursos suscita un permanente conflicto entre compañías extranjeras de distinto origen.

Los neoliberales convalidan también la regresión que entraña el afianzamiento de la especialización agroexportadora de la región, ocultando que ese perfil determinó el subdesarrollo de toda la zona. Auspician, además, los modelos de concentración de la propiedad agraria que condujeron a un estancamiento económico. Omiten que el despegue del admirado rumbo estadounidense se asentó en un contrapuesto dinamismo de los pequeños propietarios (*farmers*).

En el grueso de Hispanoamérica se conformó, desde el inicio de la conquista, una clase terrateniente señorial que acaparó propiedades con privilegios de casta. Por el contrario, en Nueva Inglaterra florecieron a partir del siglo XVII las colonias de campesinos libres, que cimentaron la pujanza capitalista.

Las elites neoliberales de América Latina siempre idealizaron la competencia y el mercado fuera de su radio de influencia, mientras usufructuaban del manejo de plantaciones, haciendas y latifundios. Por un lado, enaltecían el modelo de pureza capitalista estadounidense, y por otra parte consolidaban la gestión improductiva de sus incommensurables extensiones de territorio. Esta misma duplicidad se verifica en la actualidad. Los herederos de los viejos terratenientes exaltan ahora el capitalismo globalizado y digital del socio norteamericano, mientras refuerzan la primarización de sus propias economías.

Existen innumerables debates entre los historiadores sobre las condiciones económicas, los desenlaces sociales y los cursos políticos que determinaron la trayectoria antagónica de Estados Unidos y América Latina. Algunos realizan el contexto geográfico dispar y la gran diferencia de desarrollo entre las poblaciones preexistentes; otros remarcan la enorme divergencia entre modelos de colonización

capitalista y precapitalista. Mayores controversias suscita la evaluación de cuál fue el momento de consolidación de la brecha histórica entre ambas regiones.

Las tesis que fijan esa fractura desde la misma llegada de los conquistadores europeos, contrastan con los enfoques que atribuyen la gran divergencia a la forma en que se resolvieron las grandes epopeyas en ambas zonas (guerra de la Independencia y guerra de Secesión). Pero no cabe que duda que la maduración de dos configuraciones contrapuestas de capitalismo agrario y parasitismo oligárquico, desembocaron en cursos antagónicos de industrialización autocéntrica y mero subdesarrollo (Cardoso y Pérez Brignoli, 1979).

El camino norteamericano de desenvolvimiento agrario dio lugar a un intenso desarrollo fabril. En cambio, el curso bismarciano de acaparamiento territorial obstruyó en el Sur el despunte de los mercados internos requeridos para transitar ese sendero. Las haciendas, plantaciones y latifundios solo reciclaron la dependencia y el retraso de América Latina. Con ese trasfondo de disparidad estructural, las empresas del Norte capturaron posteriormente los mercados del Sur e impusieron la dominación imperial de todo el “patio trasero”.

Los liberales siempre atribuyeron esas bifurcaciones a la supremacía anglosajona frente a la ineptitud latina. Nunca evaluaron las condiciones que indujeron a esa contraposición de comportamientos de las elites gobernantes.

Esa omisión impide registrar hasta qué punto el neoliberalismo contemporáneo reproduce el mismo patrón de frustraciones del pasado. El extractivismo minero, la primarización exportadora y la especialización en los eslabones básicos de la cadena industrial de valor, recrean las viejas patologías económicas. La distancia con Estados Unidos y la monumental brecha con China, vuelven a reciclarse, porque el neoliberalismo contemporáneo ofrece el mismo recetario de fracasos que sus antecesores.

CONTRASTES HISTÓRICOS ALECCIONADORES

El desarrollo de América Latina fue obstruido por la anulación liberal de la soberanía regional. Ningún Estado de la zona maneja, con plenitud o efectividad, ese atributo por el sometimiento que ha impuesto la custodia estadounidense. El modelo neoliberal de las últimas décadas recortó nuevamente todos los márgenes de esa independencia.

Todos los países de la región reúnen formalmente las características de los Estados nacionales, pero en los hechos operan como formaciones sometidas a los vetos que dispone el Departamento de Estado. Washington hace valer en forma explícita o disimulada su gran supervisión, mediante controles geopolíticos y condicionamientos económicos. En los momentos críticos, la injerencia de sus embajadores es directa e incide en las decisiones cotidianas de los gobiernos.

Esa carencia de soberanía efectiva, impide a los países latinoamericanos desenvolver las políticas económicas autónomas que se requieren para superar el subdesarrollo. Esa dependencia recicla, a su vez, la inserción periférica de la región en el capitalismo mundial.

Para los neoliberales contemporáneos, la carencia de soberanía no constituye ninguna adversidad. Subrayan que esa ausencia es natural, en el contexto de la «interdependencia» imperante entre todos los países del planeta. Pero omiten registrar que esa amalgama no es equitativa: opera con normas de jerarquía, dominación y subordinación.

Tampoco atribuyen ninguna gravitación a la carencia histórica de soberanía, que contrapuso el devenir de Estados Unidos con América Latina desde el siglo XIX. Explican esa brecha por alguna inferioridad cultural legada por la herencia aborígen, frente a la pujante modernidad anglosajona. Pero el curso real de la historia se entiende con miradas críticas de esos mitos.

La primera potencia desenvuelve un rol particularmente dominante en todo el continente, al cabo de un largo proceso histórico que situó a Estados Unidos en un lugar contrapuesto a Hispanoamérica. Esa trayectoria le permitió conquistar y consolidar, desde el siglo XIX, la soberanía efectiva que sus vecinos del «nuevo mundo» no lograron conservar.

Estados Unidos obtuvo ese manejo pleno del Estado en dos secuencias diferenciadas de la revolución burguesa, que pavimentaron el excepcional desarrollo económico del país. El primer hito de la Independencia (1776), permitió crear las instituciones que favorecieron ese desenvolvimiento. Los grupos agromercantiles dominantes del norte lideraron un largo proceso de disputa con las potencias coloniales de la época (Gran Bretaña, Francia y España), que aspiraban a fraccionar ese territorio para preservar su poder en el continente.

El capitalismo se expandió en el norte sin ningún resabio ni obstrucción de las formaciones históricas precedentes. Transformó el genocidio de los indios en un proceso de expansión agrícola de pequeñas producciones altamente competitivas.

El segundo momento del despegue estadounidense fue la guerra de Secesión, que estalló cuando el capitalismo del norte del país se tornó inconciliable con el esclavismo del sur. Los sucesivos compromisos entre ambos sistemas afrontaron un punto de quiebre cuando la ampliación geográfica de las plantaciones chocó con el desarrollo del mercado interno. Con el triunfo del norte, se consumó la primacía definitiva de la industria, en sintonía con un nuevo ciclo de ensanchamiento de la frontera, mediante la entrega de tierras a los granjeros blancos (Bender, 2011).

Pero el capitalismo se consolidó derrotando a las corrientes democrático-radicales del norte y reconstituyendo el poder de los plantadores en el sur, que recuperaron sus posiciones y reemplazaron la esclavitud por nuevas formas de opresión de los afroamericanos. Con

ese pacto entre las elites de ambas zonas, la renovada exportación de algodón aportó las divisas requeridas por la industria (Post, 2011).

De ese desenlace, emergió el poderoso Estado nación que comandó la conquista del resto del territorio y la posterior dominación de todo el continente. Ese control comenzó con el desplazamiento del centro económico a Nueva York y con la constitución de una estructura monetaria y financiera centralizada, que sostuvo las subsiguientes fases de la industrialización. Esta sucesión de acontecimientos y desenlaces permitió a Estados Unidos transformarse en la potencia imperial dominante del siglo XX.

América Latina siguió una trayectoria totalmente opuesta, pero no desde el debut de su independencia. Esa emancipación fue un proceso semejante al curso seguido por Estados Unidos. Las elites criollas actuaron con la misma motivación de sus pares angloamericanos, bajo las mismas influencias de la Ilustración y con los mismos propósitos de aligerar la carga impositiva. Desarrollaron tanteos parecidos de mera autonomía inicial y posterior búsqueda de alianzas con las potencias rivales de su dominador (Knight, 1998).

También fue semejante la ruptura final de las elites con los funcionarios de la monarquía española y el consiguiente inicio de una revolución burguesa, signada por el cambio del grupo dominante en el manejo del Estado. Los criollos asumieron ese control, pero al cabo de una guerra de Independencia mucho más radicalizada que la prevaleciente en Estados Unidos. Las contiendas bélicas fueron más intensas y devastadoras, con mayor movilización popular y participación de negros e indios, que frecuentemente impusieron el inmediato fin de la esclavitud.

Ese carácter jacobino de las revoluciones hispanoamericanas se zanjó —al igual que en las colonias inglesas de América del Norte— con un resultado regresivo para los sectores populares. En los dos casos, se verificaron los efectos de la contrarrevolución social, que sucedió a la victoriosa revolución política.

En estas secuencias despuntaron asimetrías entre los dos polos del «nuevo mundo», pero el resultado final fue semejante. En ambos lugares, se logró la independencia y la posterior consolidación de las clases dominantes locales. La gran diferencia radicó en la naturaleza social contrapuesta de esos sectores.

En América Latina no se consumó ninguna guerra de Secesión, como la verificada entre el norte y el sur estadounidenses. En lugar del capitalismo industrializado que sucedió a esa conflagración, se consolidó una formación económico-social de subdesarrollo agrario. El predominio de los latifundios, las haciendas y las plantaciones fue el dato dominante de ese período.

En América Latina, la revolución burguesa quedó a mitad de camino, al cumplir tan solo la meta política de la independencia. No abrió rumbos para el desenvolvimiento capitalista acelerado que prevaleció en Estados Unidos. En la región, se conformó una multitud de Estados oligárquicos, que obstruyeron la gestación del ruralismo competitivo y bloquearon el despegue de una industrialización intensiva (Kossok, 1990).

Esa estructura social contrapuesta de ambas regiones se consolidó en la segunda mitad del siglo XIX, cuando la ausencia de una agricultura capitalista en América Latina sofocó definitivamente el despunte industrial. Esa obstrucción afianzó la especialización regional en insumos agro mineros básicos de exportación. Los terratenientes que lucraban con ese tipo de explotación, afianzaron la inserción internacional subordinada de la región. Consolidaron Estados oligárquicos que sellaron el estatus dependiente de América Latina.

El capitalismo que emergió de esa configuración, quedó aprisionado en el subdesarrollo por el acaparamiento inicial de la propiedad territorial. Nunca emergió el protagonismo de los granjeros que en Estados Unidos se entrelazaron con la industria. En América Latina, ambos procesos quedaron obstruidos por oligarquías liberales, que

abrieron las aduanas a la importación manufacturera, como contrapartida de sus ventas de materias primas a las metrópolis.

El crecimiento intensivo y autocentrado que caracterizó a la economía estadounidense contrastó con el estancamiento, que predominó en las haciendas en México, Colombia o Guatemala, en las plantaciones de Brasil y en los latifundios del Río de la Plata.

Ese curso no sólo obstruyó un desarrollo capitalista desde abajo, sino que impidió también un desenvolvimiento alternativo desde arriba. Por eso, quedaron bloqueados los modelos bismarckianos, que en otros lugares (Alemania, Japón) despuntaron por medio de la capitalización de la vieja nobleza.

En América Latina, prevaleció una variedad dependiente de ese prusianismo, que combinó el predominio de los grandes propietarios de la tierra con su asociación subordinada al capital extranjero. La oligarquía no transformó su enriquecimiento en procesos internos de acumulación. Recicló transferencias de valor al exterior, que perpetuaron el atraso económico-social de toda la región (Cueva, 1986).

LA BALCANIZACIÓN RECICLADA

La mirada liberal enaltece a Estados Unidos y denigra a América Latina, contraponiendo la cohesión que caracteriza a la primera potencia con las fracturas, inconsistencias y fragilidades que prevalece al sur del río Grande. Pero no aporta ninguna interpretación sobre ese contrapunto. Solo da rienda suelta a su repetido contraste entre la inferioridad congénita de la región y la asombrosa magnificencia anglosajona.

En ningún momento, analiza cómo esa asimetría estuvo determinada por la envergadura de los Estados nacionales de ambas regiones. En el Norte, primó una estructura continental unificada, y en América Latina un disperso cúmulo de fracturas balcanizadas.

Esa diferencia resultó decisiva durante la gestación del capitalismo, que despuntó en torno a mercados internos cohesionados por las reglas de cada Estado nacional. En el intrincado proceso de absorción de etnias y lenguas —que entre 1830 y 1880 ocurrió en Occidente en la conformación de esos Estados— hubo una selección final, que reordenó las incontables posibilidades previas. En ese filtro, el tamaño se transformó en un ingrediente decisivo de la gravitación alcanzada por los emergentes Estados nacionales.

Esa envergadura territorial facilitó la ubicación de ciertos países en la cúspide de la jerarquía mundial, frente a los competidores de menor dimensión geográfica. Cuando el poderío económico y militar coincidió con el primer atributo, esa primacía quedó asegurada. Estados Unidos contó con un soporte territorial que América Latina nunca logró plasmar.

Luego de la guerra de Secesión se forjó en un polo del continente, el Estado nación centralizado que reemplazó al modelo confederado. En Washington, se consolidó un poder efectivo que dejó atrás el esquema asociativo, mediante partidos que ocuparon el lugar de las alianzas interregionales. De la conscripción masiva emergió, a su vez, una ciudadanía uniforme, con identidades nacionales definidas por la pertenencia a un país unificado.

El viejo equilibrio federal quedó disuelto y la política exterior se transformó en una nítida atribución del Poder Ejecutivo. A medida que el telégrafo y el correo enlazaron a un territorio ampliado por sucesivas oleadas de inmigrantes, el imaginario continental empalmó con un Estado moderno, regido por el sistema presidencial.

América Latina quedó signada por una trayectoria radicalmente opuesta. Contaba con ventajas iniciales en la gestación pionera de la nacionalidad por elites ilustradas que compartían una lengua común. Esa cohesión idiomática introdujo un elemento de enorme homogeneidad en un inmenso territorio (Anderson, 1993: cap. 7). Pero la

independencia fue sucedida por una fragmentación de repúblicas, cuyo trazado quedó condicionado por el molde previo de las unidades administrativas del Imperio español.

Esos segmentos funcionaban de manera vertical bajo el mando de la Corona, que bloqueaba las relaciones horizontales y la integración zonal, mediante prohibiciones al comercio intercolonial. Esa obstrucción de los virreyes al ascenso de los criollos fomentó un desarrollo protonacional separado, que no fue revertido por la Independencia.

En el largo período de las guerras civiles, se definieron las fronteras y los Estados que alumbrarían a las distintas naciones de América Latina. En esa etapa, se delimitó el contorno de esa formación sin dilucidar la eventual convergencia en una estructura continental unificada. Los fuertes choques entre unitarios, federales y confederales, entre defensores del proteccionismo y el libre comercio, zanjaron el triunfo de los distintos grupos dominantes, que al final moldearon la conformación de cada Estado al servicio de sus intereses.

Esa definición siguió, en todos los casos, el mismo patrón de balcanización, que alimentó la gran variedad de organismos nacionales finalmente gestados. Esa diversidad de Estados oligárquicos consumó, a su vez, una alianza con la potencia imperial dominante (Inglaterra), que convalidó la fractura de América Latina en una veintena de Estados de insignificante peso internacional. Las destructivas guerras posteriores (Paraguay, Pacífico, Chaco) consolidaron esa fragmentación en islotes monoprodutores de insumos, apropiados por los terratenientes y sus socios extranjeros.

Ese desemboque de la historia latinoamericana en unidades pequeñas, dispersas e impotentes, afianzó la brecha con el poderoso Estado continental, que se forjó en el Norte. Ambos procesos fueron resultantes de grandes desenlaces político-militares. Estados Unidos emergió como una potencia ascendente de la guerra de Secesión, y América Latina se deslizó hacia la marginalidad periférica, luego de

la derrota del proyecto de unificación continental de Simón Bolívar.

Esa iniciativa tenía un basamento convergente con José de San Martín, y se configuró en el curso de la propia batalla por la Independencia. Esa lucha exigió extender geográficamente la guerra e incorporar masivamente a los plebeyos para vencer al enemigo realista. En esa confrontación, irrumpieron las fuertes tendencias al separatismo regional, que asumieron distintas modalidades del liberalismo federalista (Kohan, 2013).

Bolívar propició un esquema centralista, para combinar en una sola articulación la confederación de Estados nacionales emergentes. Pero no pudo neutralizar la reacción de las oligarquías locales, reacias a compartir los lucros de cada localidad. Además, esos grupos dominantes quedaron espantados por la movilización militar de los esclavos y los indios (Soler, 1980).

La derrota del proyecto de unidad continental acentuó la balcanización de América Latina y facilitó nuevas guerras, que potenciaron las subfracturas ulteriores de las Provincias del Sur, la Gran Colombia, la Confederación peruano-boliviana y las cinco Repúblicas Centroamericanas (Guerra Vilaboy, 2006). Esta fragmentación contrastó con la sólida unificación continental de Estados Unidos, que comenzó a concretar su dominación del “patio trasero”, a partir de esa descomunal diferencia de poderío.

Ciertamente, la mera unidad latinoamericana no garantizaba, de por sí, un curso de sostenido desarrollo, equiparable al logrado por la potencia del norte. Basta notar que Brasil mantuvo y acrecentó su dimensión continental y, al mismo tiempo, compartió el destino de atraso que imperó en Hispanoamérica. Un territorio inmenso, gestionado con la estructura importada por un emperador lusitano que consolidó la esclavitud, cargaba con las mismas adversidades que sus vecinos.

Pero el ideario bolivariano no se limitaba al enlace unitario y sentaba los cimientos para una trayectoria alternativa a la dependencia. La balcanización ha legado, en cambio, la tradición de impotencia política y servilismo al imperio, que corporiza el neoliberalismo. Los sucesores de esa corriente recrean la larga historia de subdesarrollo y privaciones populares que ha caracterizado a la región.

REFERENCIAS

- AHARONIAN, Aram. El narcotráfico se va adueñando de Latinoamérica, Recuperado de <https://rebelion.org/el-narcotrafico-se-va-adue-nando-de-latinoamerica/> [diciembre de 2023], 2023.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Ciudad de México: F.C.E, 1993.
- BARRENECHEA, J. Del antiamericanismo al panamericanismo. *Cubaencuentro*. Recuperado de <https://www.cubaencuentro.com/internacional/articulos/del-antiamericanismo-al-panamericanismo-341128> [julio de 2023], 2022.
- BENDER, T. *Historia de los Estados Unidos. Una nación entre naciones*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.
- CARDOSO, C. y Pérez Brignoli, H. *Historia económica de América Latina Tomo II*. Barcelona: Crítica, 1979.
- CASTRO ALEGRÍA, R.; PASTRANA BUELVAS, E. Auge y estancamiento de la Alianza del Pacífico. *Fundación Carolina*. Recuperado de <https://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2020/02/AC-7.2020.pdf> [julio de 2023], 2020.
- CUEVA, A. *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1986.
- GONZÁLEZ, S. Ponén bajo la lupa resultados de la Alianza del Pacífico. *La Jornada*. Recuperado de <https://www.jornada.com.mx/ultimas/economia/2020/02/20/ponen-bajo-la-lupa-resultados-de-la-alianza-del-pacifico-2118.htm> [julio de 2023], 2020.
- GROSFOGEL, R. Ocho tesis acerca del imperialismo estadounidense y las luchas antiimperialistas en el siglo XXI. *Rebelion*. Recuperado de <https://rebelion.org/ocho-tesis-acerca-del-imperialismo-estadounidense-y-las-luchas-antiimperialistas-en-el-siglo-xxi/> [julio de 2023], 2020.

- GUERRA VILABOY, S. *Breve Historia de América Latina*. Veracruz: Editorial de Ciencias Sociales, 2006.
- KOHAN, N. *Simón Bolívar y nuestra independencia*. Buenos Aires: La Rosa Blindada, 2013.
- KNIGHT, A. Latinoamérica: un balance historiográfico. *Revista Historia y Gráfica*, 10, p. 165-207. 1998.
- KOSSOK, M. *Historia del ciclo de las revoluciones de España y América Latina (1790-1917)*. La Habana: Universidad de La Habana, 1990.
- OPPENHEIMER, A. Las 3 grandes oportunidades de América Latina. *El Nuevo Herald*. Recuperado de <https://www.elnuevoherald.com/opinion-es/opin-col-blogs/andres-oppenheimer-es/article262863903.html> [julio de 2023], 2022b.
- POST, C. *The American Road to Capitalism. Studies in Class-Structure, Economic Development and Political Conflict, 1620–1877*. Boston: Brill, 2011.
- RINKE, S. *América Latina y Estados Unidos. Una historia entre espacios de la época colonial hasta hoy*. Madrid: El Colegio de México / Marcial Pons, 2015.
- SCHAMIS, H. Diez años de la Alianza del Pacífico. *Infobae*. Recuperado de <https://www.infobae.com/america/opinion/2021/05/01/diez-anos-de-la-alianza-del-pacifico/> [agosto de 2023], 2021.
- SUAZO, Javier. RD-CAFTA y Agenda Complementaria 19/01/2023 <https://rebellion.org/rd-cafta-y-agenda-complementaria/> [diciembre de 2023], 2023.
- VITALE, L. Modos de producción y formaciones sociales en América Latina. *Archivo Chile*. Recuperado de https://www.archivochile.com/Ideas_Autores/vitalel/2lvc/02lvchistsocal0008.PDF [agosto de 2023], 1992b.

A Caixa de Pandora da mineração: o expansionismo do capital e seus destierros

FÁBIO FRAGA DOS SANTOS

Com o aprofundamento das políticas de liberalização comercial e financeira na década de 1990, os aparelhos de Estado e sua estrutura burocrática tornaram cada vez mais presentes e dinâmicas as políticas neoliberais no âmbito mundial (Wood, 2003). Na América Latina, o neoliberalismo se articulou substancialmente no final do século XX, quando as economias centrais, lideradas pelos EUA, organizaram medidas para um novo ciclo da acumulação, que condicionou a região à reedição do projeto de inserção internacional, mais subalternizada. Chesnais (2016) apontou que, nessa dinâmica, as grandes corporações, por meio do processo de transnacionalização (marcado pela centralização global de capital), passaram a pressionar os Estados nacionais a empregarem políticas e procedimentos que possibilitariam realizar uma série de manobras, tais como aquisições, fusões e remanejamentos de empresas e métodos produtivos, para que obtivessem vantagens e controle sobre as cadeias de valor.

Posteriormente, no início dos anos 2000, o projeto neoliberal sofreu adaptações em função da grave crise do final dos anos de 1990, com o estouro da ‘bolha ponto com’ e dos próprios achques neoliberais, ao longo daquelas décadas. Uma das decorrências desse quadro foi a mudança política na América Latina com a emersão de uma

burocracia estatal que buscou adaptar oportunidades econômicas conjunturais por produtos primários com “a macroeconomia neoliberal às políticas externas independentes e sociais compensatórias” (Martins, 2011, p. 314). As corporações transnacionais continuaram requerendo dos aparelhos estatais locais políticas para garantir as estratégias de captura de valor. Ou seja, o processo de dependência da burocracia estatal continuou ativo para garantir a acumulação através de um ambiente institucional e territorial, organizado, para repercutir maior estabilidade à dinâmica do valor. Desse modo, apesar da prerrogativa neoliberal defender a minimização do Estado, isso de fato se aplica à proteção social e aos bens comuns, pois a efetividade da sua lógica tem sido a de estabelecer, para as grandes corporações transnacionais, um ambiente de controle sobre o aparato institucional público, para que as empresas possam exercer seu poder nas localidades em que atuam. Desse modo, reafirma-se que o Estado continua sendo um “ponto vital de concentração de poder capitalista” (Wood, 2014, p. 24).

O setor mineral no Brasil, viverá essa quadra histórica com a missão estratégica de ampliar sua participação no Produto Interno Bruto — PIB, através de exportações em grande escala, com o recolhimento de *royalties* e, em algum nível, com uma dinâmica de negócios que também envolva a geração de ocupações (Gonçalves *et al.*, 2018).

No começo do século atual, o setor mineral brasileiro se concentrou e se centralizou mais, tanto com relação aos investimentos, como em termos de exploração mineral. O recurso de maior relevância na produção e exportação brasileira, o minério de ferro, tem sido controlado quase que exclusivamente pela empresa Vale, a qual detém tanto o controle das jazidas como de todo conjunto de empreendimentos que envolve desde a prospecção até as barragens de contenção de rejeitos, usinas de pelotização, siderurgias, ferrovias, minerodutos, portos, entre outros empreendimentos (Magno, 2017). Adiante, abordaremos especificamente as práticas da Vale

como megaempresa da economia mineral, em escala internacional, buscando ver o seu entrelaçamento com a localidade.

Todo o complexo minerário e industrial foi articulado pelo setor privado com as garantias da estrutura do Estado, que passou a estabelecer ambientes favoráveis para os investimentos, principalmente de empresas transnacionais. Ressalta-se que, nas duas primeiras décadas deste século, o Brasil passou a assumir uma posição ativa, mas marcadamente dependente na medida em que sua maior expressão na economia foi com a produção de bens primários, configurando um lugar subordinado na divisão internacional do trabalho como fornecedor de matérias-primas. Uma plataforma emergente de rápida valorização de ativos de investidores através de políticas de exportação de *commodities* (minerais e agrícolas), no quadro do movimento mundializado de acumulação capitalista, com predominância financeira.

Torna-se importante destacar que ao longo desse período, o mercado global de minérios atingiu forte dinamismo em razão do *boom* ou crescimento da demanda por *commodities* (entre os anos de 2003 e 2011) e, depois, importante declínio (a partir de 2012), período nomeado como pós-*boom* das *commodities*. Nesse ciclo descendente, os bens minerais sofreram uma brusca variação, que resultou em mudanças na conduta das empresas e do Estado brasileiro, no sentido de buscar otimizações para garantir a captura de valor, em especial, para o capital financeiro (Carvalho *et al.*, 2018).

A intensificação das relações comerciais entre a China e os países da América Latina, a partir de 2002, foram ampliadas após o seu ingresso na Organização Mundial do Comércio (OMC), quando dezenas de acordos comerciais, de investimentos e de cooperação foram assinados. A ascensão chinesa impactou os preços e a demanda para o setor minerador, beneficiando países como o Brasil, Chile e Peru, com acordos comerciais que se tornaram centrais para a composição da pauta exportadora desses países (Medeiros; Cintra, 2015). Esse ‘efeito China’, marcado pela ascensão nos preços e no volume

exportador de *commodities*, fez com que, nesse cenário, as contas externas do Brasil passassem a apresentar resultados positivos na composição do saldo da balança comercial. Essa concentração da política econômica nas *commodities* e nos dispositivos do capital financeiro provocaria uma conjuntura peculiar, como sumariza Paulani (2012) ao enfatizar que:

Antes do cenário de crise de 2008, os elevadíssimos juros reais somados aos ganhos em mercados derivativos produzidos pela contínua valorização de nossa moeda fazia do país o paraíso dos ganhos rentistas. Logo depois da crise, a modesta desvalorização do real não é suficiente para compensar as elevadíssimas taxas reais de juros que ainda permanecem internamente: apesar de sua queda ao longo de 2009 elas continuam a ser extremamente atrativas, num momento de taxas internacionais irrisórias ou mesmo negativas. Além disso, tão cedo quanto no início de 2010 elas voltam a subir fortemente, tendência que só é revertida já na gestão Dilma, a partir de agosto de 2011. O resultado conjunto desses movimentos não poderia ter sido outro: a economia brasileira afogada em dólares e a moeda doméstica em permanente estado de sobrevalorização (Paulani, 2012, p. 12).

O processo de reprimarização¹ das exportações entra em pauta nesse mesmo contexto como forma de recolocação da economia

-
- 1** Consideramos este processo como resultado de uma supercapitalização, nos moldes da perspectiva de Mandel (1982), cujo fundamento se pauta na da hipertrofia dos serviços no capitalismo tardio através da busca por nichos de valorização devido à queda da taxa de lucro. O capital “gradualmente se acumula em quantidades cada vez maiores e uma parcela considerável do capital já não consegue nenhuma valorização, as novas massas de capital penetrarão cada vez mais em áreas não produtivas, no sentido de que não criam mais valia, onde tomarão o lugar do trabalho privado e da pequena empresa de maneira tão inexorável quanto na produção industrial de 100 ou 200 anos antes”. (Mandel, 1982, p. 272).

brasileira no circuito mundial de acumulação, através da promoção de ganhos elevados para os investidores internacionais e, tornando o Brasil “um agente ativo do processo de financeirização em curso” (Paulani, 2012, p. 13). O Estado, que sempre participou, de algum modo, do processo de acumulação, neste século ganhará novo ímpeto com os investimentos estatais diretos, como por exemplo o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (2007-2016, governos do PT), que funcionou como potencializador para o crescimento econômico, ou seja, fomentando a captura de valores pelo capital, com o protagonismo também do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Para Paulani (2012), o Brasil se consolidou como uma economia financeirizada pautada em um acelerado processo de centralização de capitais que está amplamente integrado ao “capitalismo rentista dominante” (*ibidem*, p. 24), que tem o Estado como principal instrumento para avultar os recursos dos rentistas, tanto externos como internos. Portanto, podemos afirmar que a economia brasileira neste século se insere-se no cenário mundial como plataforma crescente de valorização financeira, promovendo ganhos inigualáveis num mundo em que as taxas de juros reais são quase nulas ou até mesmo negativas. A consequência mais latente é o dinamismo de nossa economia vinculado ao consumo e potencializado na demanda externa centrada em *commodities* (Paulani, 2012).

A autora reforçou que a principal característica do processo de financeirização não é a especulação, já que esta é um subproduto derivado do crescimento descontrolado da riqueza financeira e que a principal característica da financeirização é o rentismo, o qual pode ser definido como “o movimento de valorização do valor que tem como causa a mera propriedade” (Paulani, 2013, p. 254). Nesse sentido, o rentismo é inerente ao capital financeiro, e envolve um modelo de exploração econômica dos mais predatórios, envolvendo os recursos comuns da natureza, como os bens contidos no subsolo. Sendo assim, transformou em valor excedente aqueles recursos que

são esgotáveis, e o fez através da promoção de severos impactos no meio ambiente e no comprometimento das possibilidades futuras de produção material.

Várias pesquisas mostram que as duas primeiras décadas desse século foram marcadas pelo sucessivo aumento do setor extrativo de larga escala na América do Sul e no Brasil pela ação de “megaempreendimentos dependentes da exploração intensiva da natureza, caracterizando uma nova fase daquilo que é estrutural na formação da América Latina e do capitalismo moderno, o extrativismo” (Gonçalves; Milanez, 2019, p. 8).

Gudynas (2015) e Svampa (2019) caracterizaram esse contexto latino-americano como de reprimarização da economia, em que o extrativismo se aprofunda como pilar da economia, que os autores nomeiam como neoextrativismo para distinguir de outros tempos históricos. Ou seja, um conjunto de estratégias voltadas para o desenvolvimento de segmentos econômicos que se apropriam de grandes volumes de recursos naturais para comercialização com nenhum ou pouco gasto em processamento industrial (Gudynas, 2012). Desse modo, se estabeleceu uma lógica de priorização da produção e exportação de *commodities* como matriz de desenvolvimento econômico, definida por uma subordinação ao capital financeiro e aprofundamento da lógica dependente sistêmica, em razão da concentração na produção dos bens primários (Milanez; Santos, 2019).

Gonçalves *et al* (2018) reforçam que o neoextrativismo envolve a apropriação dos territórios, através do uso da terra, da água, da energia e da exploração mineral e agrícola em grande escala. A territorialização da rede global extrativa mineral -que nos interessa nesta pesquisa- provocou um processo de fratura territorial, no sentido de rupturas sociais e desequilíbrios ambientais em nome da dinâmica da acumulação capitalista. Como protagonista desse contexto, o Estado brasileiro potencializou o alcance das corporações da mineração através dos seus aparatos políticos e burocráticos. Isso significou alargar as

fronteiras do capital e, desse modo, as ruínas que provocam no processo de mercadorização de bens salvaguardados pela Constituição Federal de 1988, como os recursos hídricos, as unidades de conservação de ecossistemas, as terras indígenas, os quilombolas e as comunidades ribeirinhas. Ao liberar o avanço do capital, o Estado provoca a exponenciação dos conflitos socioambientais com os interesses da mineração.

A MINERAÇÃO E O *BOOM* DAS *COMMODITIES*: CONSEQUÊNCIAS DA DINÂMICA ACUMULATIVA DE CAPITAL

Os danos provocados pelo rompimento da barragem de Fundão, na cidade de Mariana (MG), refletem o atual modelo de mineração no Brasil e a dinâmica de acumulação capitalista, que resulta ciclicamente em crise e em danos socioambientais, por vezes irreversíveis. O Estado, como instrumento elementar no processo de atuação das mineradoras, ao promover os processos regulatórios, se torna incisivamente responsável pelas consequências do desastre em questão, ponto que iremos abordar posteriormente.

Nos dados levantados pela pesquisa de Santos (2022), vimos como um consenso geral nos estudos críticos que o amplo desenvolvimento industrial e econômico da China, no início deste século, provocou o ciclo virtuoso da economia primária, com grande demanda por *commodities*, entre elas, os minérios. A demanda chinesa teve por base os investimentos em infraestrutura industrial e em urbanização, em ritmo acelerado no país (Medeiros, 2010). Durante o período de 2003 a 2008, a demanda por minério de ferro na China cresceu em cerca de 225%, seguido por alumínio, com o crescimento de 124%, e de 78% de cobre. Essa demanda contribuiu para o aumento do volume extraído e para os preços das *commodities* minerais (Jenkins, 2011).

Um fator importante para o ciclo do *boom* das *commodities*, além do efeito China, foi o processo da financeirização das *commodities*,

o qual foi constituído por meio de componentes especulativos do mercado financeiro e que resultaram na aplicação de preços bem superiores ao crescimento da relação oferta e demanda (Wanderley, 2017). Esse processo de ‘financeirização’ sobre os recursos minerais pelo mercado de capitais foi pautado pela busca de diversificação da carteira de investidores após o cenário conturbado do final do século XX, em que os investidores financeiros passaram a buscar a diversificação de seu risco, “buscando a redução de custos operacionais e o aumento da produtividade; e concentrando as atividades em negócios estratégicos e regiões prioritárias” (Wanderley, 2017, p. 3). Essa busca por novos investimentos ocorreu após os abalos provocados pela queda de rendimento atribuído à crise asiática de 1997 (Canuto, 2000) e com o fim da bolha de investimentos da internet (empresas ponto com) que resultou em um contexto de especulação entre os anos de 1995 e 2001, e que foi marcado por uma excessiva alta das ações das empresas de tecnologia da informação e comunicação baseadas na internet (Saes, 2017).

Conforme Saes (2017), havia várias diretrizes voltadas aos investidores do mercado financeiro demonstrando que as ações das empresas vinculadas às *commodities* eram tidas como estratégicas, no sentido de redução da volatilidade do retorno das carteiras de aplicações financeiras. Isso resultou na inserção de grandes instituições financeiras e bancos internacionais, que passaram a atuar com mais veemência no mercado de *commodities*. Esse fator passou a incidir nos índices dos preços das *commodities* e as corporações vinculadas, especialmente do setor da mineração, passaram a adotar estratégias de governança para atrair ainda mais grandes titulares de investimento de longo prazo, “que compravam e seguravam suas posições ao invés de ganhar margem na compra e venda de contratos no curto prazo” (Saes, 2017, p. 79).

Economias como a brasileira passaram, nesse período, por um crescimento de suas reservas internacionais e esse acúmulo de reservas foi visto como uma resposta às crises do balanço de pagamentos que

ocorreram no final do século XX. Por outro lado, essa financeirização do mercado de *commodities*, que está associada à ascensão chinesa e à mudança de interesses na diversificação do portfólio de investimentos, elevou os preços em dólar da maioria das *commodities*, promovendo, portanto, uma ampliação no comércio internacional de matérias-primas, em particular de petróleo, soja e minério de ferro e metais (Medeiros, 2015).

Especialmente a partir de 2009, houve uma avalanche de novos projetos de mineração, com ênfase na exploração do minério de ferro, durante o *boom* virtuoso, que foi determinante para a expansão da fronteira minerária. Como demonstrado anteriormente, arranjos “político-institucionais idealizados e dirigidos por atores nacionais e internacionais objetivaram a liberalização do mercado de metais, facilitando e incentivando a intervenção estrangeira no setor” (Bebbington, 2012, p. 314).

As análises de Saes (2017) demonstraram ainda que os aumentos expressivos nos preços do minério de ferro despertaram a entrada de novos produtores do setor, no Brasil. Esses produtores tinham como característica comum uma diretriz para exploração voltada à extração de minério com baixa qualidade em novas fronteiras minerárias. Essas novas mineradoras que surgiram, nesse contexto, com o objetivo de explorar minérios com baixo teor de pureza e com qualidade inferior aos grandes projetos como Carajás, tinham como perfil a inserção de tecnologias, através do grande volume de investimentos, demonstrando que essas novas mineradoras buscavam uma rápida valorização de seus ativos (Milanez *et al.*, 2019). Essas empresas, conhecidas como *juniors companys*, surgiram com uma matriz produtiva vinculada a um elevado grau de dependência do mercado financeiro e como estrutura complementar das mineradoras de grande porte já consolidadas, como subcontratadas. As grandes corporações utilizam as *juniors companys* como empresas prestadoras de serviços e fomentadoras do mercado financeiro. Também

para a agilização dos processos de licenciamento ambiental e soluções jurídicas para driblar possíveis conflitos ambientais e sociais com as comunidades afetadas, pelo processo de extração e transporte de minérios (Saes, 2017; Milanez; Santos, 2019).

Diante desse cenário, o Estado refez sua atuação no empreendimento privado de captura de valor. O dinamismo da economia vinculado aos preços do setor da mineração e o aumento no volume das exportações de *commodities* brasileiras colocaram em pauta a necessidade de discussão de um novo código para a mineração, explicitado anteriormente. Assim como, a criação do Plano Nacional da Mineração 2030 (PNM 2030) (Brasil, 2010), com ênfase nos estímulos à produção minerária e a potencialização de valor aos recursos minerais extraídos no Brasil (Milanez, 2012). As diretrizes inseridas nesse novo plano da mineração abriram para as possibilidades de ampliação do uso dos recursos minerais através da promoção da autonomia das mineradoras, desde a pesquisa até a comercialização, demonstrando, por parte do Estado, um estímulo importante para a expansão na produção mineral, cuja dinâmica esteve voltada essencialmente para mercado externo e sem levar em consideração os impactos e conflitos da mineração sobre o território (Saes, 2017).

Os desdobramentos das mudanças políticas e da legislação do setor mineral no Brasil promoveram, de um modo geral, a autonomia das mineradoras e uma maior omissão em relação aos impactos ambientais e sociais da mineração. Isso é comprovado pela expansão da atividade de exploração em áreas de preservação ambiental e em terras indígenas, com a prerrogativa de atender ao aumento exponencial da demanda internacional por recursos minerais.

Cabe destacar que no cenário posterior ao *boom* da mineração, ocorreu a manutenção das estratégias de governança corporativa das grandes mineradoras e voltada para os interesses dos acionistas e do mercado financeiro, que buscando a ampliação da produção, intensificou ainda mais a exploração das plantas de mineração já

estabelecidas e, promovendo a manutenção e expansão de infraestruturas (ferrovias, estruturas portuárias) para obter ainda mais o ganho de produtividade (Wanderley, 2017). Contudo, isso passou a ser realizado com base em uma redução ainda maior dos custos operacionais e com um aumento da exploração da força de trabalho, através da redução da média salarial e do aumento do volume de trabalho terceirizado, ampliando ainda mais a precarização das condições de trabalho (Santos, 2016), reforçando as análises sobre o processo de contratendência (Marx, 2017; Mandel, 1982) em que o sistema produtivo, diante de contextos de crise, cria formas para restabelecer as condições de valorização do capital.

Consequentemente, esse cenário, contribuiu para o aumento dos riscos que resultaram no rompimento da barragem de Fundão em Mariana, já que a estratégia corporativa das mineradoras (Milanez *et al.*, 2019) e a atuação do Estado, como foi demonstrado anteriormente, foram fatores que potencializaram desastres ambientais, além de acidentes de trabalho e conflitos resultantes dos impactos socioambientais atrelados ao setor da mineração. Sendo assim, podemos afirmar que o conjunto das demandas internacionais por minério de ferro na última década, somado ao papel dos recursos extraeconômicos, tais como o poder político do Estado, que busca a manutenção e ampliação da cadeia de valor do setor através das garantias jurídicas e de infraestrutura, foram os responsáveis por cenários de catástrofes, entre eles, o crime socioambiental da Samarco, que é a síntese das consequências da expropriação neoliberal nas localidades afetadas.

O rompimento da barragem de rejeitos de minérios foi resultado desse *modus operandi* da economia extrativista e do modelo de negócios assumido a partir dos anos 2000, com especial destaque ao período de queda de preços da mineração, quando os custos operativos ganharam ainda maior foco pela Vale e suas parceiras. A baixa avaliação técnica e a tímida fiscalização pública sobre as condições

de armazenamento da barragem mostram como a região vive sobre ‘fogo cruzado’ na eminência de extinção de lugares, natureza, pessoas e modos de vida por conta de avalanche de lama mineral.

Um dia o risco virou realidade com o rompimento da barragem de Fundão, deixando, entre outras consequências, uma grave crise hídrica para a região, seja para o consumo familiar, seja para a manutenção de habitat de animais e vegetações, seja, ainda, para as práticas de subsistência de populações tradicionais locais. O rio Doce, contaminado pelos rejeitos de mineração, expôs as condições dramáticas para seguimento da vida, com cenários de incertezas e de sofrimentos com o desastre em si e com a volatilidade sobre o futuro das vidas na região. Com o passar do tempo, a Vale persuadiu o poder público e os investidores de que era possível manejar com sucesso as consequências do evento, sem prejuízo aos negócios. A população atingida, no entanto, seguiu em franco desamparo, reforçado pelos acordos institucionais para reparação dos danos que foram sobredeterminados pelos interesses da empresa.

No plano concreto, de fato, as grandes corporações exercem uma grande influência nos diversos setores da sociedade e demonstram enorme poder, tanto nos territórios em que vão atuar como nas condições que irão operar (Medeiros; Alcadipani, 2013). Mesmo em episódios sociais marcantes de ultraje, como a crise provocada pelo rompimento da barragem de Fundão, as corporações envolvidas têm demonstrado capacidade de desenvolver oportunidades de controle do processo, a partir de programas de reconstrução e reparação de danos. Ressaltaremos as estratégias da indústria mineradora no episódio do desastre, evidenciando as artimanhas políticas e econômicas praticadas a partir dos acordos judiciais, destacando a utilização do conhecimento técnico pelos mecanismos corporativos para o esvaziamento do espaço político e a desqualificação dos movimentos sociais, tratados como entraves ao entendimento.

Cabe aqui, recuperar o histórico da empresa envolvida no crime socioambiental em destaque para compreender melhor as consequências desse processo. A empresa Samarco começou as suas atividades de mineração no ano de 1973 com a finalidade de pelotização, sinterização e beneficiamento de minério de ferro a partir da junção societária (*joint venture*) com a Mineração da Trindade S/A – Samitri (51%) e a norte-americana Marcona Corporation (49%), que era controlada pela incorporadora também norte-americana Utah International. Essas empresas começaram as negociações para explorarem juntas o minério itabirítico, caracterizado como rocha de baixo teor de ferro e que não era explorado no Brasil até aquele momento. Em 1975, teve início a construção da unidade de Germano, em Mariana, que começou o tratamento do minério no ano de 1977 (Samarco, 2006; Milanez, 2018).

Mais à frente, no ano de 1984, a mineradora e petrolífera anglo-australiana BHP Billiton adquiriu a Utah Internacional, assumindo o controle da Marcona Corporation. No ano 2000, a então CVRD (Vale S/A) comprou a empresa Samitri e suas subsidiárias, entre elas a Samarco, que acabou resultando em um novo acordo com a BHP Billiton na reformulação societária, com 50% para cada empresa proprietária (Samarco, 2015). Esse novo acordo entre as novas proprietárias da Samarco derivou um novo modelo empresarial da organização, denominado “*non operated joint venture*– NOJV”, em que apenas uma empresa sócia é responsável pela tomada de decisão. A BHP Billiton adotou esse modelo com o objetivo de maximizar o valor dos ativos para os acionistas, alegando que, embora possua o direito de administrar a sua participação em cada NOJV, os controles das tomadas de decisão das operações são realizados pela própria administração, inclusive as responsabilidades e consequências operacionais (BHP, 2016).

A estrutura principal da Samarco está situada no Complexo Alegria-Germano, localizado em Mariana (MG) (140 Km de distância de Belo Horizonte), que foi considerado um dos grandes depósitos de minério de ferro, compondo o Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais

(Salinas, 2016). Antes do rompimento, a Samarco operava no sistema Germano com a extração de minério de ferro em três cavas principais, para posterior beneficiamento e retirada dos resíduos sólidos (os estéreis, sem valor econômico, ficam geralmente dispostos em pilhas e os rejeitos são depositados nas barragens de contenção), ampliando a concentração do teor de ferro. O minério de ferro concentrado passa por um processo de espessamento ou solidificação e é transportado por minerodutos até a Unidade de Ubu (Anchieta, Espírito Santo), para embarque marítimo e exportação para todos os continentes, na proporção média de 23,1% para a África e Oriente Médio, de 16,5% para a China e 22,4% para o restante da Ásia, de 21% para a Europa e 17% para o continente americano (Wanderley *et al.*, 2016).

As atividades da Samarco ao longo dessas quatro décadas de operação tiveram, em termos de crescimento mercantil, um impacto econômico importante em Mariana, com representação expressiva no PIB da cidade. Para se ter uma ideia disso, é elucidativo dizer que o pequeno município de Mariana ocupava a 31ª posição nacional e a 5ª posição estadual de PIB per capita antes do rompimento da barragem. Durante os anos de 2010 a 2014, o PIB do município de Mariana aumentou em torno de 80%, com uma preponderância de 70% do setor da indústria da mineração. A Samarco teve um lucro líquido de R\$ 2,81 bilhões em 2015 e Mariana teve a maior arrecadação da CFEM (ano-base de arrecadação — 2014) no estado de Minas Gerais. Mesmo com esse quadro produtivo e tributário, a Samarco, no mesmo contexto, viabilizou a ampliação da sua produção em 37% para reduzir as perdas de lucratividade diante do cenário do pós-*boom* das *commodities* a partir de 2013, com a queda do preço do minério de ferro no mercado internacional (Salinas, 2016; Porto *et al.*, 2016). Ao estudar mais detidamente essa economia da mineração, vemos o movimento efetivo do capital por ajustes para fazer avançar a produtividade e a rentabilidade, como um fenômeno concreto da dominação abstrata do valor, inerente à economia capitalista.

Diante da pressão dos acionistas da empresa pela ampliação das margens de lucro e com uma mudança significativa no cenário econômico mundial (*pós-boom das commodities*), a Samarco alargou os investimentos na produção para compensar as perdas no mercado do minério de ferro, o que representou uma significativa expansão da capacidade de operação. Através de investimentos e práticas de potencialização da produtividade (inserção de capital), ampliou-se a pressão da corporação sobre os trabalhadores para maiores níveis de produtividade, para cuidados com a qualidade do produto e do uso de recursos naturais (Wanderley *et al.*, 2016).

O aumento na escala de produção da Samarco no cenário que antecede o rompimento da barragem foi considerado, conforme Wanderley *et al.* (2016), como um dos fatores principais ligados ao desastre, já que houve uma expansão expressiva da geração de estéril e rejeitos de minério e uma necessidade significativa de demanda do uso de água nos processos de beneficiamento primário. Associado a essas questões técnicas, a pesquisa também encontrou o estímulo indireto do próprio Estado brasileiro, que, em função das diretrizes de ampliação das exportações para a entrada de divisas e de equilíbrio da balança comercial, não realizou as fiscalizações normativas das barragens de mineração no país (Takar, 2019).

Wanderley *et al.* (2016) apontaram o agravamento das condições de trabalho nas operações da Samarco com a elevação do número de acidentes com os operários em 260%, entre os anos de 2011 e 2014. De acordo com esse estudo, a causa desse aumento expressivo era a busca incessante da empresa pela redução dos custos operacionais. Desde o ano de 2011, a Samarco alcançou uma lucratividade superior a R\$ 2,5 bilhões, chegando a R\$ 2,81 bilhões em 2014. Portanto, sob a ótica do retorno financeiro aos acionistas, o modelo de gestão da empresa promoveu resultados consideravelmente positivos, garantindo patamares de lucros líquidos elevados, mesmo no contexto do fim do ciclo virtuosos das *commodities* minerais.

A barragem do Fundão entrou em operação no complexo Germano no ano de 2008, quando o *boom* das *commodities* alcançou o auge da produção. O seu processo de licenciamento durou três anos, mas foi profundamente marcado pela fragilidade dos mecanismos de fiscalização e da precarização das vistorias técnicas pelos órgãos públicos responsáveis pelo licenciamento e, que teve a sua aprovação atrelada a condicionantes ambientais, que foram atendidas apenas parcialmente, como apontam as análises de Milanez *et al.* (2016).

Na época dos fatos, o órgão responsável pela fiscalização das barragens de mineração era o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), autarquia federal que era responsável pela outorga de direitos minerários e que depois foi substituído pela Agência Nacional de Mineração (ANM). A mudança foi feita com a justificativa de modernizar o setor mineral para atrair novos investimentos, tornar a indústria mais competitiva, inovadora e sustentável. No entanto, o DNPM, em 1989, tinha um quadro de 1.430 servidores, e, em 2005, não somava mais que 811, o que era incompatível com o crescimento da demanda no setor minerário e o aumento das atribuições da autarquia (Silva, 2019). O que parece indicar que a flexibilização da fiscalização sobre os projetos andou *pari passu* com a desestruturação do quadro de pessoal do órgão fiscalizador.

Em suma, o contexto que antecedeu o rompimento da barragem de Fundão foi marcado por um conjunto de operações de aceleração de riscos, pela Samarco, para captura de valor e da capacidade da empresa em driblar as exigências institucionais e as prerrogativas legais. Com isso, as populações ficaram à mercê das estratégias do capital minerário e ameaçadas por processos de licenciamento e de fiscalização flexíveis autorizados pelo Estado. Acselrad (2018) reforça que todo esse processo não leva em consideração as demandas públicas, e que a participação das populações das áreas afetadas é residual nos estudos de licenciamento, e mesmo as denúncias — até mesmo dos

órgãos competentes de fiscalização das operações da atividade mineradora — são notadamente limitadas ou ignoradas.

No limite, a região mineradora abriga uma ‘quase-bomba-relógio’ de lama de minério, não sujeita a monitoramento e controle, pois a economia mineral se sustenta no denso extrativismo, e os aparelhos do Estado atuam flexibilizando o trato da questão em favor da ampliação das condições gerais de produção.

O rompimento da barragem de Fundão deixou um rastro de destruição incomensurável, já que afetou tanto os bens materiais, como o modo de vida das populações ao longo da bacia do rio Doce, afetando a biodiversidade de três rios e atingindo o Oceano Atlântico após percorrer mais de 600 km de cursos d’água. A avalanche de rejeitos da mineração destruiu diretamente uma área de cerca de 1.500 hectares, deixando 19 mortos, sendo 14 trabalhadores da mineração e 5 moradores do povoado de Bento Rodrigues. Foram soterrados bairros e localidades, atingindo cidades e povoados, desabrigando centenas de moradores, a ponto de, em conjunto, impactar diretamente a vida de cerca de 1 milhão de pessoas ao longo da calha do rio Doce, de acordo com os estudos que tivemos acesso na pesquisa. Várias áreas de proteção permanente (APPs) e unidades de conservação (UCs) foram atingidas, comprometendo a biodiversidade, como os casos do Parque Estadual do Rio Doce, do Parque Estadual Sete Salões, da Floresta Nacional Goytacazes e do Corredor da Biodiversidade Sete Salões, em Aimorés (Wanderley *et al.*, 2016).

Na tarde de 9 de novembro de 2015, a onda de rejeitos da Samarco chegou na cidade de Governador Valadares, depois de ter percorrido cerca de 350 quilômetros por 4 dias. O Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) decretou, no mesmo dia, situação crítica e suspendeu a captação e tratamento da água do rio Doce, única fonte de abastecimento da cidade. Vários testes e laudos foram realizados naquele momento e indicaram que na água do rio havia a presença de material

sólido oitenta vezes acima do permitido e a aparição de vários metais, principalmente o ferro, com um teor 10 mil vezes acima do tolerável (Serra, 2018).

A disputa por água nos primeiros dias da crise era violenta, chegando ao ponto de exigir escolta armada, já que as empresas envolvidas, juntamente com as autoridades, não conseguiam fornecer o mínimo de água potável previsto para a população. No dia 10 de novembro de 2015, nos autos da ação civil pública nº. 0395595-67.2015.8.13.0105, o juízo da 7ª Vara Cível da Comarca de Governador Valadares (MG), determinou de forma cautelar que a Samarco efetuasse uma série de medidas previstas no plano de emergência criado pela Prefeitura de Governador Valadares, com ênfase no fornecimento mínimo de 800 mil litros de água por dia (Terra *et al.*, 2018). Ainda assim, o necessário seria o fornecimento de 15 milhões de litros de água por dia, o que foi inexecutável naquele momento, para atender às demandas gerais de consumo residencial da população, além dos hospitais, asilos, abrigos e escolas públicas que não tinham recursos ou fontes alternativas de água, como poços artesianos (Serra, 2018).

A crise hídrica provocada pelo rompimento da barragem da Samarco demonstrou a capacidade de impacto da indústria mineradora ao longo de uma das maiores bacias hidrográficas do Brasil, tanto na dimensão do dano ambiental quanto no âmbito dos prejuízos sociais e econômicos. No entanto, esse quadro relacionado à questão do acesso à água em Governador Valadares, além do dano imediato ligado ao consumo nos dias em que houve a interrupção, provocou também todo um contexto de suspeição com relação a autarquia pública responsável pelo tratamento de água na cidade. Além do mais, houve um fomento por soluções isoladas, como o consumo de água mineral e a construção de poços artesianos ou a valorização por negociação individualizada, já que as instituições públicas se apresentaram ineficazes no que se refere às demandas coletivas e de reparação ambiental.

Também podemos compreender esse momento como resultado das apropriações capitalistas sobre os recursos naturais, já que a dinâmica da produção minerária, ao provocar o desastre, modificou as relações sociais e econômicas na região, ao impactar diretamente as formas do uso da água localmente. Contudo, cabe destacar que a restrição à água, provocada pelos efeitos deletérios do capital, criou condições para ampliação de novos dispositivos de mercantilização, como o aumento do consumo de água mineral e a ampliação do uso de insumos químicos para tratamento da água distribuída na cidade.

Marx (2017a), na *Gazeta Renana*, ao analisar os efeitos da lei referente ao furto de madeira, que atendia apenas aos interesses privados do novo proprietário das terras comuns (as florestas) e que condenava aqueles que, originalmente, utilizavam apenas os galhos secos da floresta para atender às suas demandas vitais (aquecimento e alimentação), nos ajuda a compreender os desdobramentos dessa crise hídrica. A água, como bem natural comum, ao ter o seu uso inibido ou condicionado, comprometeu tanto as questões relacionadas aos aspectos físicos das condições humanas e da própria natureza, quanto as questões relacionadas aos aspectos sociais, tais como as relações de trabalho, de cultura e de modos de vida local.

Os desdobramentos da crise hídrica ganham melhor compreensão como uma manifestação ampla da típica apropriação capitalista da água, como consequência possível da produção de mais valor. Esse movimento de espoliação que provoca a despossessão (Harvey, 2004) ocorre tanto de forma explicitamente violenta (momento da crise), como por arsenal manipulatório de consensos (conformidades), a partir de mecanismos de gestão a eles associados como uma mercadoria, que “[...] ocultam os aspectos desiguais e destrutivos de práticas concretas ao produzir relações fetichizadas que desconectam o valor-de-uso da água do valor atribuído pelo dinheiro” (Flores *et al.*, 2015, p. 248). Se a causa da crise hídrica foi a dinâmica acelerada e destrutiva da cadeia da mineração, o manejo dela envolve

repostas mercantilizadas, com a subordinação cada vez maior das esferas da vida humana à dependência do mercado (Wood, 2014). Desse modo, o Estado internaliza os mecanismos de degradação da natureza e assume o papel de garantidor da cadeia de valor, impactando negativamente as populações locais e relegando a elas um alto preço pelo uso de um bem que deveria ser comum. O que é pior ainda, esse modo de expropriação consegue ainda obter vantagens políticas e econômicas, prevalecendo as formas de reprodução do valor através da aplicação de processos de dominação do capital cada vez mais sofisticadas.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. “Territórios do capitalismo extrativista: a gestão empresarial de ‘comunidades’”. In: ACSELRAD, Henri (org.). *Póliticas territoriais, empresas e comunidades: O neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.
- BEBBINGTON, Anthony. *Minería, movimientos sociales y respuestas campesinas: uma ecología política de transformaciones territoriales*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2012.
- BHP. Billiton. *Non-Operated Joint Ventures*. 2016. Disponível em: <https://www.bhp.com/our-approach/operating-with-integrity/non-operated-joint-ventures/>. Acesso em: 05 set. 2024.
- CANUTO, Otaviano. *A crise asiática e seus desdobramentos*. Econômica, Niterói, v. II, n.4, p. 25-60, 2000.
- CARVALHO, A. M. P.; MILANEZ, B.; GUERRA, E. C. “Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017). In: *Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias*. Fortaleza: Edições UFC, 2018.
- CHESNAIS, François. *Finance Capital Today: corporations and banks in the lasting global slump*. Netherlands, Brill Academic Publishers, 2016.
- FLORES, Rafael Kruter; MISOCZKY, Maria Ceci. *Dos Antagonismos na Apropriação Capitalista da Água à sua Concepção como Bem Comum*. Organizações & Sociedade, Salvador, v.22, n. 73, p. 237-250, junho de 2015.

- GONÇALVES, R. J. A. F.; MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. M. “Neoextrativismo Liberal-Conservador: a política mineral e a questão agrária no governo Temer”. *In: OKARA: Geografia em debate (UFPB)*, v. 12, p. 348-395, 2018.
- GONÇALVES, R. J. A. F., MILANEZ, B. “Extrativismo mineral, conflitos e resistências no Sul Global”. *In: Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais*, v. 8, n. 2, p. 6-33, 2019.
- GUDYNAS, E. *Estado compensador y nuevos extractivismos*. Nueva Sociedad, 237, 128-146. 2012.
- GUDYNAS, E. *Extractivismos: ecologias, economia y política de un modo de entender el desarrollo y a la naturaleza*. CEDIB: Cochabamba, 2015.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- JENKINS, R. “The ‘China effect’ on commodity prices and Latin American export earnings”. *In: Cepal Review*, v.103, p. 73-87, 2011.
- MAGNO, Lucas. *Espacialidade e identidade política dos atingidos por mineração no Brasil: teorias, escalas e estratégias*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2017.
- MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, Os Economistas. 1982.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política Livro III: O processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. *Os despossuídos: debate sobre a lei referente ao uso da madeira*. São Paulo: Boitempo, 2017a.

- MEDEIROS, C. R. O.; ALCADIPANI, R. “Crimes Corporativos Contra a Vida e Necrocorporações”. In: XXXVII Encontro da ANPAD. *Anais*. 2013. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_EOR908.pdf. Acesso em: 13 set. 2024.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar. *Inserção Externa, Crescimento e Padrões de Consumo na Economia Brasileira*. Brasília: IPEA, 2015.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar; CINTRA, M. C. “Impacto da Ascensão Chinesa sobre os países latino-americanos”. In: *Revista de Economia Política* (Impresso), v. 35, 2015.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar. “O ciclo recente de crescimento chinês e seus desafios”. *Observatório da Economia Global*. Unicamp, nº 3, junho, 2010. Textos Avulsos, nº 3, junho, 2010.
- MILANEZ, B. “Novo Marco Legal da mineração: contexto, mitos e riscos”. In: MALERBA, Julianna (org.). *Novo Marco Legal da mineração no Brasil: Para quê? Para quem?*. FASE. 2012.
- MILANEZ, B.; MAGNO, L.; GIFFONI PINTO, R. “Da política fraca à política privada: o papel do setor mineral nas mudanças da política ambiental em Minas Gerais, Brasil”. In: *Cadernos de Saúde Pública*, 35 (5), 2019.
- MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. “Mineração e captura regulatória: a estratégia da Anglo American em Conceição do Mato Dentro (MG), Brasil”. *Revista Pós Ciências Sociais*, v.16, n. 32, p. 69-91, 2019.
- MILANEZ, Bruno *et al.* “A Estratégia Corporativa da Vale S.A.: um modelo analítico para Redes Globais Extrativas”. In: *Versos – Textos para Discussão PoEMAS*, (2), 1-43. 2018.
- PAULANI, L. M. “Acumulação Sistêmica, Poupança Externa e Rentismo: observações sobre o caso brasileiro”. In: *Estudos Avançados* (USP), v. 77, 2013.

- PAULANI, L. M. “A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história”. In: *Boletim de Economia e Política Internacional*, v. 10, 2012.
- PORTO, Antônio José Maristrello *et al.* “Reflexões sobre a dependência mineral em Mariana”. In: ALCÂNTARA, P. A. F. *et al. Depois da Lama: Mariana e as consequências de um desastre construído*. Belo Horizonte: Letramento, 2016.
- SAES, Beatriz Macchione. *Comércio ecologicamente desigual no século XXI: evidências a partir da inserção brasileira no mercado internacional de minério de ferro*. Tese (doutorado), UNICAMP, 2017.
- SALINAS, Natasha Schmitt Caccia. *Caso de Ensino: Rompimento da Barragem da Mineradora Samarco no Município de Mariana*. FGV, 2016.
- SAMARCO, Mineração. *Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras 2014*. Belo Horizonte, 2015.
- SAMARCO, Mineração. *Relatório Anual Samarco 2005*. Belo Horizonte, 2006.
- SANTOS, Fábio Fraga dos. *Às margens do Rio Doce e no meio da lama: Os danos do desastre da mineradora Samarco sobre o município de Governador Valadares/MG*. 1. ed. São Paulo: Editora Dialética, 2022.
- SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. Análise de Conjuntura: boom e pós-boom da mineração. Paper presented at the Seminário ‘Modelo de Extrativismo Mineral sob Crítica’, Vitória (ES). 2016.
- SERRA, Cristina. *Tragédia em Mariana: a história do maior desastre ambiental do Brasil*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2018.

- SILVA, Isabella Marques. “Análise da atuação do Estado na fiscalização das barragens de mineração: o caso Samarco”. In: *Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca*. v.4, n.1, jun. 2019.
- SVAMPA, M. *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina*. Cidade do México/México: CALAS, 2019.
- TAKAR, Téo. “Barragem brasileira é pior? Problema é fiscalização, punição e lucro alto”. *UOL*, São Paulo. 31 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/01/31/como-e-a-seguranca-das-barragens-de-mineracao-em-outros-paises.htm>. Acesso em: 06 set. 2024.
- TERRA, A. D. G.; MIRANDA, N.; CAMARA, A. A. F. A insegurança hídrica no município de Governador Valadares (MG): O desastre tecnológico de Mariana e o campo de disputas na “guerra dos laudos”. 31ª RBA — Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília DF, 2018.
- WANDERLEY, L. J. “Do boom ao pós-boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil”. In: *Versos — Textos para Discussão PoEMAS*, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2017.
- WANDERLEY, Luiz Jardim; MANSUR, Máira Sertã; PINTO, Raquel Giffoni. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, p. 23-87, 2016.
- WOOD, Ellen M. *Democracia Contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico* São Paulo, Boitempo, 2003.
- WOOD, Ellen M. *O império do capital*. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

PARTE 3

As repercussões do neoliberalismo no Serviço Social

Introdução

MARIA INÊS SOUZA BRAVO

O Seminário “50 Anos de Neoliberalismo na América Latina”, promovido pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2023, procurou problematizar as questões centrais do neoliberalismo, dialogando com outras áreas de conhecimento em um momento de regressão das conquistas sociais e ampliação da barbárie, e teve como objetivo fortalecer as resistências e o adensamento crítico, pois não há prática revolucionária sem pensamento revolucionário. Nessa direção, é fundamental aprofundar a análise da temática em face da crise estrutural do capitalismo no seu processo de financeirização.

As mesas iniciais sobre o Estado e Democracia, bem como Trabalho e Relações Sociais, abordaram duas áreas de concentração do Programa de Pós-graduação. O Seminário também enfocou o debate sobre a “Bionecropolítica neoliberal, amefricanidade e a luta das mulheres negras em defesa da vida” em face da importância desses temas na atualidade.

Esse momento inicial foi fundamental para aprofundar a análise do neoliberalismo, bem como estabelecer o debate com profissionais de outras áreas, na perspectiva de adensar nossos conhecimentos contra a mercantilização da vida e iluminar nossas lutas no presente e futuro.

A mesa de encerramento enfatizou as repercussões do neoliberalismo no Serviço Social brasileiro e latino-americano e a importância das instâncias organizativas da categoria profissional na resistência

às consequências do neoliberalismo na América Latina e, em especial, no Brasil. Esse debate é fundamental para fazer as mediações com o Serviço Social, ressaltando os impactos, as repercussões, as resistências e lutas dos sujeitos do Trabalho Social latino-americano a partir dos 50 anos do neoliberalismo.

As apresentações destacaram algumas questões centrais com relação à profissão. Os princípios do neoliberalismo são incompatíveis com o projeto ético político do Serviço Social e com a perspectiva emancipadora nas suas bases fundamentais, dentre as quais destacam-se a concepção da ampliação da democracia e a construção de direitos sociais. O que ocorre é a democracia restrita, pautada em governos autoritários e neofascistas; como também a perspectiva do cidadão consumidor e a mercantilização das políticas sociais.

Alguns impactos do neoliberalismo na profissão foram ressaltados, como, por exemplo, na formação profissional e na produção de conhecimento com a perspectiva de formar profissionais para o mercado com a lógica das competências, havendo pressão das agências internacionais para mudanças nos currículos com ênfase na lógica produtivista, cientificista. Outra perspectiva é a fragmentação da luta coletiva que impacta nas organizações do Serviço Social, enfatizando a desregulamentação da profissão com relação ao trabalho profissional. Há perda de direitos, fragmentação e aumento da jornada de trabalho e privatização das políticas sociais.

Em face das contradições da realidade, foi ressaltado também as lutas e resistências do Serviço Social latino-americano nesse período, iniciando com o Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-americano, ocorrido de 1965 a 1975, que permitiu a articulação entre setores críticos da categoria profissional na região, principalmente do Cone Sul, com a importante articulação da Associação Latino-americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ALAETS) e, posteriormente, a partir de 1975, do Centro Latino-americano de Trabajo Social (CELATS).

Esse movimento visava construir um Serviço Social ‘verdadeiramente’ latino-americano. Ao questionar as orientações norte-americanas e europeias, recebeu influências da teologia da libertação, da teoria da dependência, dos diversos marxismos, assim como da pedagogia do oprimido de Paulo Freire. Entretanto, não foi homogêneo, considerando as características da formação sócio-histórica de cada país, assim como pelas próprias particularidades da construção da profissão nesse contexto.

Por ter sido o primeiro país da região a sofrer o golpe empresarial militar, o Brasil não participou diretamente do movimento. Entretanto, recebeu suas influências, conseguindo, a partir dos anos 1970, iniciar o processo de ruptura com o conservadorismo, o que Netto (1991) chama de Renovação do Serviço Social¹.

No Brasil, o III Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado em 1979 em São Paulo, é considerado o marco histórico-político da ruptura com o conservadorismo da profissão e ficou conhecido como o Congresso da Virada, em face da sua importância na construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Ressalta-se nos anos 1980, diversos aspectos importantes para a consolidação do projeto profissional crítico do Serviço Social, como o aprofundamento teórico-metodológico e a ampliação da produção acadêmica à luz de suportes teóricos apropriados das fontes clássicas da teoria social, com exigências intelectuais rigorosas e o fortalecimento das entidades da categoria, bem como o início de ações articuladas entre elas, resguardadas as suas especificidades.

1 Segundo Netto (1991), são três as direções que assumiu a renovação no Brasil, sendo duas conservadoras, com base no positivismo, no estrutural-funcionalismo e na fenomenologia. A primeira denominada de modernização conservadora, a segunda de Reatualização do conservadorismo e a terceira de Intenção de Ruptura, pautada na Escola Católica de Belo Horizonte, conhecido como Método BH (1972-1975).

A articulação latino-americana foi retomada a partir dos anos 1990 com o fim das ditaduras em diversos países, bem como com a ampliação das transformações societárias decorrentes do neoliberalismo, como o ajuste neoliberal em curso, a privatização do Estado e a forte pressão ideológica.

Em 1995, em decorrência da articulação das organizações profissionais, foi criado o Comitê Mercosul, que inicialmente contou com a participação da Argentina, do Brasil, do Uruguai e, posteriormente, do Paraguai, tendo como perspectiva a construção de outro tipo de integração com o movimento sindical latino-americano (Lemos; Matos; Ramos, 2021).

Fruto de um processo longo de articulação política, o Brasil foi indicado para sediar a 19ª Conferência Mundial de Serviço Social realizada na cidade de Salvador (no estado da Bahia, em 2008). Essa conferência fortaleceu a articulação nacional e valorizou a participação internacional. Uma das pautas envolvendo as organizações internacionais e problematizada na conferência foi a necessidade de rever a definição internacional de Serviço Social.

Em 2012, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, um workshop para debater a definição do Serviço Social, sendo precedido pela reunião do Comitê Mercosul, que deliberou sobre a ampliação da organização com objetivo de integrar as organizações profissionais do continente.

Em 2013, foi criado o Comitê Latino-Americano e Caribenho de Organizações Profissionais de Trabajo Social (COLACATS), que passou a contar com reuniões anuais. Esse processo foi importante para valer a voz latino-americana e caribenha na Federação Internacional de Trabajo Social (FITS) e eleger Silvana Martinez, da Argentina, como presidente para o mandato de 2018-2022, o que realizou uma distensão na direção da entidade, até então conservadora (Lemos; Matos; Ramos, 2021).

Com relação à entidade de formação do Serviço Social latino-americano, ressalta-se o esvaziamento teórico e político do CELATS e da ALAETS a partir de 1989, com a ausência de seu projeto fundador que foi decisivo para a renovação do Serviço Social latino-americano (Iamamoto, 2004). Após esse ano, há uma profunda crise no CELATS com relação ao financiamento e sua transformação em entidade nacional do Peru.

Nesse processo, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) foi uma importante aliada no movimento que resultou na criação da instituição que substituiria a ALAETS, ou seja, a Associação Latino-Americana de Ensino e Investigação em Trabalho Social (ALAEITS), criada em 2006 na cidade de Santiago, capital chilena (Lopes, 2016).

A partir das problematizações explicitadas, considera-se como importantes desafios postos à profissão na atualidade (Bravo, 2012):

- Defender de forma radical o projeto ético-político do Serviço Social construído nos últimos anos e criar as condições para a sua materialização no cotidiano;
- Continuar o aprofundamento teórico-metodológico com fundamentação na teoria crítica por entender ser esta matriz a única que oferece subsídios para análise e transformação da realidade no enfrentamento das desigualdades sociais;
- Resistência às forças de extrema-direita e a construção coletiva com os sujeitos que trabalham na defesa de um projeto societário comprometido com a socialização da riqueza, com os direitos humanos e sociais e a preservação dos recursos naturais;
- Articular as lutas institucionais vividas no cotidiano profissional com as lutas mais gerais da sociedade em defesa das políticas públicas universais e de responsabilidade do Estado;

- Construir alianças estratégicas com os movimentos sociais na luta pela radicalização da democracia e fortalecimento da participação da classe trabalhadora nos espaços políticos com vistas à socialização da política;
- Aprofundar a articulação entre as entidades da categoria para a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social e o seu espraiamento para o meio profissional;
- Fortalecer o contato com o Serviço Social dos diversos países da América Latina e Caribe e com as lutas dos movimentos sociais realizadas nesses países. Nessa direção, considera-se fundamental fortalecer as entidades criadas nesse processo de resistências, como a ALAEITS e o COLACATS.

Para finalizar, entendemos como fundamental a indicação de Mandel que orienta a continuidade das lutas para resolver as crises da humanidade, a ação coletiva e democrática:

Toda tentativa de solução individual, parcial, fragmentada, descontínua para essas tremendas ameaças que se observam está, desde o início, condenada ao fracasso. A única possibilidade está na ação coletiva; democrática [...]. Essa é a orientação que devemos adotar para resolver a crise da humanidade (Mandel, 1995, p. 214).

REFERÊNCIAS

- BRAVO, M. I. S. “Mesa dos Depoimentos históricos: A chama em meu peito ainda queima, Saiba! Nada foi em vão”. *In: CFESS (Org.) Seminário Nacional 30 anos do Congresso da Virada*. Brasília: CFESS, 2012, p. 95-98.
- IAMAMOTO, M. V. “Serviço Social brasileiro e a articulação latino-americana”. *Temporalis*, ano 4, n. 7. jan./jun. 2004, p.102-111.
- LEMONS, E. L. S; MATOS, M. C; RAMOS, S. R. “As organizações profissionais de defesa do Serviço Social na América Latina e no Caribe”. *In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs.) A história pelo avesso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e Interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez Editora: CNPq, 2021.
- LOPES, J. B. “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina como marco na construção da alternativa crítica na profissão: A mediação da organização acadêmico-política e o protagonismo do Serviço Social brasileiro”. *In: SILVA. M. L. O. (Org.) Serviço Social no Brasil: História de resistência e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.
- MANDEL, E. “Debate”. *In: VIGEVANI, T. et al. (Org.) Liberalismo e socialismo: Velhos e novos paradigmas*. São Paulo: UNESP, 1995.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64*. São Paulo: Cortez, 1991.

Las repercusiones del neoliberalismo en el servicio social / trabajo social

SILVANA MARTINEZ

INTRODUCCIÓN

Se cumplieron cincuenta años de neoliberalismo en América Latina. De este punto entendemos la importancia de esta publicación, una vez que se factoneos permite reflexionar sobre los principios rectores en los que este proyecto filosófico se sustenta, sus impactos: social, político, económico, los procesos de subjetivación, sus múltiples significaciones, las derivas que ha tenido en estos 50 años de vigencia en nuestra región, entre otros aspectos. Asimismo, desde nuestra profesión considero fundamental poder problematizar y reflexionar sobre las implicaciones que ha tenido y tiene el Neoliberalismo sobre el Trabajo Social de nuestra región, tanto en la formación e investigación, como en las organizaciones profesionales, las condiciones laborales, la intervención social, las luchas, resistencias y logros del colectivo profesional. De este modo, en este capítulo intento abordar, de manera condensada, estas cuestiones desde un pensar situado.

Para este estudio he organizado el trabajo en tres momentos de un mismo proceso reflexivo. En un primer momento, me refero al Neoliberalismo como sistema de pensamiento y visión del mundo. Presentaré de forma resumida los principios que lo sustentan y

también los principios del Liberalismo Clásico con el cual el se vincula como antecedente histórico del Liberalismo, para que veamos sus puntos de coincidencia y sus diferencias, pero sobre todo para que reflexionemos sobre las enormes implicaciones que han tenido y tienen para nuestra región. En un segundo momento, me refiero al neoliberalismo como régimen político, económico y cultural. Es una mirada de la experiencia histórica que tenemos del neoliberalismo, cómo es en la realidad como sistema, cómo opera, cuál es su recorrido histórico lo cual se inicia en Chile en 1973 y luego se expande a los demás países latinoamericanos y también al mundo. Veremos qué mundos fueron construidos el neoliberalismo, cómo impactó en la cotidianeidad de los sujetos sociales, en las experiencias de vida, en la vida social, en las relaciones sociales y en la construcción de la subjetividad. En un tercer momento me refiero al impacto y las repercusiones que ha tenido el Neoliberalismo sobre el Trabajo Social de nuestra región en estos 50 años de vigencia. En este sentido, con una concepción dialéctica de la realidad y de la historia, abordaré por un lado de los procesos de dominación y opresión construidos por el neoliberalismo en nuestra profesión, pero también, y al mismo tiempo, los procesos de resistencias y luchas que permitieron el crecimiento del colectivo profesional, la consolidación de un proyecto ético-político y su posicionamiento y liderazgo a nivel mundial.

EL NEOLIBERALISMO COMO SISTEMA DE PENSAMIENTO Y VISIÓN DEL MUNDO

El Neoliberalismo como sistema de pensamiento y visión del mundo se fundamenta en las ideas filosóficas, políticas, económicas y sociales de Ludwig Von Mises, Friedrich Hayek y Milton Friedman. Estas ideas se fueron construyendo a lo largo de muchos años y comenzaron ya en las discusiones que se llevaron adelante en el Círculo de

Viena entre 1922 y 1936. En este periodo participaron muchos pensadores, intelectuales, investigadores y por eso podríamos decir que es la cuna, el origen o la cocina de muchas de las ideas que luego se difundieron y están vigentes hasta el día de hoy. Incluso han posibilitado la obtención de premios nobel a sus autores, especialmente en economía, como es el caso de Friedman en el año 1976. Las ideas del neoliberalismo se difunden a partir de mediados de la década de 1940, con libros como *Camino de servidumbre* publicado por Hayek en 1944, *La acción humana* publicado por Von Mises en 1949, *Ensayos de economía positiva* y *Capitalismo y libertad* publicados por Friedman en 1953 y 1962, respectivamente, entre otras publicaciones.

Von Mises y Hayek, representantes de la Escuela Austríaca de Economía, y Friedman, representante de la Escuela de Economía de la Universidad de Chicago, son las fuentes de inspiración económica del neoliberalismo. Su epistemólogo estrella es Karl Popper, crítico del historicismo y el holismo metodológico y férreo defensor del capitalismo, el estilo de vida americano y el predominio de Estados Unidos en el mundo, como lo expresa en su libro *La sociedad abierta y sus enemigos*, publicado en 1945. Comparten la concepción positivista de la ciencia, el empirismo lógico, el método hipotético y deductivo, el individualismo metodológico y la física como modelo de ciencia. Sus principios filosóficos más importantes son la libertad individual, la propiedad privada y la autonomía del mercado.

Como sistema de pensamiento y visión del mundo, el neoliberalismo se fundamenta en los principios que resume Ricardo Gómez (1995):

1. Toda realidad, y en particular la realidad social, es un conjunto que resulta del agregado de elementos individuales vinculados por relaciones que operan exclusivamente entre estos elementos individuales.
2. La sociedad es solo el nombre del conjunto de individuos que la componen, ligados entre sí especialmente por un sistema de tradiciones homogéneas.

3. El ser humano es básicamente un ser egoísta, consumidor y propietario de sus bienes.
4. El ser humano es un ser de tradiciones, que resultan de su naturaleza básicamente egoísta y científica.
5. Los seres humanos son naturalmente desiguales. La única igualdad válida es la igualdad política ante el mercado y la ley.
6. La libertad es abstracta, individual y negativa (libre de regulaciones).
7. El mercado es el único ordenamiento racional y toda planificación es irracional.
8. La democracia es el sistema político recomendable en tanto no interfiera con el funcionamiento del libre mercado.
9. La sociedad capitalista neoliberal es insuperable.

Estos principios constituyen claramente una continuidad y complementación de los principios del liberalismo clásico que Ricardo Gómez resume en los siguientes:

1. El ser humano es, por naturaleza, un ser egoísta cuya actividad está orientada a obtener el máximo beneficio posible con el menor esfuerzo.
2. El interés personal-individual es el motivador principal de toda acción, no el interés de la sociedad.
3. El orden económico es un orden natural porque surge de la naturaleza del ser humano individual y de las cosas.
4. El mercado es autónomo y se rige por una mano invisible que mantiene el funcionamiento esperado corrigiendo posibles desviaciones y evitando otras.
5. Las leyes económicas se imponen con el mismo rigor que las leyes físicas. Toda transgresión tiene consecuencias negativas ineludibles.
6. La libertad individual es imprescindible para el normal funcionamiento de la economía.

7. El Estado no debe intervenir en la economía. Su función es defender a la sociedad del ataque de otras sociedades, proteger a los individuos del ataque de los miembros de su propia sociedad y realizar todo aquello que no es de interés ni para el mercado ni para los individuos porque no produce ganancia.

Como lo señala el filósofo argentino Alejandro Auat (2021), además de un sistema de pensamiento y visión del mundo, el neoliberalismo es un régimen político, económico y cultural que, como lo señala Juan Agüero (2013), se sustenta en el nuevo orden mundial y la manera de gobernar la cuestión financiera, contruidos por Estados Unidos a partir del Acuerdo de Bretton Wood de 1944. Se construyen mediante la creación del Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial, las Naciones Unidas, el Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio, la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico, la expansión de las grandes corporaciones transnacionales, la formación de la banca mundial, el desarrollo tecnológico, el proceso de globalización, la conformación de los mercados financieros internacionales y la expansión del dinero electrónico. Este régimen político, económico y cultural se construye como experiencia histórica sustentada en los principios filosóficos expuestos anteriormente.

Indudablemente, los principios neoliberales que mencioné anteriormente, construyen un mundo para muy pocos, un mundo que incluso se reserva “el derecho de admisión” para unos pocos, un mundo transformado en una *sociedad invernadero*, como lo llama Forster, tomando la metáfora de Fiódor Dostoyevski. El gran novelista ruso comparaba la modernidad europea con una sociedad invernadero, protegida de las inclemencias de todo tipo y construida para garantizar un clima saludable y constante para los privilegiados que vivirían en su interior, mientras que la *sociedad de la intemperie* era la de los miserables que quedaban excluidos y por fuera de esta Europa privilegiada.

LA EXPERIENCIA HISTÓRICA DEL NEOLIBERALISMO EN AMÉRICA LATINA

La experiencia histórica del neoliberalismo en América Latina se inicia en Chile el 11 de septiembre de 1973, con el sangriento golpe de Estado apoyado por Estados Unidos contra Salvador Allende, primer presidente socialista electo por la voluntad popular en nuestro continente. Luego se extiende al resto de países latinoamericanos con la instalación de dictaduras civil, militar e eclesiásticas, justificadas por la Doctrina de la Seguridad Nacional. En la década de 1980 el imperialismo norteamericano reemplaza fusiles por urnas, es decir, dictaduras por democracias que, en muchos países latinoamericanos, fueron y siguen siendo democracias controladas, democracias liberales o falsas democracias.

Tras la caída del muro de Berlín el 9 de noviembre de 1989, el neoliberalismo se expande a nivel mundial, condicionando fuertemente las decisiones de los gobiernos y democracias, especialmente por medio del endeudamiento público con organismos financieros internacionales o por medio de operaciones de *law faire*, *fakenews*, *deepnews*, *impeachment*, entre otras, promovidas por grupos que concentran poder económico, político, judicial y mediático. Para Ricardo Forster (2021) el dominio de la abstracción generalizada es el rasgo decisivo de la etapa neoliberal, que no sólo avanza sobre una depredación del mundo real, sino que también deja sin capacidad de reflexión, y por lo tanto de crítica, a una humanidad que es incapaz de comprender los mecanismos que han definido una actualidad demoledora sobre la que parece imposible intervenir en un sentido político (p. 114).

Se ha escrito mucho sobre el neoliberalismo como proyecto económico y como contexto, sin embargo, es mucho más que eso. Hay estudios que lo describen como régimen de gobierno, pero también de subjetivación; convergencia con el posmodernismo y las ideas anarco-libertarias contra toda dominación; posverdad y digitalización;

anonimato de algoritmos y revancha de las clases dominantes; dominación pacífica y violenta, voluntaria y dirigida, total y adaptable a cada situación (Auat, 2021).

El neoliberalismo es un fenómeno con muchas facetas o un cuerpo con muchos rostros de enormes implicancias, ya que abarca todas las áreas de la vida social. Se constituye en una nueva razón del mundo (Laval y Dardot, 2013); un nuevo sentido común (Eagleton y Pierce, 2016); un *ethos* o forma de habitar el mundo (Muñoz Arce, 2018), una racionalidad rectora que economiza todos los dominios de la vida y eviscera sustantivamente la democracia (Brown, 2016); un régimen histórico -el primero- que intenta alcanzar por todos los medios la primera dependencia simbólica (Alemán, 2016); es el nuevo espíritu del capitalismo (Boltanski y Chiapello, 2002); una racionalidad que involucra y pasa por todas las esferas de la vida social (Harvey, 2005); un horizonte político de nuestro tiempo, el medio en que se desarrolla la política y algo que nos rodea y constituye desde lo más íntimo (Auat, 2021).

Es decir, el neoliberalismo no es algo que esté por fuera del mundo de la vida y la vida cotidiana de los sujetos/as. No es un contexto como mero dato de color que solamente tenemos que describir, sino que tenemos que entenderlo y estudiarlo en profundidad porque ha configurado una *nueva racionalidad, una nueva forma de ser-estar en el mundo*, de habitarlo, es decir, se ha hecho cuerpo, se ha hecho carne y ha colonizado nuestra subjetividad, construyendo otras subjetividades, subjetividades neoliberales, condición necesaria para sostener la reproducción de este orden patriarcal-capitalista-colonial.

Aníbal Quijano denomina a este orden *matriz colonial del poder mundial*. Para este autor consiste en la articulación entre el *capitalismo* como patrón universal de control de la naturaleza y el trabajo, *el patriarcado* como patrón hegemónico de control de las mujeres en torno a la idea de género/sexo, el *eurocentrismo* como forma

hegemónica de control de la subjetividad/intersubjetividad y la producción de conocimientos y la *colonialidad del poder* como fundamento del patrón universal de clasificación y dominación social en torno a la idea de raza (Quijano, 2000).

Es importante destacar que el neoliberalismo se expande y sostiene mediante tres procesos fundamentales, que se diferencian pero que también se complementan entre sí: a) el proceso de legitimación de las instituciones y mecanismos que constituyen el soporte del modo de producción capitalista y neoliberal (Auat, 2021), b) el proceso de producción y productividad de subjetividades (Stoessel y Retamozo, 2020) y agrego yo, c) el proceso de legitimación de las instituciones y mecanismos que reproducen el patriarcado y la racialidad.

Por otra parte, Emir Sader (2023) sostiene que el objetivo central del neoliberalismo es mercantilizar el conjunto de relaciones sociales a espaldas de los derechos y, esta mercantilización a expensas de los derechos, debilita la democracia. El neoliberalismo combate directamente con la democracia porque, cuanto más mercantilización, menos derechos, menos ciudadanía, menos democracia.

Quiero señalar con mucha contundencia y con la más profunda convicción, que los principios rectores del neoliberalismo, que mencioné anteriormente, son absolutamente incompatibles e incommensurables con los principios éticos y políticos del Trabajo Social. Precisamente el primer principio ético y político de nuestra profesión alude a *“la ampliación y consolidación de la democracia en cuanto constitutiva del Estado... así como la conformación de nuevos espacios públicos de participación y colectivización de la riqueza socialmente producida”*. Esto combate abiertamente con los principios del neoliberalismo mencionados anteriormente, ya que concibe la sociedad como simple agregado de individuos, el ser humano como ser egoísta y consumidor, las desigualdades sociales como productos de la desigualdad natural de los seres humanos, la libertad como

algo abstracto e individual, el mercado como único ordenador de la realidad y la democracia como sistema político recomendable siempre y cuando no interfiera con la libertad de mercado.

Sostengo que, desde una concepción crítica del Trabajo Social en clave situada, tenemos que problematizar la idea de democracia. Porque lo que hemos tenido en la mayoría de nuestros países fueron experiencias de democracias liberales y bien sabemos que la democracia liberal es una democracia controlada, electoralista y diseñada fundamentalmente para servir a los poderosos, proteger sus intereses y garantizar la acumulación y reproducción del capital.

Pero, si por el contrario, entendemos la democracia como soberanía popular y gobierno del y para el pueblo, defensa del bien del pueblo, de los bienes públicos, del bien común, etc., y el neoliberalismo plantea lo contrario, privilegia los intereses particulares, el sálvense quien pueda y la libertad individual, entonces sólo necesita una democracia acotada, limitada, constreñida sólo al funcionamiento de determinadas mediaciones institucionales y que no ponga en riesgo el interés de los poderosos. Las preguntas que hacemos acerca del neoliberalismo entonces son: ¿Cuánto de capitalismo soporta la democracia?, ¿Cuánto de neoliberalismo?, ¿Cuánto de soberanía y de decisiones soberanas podemos tener endeudados con el Fondo Monetario Internacional y controlando nuestras vidas y nuestras decisiones?

Y así como tenemos que problematizar la democracia, también tenemos que hacerlo con la ciudadanía y la ampliación de derechos. El neoliberalismo ha construido la idea de ciudadano como consumidor, una subjetividad generada en función de las necesidades del mercado, cuyos principios rectores son, como he señalado antes, la libertad individual, la propiedad privada y la autonomía del mercado. Esto tiene enormes implicancias y yo veo aquí uno de los nudos gordianos de los gobiernos progresistas o nacionales y populares, como decimos en Argentina. Mi preocupación responde en gran

medida a la pregunta: ¿Cómo es posible que los sectores populares voten a su propio verdugo?, ¿Cómo pueden votar proyectos políticos y de gobierno que van en contra de sus propios intereses?

Una de las posibles contestaciones a estas preguntas es que la ampliación de derechos bajo la lógica de un capitalismo neoliberal y de subjetividades neoliberales, construida sobre la idea de ciudadanos como consumidores y centrada fundamentalmente en el mercado de consumo, si bien modifica las condiciones de vida de gran parte de la población y genera movilidad social ascendente, al hacerse con una lógica puramente económica, produce un proceso de desclasamiento de la clase trabajadora. Como sostiene Ricardo Forster: *“Uno de los talones de Aquiles de los gobiernos populares-democráticos sudamericanos ha sido, precisamente, el de la fuga de amplios sectores populares, hacia perspectivas cultural-ideológicas de una nueva clase media inclinada hacia un voto de derecha”* (Forster, 2020, p. 119).

A modo de ejemplo, podemos citar el caso de Argentina. En las elecciones presidenciales del 2015 gana Mauricio Macri luego de 12 años de un proyecto político como el de Néstor Kirchner y Cristina Fernández, de reparación, recuperación y ampliación de derechos para las mayorías populares. Sin embargo, fueron estos mismos sectores populares los que votaron un gobierno de derecha como el de Macri. Este gobierno de derecha, construido sobre subjetividades neoliberales y discursos de odio que profundizan la lógica de la meritocracia y estigmatizan a los sectores populares, al Estado y los sindicatos, genera las condiciones para el surgimiento del neofascismo en Argentina, como es el caso de “La Libertad Avanza” y el reciente triunfo electoral de Javier Milei como presidente y Victoria Villarruel como vicepresidenta, quienes no sólo representan un proyecto económico neoliberal sino que reivindicán el período histórico más nefasto y oscuro de la Argentina, como es la última dictadura cívico-militar.

Como vemos, la democracia que está siendo jaqueada por gobiernos neofascistas y en este contexto, disminuir las desigualdades sociales

producto del orden capitalista imperante, no sólo implica pelear por la justa distribución de la riqueza, sino que también y al mismo tiempo, es necesario generar procesos que apunten a la democratización de la propia democracia. Procesos que apunten a despatriarcalizar, descolonizar y democratizar las relaciones sociales. Procesos que apunten a la construcción de subjetividades políticas, enraizadas, colectivas, con memoria y conciencia histórica, de lo contrario las mayorías populares seguirán votando a sus propios verdugos. Ninguna revolución es posible con subjetividades Neoliberales.

Una de las grandes falacias y perversidad de los principios mencionados en el primer apartado de este capítulo, es instalar la idea de que los seres humanos son naturalmente desiguales, invisibilizando y deshistorizando la construcción de un orden social capitalista, patriarcal y colonial, construido históricamente, a partir del cual se producen las desigualdades sociales.

Estos principios rectores del neoliberalismo han modificado sustantivamente las relaciones sociales, las subjetividades, los mundos del trabajo, en definitiva la visión del mundo, porque instala no solamente un proyecto económico sino fundamentalmente una nueva racionalidad que es a mi entender la gran batalla que ha ganado el neoliberalismo, la batalla en el campo cultural, ideológico y simbólico, y es precisamente este campo, el campo de disputa y el gran campo de lucha del Trabajo Social como profesión.

LAS IMPLICANCIAS EN EL TRABAJO SOCIAL

El neoliberalismo ha generado profundos y sustantivos cambios en América Latina en los 50 años de trayectoria desde 1973 a la fecha y esto ha tenido enormes implicancias en el Trabajo Social, tanto en la formación profesional como en la producción de conocimientos, las organizaciones profesionales, las condiciones laborales y las

intervenciones sociales en los territorios, pero también en relación a la concepción del Estado y las políticas públicas. Tomando a América Latina como totalidad histórica concreta, me voy a referir a algunos de estos cambios.

En lo que hace a formación profesional y producción de conocimientos, la racionalidad neoliberal, la mercantilización de la educación y los principios de productividad, competitividad, eficacia y eficiencia, han generado una tendencia a formar profesionales bajo la lógica de las competencias, para satisfacer necesidades del mercado, en desmedro de formar profesionales para la defensa de los intereses del pueblo. Además, muchos planes de estudio se modifican siguiendo los lineamientos de los organismos internacionales, bajo una lógica gerencial, tecnocrática, neoconservadora, biologicista y psicologicista.

En lo que hace a la producción de conocimientos, se desarrollan líneas de investigación con financiamiento internacional, desde una matriz neopositivista y funcionalista, con una lógica de Trabajo Social basada en evidencias, productivista, cuantitativista, academicista, cientificista, orientada a la presentación de informes, la medición de impactos, el control y la supervisión, y no a la indagación de problemáticas socialmente relevantes, que tengan que ver con las condiciones de vida y las posibilidades de desarrollo y realización de los sectores populares.

En lo que respecta a organizaciones profesionales, el neoliberalismo también ha implicado profundas transformaciones, porque uno de sus objetivos precisamente es la fragmentación de los espacios de luchas colectivas. Desde 1973 en adelante, en muchos países se implementan políticas de desregulación de la profesión, con el pretexto de la “libre asociación”, debilitando fuertemente a los colegios profesionales, como es el caso de Chile y Puerto Rico, mencionados sólo a modo de ejemplos. Asimismo, muchos profesionales, formados bajo la lógica neoliberal, no reconocen la importancia de las organizaciones profesionales como espacios de resistencias y

peleas colectivas, reduciendo su participación en ellas solamente a motivaciones utilitaristas y pragmáticas.

En cuanto a las condiciones laborales, el neoliberalismo ha impactado en nuestra profesión en tanto clase trabajadora, precarizando las condiciones de trabajo en términos de estabilidad laboral, remuneración, desconocimiento de las incumbencias profesionales, extensión de la jornada laboral, pérdida de derechos, despidos arbitrarios, violencia institucional, acoso laboral, necesidad de más de un empleo para tener un salario medianamente digno, imposibilidad de contar con licencia para la formación y capacitación, contrataciones a término de pocos meses, remuneraciones pagadas como becas o pasantías, entre otras.

Estas condiciones laborales, caracterizadas por la explotación, la fragilidad y la inestabilidad, han impactado fuertemente en la subjetividad de las y los profesionales, generando una sensación de impotencia por miedo a la pérdida del empleo y provocando esto -a su vez- una profunda insatisfacción y desencanto con la profesión, además de alienación, problemas de salud, stress, depresión, ruptura de vínculos familiares, entre otros.

El neoliberalismo también ha impactado profundamente en los territorios como espacios de intervención del Trabajo Social, en términos de profundización y naturalización de las desigualdades sociales, ruptura de lazos sociales, criminalización de la pobreza y la protesta social, tercerización de las políticas sociales, privatización de los servicios públicos, ausencia del Estado como garante de los derechos pero a su vez con fuerte presencia represiva, punitiva y criminalizadora de los conflictos sociales y de los sectores populares.

Esta caracterización de las implicancias del neoliberalismo en nuestra profesión es solamente a modo de cartografía, pero, como sabemos, América Latina es heterogénea y pluriversa, por lo cual se torna necesario pensar estas implicaciones de manera situada, como lo propone Alejandro Auat (2021). En efecto, el neoliberalismo, como

experiencia histórica concreta en América Latina, comparte rasgos y características similares en términos de implantación como proyecto filosófico, político, económico y cultural.

Sin embargo, al interior de nuestros países, tiene singularidades que son importantes tenerlas en cuenta, ya que no son lo mismo las implicaciones e impactos que ha tenido en Argentina, que, en Brasil, Chile, Ecuador, Colombia o en otros países latinoamericanos. Estas singularidades son debidas de las condiciones históricas de cada país, de los proyectos políticos de gobierno, las disputas de sentido, las lógicas de poder, las creencias y prácticas culturales, las cosmogonías de los pueblos originarios, las formas de organización social, las peleas y resistencias populares, entre otros aspectos.

El pensar situado implica situacionalidad. Auat (2021) entiende la situacionalidad no solamente como contexto espacio-temporal, sino – fundamentalmente – como lugar hermenéutico y axiológico, un lugar desde dónde nos preguntamos y respondemos, desde el dónde de nuestra mirada y nuestras opciones, un lugar geo-cultural y político. El pensar situado es una exigencia de objetividad en las ciencias sociales en general y en el Trabajo Social en particular, pero – no como referencia a un objeto – sino como intersubjetividad, como lugar del “desde”, el “punto de arranque” o el “inicio de movimiento hacia”. Esto implica un proceso de resignificación a partir de una comprensión distinta de la relación universal-particular, en la que el proceso de abstracción se mantiene siempre en referencia al particular en el que se apoya. Es decir, la caracterización de una situación forma parte de la misma situación (p. 103).

Si pensamos situadamente el neoliberalismo, vemos que uno de sus rasgos principales es la ductilidad, la capacidad de acomodarse, amoldarse y adaptarse a cada cultura, apoyándose en rasgos preexistentes, que tienen su propia historia en cada país, y que se potencian mediante una reconfiguración de su sentido, relacionándolo con la propia ideología y discurso neoliberal. Como sostiene Auat (2021),

“el racismo, por ejemplo, claramente no es un invento neoliberal. Pero, es innegable la renovada fuerza que reaparece hoy en el lenguaje y en las actitudes, como un recurso a la mano para canalizar resentimientos diversos que no encuentran mejor destinatario que el Otro” (p. 107). La construcción de este “otro” u “otros” resulta siempre producto de una larga sedimentación cultural de discursos, imaginarios y representaciones sociales descalificativas, construidas desde la colonialidad del poder (Quijano, 2000), el saber (Lander, 2000), el ser (Maldonado Torres, 2007) y el género (Lugones, 2011), tales como “indios/as”, “negros/as”, “mestizos/as”, “criollos/as”, “cabe-citas negras” actualmente “choriplaneros”, “feminazis”, entre otros.

Por otra parte, el pensar situado no está escindido del hacer, ya que, como sostiene Hugo Zemelman, la práctica es la esencia del conocimiento social porque el ámbito de éste (el conocimiento social) debe ser el de aquélla (la práctica), si se quiere marcar una diferenciación con la historiografía; pero también la práctica implica una incorporación del futuro, no como predicción, sino como potenciación de lo posible. Incluir en la descripción de lo dado, lo “dándose”, la potencialidad de su paso a otra cosa (Zemelman, 1987). En este sentido, hoy cobra más importancia que nunca la necesidad y urgencia de un pensamiento crítico-situado en Trabajo Social, que no se limite a interpretar la realidad social desde un pensar teórico excluyente de toda exterioridad, sino que sea capaz de vislumbrar los *todavía-no* y las potencialidades y alternativas de futuros posibles, con el fin de transformar la realidad social (Zemelman, 2007).

En este sentido, como la realidad es siempre dialéctica y una construcción social e histórica, creo conveniente y me parece necesario referirme a la multiplicidad de experiencias de luchas y resistencias del colectivo profesional del Trabajo Social en América Latina en los últimos 50 años, porque claramente tenemos que reconocer que si bien el neoliberalismo tuvo fuertes repercusiones e impactos negativos en nuestra profesión, generando dominación y opresión,

también de manera dialéctica se construyeron simultáneamente desde el colectivo profesional espacios de resistencias y luchas por la emancipación popular.

Estas luchas y resistencias colectivas se fueron consolidando a partir de la década de 1990, no por casualidad, sino como respuesta a la profundización del neoliberalismo luego de la caída del muro de Berlín. A mediados de la década de 1990 se crea el Comité Mercosur de Organizaciones Profesionales de Trabajo Social / Servicio Social conformado por inicialmente por Argentina, Brasil y Uruguay, y luego incorporándose Paraguay y Chile.

En este marco, en el año 2000 se acuerdan los principios éticos y políticos de nuestra profesión, que son ratificados en el año 2013 en el documento fundacional del Comité Latinoamericano y Caribeño de Trabajo Social / Servicio Social, firmado en Montevideo, Uruguay por además de estos cuatro países, Puerto Rico, Costa Rica, Perú, Colombia, República Dominicana, México y Cuba.

En el año 2012 se discute y acuerda, precisamente aquí en Río de Janeiro, una propuesta de definición de Trabajo Social desde América Latina y el Caribe, con un claro posicionamiento político e ideológico opuesto a la definición mundial de Trabajo Social que se encontraba vigente y que expresaba una mirada despolitizada, positivista y funcionalista de la profesión. Como consecuencia de la presión ejercida por nuestra región, esta definición mundial es reemplazada por otra en el año 2014, luego de una fuerte disputa.

De esta manera, el Trabajo Social crítico se va consolidando en la Región América y el Caribe, como proyecto ético-político. Esta consolidación se ve en la participación activa en las organizaciones profesionales, pero también en las luchas populares y de los movimientos sociales, en la elaboración y difusión de pronunciamientos políticos de denuncia y rechazo ante el impacto social, político y económico y la profundización de las desigualdades sociales generadas por el neoliberalismo.

También desde las organizaciones profesionales se luchó por una mayor y mejor formación profesional. En este sentido, se trabajó de manera articulada con las organizaciones académicas y movimientos estudiantiles impulsando la necesidad de revisar y modificar los planes de estudios y la formación profesional con una perspectiva crítica del Trabajo Social. Por ejemplo, en Argentina, en el año 2014, pudimos lograr la sanción de una Ley Federal de Trabajo Social, de orden público y de alcance en todo el territorio nacional, que estableció los principios rectores de la profesión, las nuevas incumbencias profesionales, la exigencia de formación universitaria de grado, la defensa de derechos laborales para el ejercicio profesional, entre otros aspectos. Esta ley tuvo por objetivo la jerarquización de la profesión y la reivindicación de sus aportes para el ejercicio real y efectivo de la ciudadanía, la lucha por la justicia social, la reivindicación de los derechos humanos y la defensa de la democracia como forma de vida.

La consolidación del Trabajo Social crítico en la Región América y el Caribe, como proyecto ético y político, también se observa en la ampliación de carreras de posgrado, tanto de maestría como de doctorado, el desarrollo de la investigación, la incorporación de colegas en organismos de ciencia y tecnología, la participación en espacios de tomas de decisiones políticas, la participación en congresos, la publicación de libros, capítulos de libros y artículos en revistas científicas con aportes sustantivos para la jerarquización de la profesión, entre otros aspectos.

Esta consolidación de la profesión en la región fue clave para disputar espacios de poder en la Federación Internacional de Trabajadores Sociales. En este ámbito, la participación de la región pasó de inadvertida e insignificante a fuertemente visibilizada, legitimada y reconocida. En efecto, nuestra región ha tenido un crecimiento muy importante y acelerado en los últimos años, fundamentalmente de los países con capacidad de voz y voto en las Asambleas Mundiales,

de tener 4 países en 2010 y 6 países en el 2012, pasamos a tener 17 países en 2018. Esto lleva a la región a liderar el Trabajo Social/Servicio Social a nivel mundial en el año 2018, por primera vez, luego de 90 años de existencia de la Federación. Actualmente somos 20 países, quienes conforman la Región de América Latina y El Caribe.

Desde este lugar de poder y liderazgo, pudimos establecer los nuevos principios éticos de la profesión a nivel global, siendo uno de éstos la justa distribución de la riqueza. Además, pudimos modificar los estándares globales para la formación profesional y pudimos crear dentro de la estructura de la Federación una comisión de educación (para nosotros formación) y un comité indígena. Asimismo, pudimos poner como tema de la agenda mundial la importancia de defender la diversidad a través de la acción colectiva y también colocar principios cosmogónicos indígenas como lo fue Ubuntu y actualmente El Buen Vivir. Además, fue posible llevar a cabo una investigación a nivel mundial sobre las condiciones laborales de los trabajadores sociales y establecimos por primera vez una censura al sindicato de trabajadores sociales de Israel por no levantar la voz ante el genocidio del pueblo palestino.

Asimismo, ocurrió la democratización de las conferencias mundiales. En este sentido, en el año 2020 logramos que, por primera vez en la historia de la Federación, la conferencia mundial sea no arancelada, llegando a contar con una participación de 20.000 profesionales y estudiantes de Trabajo Social, una cifra jamás alcanzada en ninguna de las conferencias mundiales anteriores. Incorporamos más conferencias de la región e incluso colocamos como oradores centrales a usuarios de los servicios sociales y líderes indígenas como fue la Conferencia Mundial realizada en Panamá en el 2024. También democratizamos los espacios de poder y de tomas de decisiones de la Federación y, lo que considero lo más importante es que, en todos estos ámbitos, fue posible instalar en los debates de la Federación la dimensión política como constitutiva del Trabajo Social. Hasta

entonces las reuniones eran totalmente despolitizadas y asépticas, en el marco de una Federación absolutamente conservadora. Es decir, fue posible observar un proceso de consolidación del Trabajo Social crítico a nivel internacional, producto del trabajo colectivo realizado desde América Latina.

A MODO DE REFLEXIONES FINALES

Como vemos, en estos 50 años de neoliberalismo en América Latina las cosas no fueron fáciles para la profesión. Sin embargo, también observamos muy claramente en estos años la construcción dialéctica de la realidad que se fue dando en nuestro continente y en nuestra profesión. Como sostiene Zemelman, lo dado siempre implicó lo dándose, como potencialidad de cambio y transformación, y como esperanza de futuro.

En tiempos de neoliberalismo y avances del neofascismo, los desafíos para el Trabajo Social son muy grandes. En este sentido, considero indispensable disputar sentidos en todos los espacios y dispositivos institucionales público-estatales, ya sea en las políticas sociales, proyectos o programas implementados desde los gobiernos. Por otro lado, es indispensable construir estrategias colectivas, recuperando las experiencias, las resistencias y los modos de vida de nuestros pueblos.

Asimismo, es necesario trabajar articuladamente con nuestras organizaciones profesionales, los movimientos sociales y los movimientos sindicales. Pensar en intervenciones que vuelvan a conectar el poder público y el poder estatal con lo popular porque, como decimos en Argentina, sin el Estado no se puede, pero sólo con el Estado no alcanza. Para eso tenemos que trabajar con formas otras de habitar el Estado, democratizando, descolonizando y despatriarcalizando los dispositivos y las instituciones público-estatales, con el fin de

garantizar el ejercicio real y efectivo de la ciudadanía y no reproducir lógicas de dominación y opresión a través de prácticas violentas y criminalizadoras de los sectores populares.

Todas estas tareas y desafíos no pueden abordarse sin un claro compromiso político con la clase trabajadora y los sectores y movimientos populares, que son los que padecen directamente el impacto de las necropolíticas neoliberales. Además, es urgente y necesario contar con profesionales con formación política-teórica-epistemológica rigurosa, sustentada en el pensamiento crítico indioafroamericano y que apunte a la construcción de intelectuales comprometidos con nuestro tiempo y nuestra realidad histórica. Porque como sostiene Enrique Dussel (2014) *“El pensar que no se compromete con la realidad histórica, siendo ésta la única realidad que nos ha sido dada para ser vivida, es un pensar sofisticado, inauténtico y culpable de la solidificación del status quo, con la dominación imperial y con el asesinato del pobre”* (p. 145).

En este sentido considero que este proyecto “civilizador” de muerte que se cubre bajo el ropaje del neoliberalismo, nos convoca a “pensar el pensar”, a librar la batalla en el campo de las ideas. En tiempos de barbarie Neoliberal, consolidar un pensamiento crítico, se constituye en un imperativo ético y político para el Trabajo Social de nuestra región. Porque, no hay práctica revolucionaria, sin pensamiento revolucionario, porque precisamente, los grandes revolucionarios de la historia se caracterizaron fundamentalmente por *hacer pensar*, porque como ya lo decía Bertrand Russell:

Los hombres temen al pensamiento más de lo que temen a cualquier otra cosa del mundo, más que la ruina, incluso más que la muerte[...]El pensamiento es subversivo y revolucionario, destructivo y terrible. El pensamiento es despiadado con los privilegios, las instituciones establecidas y las costumbres cómodas... (Russell, R., 1916).

Los conceptos y categorías teóricas son campos de batallas, de disputas de sentidos y los/as Trabajadores Sociales tenemos mucho que aportar porque somos trabajadores de la palabra y del pensamiento. Nuestras intervenciones se dan tanto en el campo de la materialidad como en el campo simbólico y no podemos quedar por fuera de la batalla cultural que se está librando en términos de disputas de los proyectos civilizatorios en pugna. E aquí la importancia de pensar y disputar sentido en torno al significante y significado de lo política y la política, la Democracia, el Estado, la ciudadanía, entre otros, como temas centrales para el Trabajo Social.

Para combatir la miseria del neoliberalismo, necesitamos profesionales con conciencia de clase, con conciencia feminista, con conciencia histórica y con conciencia emancipatoria, porque como dijo José Saramago, al neoliberalismo se lo combate con conciencia. También es indispensable cultivar en el colectivo el derecho a soñar, porque quien no sueña con lo nuevo, ciertamente nunca conseguirá construirlo. Recuperar la utopía como herramienta que nos sirve para “caminar” como nos decía Eduardo Galeano. La utopía como horizonte, ya que el horizonte utópico, es decir, el proyecto de aquello que todavía no es constituye la razón de nuestra pasión por la vida, de nuestra resistencia ante las dificultades, del ejercicio por construir alianzas entre grupos, entre personas, entre clases, entre destinos. Educar para construir un sueño es, pues, parte de nuestro proyecto en una sociedad en la que el vigor y el poder de los que, pretendiendo matar el sueño del pueblo, están decretando su propia muerte (Fundep, 2002, p. 5).

Como decía Eve de Bonafini, una de nuestras queridas abuelas de Plaza de Mayo “La lucha nunca es por un rato”. Así que más allá de los embates de neoliberalismo con su obstinada y planificada persistencia de construir padecimiento de futuro, sentimientos de fatalidad y resignación, no podemos darnos por vencidos/as. No podemos bajar los brazos o abandonar la lucha porque, como sostenía el “Che” Guevara la única lucha que se pierde es la que se abandona.

REFERENCIAS

- AGÜERO, J. *Pensamiento Crítico Indoafroamericano: trayectorias, rasgos identitarios e implicancias en la investigación en Trabajo Social. Propuestas críticas en Trabajo Social — CriticalProposals in Social Work*, Vol. 3, N° 5, p. 45-64, 2023.
- ARGUMEDO, A. *Los silencios y las voces en América Latina*. Notas sobre el pensamiento nacional y popular. Colihue, 2006.
- AUAT, A. *Hacia una filosofía política situada*. Waldhuter Editores, 2011.
- AUAT, A. *Situación y mediaciones*. Nuestra democracia entre populismo y neoliberalismo. Editorial Fundación Ross, 2021.
- BRACERAS, D. *La Pacha es el Otro*. Aportes para la descolonización del conocimiento. Ciccus Ediciones, 2019.
- DUSSEL, E. *Para una ética de la Liberación*. Tomo I. Siglo XXI Editores, 2014.
- DUSSEL, E. *Siete ensayos de filosofía de la liberación*. Hacia una fundamentación del giro decolonial. Trotta, 2020.
- FORSTER, R. *La sociedad invernadero*. El neoliberalismo: entre las paradojas de la libertad, la fábrica de subjetividad, el neofascismo y la digitalización del mundo. Akal / Inter Pares, 2019.
- FUNDACIÓN DE DESARROLLO, Educación e Investigación. *El valor de educar*. Una propuesta de educación popular para el medio rural. México: FUNDEP, 2002.
- GALASSO, N. ¿Cómo pensar la realidad nacional? Crítica al pensamiento colonizado. Colihue, 2011.
- GRÜNER, E. (Coord.). *Nuestra América y el pensar crítico*. Fragmentos de pensamiento crítico de Latinoamérica y el Caribe. CLACSO, 2011.

- KUSCH, R. *Obras Completas*. Editorial Fundación Ross, 2007.
- LANDER (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO, 2000.
- LEVINAS, E. *Totalidad e Infinito: Ensayo sobre la Exterioridad*. Ediciones Sígueme, 2020.
- MADOERY, O. *Espacios de la política*. Cartografías, geoculturas y geopolíticas americanas. Editorial Fundación Ross, 2020.
- MARTÍNEZ, S. et al. *Entramados epistemológicos en Trabajo Social*. Contribuciones para un sentipensar-hacer situado, feminista, descolonial e intercultural. La Hendija, 2021.
- MARTÍNEZ, S.; AGÜERO, J. La analéctica de Dussel y la mirada del otro en el trabajo social intercultural y descolonial. *Revista Trabajo Social*, N° 31-32, p. 9-19, 2020.
- MIGNOLO, W. *Historias locales/diseños globales*. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Akal, 2003.
- MIGNOLO, W. La idea de América Latina. *La herida colonial y la opción decolonial*. Gedisa, 2007.
- QUIJANO, A. *Colonialidad y Modernidad/Racionalidad*. Perú Indígena, vol. 13, n° 29, p. 11-20, 1992.
- QUIJANO, A. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad-descolonialidad del poder*. CLACSO, 2020.
- RETAMOZO, M. Los horizontes de Hugo Zemelman. *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*, vol. 3, n° 2, 2013.
- RETAMOZO, M. La epistemología crítica de Hugo Zemelman: política y metodología (o una metodología política). *Estudios Políticos*, n° 36, p. 35-61, 2015.
- RUSSELL, B. *Principes of Social Reconstruction*. London: Editorial George Allen & Unwin Ltd., 1916.

- SADER, E. *El neoliberalismo es incompatible con la democracia*, en Diaria Página 12, 10 de noviembre <https://www.pagina12.com.ar/615042-el-neoliberalismo-es-incompatible-con-la-democracia>, 2023.
- VOMMARO, P. *et al.* (comp.). *Subjetividades políticas: desafíos y debates latinoamericanos*. CLACSO y Universidad Distrital Francisco José de Caldas.
- ZEMELMAN, H. *Pensar Teórico y Pensar Epistémico: los retos de las Ciencias Sociales latinoamericanas*. Espacio Abierto, vol. 30, n° 3, p. 234-244, 2021.
- ZEMELMAN, H. *Conocimientos y sujetos sociales*. Contribución al estudio del presente. El Colegio de México, 1987.
- ZEMELMAN, H. *Método y teoría del conocimiento*. Un debate. Revista Mexicana de Sociología, 1987.
- ZEMELMAN, H. *Uso crítico de la teoría*. En torno a las funciones analíticas de la totalidad. Universidad de las Naciones Unidas, 1987.
- ZEMELMAN, H. *Necesidad de conciencia*, un modo de construir conocimiento. Anthropos, 2002.
- ZEMELMAN, H. *Voluntad de conocer: El sujeto y su pensamiento en el paradigma crítico*. Anthropos y Universidad Autónoma de Chiapas, 2005.
- ZEMELMAN, H. *Horizontes de la razón*. Uso crítico de la teoría. El orden del movimiento. Anthropos, 2011.
- ZEMELMAN, H. *Pensar y poder*. Razonar y gramática del pensar histórico. Siglo XXI Editores, 2012.
- ZEMELMAN, H. (Coord.). *Cultura y política en América Latina*. Siglo XXI Editores y Universidad de las Naciones Unidas, 1990.
- ZEMELMAN, H. (Coord.). *Determinismos y alternativas de las ciencias sociales latinoamericanas*. Nueva Sociedad, 1995.

As repercussões do neoliberalismo no Serviço Social¹

MARILDA VILLELA IAMAMOTO

Esses são tempos de crise do capital sob a liderança das finanças, indissociável da radicalização neoliberal, acompanhada do crescimento em nível mundial das forças organizadas da extrema direita de viés protofascista. Vive-se uma profunda regressão das conquistas civilizatórias e a expansão da barbárie. Elas desafiam a luta pela defesa da vida e do trabalho, dos recursos naturais do planeta, dos direitos sociais e humanos e de políticas públicas correspondentes.

Assistentes sociais latino-americanos, há cinco décadas, a partir do movimento de reconceituação do Serviço Social, resistem às regressões de conquistas políticas e acadêmico-profissionais de inspiração emancipatória acumuladas. Vimos partilhando de resistências coletivas na formação acadêmica, no trabalho cotidiano e na

-
- 1** Texto da exposição realizada no “Seminário Internacional 50 Anos de Neoliberalismo na América Latina”. Felicitações à Faculdade de Serviço Social da UERJ e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela iniciativa de realizar o referido Seminário. Saúdo docentes, discentes e funcionários que partilharam coletivamente da construção desse evento e os/as pesquisadores (as) do Brasil e do exterior que acataram o convite ao debate. A autora é pesquisadora do CNPQ, categoria 1 A, Processo 307353/2023-0.

organização gremial em articulação com as lutas, formas de organização e movimentos sociais dos/as trabalhadores em sua unidade de diversidades — de raça, cor, sexo, território —, principais vítimas de 50 anos de neoliberalismo.

Os flagelos desses tempos neoliberais nos atingem na desregulamentação do trabalho, no desmonte das políticas públicas universais em favor de sua mercantilização e financeirização, na criminalização de lutas e movimentos sociais e na degradação da natureza em nome da lucratividade, derivando em sua submissão os ditames das finanças que passam a submeter ao seu jugo as florestas, as riquezas minerais, a biodiversidade e o clima.

A presente exposição inclui: i) neoliberalismo e financeirização da vida social e da natureza: a resistência no Serviço Social; ii) O Serviço Social latino-americano em tempos neoliberais; iii) Trabalho e Educação em Serviço Social; iv) Conclusões.

NEOLIBERALISMO E FINANCEIRIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL E DA NATUREZA: A RESISTÊNCIA NO SERVIÇO SOCIAL

A crise financeira na Europa, desde 2007, tem sua raiz nas instituições e mercados financeiros e empresas multinacionais enquanto um conjunto de forças que captura os Estados nacionais e redimensiona as políticas públicas sob inspiração neoliberal. Como sustenta Salama (1999), a lógica financeira da acumulação capitalista tende a provocar crises que espream pelo mundo impulsionando a recessão econômica e a volatilidade do crescimento. A financeirização favorece a concentração de renda, da propriedade territorial e exponencial ampliação da pobreza, não apenas nos países periféricos, mas atingindo os recônditos mais sagrados do capitalismo mundial. Cresce a necessidade de financiamento externo dos países, e com ele, a dívida interna e externa, bem como os serviços da dívida — os pagamentos

de juros —, ampliando o déficit comercial e a redução de recursos para investimento e custeio. Investimentos especulativos são favorecidos em detrimento dos processos produtivos, redundando em redução dos níveis de emprego, agravamento das desigualdades e regressão das políticas sociais públicas. Assim, a radicalização neoliberal estimula políticas anticrise orientadas ao livre curso do capital financeiro, à centralização do capital produtivo em trustes e cartéis, instaura políticas privatizantes e monetaristas restritivas aos direitos sociais e humanos, e banaliza a preservação da vida humana e da natureza.

Como já alertara Harvey (2011), tais políticas são indissociáveis de um projeto de classe destinado a restaurar e consolidar o poder do capital, privatizando lucros e socializando custos. Alarga-se a distância entre ricos e pobres, radicalizando desigualdades sociais, impulsionando lutas contra elas. Crescem exponencialmente o desemprego, o emprego precário sem proteção e o subemprego. A concentração da riqueza expande um conjunto de formas de opressão e desigualdades — de classe, étnico-raciais, territoriais, de gênero e sexualidades —, no desrespeito aos direitos humanos e sociais e à natureza

As desigualdades são reforçadas com ‘políticas tributárias regressivas’, em que a arrecadação fiscal tem uma incidência proporcionalmente maior sobre as menores rendas, penalizando os contribuintes de menor poder aquisitivo (Boschetti; Salvador, 2006; Behring, 2021; Behring; Boschetti, 2011). A versão liberal opera uma desqualificação da “questão social” como ‘questão pública’, ‘questão política’ e ‘questão nacional’ (Yazbek, 2001; Telles, 1999).

Reativa-se a intolerância política e religiosa, os xenofobismos, os deslocamentos forçados de massas de população em busca de um lugar para sobreviver, assim como a resistência aos imigrantes e aos refugiados políticos. Ao mesmo tempo, expande-se a pilhagem de recursos naturais do planeta e a crescente mercantilização das riquezas naturais: a exploração em moldes capitalistas de minerais, da água, do ar e das florestas. O que requer acesso à propriedade privada da terra e

aos licenciamentos por parte do Estado para exploração econômica de recursos em regiões protegidas.

As forças de resistência sofrem importantes impactos em decorrência dos efeitos da crise na precarização do trabalho, no desemprego e na força política dos trabalhadores. Alia-se à intensificação da repressão e à criminalização dos movimentos sociais.

A crise é hoje agravada em um contexto de incertezas na disputa pela hegemonia mundial. Tensões econômicas entre os EUA e a Europa por um lado, com a China de outro, estão presentes na disputa pelo comércio internacional. Somam-se a pandemia da COVID-19, desde 2020, os conflitos bélicos indissociáveis da luta pela hegemonia e pelo dinheiro mundiais da indústria de armamentos — como a guerra entre a Federação Russa e a Ucrânia, com participação direta da OTAN e profundas implicações na economia europeia e norte-americana; e, mais recentemente, a guerra de extermínio na Faixa de Gaza, entre Israel e o governo de Hamas. Os conflitos bélicos intensificam a enorme crise humanitária, a imigração massiva de refugiados que fogem da guerra, da fome e da pobreza, além da crise energética e climática.

O “Panorama da economia mundial” (Bastos, 2022) — elaborado pelo IPEA com base em dados do Banco Mundial — atesta que os efeitos da guerra têm se sobreposto aos da pandemia, com prognósticos de redução de crescimento econômico e de elevação dos índices inflacionários de países da Europa e nos EUA. As políticas monetárias restritivas deterioram a situação financeira de países endividados da América Latina e do setor corporativo-empresarial. Em abril de 2022, a inflação atingiu a elevada cifra de 8,1% na América Latina e Caribe. A elevação do preço de alimentos, superior à inflação, compromete o consumo da maioria dos domicílios. O informe do Programa Mundial de Alimentos (PMA), da ONU (2022), constata 2,3 bilhões de pessoas em insegurança alimentar moderada e grave no mundo, das quais 11% vivem em países latino-americanos e caribenhos. Esse contingente

pode atingir 14 milhões na América Latina em decorrência das altas taxas de inflação, da elevação de preços de alimentos, dos combustíveis e de energia, intensificando os fluxos migratórios, e, com eles, a violência e criminalidade na região. A fome impõe urgência.

Aqui convivem cenários políticos polarizadores, impulsionados pela crise econômica cíclica e crônica, com tonalidades diferenciadas nas formações históricas nacionais: a) a presença de forças políticas comprometidas com a institucionalidade democrática, a soberania nacional, a paz e a legitimidade popular; b) a convivência inédita da organização da extrema-direita protofascista, que cresce em escala mundial

Nesses tempos revoltos é fundamental a resistência em sintonia teórica e política com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa de direitos e projetos societários das “classes subalternas” (Iamamoto; Santos, 2021, p. 26). Os 50 anos de neoliberalismo marcam também cinco décadas de resistência no Serviço Social latino-americano, cuja referência maior foi o movimento de reconceitualização (1965-1975) que, no Brasil, se desdobra no final da década de setenta, na simbólica manifestação coletiva pública contra a ditadura empresarial-militar — ou a ditadura do grande capital, nos termos de Ianni (1975) — no decurso do “III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais”, com a presença organizada das entidades sindicais e associações profissionais (Silva, 2019). Desde então, o Serviço Social tem predominantemente assumido um ideário emancipatório sintonizado com a história da luta mundial dos trabalhadores, comprometido com as lutas populares atuais, a democracia, os direitos e a soberania das nações. O Serviço Social, como profissão e área de conhecimento, inscrito da divisão social e técnica do trabalho, é uma especialização do trabalho na sociedade.

Nessas cinco décadas, assistentes sociais latino-americanos selaram o fecundo ‘compromisso’ com os sujeitos que são o alvo prioritário de sua atividade profissional — trabalhadores e trabalhadoras,

em sua unidade de diversidades, suas condições de vida e formas coletivas de expressão e defesa cotidiana da vida, dos direitos humanos e sociais. São elas que se metamorfoseiam em requisições sociais para assistentes sociais no mercado de trabalho: nas políticas públicas, nas empresas e nas organizações privadas não lucrativas, além da relação profissional direta com os movimentos sociais. A defesa de interesses, reivindicações e projetos dos sujeitos com quem se trabalha pode contribuir para que se reconheça que demandas individuais e sociais, que adquirem força se encaminhadas coletivamente. A relação do Serviço Social com o protagonismo dos sujeitos inclui também o trabalho direto com seus movimentos e formas de organização, soldando laços de confiança e companheirismo na luta comum. Essa perspectiva norteadora do trabalho de assistentes sociais atravessa todos os níveis de inserção profissional, seja no Estado, nas organizações privadas — empresariais ou não — ou em assessorias às organizações/movimentos de trabalhadores.

O SERVIÇO SOCIAL LATINO-AMERICANO EM TEMPOS NEOLIBERAIS

Considerar o Serviço Social na América Latina e Caribe supõe reconhecer nossos “enigmas históricos”, que “criam, recriam e escondem a barbárie” (Ianni, 2009)². Aqui são recriadas heranças patrimonialistas, a cultura da violência e de preconceito perante negros e povos indígenas, além de formas de apropriação econômica e dominação política concentradas por parte dos donos do poder e seus tradicionalismos vários. A modernidade típica da sociedade e do pensamento

2 “Na América Latina a modernidade leva sempre algo de anacrônico, caricato ou exótico, ao mesmo tempo em que barroco, antropofágico e macunaímico” (Ianni, 2009, p. 228).

européu e norte-americano afirma a razão em detrimento da tradição e da superstição, separa o espaço público do espaço privado, confina a religião à esfera privada. No marco da expansão colonial, aqui a modernidade combina-se com particulares heranças culturais: legados de séculos de escravismo indígena e africano, de patrimonialismos e de lutas contra eles. O racismo estrutural e estruturante que preside as relações sociais no país se repõe constantemente, assim como a luta antirracista e feminista. Nações indígenas se mobilizam na defesa de seus territórios e de recursos naturais, de formas de vida próprias e das culturas indo-americanas e suas coletividades originárias. Elas apresentam propostas de ‘bem viver’³, parte da cosmologia e do modo de vida ameríndio voltado a construir coletivamente novas formas de vida numa convivência harmônica dos seres humanos com a natureza, não regidas pela acumulação do capital: um contraponto ao mito do ‘desenvolvimento’ em moldes capitalistas preconizados pelos organismos mundiais.

A experiência de pesquisa sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e no seu diálogo internacional (Iamamoto; Santos, 2021) ressaltou que foi na resistência aos

-
- 3** O Bem Viver questiona o conceito eurocêntrico do ‘bem-estar’ e enfrenta a ‘colonialidade do poder’. Segundo Acosta (2016, p. 82), “Se o desenvolvimento trata de ‘ocidentalizar’ a vida no planeta, o Bem-Viver resgata as diversidades, valoriza e respeita o ‘outro’. O Bem-Viver emerge como parte de um processo que permitiu empreender e fortalecer a luta pela reivindicação dos povos e nacionalidades em sintonia com as ações de resistência e construção de amplos segmentos de populações marginalizadas e periféricas. Em conclusão, o Bem Viver é eminentemente subversivo. Propõe saídas descolonizadas em todos os âmbitos da vida humana. O Bem Viver não é um simples conceito. É uma vivência”. Importa registrar que o tema é parte da agenda global do Serviço Social mundial, uma homenagem aos colegas da América Latina e Caribe: “Bem viver — futuro compartilhado para mudança transformadora”. Essa perspectiva merece um aprofundamento teórico e histórico crítico.

períodos mais duros de repressão ditatorial que emergiram iniciativas no Serviço Social que contestam o avanço da contrarrevolução na América Latina — o que, sob outros determinantes históricos, também ocorreu na Espanha e em Portugal, na Europa. A reconceitualização do Serviço Social latino-americano (1965-1975) desencadeia inédita incorporação de concepções progressistas no universo intelectual do Serviço Social — como a pedagogia para a liberdade de Paulo Freire, a teologia da Libertação, a teoria da dependência e interpretações histórico-críticas de diferentes expressões.

No Brasil, atualizando esses rumos, o fio da resistência tem uma central referência no “III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais” (CBAS) — conhecido como o Congresso da Virada —, em 1979, preparado pelas entidades sindicais na articulação com trabalhadores e entidades da sociedade civil organizada (Abramides; Cabral, 1995; Elpídio, 2021). Assistentes sociais aliados às forças de resistência em defesa do processo de construção democrática denunciaram coletivamente a ditadura militar-empresarial. Nesse lastro político, foram sedimentados questionamentos aos fundamentos liberais do Serviço Social de Casos, o Serviço Social de Grupo e a Organização/Desenvolvimento de Comunidade difundidos por ideólogos de organismos internacionais durante a Guerra Fria (CFAS, 1976). Tais questionamentos não significaram a recusa do trabalho com indivíduos, grupos e populações, mas estes passam a ser realizados a partir de outros parâmetros analíticos, buscando romper com o positivismo, o pragmatismo, o ajustamento social e a submissão ao poder instituído.

Na atualidade, o debate étnico-racial de povos originários e africanos escravizados alça centralidade política na agenda nacional e no Serviço Social. E enriquece, de forma decisiva, a articulação entre classe, raça e etnia na compreensão e ação dos sujeitos sociais. Na contracorrente do obscurantismo, universidades e entidades profissionais são desafiadas a fomentar a resistência apoiadas no pensamento crítico que incorpore os grandes dilemas nacionais e regionais

como matéria de debate, de pesquisa e do trabalho de assistentes sociais. Cultivar a competência crítica — para além das necessidades do mercado e do capital —, politicamente sensível às necessidades da maioria de trabalhadores, integrando razão crítica e história, é uma exigência e um desafio coletivo.

Não há como subestimar a onda conservadora de inspiração neofascista organizada em nível mundial, cuja expansão e força política coletiva requer ser desvendada e enfrentada em sintonia com as forças vivas da sociedade civil, na defesa dos direitos e da democracia. O estudo seminal de Guérin (2021), de 1936, sobre a natureza do fascismo nas suas formas clássicas, na Itália e na Alemanha, nos lega lúcidas provocações para pensar o presente, desde que mediatizadas pelas inéditas condições históricas da atualidade. Segundo o autor, o legado central do fascismo foi a ‘barbárie’, que conviveu com o percurso subterrâneo da luta de classe. O fascismo foi um instrumento a serviço do grande capital, mas, ao mesmo tempo, um levante místico da pequena burguesia pauperizada e descontente, vitimada pela crise econômica, o que alimenta seu extraordinário poder de perdurar. Hoje ele também se espalha aos vários segmentos de trabalhadores pauperizados com forte apoio na religiosidade de raiz protestante. A tese do autor é que “existe estreita relação entre fascismo e crise: quando os lucros estão ameaçados, a burguesia lança ao mar a tradicional democracia liberal na busca de subsídios de um Estado forte, num ‘assalto’ ao orçamento do Estado, o que sempre foi recorrente na histórica política brasileira. Pode-se sugerir uma estreita afinidade entre a “política econômica do fascismo” (Guérin, 2021, p. 229-230) e a da radicalização neoliberal no que se refere à centralidade do fundo público capturado para os interesses privados: a substituição de monopólio do Estado pelo capital privado; isenções fiscais e empréstimos de longo prazo a favor do capital, ampliando a dívida pública; aumento de impostos, especialmente sobre os artigos de consumo afetando conjunto de trabalhadores; política agrícola

favorecedora de isenções fiscais aos grandes e médios proprietários e ampliação da exploração de diaristas, pequenos arrendatários e meeiros (Guérin, 2021). No caso clássico, esse programa solda-se com a doutrina fascista (Guérin, 2021) que ressuscita o Estado onipotente e reabilita a violência contra a classe operária, a democracia e as velhas formas de poder. Fica o desafio coletivo de aprofundar essas provocações na cena contemporânea.

A pandemia do SARS-Cov-2 (COVID 19), ao eclodir, encontra um “terreno já minado pela crise” (Husson, 2020; Silva; Dantas, 2020), o que Antunes (2022) chamou de “capitalismo pandêmico”. Segundo o autor a perspectiva neoliberal tendeu a ‘naturalizar’ a crise sanitária, atribuindo sua razão de ser a um elemento biológico, exógeno à vida em sociedade. No Brasil, a pandemia foi tardiamente combatida pelo poder público federal na presidência de Jair Bolsonaro, movido por concepções negacionistas em relação às conquistas da ciência e à ausência de uma política sanitária. Aqui a pandemia atingiu níveis alarmantes: aproximadamente 700 mil vítimas e 35 milhões de casos confirmados (Brasil, 2022). As consequências da pandemia portam um ‘acento de classes’, com maior letalidade em trabalhadores/as negras/os, nas comunidades indígenas e na população mais pobre desempregada ou que trabalha na informalidade (Antunes, 2022). A “cruel pedagogia do vírus”, nos termos de Boaventura Santos (2020), tem incidências diferenciadas perante as condições de vida e de trabalho, as dimensões étnico-raciais, geracionais, de cor, sexo e territoriais vividas pelos sujeitos sociais, público-alvo do Serviço Social.

No decurso da pandemia, o Serviço Social — uma das 14 profissões da saúde no Brasil —, por meio de seus agentes, assumiu a linha de frente do atendimento à população infectada, no acesso aos serviços e na viabilização de seus direitos sociais. As recomendações das autoridades sanitárias sobre higienização e isolamento doméstico não puderam ser cumpridas por todos aqueles mais expostos à contaminação: pessoas em situação de rua, sem-teto, trabalhadores do sexo,

catadores de lixo e cooperativas de reciclagem, presos em penitenciárias com excesso de lotação, moradores de favelas desprovidas de serviços de água e saneamento, dentre outros (CFESS Manifesta, 2020a). Isso exigiu, de todos nós, revezamento nas escalas de trabalho, reforço no uso de equipamentos de proteção individual e coletiva, e cuidados nos processos de higienização, visto que certas atividades — como a avaliação social e o estudo social — não são suscetíveis de trabalho remoto, o que envolveu a defesa de condições éticas e técnicas do trabalho profissional (Conselho Federal de Serviço Social, 2006). Solidarizamos-nos com todos os/as profissionais da saúde não imunes aos riscos de contaminação, doença e interrupção da vida, que se arriscam no cuidado de todos e todas. Expressamos nossa solidariedade com ‘o luto das famílias’: “Nosso luto, nossa luta” (CFESS Manifesta, 2020b), à comunidade LGBTQIA+, indissociáveis do retrato da América Latina contemporânea.

Assistentes sociais têm nas múltiplas expressões das desigualdades condensadas na ‘questão social’, tal como se expressam na vida dos sujeitos, a ‘matéria’ sobre a qual incide o trabalho profissional. Não trabalhamos com fragmentos da vida social, mas com sujeitos que condensam em si a vida em sociedade. “A ‘questão social’”, envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Foram as lutas que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a ‘questão social’ para a esfera pública, passando a exigir a interferência do Estado no reconhecimento e na legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e nos serviços sociais públicos, mediações fundamentais do exercício profissional. Acentua-se um violento processo de ‘criminalização’ das classes subalternas (Ianni, 1992; Guimarães, 1979) ao mesmo tempo em que se recicla a noção de ‘classes perigosas’ — não mais laboriosas —, sujeitas à repressão e extinção por meio de justificações, o que é motivo de intensa inquietação.

TRABALHO E EDUCAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Esse quadro histórico vem alterando as requisições institucionais ao trabalho de assistentes sociais e desafia a formação acadêmico-profissional e a pesquisa.

Por um lado, a ‘flexibilidade’ na ótica empresarial envolve reorganização de processos de trabalho, do mercado de trabalho, de formas de gestão da força de trabalho e o corte de direitos trabalhistas, reverberando a tendência à desregulamentação das profissões. A lógica que move tais processos é reduzir custos e ampliar as taxas de lucratividade, envolvendo cortes no salário e nos direitos conquistados. Tem-se amplo enxugamento de postos de trabalho e sua precarização, ao tempo em que se ‘expande’ o trabalhador polivalente, a terceirização dos serviços na esfera privada e governamental.

Radicais alterações nas relações Estado/sociedade civil a serviço dos interesses privados reduzem a ação do Estado perante a ‘questão social’, mediante a restrição de gastos sociais, impulsionando um amplo processo de privatização da ‘coisa pública’: um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes. Recomenda-se políticas sociais focalizadas na pobreza e acelerado processo de privatização de serviços sociais: tanto a transferência de responsabilidades públicas para as chamadas ‘organizações da sociedade civil de interesse público’ quanto a crescente mercantilização do atendimento às necessidades sociais. Nichos de valorização do capital se expandem ao campo dos serviços sociais, que passam de direitos sociais de cidadania à atividades de ‘outra’ natureza, inscritas no circuito de compra e venda de mercadorias, atinentes à condição de consumidor (Mota,1995). Uma lógica pragmática e produtivista invade as formas de sociabilidade, em que a competitividade, a rentabilidade e a eficiência são erigidas como critérios para análise da vida em sociedade ante uma mentalidade ‘utilitaria’ e individualista que compromete projetos e utopias.

Nesse panorama, presencia-se a emergência do novo proletariado de serviços na era digital (Antunes, 2022), marcado pela informalidade e terceirização e com amplas repercussões na crise do sindicalismo. As tecnologias de informação e comunicação (TICs) têm permitido o ‘teletrabalho’ operado em plataformas digitais e o de ‘home office’ ou ‘trabalho remoto’, assim como ensino remoto emergencial (ERE), obliterando a separação entre tempo de trabalho e tempo de vida, afetando de forma acentuada as mulheres. A disseminação de tais experiências em plataformas digitais, difundida em corporações globais (empresas como Amazon, Uber, Google, Facebook, IFood etc.), viabiliza-se ante a imensa força de trabalho sobrando e desempregada. A mítica metamorfose de ‘trabalhadores assalariados’ em ‘prestadores de serviços autônomos’ burla a legislação trabalhista dos países e evoca um pretenso ‘empreendedorismo’, silenciando as condições históricas macrossociais e a crise econômica. Reforça-se assim, na periferia dos centros econômicos mundiais, a reiterada convivência entre “avanço tecnológico e relações de trabalho regressivas”, marcadas com o selo da superexploração em favor da expansão de lucros de capitais mundializados.

O uso intensivo de TICs no trabalho cotidiano do assistente social (Raichelis, 2020) tem sido justificada pelo aumento da produtividade do trabalho e de atividades burocráticas. Ela é acompanhada de redução de tempo para o contato direto com a população, requisito de um trabalho técnico criativo e educativo, voltado à educação e organização popular. Além de aprender a operar as TICs, requisito indispensável no mundo contemporâneo, faz-se necessário buscar decifrar seu significado na reprodução contraditória desta sociedade. Já anunciara Marx (1978, p. 221) no século XIX: “Dar à produção um caráter científico é, por fim, a tendência do capital e se reduz o trabalho a mero momento desse processo”. Ampliam-se as forças produtivas do trabalho social — derivadas da ciência, dos inventos, da combinação social do trabalho, dos meios de comunicação, do

mercado mundial, do emprego da maquinaria — e amplia-se o poder do capital sobre o trabalho vivo. No universo do valor e de sua valorização, o emprego de novas tecnologias tem como contrapartida a redução relativa da demanda de trabalhadores — de trabalho vivo — e o consequente crescimento da população sobrando para as necessidades médias dessa forma de organização da produção, impulsionando as desigualdades e as crises⁴.

No âmbito das políticas públicas de corte neoliberal, as classes trabalhadoras transformam-se nos ‘pobres’ (Yazbek, 2018b). O foco na distribuição da riqueza oblitera os mistérios de sua produção e a ‘luta contra a pobreza, passa a ocupar o lugar das classes e seus conflitos’. Simultaneamente, uma ampla investida ideológica por parte do capital e do Estado é direcionada à cooptação de trabalhadores, travestidos em ‘parceiros’ solidários de pretensos projetos comuns. O veio neoliberal das políticas públicas faz referências ao ‘risco social, vulnerabilidade e a exclusão social’. A gestão de políticas passa a ser vista como ‘administração ou gestão do risco social’, linguagem essa absorvida por assistentes sociais por meio das políticas públicas. Tais referências têm por suporte as políticas de proteção social do

4 Como já registrara Marx (1978, p. 598) “o capital é contradição em processo”. Ao mesmo tempo em que tende a reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ele é erguido como única medida da riqueza. Diminui o tempo de trabalho na forma de tempo de trabalho necessário à reprodução do trabalhador — trabalho pago sob a forma de salário — para aumentá-lo como tempo de trabalho excedente ou trabalho não pago, mais-valia. Põe, assim, o tempo de trabalho excedente como condição do tempo de trabalho necessário. Mas move todos os poderes da ciência e da natureza, da cooperação e do intercâmbio sociais para fazer com que criação da riqueza seja, cada vez mais, relativamente independente do tempo de trabalho vivo nela empregado, reduzindo-o ao limite para que o valor já criado, corporificado nos meios de produção, conserve o seu valor, transferindo-o aos produtos.

Banco Mundial a partir de 2000⁵, enquanto ‘estratégia de manejo ou administração de riscos’ tidos como administráveis porquanto inerentes ao sucesso do capital. No conjunto dessas categorizações de raiz liberal — riscos, ativos, vulnerabilidades, igualdade de oportunidades —, a pobreza passa a ser vista como fracasso individual no ingresso aos mecanismos de mercado, requisito para enfrentar o risco. Atribui-se aos indivíduos atomizados e suas famílias a ‘responsabilidade’ de se protegerem contra os riscos (naturais e artificiais), com focalização das políticas e programas sociais de caráter massivo e de baixo custo nos segmentos pobres mais vulneráveis: indivíduos, famílias e comunidades. Ao Estado caberia compensar as ‘falhas do mercado’ e fornecer ‘redes de proteção social aos pobres vulneráveis’ para lidar com o risco ante a ordem do capital naturalizada. A necessidade de reduzir ‘gastos sociais’ de modo a canalizar o fundo público ao financiamento do capital resulta no discurso do empoderamento de indivíduos, e em recomendações de reduzir sua dependência perante as instituições estatais.

Nesses tempos neoliberais, também as riquezas naturais — das florestas, dos minérios, da água e do ar — tornam-se ‘ativos financeiros’ sob a órbita do capital, acentuando a destruição da vida no planeta e de populações originárias. As emissões de gases de efeito estufa por parte dos maiores países emissores passam a ser ‘sanadas’ com pagamento de capital dinheiro financiando projetos preservacionistas da natureza em outros territórios. O capital dinheiro passa a ter o mágico poder de ‘compensar’ a destrutiva emissão de gases estufa no planeta, com suposto ‘aval ético’ da transação financeira por meio de entidades certificadoras. O pagamento em dinheiro teria a função de sanear efeitos poluentes destrutivos ao mesmo tempo em que silenciosamente

5 O Banco Mundial tem apoio em teóricos de amplo reconhecimento na sociologia europeia, como Ulrich Beck (Beck, 1997a, 1997b, 1998, 2008) e Anthony Giddens (Giddens, 1991, 2005; Giddens; Pierson, 2000; Giddens; Beck; Lash, 2007).

legítima sua continuidade em favor da lucratividade de empresas e países poluentes. Nessa lógica, as responsabilidades de preservação da natureza são transferidas para segmentos que vivem de seu próprio trabalho em áreas de preservação. Como se sabe, os bens originais da natureza — a terra, o ar, o clima, os rios e as florestas — não são valor; mas eles se tornam equivalentes de capital, sujeitos à mercantilização no mercado financeiro. Ou seja, o capital subordina o domínio da natureza à sua lógica de reprodução, encoberta sob a áurea humanitária e preservacionista dos recursos naturais.

Uma das características mais fecundas do Serviço Social — a ser amplamente cultivada — é a sua inserção no coração dos povos de nossos países, isto é, junto aos segmentos majoritários da população trabalhadora desconhecidos pelas classes e elites burguesas e invisibilizados na grande mídia: a população negra, os trabalhadores/as urbanos/as e rurais empobrecidos/as, camponeses e indígenas, quilombolas, (i)migrantes e deslocados.

A Agenda 2015-2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) compreende 17 metas globais — dentre os quais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁶, com ênfase no clima e nas catástrofes naturais em todos os países — norteadoras de ações de governos e organizações sociais, desde a redução das desigualdades sociais, garantir a paz, lidar com mudanças climáticas e evitar a degradação ambiental, dentre outros. A agenda da ONU, centrada

6 Essa agenda global foi assumida por nossas entidades internacionais — AIETS, FITS e ICSW Conselho Internacional de Serviço Social, atualizada na versão 2022 a 2030, sob a coordenação de Abye Tassé e David N. Jones (coordenadores da Agenda Global). Cf. GLOBAL AGENDA FOR SOCIAL WORK AND SOCIAL DEVELOPMENT.

no ‘desenvolvimento sustentável’⁷, tem sido desafiada ante elevados níveis de desigualdades na América Latina e conhecida pelos organismos multilaterais e por cientistas renomados, que vêm comprovando que desenvolvimento capitalista não rima com igualdade: crescem, simultaneamente, a acumulação de capital e as desigualdades (Piketty, 2014, 2015). A CEPAL estabelece um conjunto de prioridades para apoiar a Agenda 2030 na região, cujo suposto básico é a possibilidade da igualdade na expansão capitalista em choque com o persistente aprofundamento das desigualdades na região.

A Organização Meteorológica Mundial (OMM)⁸ divulga que a concentração de gases de efeito estufa, que retêm o calor na atmosfera, atingiu um novo recorde em 2023. A situação da Amazônia preocupa, pois já existem sinais que a “região esteja deixando de ser um local de captação de gases para ser um ‘emissor’, devido aos desmatamentos” (Chade, 2023): gases de efeito estufa: dióxido de carbono (CO₂) e metano.

Com similar preocupação, o Vaticano publica em 4 de outubro de 2024 a “*Laudate Deum*”, a exortação apostólica do Papa Francisco, que completa a Encíclica de 2015. A Carta faz “um apelo

7 Cf. ONU. BRASIL. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Acesso em: 04 de fev. 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>.

8 Em 2022, as concentrações médias globais de dióxido de carbono (CO₂), o gás de efeito estufa mais importante, ficaram 50% acima da era pré-industrial pela primeira vez. Elas continuaram a crescer em 2023. De acordo com o informe, “a última vez que a terra experimentou uma concentração comparável de CO₂ foi há 3-5 milhões de anos, quando a temperatura era 2-3°C mais quente e o nível do mar era entre 10 e 20 metros mais alto do que agora... Para a ONU, a revelação desta quarta-feira é a prova de que governos terão de ser mais ambiciosos nos acordos climáticos. Segundo a entidade, 80% das emissões ocorrem por parte das economias do G20, enquanto os Brics são responsáveis por um terço”. Cf. <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/11/15/concentracao-de-gases-bate-recorde-e-aprofunda-eventos-climaticos-extremos.htm>.

à corresponsabilidade diante da emergência nas mudanças climáticas, antrópicas, isto é, de origem humana” (Vatican News, 2023): aceleração do aquecimento com efeitos na acidificação dos mares e derretimento de glaciares, períodos de calor anormal, seca e outros “gemidos da terra” (*ibidem*), cujos efeitos mais avassaladores recaem sobre as “pessoas mais vulneráveis” (*ibidem*). A expectativa é que a COP28 impulsione uma decidida transição energética para energias limpas e o fim da “atitude irresponsável daqueles que ridicularizam a questão ambiental por interesses econômicos” (*ibidem*).

A Bolívia, em 2024, foi sede do “XI Fórum Social Panamazônico” (FOSPA) em preparação à COP28. Em agosto desse ano, realizou-se em Belém (Pará-Brasil), a Cúpula dos Presidentes da Organização do Tratado de Cooperação da Amazonia (OTCA), composto pelos seguintes países: Brasil, Guiana Francesa; Suriname; República da Guiana; Venezuela; Colômbia; Peru e Bolívia. Iniciativas oficiais têm sido acompanhadas da articulação política dos povos da Amazônia por meio de inúmeras entidades representativas como a Pré-FOSPA⁹, a qual foi elaborada e divulgada a “*Carta dos Povos da la Tierra por la Amazonía: Nada sobre nosotros sin nosotros*”. Eles assim se apresentam:

Somos los pueblos de la Amazonía, la mayor selva tropical del mundo, que regula el clima del planeta. Vivimos en los ríos, los bosques, los campos y las ciudades. Sufrimos la devastación, el asedio, el envenenamiento y la destrucción de nuestro territorio. Sabemos que los ataques contra la Amazonía son ataques contra el planeta y los pueblos del mundo. Por eso, reunidos en asamblea en la ciudad de Belém, exigimos a nuestros gobiernos que proclamen el estado de emergencia climática en nuestra región (Foro Social Amazónico, 2023).

⁹ XI Pré-Fórum Social Panamazônico (Fospa) (Foro Social...; Repam; Asamblea Mundial, 2023), que divulgou a *Carta dos Povos da Terra pela Amazônia: “Nada sobre nós, sem nós”* (Cúpula da Amazônia, 2023).

Os Povos da Amazônia propõem que os governos dos nove países da bacia amazônica implementem um conjunto de medidas consensuadas para evitar atingir o ponto de não retorno para a Amazônia e proteger 80% do seu território até 2025. Afirmam a necessidade de cessar todo o desflorestamento ilegal ou não cumprimento de compromissos climáticos pendentes por parte desses países para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Recomendam assegurar 100% das reivindicações territoriais de povos indígenas, afrodescendentes, quilombolas e comunidades tradicionais, garantindo a segurança integral (física e jurídica) da propriedade coletiva dos territórios indígenas — inclusive a proteção territorial dos povos indígenas isolados —, assim como a perspectiva de gênero na distribuição e titulação das terras. Na ocasião, exigiam que os governos de países que mais causam a mudança climática assumam o compromisso de contribuir com 100 milhões de dólares anuais aos países em desenvolvimento para a transição energética socioecológica¹⁰. Reivindicam a efetiva participação dos povos da Amazônia em toda a cadeia produtiva de energia (planejamento, gestão e governança), tendo em vista uma transição energética justa, popular e que respeite as formas de autoidentificação, auto-organização e autodeterminação dos povos e nações indígenas, garantindo a autonomia e o autogoverno indígena.

Essa ampla pauta inclui, entre outras dimensões, a defesa dos corpos, territórios e autonomia das mulheres indígenas, negras, quilombolas, andinas e camponesa, respeitando sua cultura e

10 Por ocasião da redação deste texto, tal medida é eliminada da pauta de reivindicações, o que, no nosso entender, expressa lucidez quanto à compreensão das implicações da financeirização do clima. Cf. FORO SOCIAL Amazônico; REPAM; ASAMBLEA MUNDIAL. “Declaración internacional. El grito de la Amazonia”. In: FOSPA, 11. Rurrenabaque, San Boaventura, Bolívia. 23 jul. 2023. Disponível em: <https://servicosocial-ramires.blogspot.com/2022/07/a-carta-dos-povos-para-um-mundo-eco.html>. Acesso em: 18 mar. 2024.

identidade ancestral perante a ofensiva do extrativismo neoliberal e patriarcal. Propõem também combater a fome e a desigualdade na Amazônia, promover a reforma agrária popular e garantir o direito à saúde, alimentação adequada, assim como alternativas econômicas indígenas, comunitárias, sociais e solidárias nos territórios. Ressaltam o direito de propriedade intelectual dos povos indígenas e tradicionais através da luta contra a biopirataria, enfrentando o flagelo do narcotráfico, da mineração e da contaminação do mercúrio; e proibindo a mineração em áreas protegidas e nos territórios indígenas, ancestrais e comunitários, se declarando dispostos a defender a vida na Amazônia e no planeta: “Esse é o nosso caminho e o nosso compromisso” (XI Pré-Fórum Social Panamazônico, 2023).

O Serviço Social na América Latina, nos últimos 50 anos, construiu coletivamente uma respeitável reserva de forças acadêmico-profissionais em todos os países, ainda que de forma desigual: no ensino de graduação e pós-graduação, na extensão, na pesquisa, na produção e na difusão de conhecimentos científicos. Na diversidade do ensino em Serviço Social na América Latina e no Caribe, o debate sobre as diretrizes norteadoras à formação nos países e/ou suas respectivas regiões é um importante impulso ao aperfeiçoamento dessa formação. A socialização de conquistas obtidas enriquece o diálogo intelectual na construção de amplo intercâmbio internacional de docentes, discentes e pesquisadores no Serviço Social, impulsionando a ‘pesquisa em rede’ — e com ela, a produção acadêmica, tal como vem sendo experimentado no desenvolvimento dos projetos internacionais: *A reconceitualização do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória*” (Iamamoto; Santos, 2021) e *Serviço Social na história: questão social, movimentos e lutas sociais. América Latina e Europa 1960-2020* (Batistoni; Iamamoto; Matos, 2024). Ou seja, pesquisadores articulados em torno de projeto de investigação partilhado, em torno de um objeto e objetivos comuns, desenvolvido coletivamente por pares, que inclui subprojetos, mas

não se resumindo a mera junção de pesquisas isoladas em torno de um tema comum. A investigação contribui para a internacionalização dos programas de Pós-Graduação — mestrado, doutorado e pós-doutorado — e estimula convênios e intercâmbios interinstitucionais na área. E permite aglutinar docentes e discentes de ensino graduado e de iniciação científica, estimulando a formação de novos quadros de pesquisadores, capturando novos talentos à produção científica.

A rica pauta temática da pesquisa em Serviço Social no Brasil congrega Grupos de Trabalho e Pesquisa articulados pela ABEPSS. São eles: 1) Serviço Social, fundamentos do trabalho e da formação profissional; 2) Serviço Social e política social; 3) Trabalho, questão social e Serviço Social; 4) Ética, direitos humanos e Serviço Social; 5) Movimentos Sociais e Serviço Social; 6) Serviço Social e relações de exploração/opressão de classe, raça/etnia e sexualidades; 7) Questão agrária, questão urbana, ambiental e Serviço Social; 8) Classes sociais, geração e Serviço Social (ABEPSS, 2022). Essa pauta reafirma a indispensabilidade de tratar o Serviço Social na história.

CONCLUSÕES

A análise efetuada indica o imperativo de resistência à vigorosa reação das forças de extrema direita, construção coletiva com os sujeitos individuais e coletivos com que se trabalha, afirmando a defesa de um projeto societário comprometido com a socialização da riqueza, com os direitos humanos e sociais e a preservação dos recursos naturais.

Uma frente progressista no Serviço Social latino-americano na resistência à contrarrevolução, reconhecendo as particularidades históricas nacionais, é uma exigência do tempo presente. Ela envolve o protagonismo de entidades acadêmicas, gremiais, estudantis e de unidades de formação acadêmico-profissional de Serviço Social congregadas na Associação Latino-americano de

Ensino e Investigação em Trabalho Social (ALAEITS), da Federação Internacional de Assistentes Sociais (FITS) — região da América Latina e Caribe — e o Comitê Latino-Americano e Caribenho de Organizações Profissionais de Serviço Social (COLACATS).

O Serviço Social brasileiro dispõe de entidades dotadas de legitimidade política e capilaridade organizativa na contramão da exaltação do individualismo e da indiferença ante os dramas coletivos. A força de nossa organização coletiva é potenciada na aproximação às expressões sociais e culturais dos trabalhadores e movimentos sociais, que expressam suas necessidades e aspirações na cena pública, tanto ao nível da prestação de serviços sociais quanto da dimensão educativa deles indissociáveis, fortalecendo a dimensão coletiva de suas lutas sociais contra hegemônicas.

Finalizo com extratos do poema “A noite dissolve os homens”, de C. D. de Andrade (1983):

Aurora,
entretanto eu te diviso, ainda tímida,
inexperiente das luzes que vais acender
e dos bens que repartirás com todos os homens
O triste mundo fascista se decompõe ao contato de teus dedos
frios (...).
(...) Havemos de amanhecer. O mundo
se tinge de tintas de antemanhã ...

REFERÊNCIAS

GLOBAL AGENDA FOR SOCIAL WORK AND SOCIAL DEVELOPMENT.

Theme one (2020-2022): Ubuntu: Strengthening Social Solidarity and Global Connectedness. Disponível em: <https://www.iassw-aiets.org//wp-content/uploads/2023/08/Regional-Reports-for-Theme-1-Ubuntu.pdf>.

GLOBAL AGENDA FOR SOCIAL WORK AND SOCIAL DEVELOPMENT.

Themetwo (2020-2030). Co-building a new Eco-Social World: Leaving no one behind. Disponível em: <https://www.iassw-aiets.org//wp-content/uploads/2023/08/GA-Theme-2-Co-building-a-new-eco-social-world.pdf>.

ABRAMIDES, M. B.; CABRAL, M. S. *O novo sindicalismo e o serviço social: trajetória e processos de luta de uma categoria, 1978-1988*. São Paulo: Cortez, 1995.

ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade de imaginar outros mundos*. Trad. Tadeu Breda. São Paulo: Elefante, 2016.

ANDRADE, C. D. “A noite e os homens”. In: *Carlos Drummond de Andrade. Poesia e prosa*. Volume único. Sentimento do Mundo Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983.

ANTUNES, R. *Capitalismo Pandêmico*. 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2022.

BASTOS, Kopschitz Xavier Basto. *Panorama da economia mundial*. 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/06/panorama-da-economia-mundial/>. Acesso em: 19 jun. 2022.

- BATISTONI, M. R; IAMAMOTO, M. V; MATOS, M. C. “A pesquisa em rede O Serviço Social na história: pressupostos teórico-metodológicos.” *In: IAMAMOTO, M. V., BRAVO; M. I., SCFHEFFER, G.; MATOS, M. C. (orgs.) Serviço Social, desigualdades e lutas sociais – América Latina e Europa.* Rio de Janeiro: FAPERJ/Ed. Mórula, 2024 (no prelo).
- BECK, U. “Autodissolução do risco da sociedade industrial: que isso significa”. *In: BECK, U. et al. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.* São Paulo: Unesp, 1997a.
- BECK, U. “A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva”. *In: BECK, U. et al. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.* São Paulo: Unesp, 1997b.
- BECK, U. *La sociedade del riesgo mundial.* Em busca de la seguridad perdida. Barcelona: Paidós, 2008.
- BEHRING, E. *Fundo público, valor e política social.* São Paulo: Cortez, 2021
- EHRING, E. R; BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011. 213 p.
- BOSCHETTI, I.; SALVADOR, E. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v.87, p. 25-57, 2006.
- BRASIL. Painei Coronavírus. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 07 nov. 2022.
- CHADE, Jamil. *Concentração de gases bate recorde e Amazônia vive ‘ponto de inflexão’.* UOL. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/11/15/concentracao-de-gases-bate-recorde-e-aprofunda-eventos-climaticos-extremos.htm>. Acesso em: 19 nov. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS. “II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). O assistente social no desenvolvimento Social”. Recife, 24 a 29 de outubro de 1976. *Anais*. Rio de Janeiro, CFAS – CBCISS, 1979.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006* EMENTA: Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. 2006. Disponível em: https://www.cfess.org.br/pdf/resolucao_4932006.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

CFESS MANIFESTA. *Os impactos do Coronavírus no trabalho do assistente social*. Série Conjuntura e impacto no trabalho profissional. Brasília (DF), CFESS, 2020a. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/2020_Cfess_Manifesta_Ed._Especial_Coronavirus.pdf. Acesso em: 19 set. 2021.

CFESS MANIFESTA. *Dia mundial do/a trabalhador/a Nosso luto, nossa luta*. Brasília (DF), CFESS, 2020b. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/2020-Cfess_Manifesta- Dia_Mundial_Trabalhadora.pdf. Acesso em: 19 set. 2021.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA. *Agenda 2030 y los Objetivos de Desarrollo Sostenible. Una oportunidad para América Latina y Caribe*. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40155/15/S1700334_es.pdf. Acesso em: 25 mai. 2018.

ELPÍDIO, M. H. “Preparando a ‘Virada’: a contribuição do CELATS no redimensionamento da organização e da formação profissional do Serviço Social brasileiro”. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (orgs.). *A história pelo avesso: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.

FORO SOCIAL AMAZÔNICO; REPAM; ASAMBLEA MUNDIAL. “Declaración internacional. El grito de la Amazonia”. In: FOSPA, 11. Rurrenabaque, San Boaventura, Bolívia. 23 jul. 2023. Disponível em: <https://serviciosocial-ramires.blogspot.com/2022/07/a-carta-dos-povos-para-um-mundo-eco.html>. Acesso em: 18 mar. 2024.

FORO SOCIAL AMAZÔNICO. “XI Fórum Social Panamazônico”. *Carta de los Povos de la Tierra por la Amazonía – Nada sobre nosotros sin nosotros*. Bolivia, 2023.

GIDDENS, A. *A terceira via*. Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização reflexiva*. Política, trabalho e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 2007.

GIDDENS, A.; PIERSON, C. *Conversas com Anthony Giddens*. O sentido da modernidade. Rio de Janeiro: FVG, 2000.

GUÉRIN, D. *Fascismo e grande capital*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2021.

GUIMARAES, A. P. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. Rio de Janeiro: Boitempo Ed., 2011.

HUSSON, M. *El capitalismo al filo de la navaja*. 30 jan. 2020. Disponível em: <https://www.cadtm.org/capitalismo-al-fio-de-la-navaja>.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (orgs.). *A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.

IANNI, O. “Enigmas do pensamento latino-americano”. In: IAMAMOTO, M. V.; BEHRING, E. R. *Pensamento de Octavio Ianni: um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras; FAPERJ; CEOI-UERJ, 2009.

- IANNI, O. “A questão social”. *In: A ideia do Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- IANNI, O. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- MARX, K. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política* (GRUNDRISSE) 1857-1858. vol. 2. 7^a ed. México, Siglo XXI ed., 1978.
- MOTA, A. E. *Cultura da crise e Seguridade Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- ONU. *Agenda 2015-2030 da Organização das Nações Unidas*. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 27 de novembro de 2023.
- ONU NEWS. Fome crescente na América Latina aumenta fluxos migratórios, alerta ONU. 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/06/1792352>. Acesso em 17/10/2022.
- ONU. BRASIL. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Acesso em: 04 de fev. 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>.
- PIKETTY, T. *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PIKETTY, T. *A economia da desigualdade*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.
- RAICHELIS, R. “Atribuições e competências profissionais à luz da ‘nova’ morfologia do trabalho”. *In: CFESS. Atribuições privativas do/a assistente social em questão*. Vol. 2. Brasília: CFESS, p. 11-42, 2020.
- SALAMA, P. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- SANTOS, B. de S. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Ed. Almedina, abril, 2020.

- SILVA, L. B; DANTAS, A. VI. *Crise e Pandemia: quando a exceção é regra* geral. Rio de Janeiro: EscolaL Politécnica Joaquim Venâncio – FIOCRUZ, 2020.
- SILVA, M. L. O (org.). *Congresso da Virada e Serviço Social Hoje: Reação conservadora, novas tensões e resistências*. São Paulo: Cortez ed., 2019.
- TELLES, V. S. *No fio da navalha: entre carência e direitos*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- VATICAN NEWS. “Laudate Deum”, o grito do Papa por uma resposta à crise climática. 2023. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2023-10/laudate-deum-grito-papa-uma-resposta-crise-climatica.html>. Acesso em: 26 nov. 2023.
- YAZBEK, M. C. “Serviço Social, questão social e políticas sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro”. In: *Serviço Social em Revista*, v. 21, n. 1, p. 183-194, 2018b.
- YAZBEK, M. C. “Pobreza e exclusão social: expressões da questão social.” In: *Temporalis*, nº3, p. 33-40, jan./ jun. 2001.

(Ultra)neoliberalismo, conservadorismo reacionário e liquidacionismo de oposição ao projeto ético-político do Serviço Social

JOSÉ RODOLFO SANTOS DA SILVEIRA

As elaborações contidas neste texto decorrem da pesquisa de tese para doutoramento no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A pesquisa em tela debruçou-se sobre tendências ultraneoliberais, conservadoras e reacionárias ascendentes na sociedade brasileira desde a segunda metade da década de 2010 e suas incidências no Serviço Social. Tais tendências, principalmente após a eleição de Jair Bolsonaro, passaram a expressar-se na disputa por projetos profissionais no Brasil.

No que tange à disputa por projetos profissionais, é inconteste o adensamento da massa crítica em torno do projeto ético-político nas últimas quatro décadas. Tal adensamento ocorre, contraditoriamente, em momento de intensa derrota no campo progressista, refluxo de movimentos sociais, aprofundamento do neoliberalismo, crescimento do irracionalismo pós-moderno e consolidação de sua hegemonia no interior das ciências sociais particulares.

O fortalecimento dos espaços de organização da categoria e o crescimento da pesquisa e da pós-graduação em Serviço Social, calcados na crítica histórica e dialética à sociedade burguesa, posicionaram-nos no campo da resistência à avalanche neoliberal e à decadência teórica pós-moderna.

Ainda que possamos identificar um amplo consenso na área do Serviço Social em torno da defesa de um projeto profissional calcado na “liberdade como valor ético central” (CFESS,1993) e na emancipação humana, não passamos incólumes às expressões da influência pós-moderna e neoliberal. Resistimos e produzimos uma importante crítica ao pensamento fragmentário, des-historicizante e irracionalista em voga.

A crítica totalizante ao consenso pós-moderno desvelou o caráter (neo)conservador de tais perspectivas de análise. Do mesmo modo, uma crítica mordaz à ofensiva neoliberal sobre os direitos sociais foi produzida no interior da categoria. Resistimos duplamente à razão miserável e às políticas sociais atacadas sob a égide do neoliberalismo.

Na atual conjuntura, para aproximações com o objeto de pesquisa mencionado, o liquidacionismo conservador e ultraneoliberal e seus rebatimentos no Serviço Social, é premente a tarefa de ampliar o estudo sobre o conservadorismo clássico, como aponta há mais de uma década Escorsim Netto (2011), e ampliar o domínio da produção textual de liberais clássicos, mas, sobretudo, compreender os desenvolvimentos que nos trazem até a defesa do ultraneoliberalismo e do reacionarismo conservador.

O campo que denominamos “liquidacionista” na disputa por projetos profissionais é diverso, abarcando sujeitos mais alinhados com o pensamento neoliberal e ultraneoliberal, conservadorismos religiosos e formas múltiplas de reacionarismo neofascista. Cabe salientar, no entanto, que os diferentes sujeitos compartilham uma postura muito próxima no que tange à defesa de medidas ultraneoliberais e à liquidação do projeto ético-político.

Não devemos equiparar o liquidacionismo a seus posicionamentos públicos, e devem-se situar as correlações de forças nele impressas. Busca-se apreender as múltiplas determinações para o avanço dessas visões de mundo reacionárias e ultraneoliberais, partindo da compreensão dos vínculos orgânicos desses segmentos com classes e frações de classe na sociedade burguesa.

O projeto ético-político não constitui amarras estáticas ao debate acadêmico profissional, mas baliza os debates a partir de princípios que nos opõem aos (des)valores hegemônicos na sociedade burguesa contemporânea (Borges; Matos, 2020). Assim, é imperioso acompanhar os movimentos da conjuntura, assim como o ideário que sustenta uma mobilização crescente da extrema direita, reacionária e neofascista no Brasil atual.

Destarte, o liquidacionismo profissional representa uma particularização do projeto reacionário, de extrema direita e ultraneoliberal no campo da disputa entre projetos profissionais no Serviço Social. Sua relevância justifica a existência de um empreendimento coletivo de pesquisas dedicadas ao pensamento reacionário e suas incidências no campo profissional.

OBSERVAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA A CRÍTICA AO LIQUIDACIONISMO CONSERVADOR E ULTRANEOLIBERAL

A temática de pesquisa que propomos adensar nos impõe uma série de desafios teórico-metodológicos. Primeiramente, é necessário um processo de investigação amplo, que ultrapasse os espaços formais de organização, produção e difusão do conhecimento na área. Apesar da atuação de sujeitos liquidacionistas no interior da profissão, esses têm formas paralelas de organização e divulgação voltadas a incidir no debate profissional.

A ação, quase que integralmente dinamizada e publicizada por meio de redes sociais, amplia o risco de uma leitura aprisionada em sua autoimagem idealizada. No sentido de evitar tal risco, é necessário compreender sua gênese no processo de radicalização conservadora e ultraneoliberal expresso nos modos de ser do capitalismo contemporâneo.

A utilização das redes sociais nos obriga a recrutar recursos teórico-analíticos específicos para compreender esse modo particular de difusão de conhecimento e organização social e política. Refletir sobre a ação desses sujeitos, suas formas de atuação e visões de mundo constitui requisito para pensar estratégias coletivas de defesa do projeto profissional crítico diante desse tipo de propaganda, mas, sobretudo, permite identificar as causalidades que a ensejam.

Considerados a natureza propagandística da atuação dos setores liquidacionistas no interior da profissão, sua profunda vinculação com institutos liberal-burgueses dedicados a disputas de opinião e o papel central das redes sociais e conteúdos de internet, procedemos à categorização e à análise dos conteúdos veiculados em redes sociais por sujeitos coletivos liquidacionistas em períodos compreendidos entre 2017 e 2022.

A pesquisa tratou do conjunto das publicações em três páginas da rede social Facebook dedicadas às diversas feições liquidacionistas, sendo uma de viés nitidamente ultraneoliberal, autoproclamada como ‘libertária’, outra dedicada à difusão de conteúdos conservadores, alinhada às posições abertamente reacionárias, e, por último, a página da Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico (SOBSSC), dedicada à defesa de práticas terapêuticas em Serviço Social.

Para aproximações eficazes do movimento interno do objeto da pesquisa, suas características e tendências, é exigido um quadro de referências teórico-analíticas que permita desvelar sua dinâmica e contradições motoras. Para tanto, não se pode prescindir do acúmulo teórico, político e histórico sobre temas como fascismo e

neofascismo, mas, sobretudo, devem-se compreender as particularidades na formação econômico-social brasileira e seus rebatimentos na incorporação do neoliberalismo em um país de capitalismo dependente, onde a superexploração do trabalho é generalizada.

O esforço coletivo de elaboração sobre a história contemporânea, apontando condições objetivas e subjetivas para o crescimento do reacionarismo e do neofascismo na realidade brasileira, é central para os debates que propomos no Serviço Social. A construção de respostas profissionais às expressões da questão social por assistentes sociais depende de alianças e estratégias que podem apontar na direção da ampliação de direitos e da liberdade como valor ético central ou em seu oposto. Dito isso, é central compreender as dinâmicas de produção de consenso, inclusive reacionário, nessa sociedade.

Destarte, a compreensão dos efeitos do neoliberalismo em um país de capitalismo dependente, marcado pelo escravismo, com altos índices de informalidade e tratamento penal das desigualdades sociais e raciais, é indissociável da compreensão das tendências ideopolíticas e estratégias burguesas de construção de consensos. É a essas formas de consentimento ativo ou passivo, nas pistas de Gramsci (2006), que nos referimos ao pesquisar sobre o liquidacionismo conservador e ultraneoliberal no Serviço Social.

Nas últimas quatro décadas, o Serviço Social no Brasil construiu e consolidou um projeto profissional articulado à luta por uma nova ordem societária, sem opressões e exploração de classe. Assumimos como nossa labuta coletiva pela ampliação de direitos e o combate sem tréguas a toda forma de preconceito: ao racismo, ao capacitismo, a LGBTQIA+fobia e ao machismo.

Tal projeto profissional foi viabilizado apenas a partir de um questionamento das origens conservadoras da profissão. Essa foi requisitada como prática adequada às novas diretrizes do capital monopolista, no início do século XX (Netto, 2005), voltada para formatar as condutas necessárias dos membros da classe trabalhadora, inseridos como

operários em processos de produção, mas também dos setores sociais que compunham o “exército industrial de reserva do capital” (Marx, 1985), evitando sublevações perigosas à ordem burguesa.

No período de institucionalização da profissão no Brasil, de 1930 a 1950, houve uma utilização instrumental de conhecimentos oriundos das ciências sociais particulares. Desse modo, teoricamente, a profissão se tornou legatária do que Coutinho (2010) denominou, a partir de Lukács (2020), razão miserável, limitada pelo caráter conservador assumido pelo pensamento dominante a partir do triunfo do capitalismo e da burguesia. Ético-politicamente, a profissão, em nosso país, surge umbilicalmente interligada à doutrina social da Igreja Católica, erguida como barreira anticomunista. A referida doutrina reproduz valores herdados do anticapitalismo romântico pré-capitalista e é, por isso, hostil ao liberalismo, apontando para a humanização do sistema.

DÉCADAS DE 1970-1980: A GÊNESE DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E O ENFRENTAMENTO AO CONSERVADORISMO

O projeto ético-político, em suas bases, remonta à década de 1970, período em que os profissionais brasileiros eram requisitados para aplicação de programas que visavam à adequação de países da periferia do capitalismo às novas necessidades do grande capital, intervindo diretamente na vida dos trabalhadores. Na maioria dos países da América Latina, tais “projetos de desenvolvimento” foram forjados com o expediente de ditaduras empresarial-militares, representando os interesses do grande capital internacional associados a necessidades de manutenção de segmentos da burguesia interna de cada país, com expediente à superexploração do trabalho (Marini, 2011).

Perante os ataques às liberdades democráticas e ao incremento da superexploração, insurgiram-se sujeitos profissionais no Serviço

Social que constituiriam o movimento de reconceituação latino-americana. Emerge um questionamento das bases que orientavam o exercício profissional do Serviço Social tradicional, identificado com formas autoritárias e conservadoras de intervenção.

Avançou a crítica ao conservadorismo profissional, aos modelos de intervenção importados e à postura identificada com os valores que sustentavam o poder autocrático naquele período. Assim, o combate ao conservadorismo profissional, ao reacionarismo social e político e à defesa de liberdades democráticas está no DNA do projeto, assim como sua relação com movimentos sociais e segmentos organizados da classe trabalhadora.

O que denominamos ‘conservadorismo profissional’, embora possa atuar de modo unificado, em consenso na opção pela despolitização e adesão aos projetos governamentais, sempre foi um campo diverso. Há conservadores na profissão que não se identificam com o reacionarismo burguês, por exemplo. Há diferentes nuances no conservadorismo, que vão desde um tecnicismo asséptico à identidade com ideais autoritários e (neo)fascistas.

Historicamente, a opção pelo “reformismo burguês”, expresso na sociologia de Durkheim, com suas saídas conservadoras para dilemas reais oriundos das lutas de classe, não encerra todo o conservadorismo no Serviço Social, assim como o conservadorismo profissional não é tradução do conservadorismo clássico para o universo profissional.

A existência de laços do Serviço Social nascente com o anticapitalismo romântico da Igreja Católica, profundamente conservador, não equivale a uma incorporação do conservadorismo clássico, apesar de suas similitudes.

Ao tratar do conservadorismo clássico, referimo-nos à escola de pensamento inaugurada por Edmund Burke (2014), dirigente político e intelectual britânico, nascido em 1729, na Irlanda, e falecido em 1797. O conservadorismo clássico de Burke e seus seguidores reacionários tem sido tematizado no Serviço Social brasileiro. A

contribuição de Escorsim Netto (2011) a esse tema é seminal no que diz respeito à apreensão do conservadorismo como ideário, para além de suas expressões na profissão.

Lukács (2020) identificava no pensamento de Burke (2014) um novo tipo de analogia com a natureza, uma peculiaridade em relação a outras visões de mundo no que se conformaria como conservadorismo. Até aquele momento, essas analogias estavam relacionadas com uma visão estática da sociedade, incompatíveis com a dinâmica capitalista e sua tendência à aceleração de processos econômicos e sociais.

Em Burke (2014), há uma crença no “crescimento orgânico”, sem grandes intervenções na sociedade, mas não estático. A tendência ao desenvolvimento sem sobressaltos seria um dom divino, na direção do permanente aperfeiçoamento natural das estruturas sociais. A “revolução” seria antinatural, quando as mudanças deveriam realizar-se por “crescimento orgânico”, sem “reviravoltas revolucionárias” baseadas em “critérios abstratos” e “preceitos mecânicos” (Burke, 2014).

Sua proposta era a transição pacífica ao capitalismo, nos moldes do que ocorrera na Revolução Gloriosa inglesa, sem atacar “privilégios feudais” e os benefícios consolidados da aristocracia, por meio de mudanças graduais (Lukács, 2020). A aversão de Burke à democracia é um traço de seu conservadorismo, que o coloca em trincheiras opostas às dos liberais clássicos. Burke foi um defensor da coexistência entre a tradição, inclusive a monárquica, e uma espécie de constituição estatal que se adaptasse aos novos tempos.

A produção intelectual de Burke (2014) é resgatada por autores conservadores na atualidade, como Scruton (2019), mas influenciou diretamente pensadores neoliberais, como Ludwig von Mises (2018) e Hayek (1985). Esse último gerou uma incorporação que propiciou condições de justificação para neofascismos, como podemos depreender a partir de Brown (2020) e de suas reflexões acerca dos laços entre reacionarismos e a ofensiva neoliberal sobre os direitos.

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E A LUTA CONTRA O NEOCONSERVADORISMO

Na década de 1990, identificada por Braz (2008) como o período de consolidação do projeto ético-político, o Serviço Social no Brasil depa-rava-se com o aprofundamento da ofensiva neoliberal, processos de cooptação de direções de movimentos populares e sindicais e ataques burgueses que impactavam a diminuição da capacidade de luta de sujeitos coletivos que emergiram com a redemocratização.

As reconfigurações no modo de produção capitalista, a partir da chamada ‘reestruturação produtiva’, apontavam para o combate à mobilização dos trabalhadores. Ao neoliberalismo corresponde uma ofensiva sobre a democracia, esvaziando o poder político em nome de argumentos envernizados pela técnica econômica e naturalizando os modos de produzir e reproduzir no capitalismo em crise desde a década de 1970.

As características assumidas pelo Estado burguês no Brasil, sob a direção da contrarreforma do Estado”, afirmavam cânones da ortodoxia econômica neoliberal. Postulava-se que as políticas sociais deveriam ser cada vez mais focalizadas; havia desfinanciamento de ações estatais; ampliavam-se a terceirização e a ‘transferência’ para a esfera privada de diversas responsabilidades do poder público.

Ocorreu um processo de redesignação do Estado, reorientando os usos do fundo público para o grande capital, principalmente na esfera financeira, com a prioridade ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública, assim como a mercantilização de bens públicos e instrumentos garantidores de direitos sociais (Behring, 2021). Assim, grande parte da ação dos assistentes sociais alinhados ao projeto ético-político estava em desvelar que aqueles “novos valores” neoliberais, apresentados como evolução da administração do Estado e modernização, eram apenas formas renovadas do ideário conservador no Brasil. Simultaneamente, alcançou hegemonia nas ciências sociais

o pensamento identificado como pós-moderno, adepto da fragmentação e inimigo de perspectivas totalizantes, como o materialismo histórico-dialético.

No interior da profissão, a adesão aos parâmetros pós-modernos geralmente aparecia como uma incorporação eclética de elementos estranhos ao projeto ético-político, um verdadeiro “pluralismo sem fronteiras” (Netto, 2016) que esvaziava o conteúdo crítico do projeto sem lhe empreender uma crítica frontal. Esse processo de esvaziamento do projeto profissional de confronto direto com o projeto ético-político, denominamos “conservadorismo envergonhado” (Silveira, 2022).

Esse período coincide com a adesão de intelectuais e militantes oriundos da esquerda brasileira ao pensamento pós-moderno e até mesmo a preceitos neoliberais. Exemplos disso são a incorporação de parte do sindicalismo crítico ao “sindicalismo de resultados” e a atuação em fundos de pensão privados (Oliveira, 2013). Essas mudanças de rota impactavam o campo progressista, que contribuiu ativamente para o erguimento do projeto profissional crítico do Serviço Social no Brasil.

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DIANTE DOS PERIGOS DO TRANSFORMISMO — ANOS 2000 E O PROJETO “NOVO DESENVOLVIMENTISTA”

Na década de 2000, os movimentos sociais haviam significativamente refluído em sua ação. Apesar disso, o descontentamento com anos de ataques neoliberais possibilitou a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República. Ocorreu o atendimento de pequena porção das demandas populares, mas não houve ruptura com as estruturas hierarquizadas da sociedade brasileira. Crescia o poderio do grande capital e era mantida a lógica do “ajuste

fiscal permanente” (Behring, 2021), drenando recursos do fundo público para remuneração do capital financeiro. Todavia, ocorria uma ampliação, mesmo que de modo precarizado, da educação básica e superior, e surgiam programas sociais, como o “Bolsa Família”, o “Luz para Todos” e tantos outros, que aumentavam a aprovação popular dos governos do PT e aliados.

Sustentamos a hipótese de que houve no Brasil dos governos petistas alguns deslocamentos em relação às orientações neoliberais mais duras do consenso de Washington, plenamente realizadas entre 1995 e 2002, como vimos no item anterior, mas não rupturas quanto ao essencial do ajuste fiscal (Behring, 2021, p. 176).

Apesar de todas as continuidades, foi produzido um descontentamento de setores médios, contaminados por anos de antipetismo e pela reprodução de valores elitistas na sociedade brasileira. Ocorriam manifestações enfáticas, por exemplo, contra a formalização do trabalho doméstico e a adoção de ações afirmativas nas universidades. Em paralelo, desenvolveu-se a reorganização do poder burguês e de grupamentos identificados com a propaganda neoliberal, passando a apresentar-se como “libertários”.

Similarmente, ocorreram o crescimento e o surgimento de movimentos conservadores, como o “Escola sem Partido”, de 2004. A universalização da internet foi elemento central para a expansão dessas visões de mundo, que não eram capazes ainda de disputar grande apoio popular, mas erigiram importantes fundamentos para sua atuação na década seguinte.

O uso dos *blogs* e redes sociais, novidades à época, construiu o que Rocha (2018) denominou “contrapúblicos digitais”. A autora faz um profundo estudo de grupamentos liberais que atuavam nesse período, identificando similaridades com a formação de contrapúblicos em outros países.

O surgimento de contrapúblicos não-subalternos vem crescendo cada vez mais com a popularização da internet (Downey; Fenton, 2002), e de acordo com a literatura especializada, poderiam ser considerados como contrapúblicos vários grupos que passaram a atuar nos últimos anos, principalmente a partir de meios digitais como os formados por pessoas contra a imigração ilegal (Gring-Pemle, 2012); por céticos em relação à mudança climática (Kaiser; Puschmann, 2017); por evangélicos conservadores contrários à universalidade dos direitos humanos [...] como procuro apontar nesta tese, pelos membros da nova direita brasileira em formação de 2006 até 2015 (Rocha, 2018, p. 20).

A crise capitalista, em seu momento irruptivo, exacerbado em 2008, colocou em questão alguns dos cânones do neoliberalismo no mundo, propiciando movimentos significativos, expressos nas ações de ocupação de praças, cujo mais propalado era o acampamento Occupy Wall Street. Tais movimentos apontavam para bandeiras antissistêmicas e colocavam em movimento sujeitos que não participavam da cena política e outros, organizados em torno de visões de mundo anticapitalistas. Com a palavra de ordem “Somos os 99%”, apontavam para as desigualdades econômicas, mas, sobretudo, para o caráter antidemocrático do neoliberalismo. A contraface desses movimentos foi uma reação burguesa, conservadora e liberal, por meio do incremento à utilização de seus aparelhos de difusão ideológica.

A resposta à crise de 2008 pelo governo do PT, no Brasil, embora tenha dirigido grande socorro aos bancos, apontava para medidas de indução ao crescimento econômico, política que os segmentos do governo e apoiadores intitulavam como “política novo-desenvolvimentista”. Tais medidas, apesar de modestas, comparadas à prioridade ao capital financeirizado, ou às medidas propostas pelo nacional-desenvolvimentismo da Comissão Econômica para América Latina (Cepal) nas décadas de 1950 e 1960, e até mesmo aos planos econômicos na ditadura, geraram grande insatisfação nos segmentos

liberais, agrupados naquele período como contrapúblicos digitais e organizados por meio de instituições doutrinárias burguesas, como os institutos liberais que bradavam suas denúncias de intervencionismo.

No Serviço Social, foi emblemática a ocorrência da incorporação direta de segmentos intelectuais do campo do projeto ético-político na gestão e formulação de políticas governamentais, principalmente na política de assistência social. Tal política foi implementada utilizando arcaísmo conceitual estranho à identidade dos assistentes sociais com o marxismo e um projeto emancipatório. Os sujeitos profissionais em torno da política de assistência social passaram a incorporar diretrizes para o desenvolvimento social alinhadas com os ditames do Pós-Consenso de Washington, por meio de organismos multilaterais como o Banco Mundial (Maranhão, 2010).

Vale salientar que essa foi uma das áreas de atuação com maior crescimento na profissão, em decorrência do importante avanço que significou a institucionalização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A recente pesquisa de perfil profissional, divulgada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), demonstra que a assistência social era área de atuação de 49,79% dos respondentes. Nessa política, em que as marcas do patrimonialismo ainda são presentes, a institucionalização da assistência tornou-se uma expressão importante do projeto novo-desenvolvimentista (Conselho Federal de Serviço Social, 2022).

Os riscos de setores organizados da classe trabalhadora passarem por formas de apassivamento e incorporação ao *status quo* cresceram qualitativamente naquele período histórico. Muitos segmentos da esquerda foram fagocitados pela política institucional, abandonando a defesa de propostas contra-hegemônicas e anticapitalistas em prol da administração da barbárie neoliberal. O combate ao conservadorismo profissional e a defesa do projeto ético-político exigiram afirmar a autonomia do corpo profissional diante de seus aliados históricos, enfrentando as medidas que se opunham aos valores que sustentam o projeto ético-político.

ESGOTAMENTO DO PACTO SOCIAL LULISTA E AVANÇOS CONSERVADORES — PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NO CAMPO DA RESISTÊNCIA

Na década de 2010, os aparelhos privados de hegemonia burgueses intensificavam sua ação e reverberavam na sociedade brasileira o apelo anticomunista. Ocorreu o crescimento de movimentos conservadores e formas de negacionismo científico, tudo isso aliado à piora das condições de vida.

Com a deterioração das condições de existência, principalmente de setores mais pauperizados da classe trabalhadora, e o surgimento de mobilizações não alinhadas com a direção histórica da esquerda, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o PT propiciaram que em 2012 houvesse a maior ampliação no número de greves em 16 anos, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2013). Ampliou-se a rejeição aos megaeventos, que, no período de seu anúncio, na década anterior, despertavam o sonho de um ‘Brasil Grande’.

As jornadas de junho de 2013 se iniciaram a partir de demandas específicas, como a luta contra o aumento dos transportes em São Paulo e contra a violência policial no Rio de Janeiro, plasmada na palavra de ordem “Cadê o Amarildo”, pedreiro vitimado pela polícia fluminense em uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), divulgada como o modelo ideal para a política de segurança pública e incentivada pelo governo federal.

A internet, especificamente as redes sociais, permitiu uma redução no tempo de mobilização, e experimentou-se uma construção de lutas massivas em diferentes locais, que incluíam muitas cidades brasileiras, inclusive territórios com pouco ou nenhum histórico de mobilização.

As tentativas de criminalizar os movimentos de junho foram frustradas. Apesar da ação coordenada da grande mídia e do uso de todo o aparato de violência estatal, o movimento se espalhou por todo o

Brasil e levou setores dominantes a uma mudança de tática. Passaram a disputar o sentido dessas mobilizações. Havia nelas uma rejeição à política partidária, como expressão da descrença nos governantes e em seus representantes históricos naquele período, que foi estimulada pela grande mídia e capitalizada por grupamentos conservadores e neofascistas.

A conjuntura econômica impossibilitava pequenos ganhos aos trabalhadores, como ocorrido no período de 2008 a 2012, impactando a popularidade do governo do PT. Contudo, apesar da queda de popularidade, o PT conseguiu reeleger Dilma Rousseff em 2014, mas havia um incremento da oposição de direita, principalmente de extrema direita, e movimentos reacionários, inflados a partir das disputas de sentido operadas nas jornadas de junho.

ULTRANEOLIBERALISMO, CONSERVADORISMO ATUAL E NEOFASCISMO — O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NO ENFRENTAMENTO AO ULTRANEOLIBERALISMO

A partir de 2014, setores dominantes no Brasil passaram a admitir e a construir a possibilidade do golpe, midiático e parlamentar, contra a presidente Dilma Rousseff (PT), com o objetivo de assumir por completo as rédeas do Estado burguês e propiciar a ampliação das possibilidades de superexploração. O golpe que retirou Dilma Rousseff da Presidência da República permitiu arruinar direitos de trabalhadoras e trabalhadores.

Muitas medidas em ataque aos trabalhadores foram implementadas no pós-golpe: as mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), uma verdadeira contrarreforma trabalhista, retiraram direitos antes conquistados e regulamentaram formas de subcontratação e contratação precária. A aprovação da Emenda Constitucional nº 93/2016, com a prorrogação da desvinculação de receitas da União,

possibilitava drenar recursos do fundo público para o setor financeiro até 2023, além da ampliação do percentual a ser desviado de 20 para 30% do orçamento de cada área. A medida mais celebrada pelos economistas neoliberais, a Emenda Constitucional nº95/2016, popularmente chamada de Teto de Gastos, congelava o investimento público nas diferentes políticas, causando desproteção para grande parte da população.

Denominamos ultraneoliberalismo o período aberto após o golpe com a radicalização do neoliberalismo, a partir das medidas citadas nas pistas de Behring (2021). Contudo, também denominamos ultraneoliberalismo a doutrina de radicalização liberal proposta por economistas como Rothbard, políticos como Javier Milei e movimentos como os Estudantes pela Liberdade e Movimento Brasil Livre (MBL), que cresceram exponencialmente a partir das jornadas de junho de 2013.

Esses sujeitos, autodenominados ‘libertários’, atuam de modo unificado com outros setores conservadores e com o reacionarismo neofascista. Se o conservadorismo clássico tem com o liberalismo clássico uma relação de enfrentamento, na contemporaneidade, o contrarrevolucionarismo burguês unifica ultraneoliberais e conservadores, inclusive sob a direção do neofascismo.

É importante também anotar que o ‘neofascismo’ é tratado como categoria diversa do fascismo histórico europeu e até mesmo da experiência do movimento fascista brasileiro (Mattos, 2020). Persistem elementos de conservadorismo, reacionarismo, autoritarismo, desprezo pelas liberdades democráticas, cultura de extermínio de oponentes, entre tantos outros; contudo, as condições históricas, econômicas, sociais e políticas que o conformam são diversas.

É importante salientar que não vivemos sob um regime fascista no Brasil no período Bolsonaro; entretanto, houve uma série de elementos de fascistização, culto à violência e desprezo por liberdades democráticas, que levaram, inclusive, a uma tentativa frustrada de

golpe em janeiro de 2023, após a derrota eleitoral de Bolsonaro. Se o fascismo histórico tem nas condições dos entreguerras os determinantes econômicos e sociais para seu crescimento, na contemporaneidade, o ideário de extrema direita, conservador e neofascista tem nas “ruínas do neoliberalismo” os determinantes de seu florescimento (Brown, 2020). São movimentos de massa, como o fascismo histórico, de caráter aparentemente antissistêmico, mas com vínculos profundos com um ideário de radicalização neoliberal.

“CONSERVADORISMO ESCANCARADO” E NEOLIBERALISMO: A EMERGÊNCIA DO LIQUIDACIONISMO DE OPOSIÇÃO AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

No Brasil, se o título de conservador era negado inclusive por defensores da manutenção do *status quo* até os anos 2000, a partir de 2010 ele se torna um mérito para parte dos sujeitos políticos. Um conservadorismo construído como identidade política e social diante do que denominam esquerda, comunistas, entre outros nomes, mas que pode referir-se a qualquer setor social imbuído da defesa da expansão de direitos e do combate às formas de opressão na sociedade burguesa. Abre-se o período do “conservadorismo escancarado”.

Há uma grande influência do conservadorismo contemporâneo e de suas expressões na extrema direita da Europa e dos Estados Unidos. Sujeitos que elegeram como principal inimigo o que classificam como “politicamente correto”, com a tentativa de reduzir os impactos das diferentes opressões nessa sociedade. O “politicamente correto” passa a ser tratado por eles como óbice à liberdade de costumes, crenças e expressão.

Roger Scruton (1944-2020) foi um autor conservador contemporâneo significativamente celebrado pela extrema direita e pelos conservadores no Brasil. No livro *Como ser um conservador*, Scruton

(2019) desenvolve melhor a estratégia de enfrentamento ao “politicamente correto, principal tarefa dos conservadores. O apelo do autor aos ressentimentos pela perda de poder do homem branco é um dos principais elementos de identidade entre o conservadorismo de Scruton e a extrema direita neofascista no Brasil. Em nossa pesquisa, pudemos constatar a influência importante de seu pensamento nos setores liquidacionistas do Serviço Social.

Brown (2020) demonstra como na própria formulação neoliberal, em Hayek, a tradição produziria harmonia de modo orgânico, mesmo que os resultados fossem obtidos por pura experimentação. Isso posto, o vínculo entre liberdade e tradição é explícito, de modo semelhante ao contrarrevolucionarismo de Edmund Burke (2014).

Em Hayek, as normas de conduta” seriam formas de “adaptação” ao ambiente que seriam transmitidas por serem “mais eficazes”. A naturalização em Hayek (1985) corresponde ao apagamento das lutas de classes ao longo da história em prol da adaptabilidade humana a partir da ‘ordem espontânea’. Semelhantes analogias encontram-se em Scruton (2019).

O neoliberalismo instaura mudanças profundas nas relações sociais e nos modos de vida sob o capitalismo (Dardot; Laval, 2016), transferindo cada vez mais aos sujeitos, individualmente, a responsabilidade por seus sucessos e insucessos, mas, sobretudo, transformando cada pessoa no capataz de si mesma. Uma série de técnicas e até mesmo profissões são erguidas nessa etapa da dominação burguesa, em larga medida sustentadas por pseudociências, como técnicas da neurolinguística, *coaching*, formas de psicologização da questão social, técnicas duvidosas como constelação familiar, entre outras.

A defesa do projeto ético-político no Serviço Social caminha na contramão do novo sujeito neoliberal, e é justamente nessa contraposição que esse projeto é mais questionado por setores liquidacionistas. Não por acaso, os sujeitos profissionais alinhados com a extrema direita e o neofascismo são entusiastas da desregulamentação

profissional, entregando ao mercado a possibilidade de definir livremente os rumos da profissão. Também não é coincidência que entre os inimigos do projeto ético-político, sejam ela das subtendências mais conservadoras ou mais ultraneoliberais, haja uma defesa da incorporação de conteúdos dessas pseudociências e da prática clínica em Serviço Social, vedada pela Resolução CFESS nº 569/2010.

Em paralelo ao crescimento da extrema direita nos espaços de poder, ganhou relevância a denúncia contundente à direção social do projeto profissional de Serviço Social, denominado projeto ético-político, realizada no interior da profissão.

Esses setores de oposição à direção social da profissão, ora com inclinações mais ultraneoliberais, ora com inclinações abertamente reacionárias, apresentam peculiaridades em relação às vertentes do conservadorismo profissional em Serviço Social que os antecedem. Uma peculiaridade importante diz respeito ao caráter de oposição ao projeto ético-político, defendendo sua liquidação e questionando, inclusive, a importância da regulamentação da profissão de Serviço Social, como fica notório pela defesa realizada por esses sujeitos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 108/2019, que limita a ação dos conselhos profissionais e desobriga os profissionais a estarem vinculados a essas autarquias.

Ao analisar os conteúdos veiculados por grupamentos identificados com o liquidacionismo do projeto profissional, verificamos a recorrência de propaganda anticomunista mesmo nos grupos que se identificam como “libertários”. Suas ligações com aparelhos privados de hegemonia, utilizadas como fontes principais de seus conteúdos, também é elucidativa do processo abrangente de que participam. Essa propaganda foi intensificada no período de crescimento da extrema direita sob o governo Bolsonaro. Alguns autores provenientes do pensamento liberal e neoliberal são incorporados como fonte para uma crítica ao projeto ético-político por esses sujeitos, com destaque para Ludwig von Mises e Roger Scruton.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Há uma série de nuances no conservadorismo atual e até mesmo no interior dos setores ultraneoliberais e reacionários no Serviço Social, e esses sujeitos, apesar de constituírem uma novidade relevante, aprofundam outras perspectivas conservadoras, como a fragmentação pós-moderna e o neoliberalismo de feição “novo-desenvolvimentista”. No entanto, merecem igualmente nossa atenção.

É necessário manter erguidas nossas bandeiras e forjar os enfrentamentos imprescindíveis para manter os avanços do projeto profissional do Serviço Social. No entanto, destaca-se que compreender leituras que disputam a sociedade no sentido oposto ao projeto é tão importante quanto aprofundar os estudos sobre os fundamentos históricos e teórico-metodológicos da profissão. Tal exercício é central para reafirmar e oxigenar o projeto ético-político, além de contribuir para a possibilidade de resistência ao conservadorismo e ao ultraneoliberalismo na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, E. R. *Fundo público, valor e política social*. São Paulo: Cortez, 2021.
- BORGES, M. E. S.; MATOS, M. C.. “As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade”. In: BRAVO, M. I. S.; FREIRE, S. M.; MATOS, M. C. (org.). *Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo*. Uberlândia: Navegando, 2020.
- BRASIL. *Proposta de Emenda à Constituição 93/2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc93.html. Acesso em: 25 out. 2024.
- BRASIL. *Proposta de Emenda à Constituição 95/2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1776158&filename=PEC%20108/2019. Acesso em: 25 out. 2024.
- BRASIL. *Proposta de Emenda à Constituição 108/2019*. Dispõe sobre a natureza jurídica dos conselhos profissionais. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1776158&filename=PEC%20108/2019. Acesso em: 25 out. 2024.
- BRAZ, M. “Notas sobre o projeto ético-político”. In: CRESS – 7ª Região (org.). *Assistente social: ética e direitos*. 5. ed. Rio de Janeiro: CRESS – 7ª Região, 2008. v. I. (Coletânea de leis e resoluções).

- BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política anti-democrática no Ocidente*. São Paulo: Politeia, 2020.
- BURKE, E. *Reflexões sobre a revolução na França*. São Paulo: Edipro, 2014.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*. [S. l.]: CFESS, [2024]. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/>. Acesso em: 27 mai. 2024.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS 569/2010*. [S. l.]: CFESS, 2010. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/RES.CFESS_569-2010.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*.: CFESS, 1993. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 18 out. 2024.
- COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Balanco das greves de 2012*. [S. l.]: Dieese, 2013. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodas-greves/2012/estPesq66balancogreves2012.html>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- ESCORSIM NETTO, L. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. v. III. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

- HAYEK, F. *Normas e ordem: direito, legislação e liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Instituto Liberal, 1985. Disponível em: <http://ordemlivre.org/>. Acesso em: 25 out. 2024.
- LUKÁCS, G. *A destruição da razão*. São Paulo: Instituto Lukács, 2020 [1954].
- MARANHÃO, C. H. “Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais”. In: MOTA, A. E. (org.). *As ideologias da contrarreforma e o serviço social*. Recife: Ed. UFPE, 2010, p. 69-104.
- MARINI, R. M. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. Organização: Roberta Traspadini e João Pedro Stédille. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. v. I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2020.
- MISES, L. Von. *Intervencionismo: uma análise econômica*. São Paulo: LVM, 2018.
- NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- NETTO, J. P. “Formação profissional e diretrizes curriculares”. In: *Revista Inscrita*, Brasília, DF: CFESS, 2007. n. 10.
- NETTO, J. P. “Por uma história nova do serviço social no Brasil”. In: SILVA, M. L. de O. (org.). *Serviço social no Brasil: história de resistências e de rupturas com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.
- OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista e O ornitorrinco*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

ROCHA, C. “*Menos Marx, mais Mises*”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-19092019-174426/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SCRUTON, R. *Como ser um conservador*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SILVEIRA, J. R. S. da. *Projeto ético-político do serviço social frente ao liquidacionismo conservador e ultraneoliberal no Brasil*. 2022. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

POSFÁCIO

Neoliberalismo y descomposición social en América Latina

SILVIA FERNÁNDEZ SOTO

Reflexionar sobre la actualidad del neoliberalismo en la región de América Latina y el Caribe es reflexionar sobre la dinámica histórica de la dominación, que se recrea, potencializa y se reconfigura durante los últimos 50 años, reeditando discursos y prácticas del pasado ancladas en el sometimiento y la subyugo, presentándolos como propuestas novedosas e inevitables.

La realidad de la región está signada por el incremento de las desigualdades sociales, en sus múltiples dimensiones. En un contexto de degradación de la vida cotidiana que se enlaza a procesos regresivos a los intereses de las clases trabajadoras; haciéndose visible en el aumento dramático de la pobreza, la inseguridad alimentaria, la desocupación, la subocupación, la precariedad e informalidad; recreando de variadas maneras la crisis de la reproducción de la vida.

Nuestro punto de partida para la comprensión del desarrollo del neoliberalismo es la crisis contemporánea del capital como modo de reproducción social, que se dinamiza a nivel global, adquiriendo materialidades diversas en contextos sociales singulares, alejados, y combinados. La crisis contemporánea que atraviesa de múltiples maneras la realidad latinoamericana, no empieza con la pandemia

por COVID-19, ni en el contexto pospandémico, aunque ese contexto promovió la potencialidad de sus expresiones. El proceso es de más largo alcance. Las expresiones de esta crisis hunden sus raíces en las transformaciones capitalistas que se imponen desde fines de los años 60 e inicios de los 70; en el contexto en que el capitalismo ingresa en un nuevo estado histórico, donde su expansión agudiza su carácter destructivo. De esta manera, en la búsqueda incesante de ganancias, se dinamiza el carácter depredador del desarrollo capitalista, cuya reproducción contemporánea bajo el predominio financiero enfatiza su carácter expropiatorio y demoledor de la naturaleza.

En el contexto de la crisis estructural del capital (Marx, 2005; Mandel, 1986), las expresiones de la cuestión social se profundizan, exhibiendo una descomposición cotidiana que demuele las condiciones de existencia de las clases trabajadoras. Los procesos contemporáneos de acumulación capitalista, su interés por incrementar las tasas de ganancia, se reorganizan continuamente con el objeto de asegurar las bases sociales para la reproducción del capital; envolviendo en este movimiento la destrucción, el deterioro acelerado, el cercamiento de los derechos sociales históricamente conquistados, erosionándolos bajo la expansión de la mercantilización social, las políticas de desprecio, de odio y criminalización social.

Lejos de reducirse a un programa económico, o solo a una ideología social, el neoliberalismo constituye un proyecto político integral en la fase de dominio de su fracción financiera, que en su dinámica reaccionaria promueve remover todos los obstáculos al proceso de valorización del capital. El “giro neoliberal” (Harvey, 2007), se desarrolla en la región latinoamericana a través de un ciclo contrainsurgente y antipopular, que se expresa en la década del sesenta con varios golpes militares, consolidándose la ruptura contundente y la imposición del proyecto de clase en 1973 con el golpe de estado al gobierno de Salvador Allende, instaurando la dictadura de Pinochet, asentada en los pilares del liberalismo económico y el conservadurismo político.

El “giro” se consuma por la fuerza, por el terror, por la conformación de un autoritarismo que implicó el desplazamiento del desarrollismo hacia liberalismo en lo económico, el desarrollo de la “Doctrina de la Seguridad Nacional” para el combate del “enemigo interno”, la negación de la política como conflicto social y, por último, una reconfiguración geopolítica recreándose una nueva subordinación a los intereses y pautas de Estados Unidos (Borón, 2003, 2012).

El neoliberalismo constituye un proceso global múltiple y diverso de reestructuración de la sociedad capitalista iniciado a mediados de los años setenta que fortalece en su dinámica financiera la transnacionalización del capitalismo (Marini, 2007). Comprender esta procesualidad, desde un pensamiento dialéctico, crítico y situado, nos permite identificar pliegues e intensificaciones que se enlazan en una dinámica compleja, recreándose y profundizándose en diferentes momentos y territorios a lo largo de estas cinco décadas. A través de las dictaduras cívico militares, se aplican por la fuerza los principios generales de organización de la sociedad, que se consolidan en la década del noventa. Esta imposición supone un reordenamiento económico, social, ideológico, valorativo; impactando en las formas de existencia, las maneras de pensar y actuar, orientadas bajo la racionalidad neoliberal. Es decir, en los procesos complejos de materialización del neoliberalismo, se va configurando al mismo tiempo una concepción del mundo que promueve la liberación de todos los obstáculos a la valorización capitalista. Las dictaduras latinoamericanas constituyen un primer pliegue fundante del proceso neoliberal, consolidándose este proyecto en la década del noventa bajo los preceptos sintetizados en el consenso de Washington, desplegando políticas de contra reformas en una perspectiva de liberalización y estabilización (Menem en Argentina 1989-1999, Salinas en México, 1988-1994, Cardoso en Brasil, 1995–2003, Aylwin en Chile, 1990 –1994). Un tercer pliegue lo constituyen las experiencias de ultra derecha desarrolladas en la segunda y tercera década

del siglo XXI, que recuperan esta herencia y potencia e intensifica el programa neoliberal (Piñera en Chile, 2010-2014 y 2018-2022, Macri en Argentina, 2015-2019; Duque en Colombia -2018-2022, Peña Nieto en México 2012-2018; Bolsonaro en Brasil, 2019-2022; Milei en Argentina, 2023-2027).

De esta manera, el movimiento de destrucción/recreación que contiene el proceso de neoliberalización involucra múltiples cuestiones; la erosión y desestructuración de la materialidad institucional que establece la soberanía del Estado sobre los asuntos políticos-económicos, las regulaciones protectoras laborales, la seguridad social, los modos de vida y procesos de sociabilidad, las relaciones con la tierra, las costumbres y formas de sensibilidad, las cosmovisiones y formas de interpretar la realidad.

La crisis y reestructuración capitalista global que se impone, genera una reconfiguración territorial, socio-económica y política a escala global. Se produce un pasaje del modelo de acumulación de capital fordista (cadena de montaje de producción en masa, organización política de masas, intervenciones del Estado de Bienestar), a la acumulación flexible (búsqueda y configuración de mercados especializados, descentralización y dispersión espacial de la producción, retracción del Estado Nación de las políticas intervencionistas unida a la liberalización y la privatización). Implica transformaciones radicales en el plano tecnológico y organizacional del proceso productivo. Esta fase, se caracteriza por los elevados niveles de transnacionalización de las empresas capitalistas, la mundialización de las relaciones capitalistas de producción, el desarrollo y tecnificación del capital financiero (Harvey: 2007)¹.

-
- 1 Estas transformaciones penetran la cotidianidad de la vida, ampliando los procesos de “digitalización”, “plataformización”, “uberización”. Estas situaciones se extendieron en el contexto de la pandemia COVID 19, articulándose a procesos regresivos más amplios que deterioran las condiciones de trabajo y de vida de las clases trabajadoras.

En estas transformaciones generales, la hegemonía del capital financiero contiene en su movimiento un proceso de descomposición, de degradación, de barbarización de la vida. Que se traduce en sufrimiento y deshumanización.

En este marco se observa el desarrollo de una creciente masa de población que, expropiada de sus condiciones materiales de existencia, se ve imposibilitada de obtener sus medios de vida bajo la forma del salario, en la medida en que es innecesaria para los requerimientos actuales del capital. Esa masa de población, los pobres producidos por el capitalismo, expresan una de las fisionomías propias del capitalismo contemporáneo en la región, donde se registran altos y persistentes niveles de pobreza y pobreza extrema en la mayoría de sus países. El porcentaje de la población latinoamericana en situación de pobreza en 2023 fue del 27,3%. La tasa de pobreza extrema alcanzó un 10,6%, cifra por encima casi 3 puntos porcentuales de la observada en 2014. En términos absolutos significa que más de 172 millones de personas se encuentran en situación de pobreza y de ellas 66 millones viven en pobreza extrema, no garantizando la reproducción de su existencia (CEPAL, 2024). Se registran altos niveles de informalidad laboral en la región, en el primer trimestre de 2024, la tasa de ocupación informal promedio en 11 países de América Latina alcanzó el 45,8% (CEPAL, 2024b). Los datos son más agudos si observamos las personas que pertenecían a hogares en estratos de ingresos bajos (personas en situación de pobreza extrema, personas en situación de pobreza no extrema y personas no pobres de ingreso bajo) e ingresos medios-bajos (personas cuyos ingresos representaban hasta tres líneas de pobreza): la magnitud de este contingente empobrecido asciende para el 2022 al 76,4% de la población de América Latina (CEPAL, 2023).

Al mismo tiempo, los países de la región se caracterizan por presentar un elevado nivel de desigualdad del ingreso, expresión que ha permanecido en la región a lo largo del tiempo (CEPAL, 2023b).

El índice de Gini muestra que en 14 países de América Latina se ha alcanzado un promedio simple de 0,452, valor considerablemente más alto que el de otras regiones del mundo, incluso el de África Subsahariana (tiene un promedio simple de 0,41). En las demás regiones, el promedio varía entre 0,30 (Europa y Asia Central) y 0,35 (Asia y el Pacífico).

Esto significa que el aumento de la población sobrante para las necesidades de explotación del capital permite observar no sólo una desocupación abierta estructural, sino la existencia de diferentes capas de la clase subalterna que se diferencian por las condiciones en las cuales desarrollan su existencia. Junto con la población de trabajadores desocupados duraderos, se constata la existencia de una masa de trabajadores parcialmente ocupados, quienes venden de forma deficitaria e intermitente su fuerza de trabajo, fuerza de trabajo barata y super explotada. Al mismo tiempo, se observa una devaluación general del valor de la fuerza de trabajo, exhibiendo cuestiones estructurales donde además de indicar que uno de cada dos ocupados eran informales, una importante proporción de los trabajadores obtenían bajos ingresos y las brechas salariales tanto horizontales como verticales eran elevadas (OIT, 2022). Estos rasgos se agudizaron en el contexto pandémico y pospandémico, en donde se profundizaron significativamente los impactos en las condiciones laborales, en los procesos distributivos y sobre la magnitud e intensidad de la pobreza. A la pérdida de ocupaciones y de horas trabajadas se le sumó la pérdida de poder adquisitivo de los ingresos laborales en un contexto de aceleración inflacionaria y de incremento de la desigualdad. Este panorama mostró con claridad en la región que se puede vivir en condiciones de pobreza aun teniendo un empleo, incluso en condiciones formales.

El capitalismo en su fase neoliberal expresa claramente su descomposición y su carácter destructivo, y es este movimiento de degradación social que explica en nuestra región el crecimiento de la

pobreza y la indigencia, mientras se expanden las fuerzas productivas y sobran alimentos. Situación que se naturaliza y/o se criminaliza. Este proceso no es simple, acotado y lineal, por el contrario, es complejo, combinado y desigual. Expresando una multiplicidad de situaciones en su dinámica transnacional, mientras el capitalismo se descompone rápidamente en un territorio, se expande en otros, dinamizando en ese movimiento el germen de su descomposición (Iñigo Carrera, 2005).

Bajo estos rasgos dominantes de la dinámica capitalista, América Latina nos muestra múltiples expresiones de la barbarie, expresa en las promesas incumplidas de la retórica de la modernidad capitalista (Grüner, 2010), la mistificación de las promesas civilizatorias occidentales y, su existencia concreta, interpela un discurso que pretende actualizar la ultra derecha neoliberal, que homogeniza, deconstruye su historia, se asienta en falsas dicotomías, y en un pensamiento fraccionario y lineal. Pensamiento dominante que invisibiliza las resistencias, los conflictos, las luchas de clases y las relaciones de desigualdad. Pensamiento acorde con la racionalidad del capital y que oculta el papel histórico asignado a América Latina en los procesos de acumulación capitalista. Pensamiento hegemónico que se recrea y reifica en nuevos mesianismos autoritarios. En nuevas idealizaciones que nos invitan una vez más a “sufrir en el presente”, “resignarnos nuestro destino individual y colectivo” prometiendo un futuro lejano de progreso. Reinventando en el siglo XXI bajo nuevas vestiduras de la “ultraderecha neoliberal” el mito de camino hacia el “primer mundo”. Esta perspectiva se asienta en una concepción evolucionista, lineal y etapista, que oculta el desarrollo desigual combinado de las historias de las sociedades latinoamericanas.

Subyace a este pensamiento la idea de una “brecha no cubierta” respecto de lo que acontece en algún modelo predominantemente europeo o en Estados Unidos; que es presentado como “modelo a seguir”. Por supuesto, esta cosmovisión, omite ubicar a las relaciones

imperialistas como causa principal del desarrollo histórico en nuestros países. El desarrollo del capitalismo engendra en su movimiento la dialéctica de homogeneización/diferenciación; al mismo tiempo unifica y diferencia los espacios geográficos a escala global, produce en su proceso histórico desarrollos desiguales combinados. La historia del capitalismo a escala global, implica en cada temporalidad concreta “desarrollos geográficos desiguales”, multiescalares, que se realizan a partir de la disposición de fuerzas sociales a escala nacional-regional articulada a los procesos globales de valorización y dominación.

En este sentido, la historia regional se hace inteligible en el marco de las relaciones establecidas en el seno del capitalismo como un sistema mundial, las que de manera simultánea propician distintas formas de despliegue capitalista — “centros” y “periferias”, “norte global” y “sur global” como uno de sus nombres más comunes — las cuales — bajo lógicas generales y comunes — presentan ciertas particularidades, engendrando al mismo tiempo desarrollos desiguales y articulados.

De esta manera el pensamiento crítico nos invita a comprender la *concreción* y no el *deber ser* de nuestra región. Y su existencia de barbarie y desigualdad, interpela, devela la contracara del “progreso” y la “civilización capitalista”. La abundancia, prepotencia y el derroche en los centros imperiales, sus grandes revoluciones políticas, las poderosas transformaciones industriales, la ebullición productiva y el progreso y el desarrollo tecnológico, tiene como contra cara el colonialismo, la expoliación, el saqueo de riquezas y el exterminio de pueblos originarios, el montaje de una organización colonial de sometimiento, desprecio y despojo que demandó, además, arrasar con numerosos pueblos de África, trasladados como esclavos a plantaciones y minas de la región, sometidos a condiciones inhumanas que provocaron miles de muertos (Osorio 2014), y sentaron las bases de un capitalismo basado en la superexplotación de la fuerza de trabajo (Marini: 1973), vinculado a una cultura racista, patriarcal, homofóbica

y sexista, xenófoba, misógina. Recreando sujetos en quienes depositar odio, sospechas y las culpas de los problemas sociales, “otros” para castigar y asilar.

América Latina en la contemporaneidad bajo el predominio neoliberal, permanece como uno de los principales territorios en el mundo productores de pobres, donde la desigualdad y el sufrimiento, son experiencias prácticas presentes, reflejando las situaciones de vida de la mayoría de la población. Junto a esta historia de despojo, América Latina presenta una historia rica de resistencias, luchas, rebeliones, de búsquedas de impugnación al sometimiento y subalternización.

El proceso de neoliberalización implica un proceso de restauración global del capital. Se expresa en un conjunto de cambios radicales en la organización del proyecto de sociedad, en un contexto de transformaciones del régimen de acumulación capitalista. Este proceso global se materializa como dijimos territorialmente, articulando relaciones desiguales y combinadas con los centros imperiales. Al mismo tiempo en su dinámica histórica de cinco décadas, reconocemos pliegues, impulsos, reflujos, recreaciones fruto de las relaciones sociales y las fuerzas sociales desplegadas en la región. Es en ese movimiento que podemos explicar la emergencia de las propuestas progresistas en la región durante las primeras décadas del siglo XXI, resultados de las correlaciones de fuerza y de los procesos desde abajo de impugnación al programa neoliberal. Los límites de estas experiencias progresistas también se constituyen en principios explicativos de la emergencia del último movimiento de intensificación neoliberal en la región.

La consolidación del capital financiero implica en el territorio latinoamericano, la extensión de los procesos de privatización, saqueo y despojo. La acumulación por desposesión se constituye en un rasgo decisivo del capitalismo global, componiendo la privatización un elemento central de este proceso. Sobre el carácter destructivo de la lógica de acumulación financiera en esta fase de desarrollo capitalista

se consolida la estrategia doble de sobreexplotación del trabajo y la naturaleza (Harvey, D., 2004, 2007).

Bajo una concepción monetarista neoconservadora, se apunta a debilitar a la “clase trabajadora” a través de la directa represión de sus formas organizativas y de sus cuadros de clase, interviniendo en la organización sindical, desregulando relaciones laborales y desestructurando los sistemas de protección social alcanzados, en un contexto global de “devaluación” de la fuerza de trabajo como respuesta capitalista a la crisis. Este momento de reacción “regresiva” contra los intereses de la clase trabajadora, se caracteriza por procesos de repulsión de fuerza de trabajo y despojo de sus conquistas históricas. Emergen y se consolidan nuevas formas de dominación y subalternización, vinculadas a la extensión de la flexibilización y la precarización.

En esta tercera década del siglo XXI, asistimos a un momento de intensificación neoliberal que se explica con los pliegues y devenires en este proceso más amplio de cinco décadas, de continuidades e inflexiones. La pandemia reforzó y extendió este proceso. La región vive una crisis profunda que expresa variadas dimensiones. En la cuestión laboral, desde 2010 se constata en diversos indicadores un proceso regresivo múltiple. Al igual que ocurre con la tasa de crecimiento del PIB, durante la década que comprende el año de 2014 hasta el año de 2023, la tasa de crecimiento del número de ocupados fue de solo el 1,26%, casi la mitad del 3,2% registrado en la década del 1980. La pandemia de COVID-19 ahondó esta tendencia y provocó la mayor crisis de los mercados laborales de América Latina y el Caribe desde 1950. En 2020 la creación de empleo cayó por primera vez en 70 años (CEPAL, 2023).

En 2021, el 54,3% de las personas que forman parte de la PEA (Población Económicamente Activa) en América Latina no contribuía a los sistemas de pensiones, lo que muestra las brechas de desigualdad de la protección social en el presente y en el futuro. Otro dato relevante

a señalar es la devaluación del valor de la fuerza de trabajo, según datos de la CEPAL. En 2022, el 17% de los ocupados estaban en situación de pobreza y el 36,8% tenía ingresos laborales inferiores al salario mínimo. Esta realidad nos indica que la precarización laboral en la reproducción del ciclo del capital en la región se constituye en componente central del proceso neoliberal.

La dinámica histórica regional nos muestra que este proceso se configura sobre vigas estructurantes que establecen su persistencia en un contexto de conflictos y resistencias. El dominio determinante del gran capital transnacional, la preeminencia de la estrategia del saqueo de los bienes naturales reafirmando las relaciones de dependencia en el ciclo del capital global y la precarización y superexplotación estructural de la fuerza de trabajo, constituyen ejes centrales que reafirman y reorganizan el ciclo de la dependencia regional en la dinámica global del capital. Los proyectos progresistas en la región no fueron capaces de impedir esta profundización.

La región se mueve históricamente sobre una matriz estructural de desigualdad, conformada por un conjunto de ejes que expresan desigualdades socioeconómicas, de género, etarias, étnicas y raciales, y territoriales, que se entrecruzan, potencian y multiplican. Las mismas se vivencian a lo largo del ciclo de vida y erosionan la materialización de los derechos, abonando la precarización de la vida de las clases trabajadoras. Se hacen más agudas en las niñeces, en las personas jóvenes, afrodescendientes, pertenecientes a pueblos originarios, con discapacidad y migrantes, prevaleciendo las desigualdades de género. De esta manera, la estrategia empresarial para la fase pospandémica está aceleradamente desplegada: más flexibilidad, más informalidad, más desprotección y menos regulación, ampliación de formas de la subcontratación, con la consiguiente expansión de trabajo intermitente y uberizado, encubriendo relaciones salariales, procesos complejos de valorización, y dirigidos por procesos

tecnológicos algorítmicos de aparente neutralidad y despojados de relaciones de valorización capitalista².

Estos procesos profundizan la erosión de las bases del Estado de derecho democrático, mediante avances en la mercantilización de derechos sociales, profundización, expansión y rediseño de la represión y la violencia institucional, que se expresa en la criminalización de la protesta social, en el encarcelamiento, represión persecución y asesinato de dirigentes sociales. Al mismo tiempo se reproduce y naturaliza la pobreza, se amplía la desigualdad, junto con el incremento de las ganancias de los grandes grupos económicos, amplificando procesos de subjetivación y un sentido común individualista e insensible al sufrimiento de las mayorías.

La reacción e intensificación neoliberal implica el retorno violento a las experiencias de contra reforma. El reimpulso neoliberal bajo el comando de las ultraderechas articuladas a nivel global, pone en cuestión “los equilibrios de compromiso” establecidos en la etapa “progresista” de la primera década del siglo XXI desarrollada en la región. El proceso de restauración neoliberal de la segunda década exhibe el histórico anti-reformismo de clase de la oligarquía y el rechazo a las experiencias de perfil “nacionales-populares” a las cuales califican como “populistas” y demonizan con un conjunto de

-
- 2** El aumento de la concentración en los mercados se observa en todos los sectores. A nivel mundial, entre los años 1995 y 2015, 60 empresas farmacéuticas se han fusionado en 10 gigantes mundiales, conocidas como el Big Pharma. Dos multinacionales son propietarias de más del 40 % del mercado mundial de semillas. Las grandes empresas tecnológicas, conocidas como Big Tech dominan el mercado: tres cuartas partes del gasto mundial en publicidad online se destinan a Meta, Alphabet y Amazon; y más del 90 % de las búsquedas en Internet se realizan a través de Google” (OXFAM, 2024, 11). Los monopolios favorecen los intereses concentrados de las clases propietarias y profundiza y multiplica la desigualdad. Esta dinámica explica las enormes subidas de precios en los sectores de la energía, la alimentación y el farmacéutico.

calificativos que persiguen su rechazo y demonización. Se desarrollan varias propuestas de “shock neoliberal”, orientadas a promover la rápida recomposición de la tasa de ganancia de diversas fracciones empresariales y mantener los procesos de acumulación flexible³.

La matriz del Estado se ve modificada bajo la participación de representantes de distintas fracciones empresariales en lugares dirigenciales del gobierno. La dimensión pedagógica del Estado se nutre de una “perspectiva empresarial” donde la noción de los “expertos”, de la “neutralidad técnica”, de la “inevitabilidad del ajuste”, de la “ideología de las competencias” y la sobre exaltación a los méritos individuales cobran protagonismo. Al mismo tiempo, se pone énfasis en un discurso que retoma la caracterización del estado como ineficiente, corrupto, clientelar. El cual es necesario “capturar”, “reformular”, “rearmar” con nuevos principios, deslegitimando las acciones públicas estatales como formas de promover

-
- 3** En la experiencia argentina con la instalación de la propuesta de gobierno de la Alianza Cambiemos, que llevó a la presidencia a Mauricio Macri (2015-2019) se despliegan un conjunto de medidas orientadas en ese sentido (sostenidas centralmente por decretos de necesidad y urgencia). La devaluación sostenida del peso argentino, la reducción de las retenciones a las exportaciones, la liberalización del movimiento de capitales, el aumento de las tasas de interés, el relanzamiento del ciclo de endeudamiento externo, la “desregulación de algunos mercados”, el aumento y dolarización de los combustibles y de las tarifas de los servicios públicos, la reorientación de las relaciones internacionales. Al mismo tiempo despidos masivos tanto en la esfera del Estado con argumentaciones de desprestigio de lo estatal como espacio público, como en el ámbito privado, junto con suspensiones de trabajadores, expresión de la recesión económica y del mandato empresarial. Al mismo tiempo se obtura y limitan las demandas sindicales en las negociaciones paritarias. El conjunto de estas medidas opera en un proceso de disciplinamiento de la fuerza de trabajo en su conjunto, fundamental para recomponer las relaciones de fuerza e imponer el proyecto en marcha. El gobierno actual de Milei da continuidad a estas políticas, profundizando aceleradamente la desigualdad y la crisis de reproducción de la vida para la mayoría de la población

el aprovechamiento inmoral e indigno. Frente a esto se incentiva la “cultura del esfuerzo”, la “responsabilidad del esfuerzo individual” que “aleja de la deshonestidad y de la improvisación”.

La agenda neoliberal de ultra derecha actual se monta sobre los impulsos de la dictadura y las experiencias de la década del noventa, despliega un accionar crecientemente represivo y judicial de la protesta social, pretendiendo contener el conflicto y malestar creciente en la sociedad por las diversas transformaciones regresivas desplegadas. Frente a la retracción de las políticas de garantías sociales, se incrementa el uso de tecnologías sofisticadas represivas de control de las poblaciones, expensando el despliegue represivo del estado, en sus más diversas formas (baja de la edad de punibilidad de los jóvenes, aumento de la población carcelaria, aumento de efectivos policiales, aumento del presupuesto e inversión en tecnologías represivas, despliegues de protocolos de acción anti-piquetes, muertes, desapariciones). Creando, tanto por las narrativas desplegadas por los/as funcionarios públicos, como por las medidas adoptadas, una sensación de inseguridad y la expansión de un estado gendarme-punitivo.

Estas experiencias neoliberales de ultraderecha desplegadas en Nuestra América, implican una agresión múltiple contra la clase trabajadora, un avance global reaccionario contra sus conquistas históricas y el desarrollo de propuestas con ciertas condiciones de dignidad en la reproducción de la vida. Impulsan decididamente la construcción de narrativas que, bajo procesos de virtualización y mediatización de la vida cotidiana, difunden un pensamiento mesiánico clasista, abonando a la resignación, la pasividad, la recreación de las culpas, de las penurias, ocultando la dimensión histórica social y relacional de las mismas, facilitador de los procesos de concentración, centralización y extranjerización.

El ajuste, entrega, saqueo y despojo de los bienes sociales y naturales que caracterizan las experiencias de ultraderecha en la región,

no se agotan en los ámbitos nacionales, se articulan a un sistema imperialista global que expresa los intereses concentrados del capital financiero transnacional. El cuadro extendido genera vivencias subjetivas y colectivas de malestar, descontento, indignación, miedo y la promoción de la disciplina social.

En este marco, y durante todo el proceso, ha habido y todavía hay resistencias y diversas expresiones de rebeldías sociales. La convergencia de las múltiples expresiones que asume la nueva morfología de la clase trabajadora, constituye un elemento estratégico y necesario para la articulación de una fuerza social desde abajo. Nos exige comprender la complejidad de las formas de realización de la clase trabajadora. Reconocer y definir políticas que potencialicen las articulaciones, que deslegitimicen las luchas con la organización sindical y las múltiples organizaciones enfrentando los ajustes y agresiones de las clases dominantes. Sin dudas la estrategia desde la clase trabajadora entendida en toda su diversidad y complejidad debe potenciar la unidad desde abajo enfrentando la agresión y fragmentación construida desde arriba; construyendo desde las clases subalternas una voluntad colectiva popular y democrática que despliegue una estrategia ant imperialista y antifascista a escala global, en prácticas anticapitalistas, desmercantilizadoras, sostenidas por el reconocimiento de la diversidad humana, el respeto de los derechos humanos, la democratización de la sociedad.

Sumando todo lo que ha sido expuesto en esta pesquisa sobre las consecuencias del proceso de neoliberalismo sobre el Servicio Social en los últimos 50 años, gustaría de expresar mi gratitud a las/los organizadores del libro, al programa de posgrado de Servicio Social de la Universidad del Estado de Río de Janeiro (UERJ), por la invitación a integrar esta obra y por el inestimable proceso de formación crítica, que en sus diversas propuestas la cuales constituyen un núcleo intelectual riguroso de pensamiento crítico, que asume en su tarea científica y académica el compromiso por la construcción de una

sociedad más justa, humana e igualitaria. Se constituye también en un espacio de resistencia al pensamiento conservador, a las prácticas regresivas a los intereses de las clases trabajadoras. Este libro organizado y escrito desde el Servicio Social y desde las ciencias sociales reafirman el compromiso en la producción de conocimiento crítico de la realidad, para no solo comprenderla sino también para participar en su transformación.

REFERENCIAS

- BORÓN, A. *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003.
- BORÓN, A. *América Latina en la geopolítica del imperialismo*. Ediciones Luxemburg: Buenos Aires, 2012.
- CEPAL. *Panorama Social de América Latina y el Caribe*. Santiago, 2023.
- CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe, *Panorama Social de América Latina y el Caribe*. Santiago, 2024.
- CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe, *Estudio Económico de América Latina y el Caribe*. Santiago, 2024.
- CEPAL. *Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe*. Santiago 2023.
- GRÜNER, E. *La oscuridad y las luces: capitalismo, cultura y revolución*. Buenos Aires: Editorial edhasa, 2010.
- HARVEY, D. *Breve historia del neoliberalismo*. Madrid: Ediciones AKAL, 2007.
- HARVEY, D. “El ‘nuevo’ imperialismo: acumulación por desposesión”, en *Revista Socialist Register*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- HARVEY, D. *El nuevo imperialismo*. Madrid, Akal, Madrid-España, 2007.
- IÑIGO CARRERA. La descomposición del capitalismo y de las ciencias sociales en Argentina, en FERNÁNDEZ SOTO, Silvia (Ed.). *El Trabajo social y la cuestión social. Crisis, movimientos sociales y ciudadanía*. Espacio. Buenos aires, 2005.
- MANDEL, E. Marx y el porvenir del trabajo humano, *Cuadernos de Mientras Tanto* N° 1. Buenos Aires: Ediciones Mientras Tanto, 1982.

- MARINI, R. M. *Dialéctica de la dependencia*. México: Ediciones Era, 1973.
- MARINI, R. M. *América Latina, dependencia y globalización*. Prometeo, 2007.
- MARX, K. *El Capital: Crítica de la economía política*. Siglo XXI. 2005.
- OIT. Organización Internacional del Trabajo, Panorama Laboral 2022.
Empleo, desempleo, mercado de trabajo, salario, salario mínimo, brecha de género, estadísticas del trabajo, condiciones de trabajo, América Latina, América Central, Caribe. Lima: OIT, 2022.
- OSORIO, J. La cuestión latinoamericana. *Estudios Latinoamericanos*, Nro. 34. México: UNAM, 2014.
- OXFAM INTERNATIONAL. *Desigualdad S.A.* El poder empresarial y la fractura global: la urgencia de una acción pública transformadora. Oxfam Internacional, Oxford, OX4 2JY, UK. 2024. <https://www.oxfam.org/es/informes/desigualdad-sa>. Acceso, enero 2024.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Andréa de Sousa Gama

Assistente social. Mestre e Doutora em Saúde Coletiva pela ENSP/Fiocruz. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Integra o quadro permanente do corpo docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da mesma Universidade. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Interinstitucional (UERJ, UFSC, UFPA, UNIRIO, UEL) Tensões entre Trabalho e Família: Análise das Políticas Públicas na Organização do Cuidado na Vida Familiar no Brasil, Edital CNPq – Universal no. 18/2021. Procientista da UERJ.

E-MAIL: andreasgama@gmail.com

Claudio Katz

Licenciado en Economía por la Universidad de Buenos Aires, Argentina (UBA). Doctor de la Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, área Geografía. Miembro de la Carrera de Investigador Científico y Tecnológico (CONICET), Categoría Investigador Principal en 2014. Investigador principal jubilado ad honorem del CONICET, a partir del 2019, Categoría I en el Programa de Incentivos a Docentes-Investigadores del Ministerio de Educación desde el año 2004, Profesor del Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe (IEALC), Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires.

E-MAILS: claudiokatz1@gmail.com; iealc@sociales.uba.ar

Elaine Rossetti Behring

Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutora em Sociologia e Ciência Política pela Universidade de Paris VIII. Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Integra o quadro permanente do corpo docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da mesma Universidade. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social e do Centro de Estudos Octávio Ianni.

E-MAIL: elainebehring@gmail.com

Fábio Fraga dos Santos

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (2002), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2005) e Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2021). Professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

E-MAIL: fabiofraga@hotmail.com

Gracyelle Costa Ferreira

Assistente Social. Professora do Departamento de Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutora em Serviço Social pela PUC-São Paulo, com doutorado e mestrado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora visitante na Harvard University, no Hutchins Center for African and African American Research (2022-2023). Vencedora do Prêmio Capes de Tese 2021, com a melhor tese do Brasil na área de Serviço Social. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Sankofa: Racismo, Política social e Transgressões na Diáspora.

E-MAIL: gracyelle@ufrj.br

José Rodolfo Santos da Silveira

Mestre em Serviço Social pela UFRJ e Doutor em Serviço Social pela UERJ. Professor adjunto na Faculdade de Serviço Social da UERJ, assistente social — técnico administrativo em educação — na UFRJ e membro do GOPSS — Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social/UERJ.

E-MAIL: sjoserodolfo@yahoo.com.br

Maria Inês Souza Bravo

Assistente Social. Professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Integra o quadro permanente do corpo docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com estágio de pesquisa na Universidade Católica Portuguesa. Coordenadora do Grupo de Pesquisa registrado no CNPq Gestão Democrática da Saúde e Serviço Social. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

E-MAIL: msouzabravo@gmail.com

Marco José de Oliveira Duarte

Assistente Social, Psicólogo e Sanitarista. Mestre (UFRJ) e Doutor (UERJ) em Serviço Social. Pós-doutor em Políticas Sociais (UCSal) e Pós-doutor em Psicologia Social (CIES-ISCTE-IUL-Portugal). Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade

do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Pesquisador Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/UFJF/CNPq) e do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (NEPS/UERJ/CNPq). Pesquisador Vice-Líder do Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-americanos (PROAFRO/UERJ/CNPq). Coordenador do DIVERSE — Observatório da Diversidade Sexual e de Gênero: Políticas, Direitos e Saúde LGBT e do Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+), da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Coordenador da ênfase em sexualidades e do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão e Resistências de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades,” da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

E-MAIL: marco.duarte@ufjf.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6395-1941>

Marilda Villela Iamamoto

Assistente Social. Professora Titular aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Integra o quadro permanente do corpo docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-doutora em Serviço Social pela mesma Universidade. Coordenadora do projeto de pesquisa A Crítica da Economia Política e o Serviço Social (2022- 2025). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

E-MAIL: mviamamoto@uol.com.br

Maurílio Castro de Matos

Assistente Social. Professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Integra o quadro permanente do corpo docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da mesma Universidade. Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-doutor em Política Social pela Universidade de Brasília. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e Procientista da UERJ.

E-MAIL: mauriliomatos@gmail.com

Miguel Serna

Sociólogo (Universidade da República — Uruguai) e Doutor em Ciência Política (Universidade Federal de Rio Grande do Sul — Brasil). Professor Titular — dedicação exclusiva — do Departamento de Sociologia (FCS) e Departamento de Administração (FCEA) (UDELAR). Pesquisador Nível II (Sistema Nacional de Investigadores — Uruguai). Responsável núcleo de pesquisa Grupos Dirigentes e Poder no Uruguai em Perspectiva Comparada de América Latina (DS-UDELAR). Cooordenador do Grupo de trabalho Elites, Estado e Desigualdade (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais), cocoordenador do Grupo de Pesquisa sobre Elites Políticas (Associação Latino-americana de Ciência Política) e cocoordenador do Grupo de Trabalho Estudos Políticos, Sociojurídicos e Instituições (Associação Latino-americana de Sociologia). Ex-Diretor do Departamento de Sociologia (UDELAR) e Ex-Presidente do Colégio de Sociólogos do Uruguai.

E-MAIL: miguelpsf@gmail.com

Ricardo Antunes

Graduado em Administração Pública. Mestre em Ciência Política pela UNICAMP. Doutor em Sociologia pela USP. Professor Titular de Sociologia do Trabalho no IFCH-UNICAMP. Publicou recentemente *Capitalismo Pandêmico* (Boitempo, 2022), editado também na Itália e Áustria, e organizou *Icebergs à deriva* (Boitempo, 2023). Coordena a Coleção Mundo do Trabalho (Boitempo). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

E-MAIL: rlcantunes53@gmail.com

Silene de Moraes Freire

Assistente Social. Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Integra o quadro permanente do corpo docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da mesma Universidade. Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Pós-doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora do Programa de Estudos de América Latina e Caribe, do Observatório de Direitos Humanos da América Latina, do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

E-MAIL: smfmensagens@gmail.com

Silvana Martínez

Posdoctora de la Universidad Nacional de Rosario 2024. Doctora en Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Entre Ríos (2012). Magíster en Trabajo Social de la misma Universidad (2009). Licenciada en Trabajo Social egresada de la Universidad Nacional de Misiones (2002). Doctora Honoris Causa Universidad Dr. Andrés

Bello de la República de El Salvador (2018). Directora de la Carrera de Licenciatura en Trabajo Social de la Facultad de Ciencias de la Salud y Trabajo Social de la Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMDP) (2019-2021). Directora del Doctorado en Trabajo Social Universidad Nacional de Mar del Plata desde 2019 hasta la actualidad. Investigadora Categoría I de la UNMDP Profesora Titular regular, dedicación Exclusiva de la Cátedra Investigación en Trabajo Social de la Facultad de Ciencias de la Salud y Trabajo Social de la UNMDP. Directora del Grupo de Teoría Social, Estudios Descoloniales y Pensamiento Crítico.

E-MAIL: silvanamartinezts@gmail.com

Silvia Fernandez Soto

Trabajadora Social. Doctora en Servicio Social en la Pontificia Universidade Católica de São Paulo. Investigadora del CONICET – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas / Argentina. Docente de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia De Buenos Aires y Investigadora del PROIEPS – Programa De Investigación y Estudios Sobre Política y Sociedad.

Thaís Lopes Côrtes

Assistente social. Doutora e Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, professora substituta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC/UERJ).

E-MAIL: thaislopeskortcs@gmail.com

Valeria Forti

Assistente social. Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Professora de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social (FSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/FSS/UERJ). Coordenadora de projetos de pesquisa e extensão vinculados ao tema Ética, Trabalho e Serviço Social.

E-MAIL: vforti17@gmail.com

El neoliberalismo comienza en Chile con el golpe civil militar de 1973 y con ello, se expande en el mundo. Después de 50 años de neoliberalismo, este importante libro que se ofrece al público, viene a adensar la reflexión crítica, no solo sobre la comprensión de este momento histórico — que corresponde a un proyecto de clase para restaurar y consolidar el poder del capital — en que predomina la crisis estructural del orden capitalista, con expresiones en la pérdida de conquistas de derechos, el predominio del trabajo muerto por sobre el trabajo vivo, el aumento del desempleo y subempleo, la desigualdad de clases y opresiones, la mercantilización de todas las esferas de la vida, la devastación de la naturaleza, la criminalización de las luchas de los movimientos sociales, el avance de la extrema derecha, las guerras y la barbarización, sino también, releva el lugar de las luchas y resistencias realizadas en el pasado y presente de cara a los desafíos del futuro.

Esta colección posee una riqueza analítica enorme porque las destacadísimas trayectorias y aportes de las autoras y los autores, les posicionan como referencias en el debate académico y político en Nuestra América. Las profundas reflexiones construidas, desde una perspectiva de totalidad a pesar de las distintas disciplinas y procedencias de sus autores y autoras, son de un enorme valor al abordar los problemas asociados al Estado y la Democracia; el Trabajo; junto con la comprensión del ejercicio profesional, la generación de conocimiento y las resistencias, luchas y conquistas organizativas, políticas y académicas alcanzadas por el Trabajo Social latinoamericano, antes, durante y a pesar de los 50 años de regresión civilizatoria.

Paula Vidal

DOCENTE DA UNIVERSIDAD DE CHILE

